TESE DE DOUTORADO

"UMA POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO":

Feminismos Migrantes e lutas transnacionais no contexto das migrações Sul-Sul

PAULA DIAS DORNELAS

Universidade Federal De Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

PAULA DIAS DORNELAS

“UMA POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO”:
Feminismos Migrantes e lutas transnacionais no contexto das migrações Sul-Sul

Belo Horizonte
2024

Paula Dias Dornelas

“UMA POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO”: Feminismos Migrantes e lutas transnacionais no contexto das migrações Sul-Sul

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Matos
Coorientadora: Profa. Dra. Adriana Piscitelli (PAGU/Unicamp)

Belo Horizonte
2024

320
D713p
2024

Dornelas, Paula Dias.

"Uma potência de transformação" [manuscrito] : feminismos migrantes e lutas transnacionais no contexto das migrações Sul-Sul / Paula Dias Dornelas. - 2024.

262 f. : il.

Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.
Coorientadora: Adriana Gracia Piscitelli.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Feminismo – Teses. 3. Migração - Teses. 4. Ativismo - Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de Matos. II. Piscitelli, Adriana. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 17ª/2024 DA DEFESA DA TESE DA ALUNA PAULA DIAS DORNELAS

Realizou-se, no dia 23 de agosto de 2024, às 12:00 horas, no Auditório Prof. Baesse, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da tese, intitulada ""Uma potência em transformação": feminismos migrantes e lutas transnacionais no contexto das migrações Sul-Sul", elaborada e apresentada por PAULA DIAS DORNELAS - número de registro 2020708293, graduada no curso de COM. SOCIAL-JORN. E RP. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida - Orientadora (DCP/UFMG), Profa. Adriana Gracia Piscitelli - Coorientadora (UNICAMP) - Videoconferência, Profa. Gláucia de Oliveira Assis (UDESC) - Videoconferência, Profa. Carolina Rosas (UBA) - Videoconferência, Prof. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP/UFMG), Profa. Ana Inés Mallimaci Barral (Ceil-CONICET, UNAJ) - Videoconferência. A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 23 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonca**, **Professor do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes**, **Professor do Magistério Superior**, em 28/08/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marlise Miriam de Matos Almeida**, **Professora do Magistério Superior**, em 28/08/2024, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alejandra Rosas**, **Usuária Externa**, em 29/08/2024, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Inés Mallimaci Barral**, **Usuário Externo**, em 30/08/2024, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Adriana Gracia Piscitelli**, **Usuária Externa**, em 09/09/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Gláucia de Oliveira Assis**, **Usuário Externo**, em 25/10/2024, às 03:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3487507** e o código CRC **FC541193**.

Referência: Processo nº 23072.247432/2024-10 SEI nº 3487507

A todas as mulheres que migram e cruzam as mais variadas fronteiras. Por Roseline Guerrier, Julieta Hernández, Marcelina Meneses e todas aquelas que perderam suas vidas exercendo o direito de migrar.

AGRADECIMENTOS

Durante a pesquisa, escutei de uma interlocutora que o mais valioso que podemos ter como sociedade é a possibilidade de imaginação. Agradeço, portanto, àquelas que me ensinam a imaginar outros mundos e a torná-los realidade: as mulheres migrantes. A todas aquelas que me confiaram seu tempo, seus conhecimentos e uma parte de suas histórias: muito obrigada! Esta pesquisa não existiria sem vocês. Em especial, agradeço às companheiras, amigas e *hermanas* do Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra. Vocês foram o maior acontecimento da minha vida nos últimos anos. Espero que sigamos sendo "terra fértil" para romper todas as fronteiras enquanto elas existirem.

Agradeço aos meus pais, minhas primeiras referências como migrantes. À minha mãe, Sara, o amor incondicional, o cuidado constante e o suporte irrestrito. Por tornar tudo possível. Obrigada por me ensinar a voar, mas mostrar que o colo sempre estará disponível quando eu precisar pousar. Ao meu pai, Francisco, que sempre sonhou em ter "uma filha doutora": conseguimos, pai! Obrigada por me ensinar a enxergar o mundo com sensibilidade, ternura, alegria e esperança. Aos meus pais do coração, Nara e Paulo, agradeço por me apresentarem, na prática, o significado de família. Obrigada por nunca medirem esforços para me apoiar. À minha irmã, melhor amiga e pessoa preferida, Ana Flávia, o mais profundo e fraterno agradecimento. Você sempre disse que era minha "fã", mas minha grande inspiração é você. Sou eternamente grata e tenho muito orgulho da nossa relação sempre tão leal e sincera.

Ao Victor, meu companheiro e grande amor, obrigada por acreditar mais em mim do que eu mesma. Eu te agradeço por me escolher todos os dias, por encarar nossas metamorfoses e fazer o possível para realizar nossos sonhos. Pela escuta atenta, pela companhia em muitas andanças de campo e por ser um importante interlocutor deste trabalho. Eu te agradeço também por segurar as pontas e me lembrar de aproveitar o processo. Com você ao meu lado, fica bem mais fácil.

Às minhas famílias (Dias, Dornelas, Alves, Amorim, Guimarães, Fernandes, Bicalho, Quirino, Machado…), obrigada por se fazerem presentes desde tantos lugares, por compreenderem minhas ausências e me mostrarem que "amar é multiplicar". À minha avó Zefa, amor da minha vida, agradeço pelo afeto genuíno. À vó Cema, que me olha lá de cima, pela fé e ternura. À vó Ana, pela força e inspiração. Receber você em Buenos Aires foi um sonho realizado, vó.

Agradeço à minha orientadora, Marlise Matos, que abriu caminhos acadêmicos, ativistas e feministas para mim e tantas outras gerações de pesquisadoras. Por me acompanhar nesse processo e confiar tanto em mim e no meu trabalho. À minha coorientadora, Adriana Piscitelli, que mostrou ser possível alinhar excelência e afeto, experiência e humildade. Você já era uma inspiração e, nesse processo, tornou-se ainda mais.

Ao Ricardo Fabrino, eterno orientador e grande referência, agradeço por me acompanhar desde a graduação e sempre acreditar nas minhas pesquisas. Obrigada por estar nas bancas, nas trocas e em diversos momentos dessa trajetória. À professora Gláucia Assis, agradeço pela presença nas bancas ao longo desses anos e pelas inúmeras e valiosas contribuições para esta Tese. Às professoras Carolina Rosas e Ana Mallimaci, muito obrigada por me acolherem com tanta atenção e carinho na Argentina. Agradeço por todos os ensinamentos, e por toparem o desafio de avaliar o trabalho em outro idioma. À professora Claudia Pedone, sou grata pela supervisão ao longo do período sanduíche na Argentina, por abrir as portas do IIEGE para mim e por toda a atenção nesse processo.

A UFMG tem sido, há muitos anos, *lar* para meu crescimento profissional, acadêmico e pessoal. Agradeço à universidade, à FAFICH e ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política a formação gratuita, pública e de qualidade. À Capes, o financiamento da pesquisa, que possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente à investigação e realizasse o tão sonhado doutorado sanduíche. Ainda na UFMG, agradeço à professora Carolina Moulin a presença na banca de qualificação e as conversas, apontamentos e observações sempre estimulantes. Às queridas professoras Ângela Marques – que me encorajou, ainda na graduação, a seguir os passos da pesquisa –, Rayza Sarmento, grande inspiração, e Viviane Gonçalves, agradeço o apoio, as conversas e diversas referências bibliográficas compartilhadas. Sou profundamente grata, também, a todas e todos os docentes que, dentro e fora da UFMG, fizeram parte do meu percurso acadêmico.

Outras tantas pessoas têm feito, há anos, minha trajetória acadêmica mais alegre, prazerosa e inesquecível. Às “Periféricas +”, sou grata pela nossa amizade, pelo apoio que trocamos e por todas as memórias que construímos ao longo desse tempo. Nominalmente, agradeço ao meu amigo-padrinho-afilhado Pedro Barbabela e às amigas Yulieth Martínez, Paula Ayumi, Talita Fernandes, Pollyana Santos, Priscilla Dionízio, Jessica Kaufman, Kelly Santos e Camila Matarelli. Vocês são muito

especiais e me mostram que caminhar junto é sempre melhor. À Ana Luiza Machado, Ananda Winter e Carla Rosário, obrigada pelas partilhas, pelos diálogos sobre as pesquisas e por toda a parceria. Da turma do Doutorado, um agradecimento especial também deve ser feito às e aos colegas que tanto apoiaram nas inseguranças, dúvidas e interlocuções: Letícia Birchal, Lucas Nigri, Carla Silva, Natália Martino e Carla Beatriz. À amiga Jameny Sarmiento, agradeço a criação da linda capa que ilustra esta Tese.

Ao longo do Doutorado, participar de outras pesquisas foi fundamental para construir redes e ampliar os horizontes de investigação. Agradeço a todas as pesquisadoras e bolsistas do Nepem/UFMG - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, grupo de referência para os debates feministas, que tenho muito orgulho de integrar desde o mestrado. Ao Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG, agradeço as discussões sempre tão ricas e instigantes. À equipe da Pesquisa “Mulheres Migrantes, Trabalho e Bem-viver” (UFRGS, UFRR, Fiocruz/RJ): muito obrigada pelos constantes deslo(u)camentos e pela oportunidade de aprender com uma turma tão diversa, interessante e colaborativa. Em especial, agradeço à querida professora Simone Paulon a confiança e estímulo. Um agradecimento, também, a todas as pesquisadoras do GEN-Migra, em especial à admirável equipe do Brasil: Jullyane Ribeiro, Natália Padovani, Iara Beleli e Adriana Piscitelli. Aprendo muito com as nossas reflexões.

Em tudo o que faço, há um tanto das pessoas com quem convivo. Nesta Tese não seria diferente. Agradeço às amigas e amigos que me são companhia e fonte de alento, que foram importantes para que eu não me esquecesse de mim durante esse período. Às Guebas, por serem lugar seguro. Ao Igor e ao Ivan, por fazerem dos encontros, carnavais. Às amizades de escola, faculdade e de tantas outras origens, por se manterem sempre por perto. Vocês sabem quem são.

Em BH, agradeço também à rede de ativistas, de atrizes e atores da sociedade civil que fazem do direito de migrar uma pauta de luta diária. Alexei Herrera, José Miguel Silva, Henrique Galhano, Catalina León Amaya, todas as companheiras do Núcleo do Cio da Terra e outras tantas lideranças migrantes: obrigada por contribuírem para as reflexões desta Tese e estarem tão firmes nas fronteiras dessas lutas. Agradeço também às instituições, docentes e organizações que atuam com a pauta migratória e contribuem para que muitas conquistas sejam alcançadas. À OIM e, especialmente à Juliana Rocha, obrigada pela confiança e aprendizado.

Agradeço as acolhidas afetuosas ao longo do trabalho de campo no Brasil. Em São Paulo, agradeço à Isa Leão, ao Daniel Campos e ao Guto, que à época era apenas um sonho, pela ótima hospedagem. No Rio, toda a minha gratidão ao Bráulio, à Jéssica, à Catarina e ao Zeca, não só por me acolherem nas idas e vindas, mas por serem apoio, torcida e família.

Na Argentina, não poderia iniciar meus agradecimentos por outras pessoas que não ao Demian Irbauch e à sua família. Nunca me esquecerei do carinho, da atenção e do cuidado que tiveram comigo durante todos os meses de estadia no país, fazendo de tudo para que eu me sentisse em casa. Pelo acolhimento, pela gentileza e pelos passeios por Buenos Aires, agradeço à Dona Edith e ao Sr. Maurício. Das inúmeras dicas culturais aos alfajores deixados no apartamento, "*gracias*, Demian", por ter aberto as portas do seu lar para que eu fizesse de lá o meu, ainda que provisoriamente.

Na UBA, além das professoras já mencionadas, sou grata ao *IIIEGE - Instituto de Investigaciones de Estudios de Género*, à *Facultad de Filosofía y Letras* e a todas as colegas que me auxiliaram nesse período. À Antonella Delmonte e à Violeta Tortolini, pelos convites a eventos e trocas sobre a pesquisa. Pelas conversas, auxílio nas tarefas e reflexões compartilhadas, agradeço à Cristina Cuadra e à María Lis Baiocchi.

Faço um agradecimento repleto de respeito e admiração a todos os coletivos, associações e organizações de migrantes que acompanhei durante o tempo na Argentina. Por me permitirem estar presente e aprender sobre luta, coragem e resistência. Em especial, agradeço às companheiras do *Ni Una Migrante Menos*, da *Amumra*, do *Bloque de Trabajadorxs Migrantes* e da *Yanapacuna*, grandes referências para os ativismos migrantes na América Latina. Ao grupo "*Descargando la Mochila Migrante*", sou muito grata pelas partilhas semanais, pelo apoio afetuoso e por todas as "mochilas" que esvaziamos juntas. Vida longa a esse projeto!

Por fim, vale dizer que esta Tese é apenas um passo de um percurso que vem sendo trilhado há anos. Não só por mim, mas por todas aquelas que me precederam e abriram caminhos - dentro e "fora" do ambiente acadêmico - para que uma pesquisa como esta pudesse ser feita. Agradeço, portanto, às que vieram antes e às que caminham junto, na esperança de que este trabalho contribua, de alguma forma, para que outras tantas venham depois.

Nada a temer, senão o correr da luta
Nada a fazer, senão esquecer o medo
Abrir o peito à força, numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura

Longe se vai
Sonhando demais
Mas onde se chega assim?
Vou descobrir o que me faz sentir
Eu, caçador de mim

(Milton Nascimento – Caçador de mim)

RESUMO

Nesta tese, busco compreender, por meio de abordagens interpretativas e de estudos de casos de natureza qualitativa, aspectos do ativismo e da luta de mulheres migrantes, com enfoque nas experiências de ativistas e organizações atuantes no Brasil e na Argentina, no contexto das migrações Sul-Sul. Partindo de uma perspectiva longitudinal e de epistemologias feministas, analiso a formação e o fortalecimento dos campos de associativismo migrante nos dois países, investigando como mulheres migrantes têm se articulado transnacionalmente nas últimas décadas, em termos dos sentidos, das tensões, das estratégias adotadas e das relações estabelecidas com outros movimentos. Com base em observação participante e entrevistas em profundidade realizadas com ativistas, argumento que os ativismos desenvolvidos podem ser interpretados como Feminismos Migrantes. Esses feminismos se configuram enquanto um campo de teoria e práxis política, desenvolvido por mulheres migrantes e suas dissidências, que estão em constante movimento. É um campo interseccional e em disputa, situado e forjado nas lutas contra os racismos, a xenofobia, as desigualdades e as violências de classe, gênero, origem e sexualidade. Nessa perspectiva, as ações, estratégias e demandas se inscrevem em práticas transnacionais e transfronteiriças de ativismo, baseadas no cuidado e em vínculos afetivos, culturais e políticos estabelecidos por migrantes.

Palavras-chave: Feminismos Migrantes; migração; ativismo; movimentos sociais; lutas transnacionais.

ABSTRACT

In this thesis, I seek to understand, through interpretative approaches and qualitative case studies, aspects of migrant women's activisms and struggles, focusing on the experiences of activists and organisations active in Brazil and Argentina, in the context of the South-South migration. From a longitudinal perspective and based on feminist epistemologies, I analyse the formation and strengthening of migrant associative fields in the two countries. I investigate how migrant women have articulated themselves transnationally in recent decades, in terms of the meanings, tensions, strategies adopted, and relationships established with other movements. Based on participant observation and in-depth interviews with activists living in these two countries, I argue that the activisms developed can be interpreted as Migrant Feminisms. These feminisms are forged as a field of political theory and praxis, developed by migrant women and their dissidents, who are constantly on the move. It is an intersectional and disputed field, situated and grounded on struggles against racism, xenophobia, inequalities and violence of class, gender, origin and sexuality. The actions, strategies and demands are part of transnational and cross-border practices of activism, based on emotional, cultural and political ties established by migrants.

Keywords: Migrant Feminisms; migration; activism; social movements; transnational struggles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Post de Instagram da Fundación Mujeres Migrantes (Chile)..... 97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Agência da ONU para os Refugiados
AMUMRA – Asociación Civil de Derechos Humanos – Mujeres Unidas, Migrantes y Refugiadas en Argentina
BBC – British Broadcasting Corporation
BH – Belo Horizonte
BPC - Benefício de Prestação Continuada
BREXIT – British Exit
BTM – Bloque de Trabajadores Migrantes
CABA – Ciudad Autónoma de Buenos Aires
CAREF – Comisión Argentina para Refugiados y Migrantes
CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales
CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos
COMIGRAR – Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
COMPAR/RJ - Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas
CPMig – Coordenação de Políticas para Migrantes
CTO – Centro de Teatro do Oprimido
DNM - Departamento Nacional de Migrações
DNU – Decreto de Necessidade de Urgência
EOP – Estruturas de Oportunidades políticas
EUA – Estados Unidos da América
IIEGE – Instituto de Investigaciones de Estudios de Género
ILGA - International Gay and Lesbian Association
IOM – International Organization for Migration
JN – Jornal Nacional
MG – Minas Gerais
NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher
NWSA - National Women's Studies Association
NUMM – Ni Una Migrante Menos
OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais
OIM – Organização Internacional para Migrações
OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PcD - Pessoas com Deficiência

PT – Partido dos Trabalhadores

PL – Projeto de Lei

PLS – Projeto de Lei do Senado

PMPI – Política Municipal para a População Imigrante

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RJ – Rio de Janeiro

TPP – Teoria do Processo Político

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal de Minas Gerais

SP – São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ... 19

Aspectos metodológicos e epistemológicos ... 22

Estrutura da tese ... 27

PARTE I: Caminhos teóricos e literatura ... 32

1. Fronteiras, diásporas, migrações e mobilidades ... 32

1.1 O Estado e as fronteiras: apontamentos críticos e aspectos histórico-políticos 36

1.2 Arenas em disputa: fronteiras e debates acadêmicos ... 41

1.3. Ser, estar e pertencer à diáspora ... 45

1.4. A mobilidade e o transnacional(ismo) ... 51

2. Movimentos sociais, ativismos e associativismo civil: ativismo transnacional e diaspórico, lutas migrantes e redes transnacionais ... 58

2.1 Teorias de Movimentos Sociais: um apanhado do debate ... 62

2.1.1 O terreno latino-americano ... 67

2.2 Transnacional ou diaspórico? ... 71

2.3 Entre a mobilidade e a mobilização: agências e ativismos de migrantes ... 79

2.4. Autonomia e lutas migrantes: a construção de marcos interpretativos ... 85

3. Teorias feministas e de gênero ... 91

3.1 Ondas, terremotos e territórios em disputa: movimentos feministas na América Latina ... 93

3.2 Onde os feminismos encontram as migrações: reivindicações no campo teórico, as mulheres nos estudos migratórios e as teorias de gênero ... 98

3.3 "*No hay feminismo sin las migrantes*": mulheres migrantes nas teorias feministas e de gênero ... 102

3.3.1 Transnacional, trans(local) ... 106

3.3.2 As diásporas nos estudos feministas ... 112

3.3.3 Feminismos e teorias de fronteira ... 115

3.3.4 Interseções, margens, cruzamentos e interseccionalidades ... 120

PARTE II: Percursos e análises empíricas ... 127

4. Migrações, ativismos, feminismos: o campo associativista migrante na Argentina contemporânea ... 127

4.1 Aproximações, deslocamentos e movimentos: trabalho de campo, posicionalidades e epistemologia ... 127

4.2. Por um novo marco legal no país: mobilizações e lutas pela Lei de Migração . 133

4.3 "El Gobierno de Macri nos quitó muchas cosas": a administração macrista, a luta contra as expulsões e a dinamização dos ativismos ... 139

4.4 Novos grupos, velhas demandas e o protagonismo das mulheres: *feminismos migrantes* na Argentina, tensões e aportes ... 144

4.5 Pandemia e o governo Alberto Fernández: desmobilização, disputas e articulações possíveis ... 151

4.6 "A liberdade avança"... e as conquistas sociais? Milei, a extrema direita e o cenário de incertezas ... 155

5. Brasil, "um país acolhedor"? Migrações internacionais e o campo associativista migrante no Brasil contemporâneo ... 158

5.1 Do imigrante (in)desejável ao estrangeiro perigoso: das "grandes migrações" ao Estatuto do Estrangeiro ... 158

5.2 Por uma nova lei de migração: mobilização, ativismos e conquistas ... 162

5.3 "O que fortalece é o diálogo": novos coletivos, feminismos (migrantes), aproximações e deslocamentos ... 169

5.4 "Era o governo do pesadelo": governo Bolsonaro, pandemia e o campo associativista migrante ... 174

5.5 "Temos que ver se o movimento social vai ser incluído": "pós pandemia", lutas por justiça e governo Lula ... 182

6. Feminismos migrantes: teoria, práxis e ativismo em movimento ... 187

6.1 "Ser migrante também é um lugar de enunciação política": migração como *acontecimento*, posicionamentos e posicionalidades ... 188

6.2 Interseccionalidade emancipadora, políticas de localização e solidariedade a partir das diferenças ... 195

6.3 "*Somos una potencia de transformación*": reivindicações, pautas e a migração como um direito ... 200

6.3.1 "Pra formar outro horizonte": contra precariedades e por justiça social ... 201

6.3.2 "Estou cansada de tanto folclore": interculturalidade e luta contra a xenofobia ... 203

6.3.3 "O racismo é tão profundo e tão aniquilador": antirracismo em movimento ... 205

6.3.4 "Eu sinto que saí de outro armário": pelas diversidades de gênero e sexualidade ... 207

6.4 "*Un saber-hacer militante*": pedagogias, transnacionalização das lutas e o cuidado como linguagem ... 210

CONSIDERAÇÕES FINAIS ... 215

REFERÊNCIAS ... 226

APÊNDICE A: Coletivos de migrantes pesquisados ... 254

ANEXOS ... 256

Anexo 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada ... 256

Anexo 2 – Mulheres migrantes entrevistadas para a pesquisa ... 259

INTRODUÇÃO

> É bom ser **mulher**. Para mim é **um ato de resistência**, de **luta diária**, né? Agora, **me reconhecer como mulher migrante**, eu acho que **seria.... Isso triplicado**. Porque aí vem essa questão de tentar explicar **porque que eu sou migrante**, ou **de onde eu sou**, de onde eu venho, porque eu vim... Então, isso é ... É um **selo que a gente carrega na testa**, eu acho, e sugere muitas perguntas, **muitas incomodidades em alguns espaços**. E a gente identifica isso de forma muito rápida, né? Então eu acredito que **ser mulher migrante é um ato da resistência**, de **luta diária** e **nos reconhecer como tal é um ato político**, porque a gente precisa manter **nossa cultura**, **nossa identidade viva**, não é? (Miguelina[1], ativista migrante peruana, entrevista realizada em Belo Horizonte, Brasil, em outubro de 2022. Grifos próprios[2]).

Os sentidos em torno de *ser mulher*[3] são diversos e plurais, como apontam, há décadas, os movimentos feministas (Truth, 1851; Scott, 1990; Butler, 2018). Para Miguelina, ativista peruana residente no Brasil, o significado está diretamente atrelado às resistências e lutas cotidianas. Mas Miguelina não é "só" mulher. Além de outros tantos adjetivos, é mulher *migrante*[4]. E como ela mesma descreve, reconhecer-se dessa forma é um *ato político*.

Conheci Miguelina em 2017. Dois anos antes, a temática migratória havia cruzado meu caminho acadêmico, quando eu finalizava minha graduação em Comunicação Social/Jornalismo na UFMG. Com o interesse de conhecer e compreender diferentes experiências vivenciadas por migrantes no Brasil, comecei a pesquisar sobre tema, a atuar em instituições que apoiavam essas pessoas e, em 2017, vi brotar o Cio da Terra, um coletivo de mulheres migrantes que, até os dias atuais, transforma o cenário migratório em Belo Horizonte/MG e Região Metropolitana. Composto por mulheres de distintas origens, características, culturas e trajetórias, o grupo desenvolve inúmeras atividades voltadas para o fortalecimento da autonomia e

---

[1] Todos os nomes das ativistas mencionados ao longo desta tese são fictícios, de modo a preservar suas identidades. Para nomear as interlocutoras de pesquisa, optei por usar o primeiro nome de mulheres que foram referências para os feminismos nos diferentes países de origem das entrevistadas.

[2] Optei por marcar em negrito algumas frases, expressões e/ou palavras dos relatos das interlocutoras de pesquisa, de modo a destacar esses pontos. Os grifos são próprios em todos os trechos de entrevistas ao longo da pesquisa.

[3] Utilizo, em vários momentos do texto, o *itálico* para destacar termos e categorias importantes para as reflexões e análises propostas.

[4] Como aponta a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009; 2024), não há um significado único para o termo "migrante", que pode assumir vários sentidos a depender do uso jurídico, político ou demográfico, por exemplo. Nesta tese, utilizo a palavra "migrante" em referência a todas as pessoas que residem em um local diferente daquele em que nasceram, independentemente da situação migratória, nacionalidade ou categoria jurídica. Além disso, o foco da pesquisa está nas experiências de migrantes *internacionais*, ou seja, pessoas que vivem em um país distinto ao de seu nascimento.

autoestima das mulheres migrantes, buscando a garantia e o pleno acesso a seus direitos (Cio da Terra, 2019; Faria e Dornelas, 2022).

Atuando no Cio da Terra, construí vínculos fortes de amizade e companheirismo com outras mulheres. Pude observar como a experiência *coletiva* altera percepções individuais, promove aprendizados constantes e é um elemento fundamental para a conquista de direitos. Vivenciei, ao lado das companheiras, períodos de desesperança – como a pandemia de Covid-19; momentos de euforia – como os que compartilhamos em nossos saraus; e episódios desafiadores, em que a saída era a articulação com diferentes movimentos em outros territórios.

Nesses processos e no decorrer da minha atuação acadêmica e profissional, conheci diferentes atrizes e atores políticos, me inseri em circuitos distintos e me indagava, constantemente, *como* compreender as ações realizadas por mulheres migrantes como aquelas com as quais eu convivia. Ao olhar para coletivos como o Cio da Terra, percebia que as ações desenvolvidas não se pautavam pelo objetivo - quase genérico - de “atender” ou “acolher” migrantes, mas de *reivindicar o protagonismo* dessas pessoas em diferentes espaços, bem como de *lutar* pelo pleno acesso a direitos constitucionalmente garantidos.

Mais ainda, percebia que essas reivindicações articulavam linguagens, formas de ação, estratégias e práticas políticas *feministas*, ainda que as diferenças e inquietações das mulheres migrantes em relação aos feminismos fossem sempre demarcadas de maneira crítica, posicionada e refletida. As demandas atravessavam a busca por justiça, a luta por políticas públicas, a ampliação dos espaços de participação e a exigência de viver em territórios livres de xenofobia, racismo e violência de gênero. Mas *como compreender* esses processos?

Levando em conta as polissemias que envolvem as migrações e os feminismos e, com a proposta de olhar para os ativismos de mulheres migrantes, me debruço, nesta tese, sobre essas lutas, na tentativa de compreender *como* elas se configuram em termos dos significados, reivindicações, estratégias e relações estabelecidas com outros movimentos. Seguindo uma trajetória que envolve monografia, dissertação de mestrado e outras publicações nessa agenda de pesquisa (Dornelas, 2018; 2020; 2022; 2023), busco investigar as formas de agência (Piscitelli, 2013; Mahmood, 2019),

resistência (Scott, 1990)[5] e os sentidos construídos por essas mulheres[6] em torno do ativismo. Partindo dessas propostas, meu objetivo é compreender, ainda, se é possível interpretar esses agenciamentos em termos da configuração de *feminismos migrantes*. Nesse sentido, a pesquisa está guiada pelos seguintes questionamentos:

- *Como se configuram os ativismos de mulheres migrantes no contexto Sul-Sul, em termos de sentidos, reivindicações, valores e estratégias mobilizadas transnacionalmente? Essas experiências, sentidos, significados e formas de agência e resistência conformariam "feminismos migrantes"?*

Parto de epistemologias feministas (Haraway,1995; Harding, 1989; 1995) e de um olhar interessado em captar as percepções e interpretações das *próprias migrantes* sobre os ativismos que desenvolvem. Busco analisar essas contribuições à luz da teoria e, neste caso, entendo que a pesquisa articula três principais campos: a literatura em torno das migrações, os estudos sobre movimentos sociais, e as teorias feministas e de gênero. Esses são os marcos teóricos que guiam esta investigação.

Por meio de abordagens interpretativas (Yanow, 2014), foco a análise no contexto das migrações Sul-Sul que, como expõe Baeninger (2018), dizem respeito aos deslocamentos feitos entre países do "Sul global"[7]. Mais especificamente, desenvolvo estudos de caso sobre o campo associativista migrante no Brasil e na Argentina, olhando para as experiências de ativistas e organizações de mulheres migrantes atuantes nesses dois países. Esses locais, além de terem registrado um aumento no número de mulheres imigrantes nos últimos anos (IOM, 2022), possuem coletivos e grupos que têm se destacado no cenário das mobilizações migrantes na região. Soma-se a isso o fato de ambos os países possuírem legislações migratórias consideradas - regional e internacionalmente - avançadas em matéria de direitos humanos.

---

[5] Adriana Piscitelli (2013, p.22) define a ideia de agência como "a capacidade de ação, mediada social e culturalmente". Citando leituras críticas sobre a ideia de agência, a autora, assim como apontado por Mahmood (2019) pontua a necessidade de diferenciação entre os conceitos de agência e resistência, tendo em vista que o último pressupõe uma reação ou resposta à dominação. Aqui, me baseio nessa noção de Piscitelli para compreender a agência e, em relação à resistência, mobilizarei as definições e achados de Scott (1990), para quem as resistências podem ser entendidas como formas de reagir cotidianamente a quadros de opressão e desrespeito.

[6] Como mulheres, me refiro às mulheres *cis* e *trânsgenero*, ainda que nenhuma das entrevistadas desta pesquisa se identifique como mulher trans.

[7] Segundo Melde et al (2014), citados por Jarochinski-Silva e Baeninger (2021), não há uma definição única sobre os termos "Sul global" e "Norte global", já que eles não se referem a uma localização geográfica específica, mas dizem respeito aos fluxos de capital e a aspectos como a divisão internacional do trabalho.

O desenho de pesquisa é composto por estudos de caso de natureza qualitativa, adotando, como métodos de geração de dados, entrevistas em profundidade com mulheres migrantes residentes no Brasil e na Argentina, além de observação participante em eventos, fóruns de discussão, atos e espaços em que as mulheres migrantes atuam e participam. As interlocutoras de pesquisa são nacionais de diferentes países do "Sul Global", principalmente da América Latina e Caribe, e residem em distintas cidades do Brasil e da Argentina. O perfil[8] dessas mulheres também é diverso em termos de idade, raça, escolaridade, orientação sexual, tempo de residência no Brasil, profissão, entre outros aspectos. Essa heterogeneidade, como veremos adiante, foi fundamental para uma compreensão mais ampla dos ativismos desenvolvidos.

Para entender os contextos mais amplos em que estão inseridas essas ações, também analiso documentos, legislações, normativas e outros textos de referência nas temáticas de migração, gênero e feminismos. Para interpretação de todos esses dados, mobilizo a análise qualitativa de conteúdo discursivo (Mendonça, 2009), matriz analítica que mescla elementos da análise de conteúdo e de discurso. No próximo tópico desta introdução, apresento a metodologia utilizada de maneira mais detalhada.

Aspectos metodológicos e epistemológicos

Me pautando nas epistemologias feministas (Haraway,1995; Harding, 1989; 1995), busco construir, por meio da análise empírica baseada na discussão teórica, interpretações a respeito dos ativismos de mulheres migrantes, bem como as conexões entre migrações, movimentos sociais e as práticas e teorias feministas. Para expor mais minuciosamente como esta pesquisa foi construída, entretanto, entendo ser importante dizer, primeiramente, do meu *lugar de enunciação*. Isso porque, concordando com Donna Haraway (1998), entendo que as visões, perspectivas e análises que fazemos, enquanto pesquisadoras, partem de um *lugar*, de *posições* e *posicionalidades* (Anthias, 2008) que assumimos social e politicamente. Haraway (1995; 1998) demonstra que todo conhecimento é situado e, desse modo, parcial. Isso não significa dizer que a pesquisa é isenta de rigor científico, mas que há diferentes formas de olhar para o mesmo fenômeno. E nesse aspecto, como expõem Sprague e

[8] Um breve perfil com mais informações sobre as interlocutoras de pesquisa encontra-se no Anexo 2 desta tese.

Kobrynowicz (2006, p. 28), “ao traduzir perspectivas distintas e conectar conhecimentos situados em constante mudança, podemos construir racionalmente algum acordo coletivo, ainda que provisório, sobre o todo”.

Sou uma mulher cisgênero, brasileira, branca, de 29 anos. Nascida em Belo Horizonte/MG e em um contexto de classe média, a migração entrou na minha vida e a atravessou desde cedo, ainda que eu só tenha percebido isso em 2023, durante uma entrevista para esta Tese, com uma ativista argentina. Sou filha de migrantes internos, pessoas que saíram do interior de Minas Gerais para se aventurarem na capital, levando na mala alguns sonhos, incertezas e expectativas. Criada longe das minhas famílias, passei a vida toda me deslocando entre diferentes cidades, lidando com a saudade dos diversos lugares e pessoas que compunham meu entendimento sobre *lar*. Ao longo desses anos, ouvia minha mãe e meu pai dizerem de sentimentos de *deslocamento* e *estranheza* em relação aos distintos locais em que se situavam. Na cidade de destino, tiveram que lidar com a ausência de redes de apoio, a solidão e as expectativas sociais de cumprir um projeto migratório “de sucesso” (Eribon, 2018). Quando retornavam às origens, sentiam que não pertenciam mais àquele contexto: tudo era diferente. Inclusive eles.

Já na vida adulta, encontrei a *migração* como tema de pesquisa, trabalho e ativismo, como mencionei anteriormente. Dentre os espaços que percorri, o Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra foi onde presenciei resistências, construí afetos e vi a *política* acontecendo na sua forma mais ampla e genuína: no cotidiano, nas ruas, nas redes e em diferentes espaços de poder. Inspirada por essas experiências, me inseri cada vez mais no campo e, interessada em compreender essas ações políticas, embarquei na pesquisa, cheia de inquietações e algumas hipóteses.

Entrei no doutorado em Ciência Política no início do ano de 2020, pouco antes de o mundo ser atravessado por uma pandemia que causou mais de 7 milhões de óbitos ao redor do mundo (Terra, 2024) e alterou nossas percepções de tempo e espaço. Pesquisando sobre deslocamentos, me vi num cenário em que esses trânsitos eram ainda mais restritos. Olhando para os ativismos, vi os repertórios de ação se alterarem e os coletivos de mulheres migrantes se desdobrarem para se fazerem ainda mais presentes em diferentes comunidades. As disciplinas do doutorado foram feitas online, a saúde mental foi impactada por todo o cenário e o trabalho de campo foi postergado.

Em outubro de 2022, iniciei o campo no Brasil. Orientada pelos objetivos da pesquisa, optei por utilizar as entrevistas em profundidade e a observação participante como técnicas de geração de dados. Como explica Rathbun (2008), a entrevista é um método importante para perceber, de maneira mais minuciosa, características, reflexões e preferências diversas dos sujeitos. Em relação à observação participante, Lisa Weeden (2010) aponta como a técnica é relevante para pesquisas interpretativas no campo da Ciência Política, principalmente por representar um compromisso – ou uma "sensibilidade" (Yanow e Schwartz-Shea, 2006; Schatz, 2009 *apud* Weeden, 2010) para capturar aspectos da vida cotidiana e das experiências das e dos sujeitos, que podem indicar ricas relações e lançar luz sobre aspectos importantes de processos políticos mais amplos. Além disso, entendo que técnicas como a observação participante e as entrevistas em profundidade podem agregar significativas contribuições para análises no campo da política, principalmente por possibilitarem o olhar sobre ações que inicialmente podem parecer irrelevantes ou ocultas (Weeden, 2010; Scott, 1990).

Entre outubro de 2022 e julho de 2023, portanto, realizei o trabalho de campo no Brasil, percorrendo diferentes lugares em Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, cidades onde estão situados os coletivos que acompanhei ao longo da tese. Na Argentina, por questões de viabilidade financeira e de tempo, o campo foi realizado com coletivos situados na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), entre os meses de agosto de 2023 e janeiro de 2024. Entendo que, ao realizar as entrevistas em locais específicos ou em apenas uma cidade, como no caso da Argentina, o recorte analítico é limitado e contextual. Não pretendo e nem assumo, portanto, que os achados desta Tese reduzam experiências diversas em uma análise universalizante, principalmente considerando um fenômeno tão dinâmico como o migratório.

Ao todo, foram realizadas 30 entrevistas[9] para esta Tese. Dessas, 24 foram feitas presencialmente com mulheres migrantes que são ativistas[10], lideranças e/ou integrantes de organizações ou coletivos de mulheres migrantes nos dois países analisados. Além disso, conversei também com 6 atrizes políticas que atualmente não são migrantes, mas atuam com a pauta, como gestoras públicas, pesquisadoras, professoras e integrantes de organizações não governamentais. Meu objetivo era olhar para outras perspectivas interessantes sobre as políticas e o cenário migratório nesses países, a partir de diferentes locais de enunciação. Por questão de disponibilidade das interlocutoras, 3 destas 6 entrevistas foram realizadas de maneira virtual.

As entrevistas presenciais foram realizadas em diferentes locais que, na maioria das vezes, eram sugeridos pelas próprias interlocutoras, de acordo com a disponibilidade de data e horário de cada uma delas. Cafeterias, eventos públicos, museus, instituições, restaurantes, praças e a própria casa das interlocutoras foram alguns dos locais onde realizamos as entrevistas. As conversas partiam de um roteiro prévio (Anexo 1) que, baseado nos objetivos da pesquisa e nos conhecimentos já adquiridos sobre o tema, buscavam orientar a entrevista, ainda que outros assuntos, elementos e questões tenham surgido ao longo das conversas. O projeto de pesquisa, incluindo seu roteiro de entrevista, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG[11], assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi apresentado e assinado por todas as entrevistadas.

No Brasil, por já ter uma inserção prévia no campo, tanto como pesquisadora, quanto como ativista, me aproximar das entrevistadas não foi uma dificuldade. Na Argentina, embora eu já tivesse tido contato com algumas organizações em razão de

[9] Dessas 30 entrevistas, 14 foram realizadas no Brasil e 16 na Argentina. No primeiro local, as mulheres migrantes entrevistadas para a Tese residem nas cidades de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) e integram os seguintes coletivos: Cio da Terra – Coletivo de Mulheres Migrantes (BH), Magdas Migram (RJ), Rede Milbi+ (SP), Coletiva de Mulheres Migrantes em Migração pela Paz (RJ/BH) e Equipe de Base Warmis - Convergência de Culturas (SP). Na Argentina, as mulheres migrantes que acompanhei residem na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) e integram os seguintes coletivos: Ni Una Migrante Menos, Bloque de Trabajadorxs Migrantes, Yanapacuna e Amumra – Asociación Civil de Derechos Humanos Mujeres Unidas Migrantes y Refugiadas en Argentina.

[10] Como o objetivo mais amplo da pesquisa é olhar para experiências de ativismo desenvolvidas por mulheres migrantes, busquei, inicialmente, interlocutoras de pesquisa que fazem parte de coletivos, organizações ou grupos de mulheres migrantes em seus locais de destino. Também conversei com algumas que não integram algum grupo, mas são lideranças nas comunidades e territórios em que residem.

[11] Número do CAAE: 61769622.9.0000.5149.

mobilizações transnacionais realizadas anteriormente, o campo era totalmente novo para mim. Cheguei, então, às interlocutoras por meio de indicações de outras ativistas, pesquisadoras e, posteriormente, por meio da técnica do *snowball* - bola de neve (Goodman, 1961), em que uma pessoa indica outras que podem se interessar em participar da pesquisa.

Todas as entrevistas realizadas com mulheres migrantes no Brasil foram feitas em português, tendo em vista que as entrevistadas tinham fluência no idioma, o que não o tornava um empecilho. Na Argentina, todas as entrevistas foram realizadas em espanhol, com exceção da conversa com uma ativista brasileira, migrante naquele país. Para facilitar a organização dos dados, todas as entrevistas foram gravadas, com anuência das interlocutoras. Posteriormente, as conversas foram transcritas, sistematizadas e analisadas, por meio do software Atlas T.I. No total, as 30 entrevistas somaram quase 50 horas, transcritas nos dois idiomas em, aproximadamente, 750 páginas.

Para além das entrevistas e da observação participante, também analisei documentos, artigos, legislações relacionadas à migração, relatórios e outros materiais públicos que pudessem fornecer dados importantes sobre a temática, como atas de encontros e documentos de conferências. Como defendem Lowenkron e Ferreira (2014), documentos são elementos paradigmáticos da construção de conhecimento, e a análise desses materiais envolve, ainda, uma atenção aos significados e os efeitos produzidos por eles. Optei por analisar esses documentos, como as leis e políticas migratórias dos dois países, portanto, pelo interesse em compreender: i) como essas legislações foram construídas em termos de participação social, ii) de que maneira a mobilização tem sido impactada por essas políticas e iii) se, e como, as pautas, reivindicações e ações das migrantes envolvem temas, conteúdos e argumentos contidos nesses arquivos.

Para analisar todos os dados, tanto as entrevistas como os documentos em questão, mobilizei, como método de análise de dados, a análise qualitativa de conteúdo discursivo (Mendonça, 2009). Essa técnica, que articula elementos das análises de conteúdo e de discurso, tem o objetivo de identificar e interpretar os principais elementos, categorias e significados que emergem nos textos analisados. Considerando que os sentidos são estruturados e reestruturados continuamente no interior das práticas sociais, busquei olhar não só para o conteúdo dos textos, mas também para seus contextos de enunciação. Assim, acredito que mobilizar

unicamente a análise de conteúdo me limitaria às mensagens do texto, do mesmo modo que o uso restrito da análise de discurso poderia captar elementos mais relacionados a aspectos linguísticos, o que não contemplaria, amplamente, os objetivos da pesquisa. O cruzamento entre ferramentas e abordagens de ambas as correntes metodológicas, portanto, por meio da análise qualitativa de conteúdo discursivo, se mostrou mais apropriado para responder às questões de pesquisa.

Nesse caminho de análise, busquei identificar e analisar os temas, elementos e categorias mais proeminentes nos relatos das entrevistadas, relacionando-os com os contextos em que foram enunciados, com os documentos coletados e analisados, e com as contribuições advindas do marco teórico mobilizado na investigação.

Estrutura da tese

Nos contatos, trocas e diálogos constantes com as mulheres migrantes, procurei observar e interpretar os sentidos construídos, disputados e compartilhados em torno dos ativismos, bem como compreender as relações estabelecidas com diferentes grupos. Nesse processo, na busca por entender “onde” os ativismos de mulheres migrantes se situam, me debrucei também sobre os feminismos, tanto na teoria quanto nas práticas políticas. Percebi que o tema migratório emergia às margens de debates mais hegemônicos, sendo trazido sempre e unicamente por aquelas mulheres que tinham vivenciado a migração.

Paralelamente, percebia que as mulheres migrantes se inseriam no campo feminista, marcando presença, enunciando suas demandas e criticando a invisibilidade que observavam. Nesses processos, ao passo que demarcavam sua diversidade em termos de origem, raça, etnia, sexualidade e classe, essas mulheres buscavam construir um *comum*, fortalecendo identidades individuais e coletivas que se articulavam em torno da experiência compartilhada de serem *migrantes*.

Ao acompanhar diferentes ativistas, organizações e coletivos de mulheres migrantes, observei o fortalecimento de um “saber-fazer” militante (Magliano, 2023; Brage, 2020) que se forja nos cuidados, na crítica às estruturas de opressão e em lutas transnacionais que buscam combater as violências e alcançar igualdade e justiça social em diferentes territórios. Nesse sentido, é baseada nas percepções das próprias interlocutoras de pesquisa, que proponho, aqui, refletir sobre esses ativismos,

entendendo que eles podem ser compreendidos como *feminismos migrantes*, que defino como:

> - *Um campo de teoria e práxis política desenvolvido por mulheres migrantes e dissidências[12], que estão em constante movimento. É um campo interseccional e em disputa, situado e forjado nas diferenças e nas lutas contra os racismos, a xenofobia e as desigualdades e violências de classe, gênero, origem e sexualidade. As ações, estratégias e demandas se inscrevem em práticas de ativismo transnacionais e desterritorializadas, baseadas no cuidado e em vínculos afetivos, culturais e políticos estabelecidos por migrantes.*

Como bem descreveu Soledad, ativista colombiana que reside no Rio de Janeiro/Brasil, os feminismos migrantes começaram "*primeiro na ação*. E depois, na teoria, depois na pesquisa. Eu acho que começou existindo primeiro na *convivência*, depois chegaram as pesquisas"[13]. Ao longo desta Tese, portanto, apresento os elementos teóricos e empíricos sobre os quais me debruço para construir a argumentação da pesquisa e discorrer sobre essa noção de *feminismos migrantes.*

Na Parte I desta tese, de modo a alcançar os objetivos, me dedico a analisar, respectivamente, os três grandes campos teóricos em que esta pesquisa se situa, a saber: 1) na literatura sobre migrações e mobilidades, 2) nos estudos sobre movimentos sociais e 3) nas contribuições das teorias feministas e estudos de gênero.

No **capítulo 1**, dialogo com a literatura sobre migrações e mobilidades, expondo como políticas de gestão e controle de fronteiras têm se ampliado e fortalecido ao redor do mundo, trazendo impactos para o cotidiano de pessoas migrantes em diferentes territórios. Abordo também os debates em torno das categorias de *fronteira*, *diáspora* e *transnacional(ismo)*, três noções que, além de serem centrais para se pensar o fenômeno migratório, atravessam os outros campos teóricos em que esta pesquisa se situa.

No **capítulo 2,** parto das três categorias citadas acima para olhar para a literatura em torno das ações coletivas e movimentos sociais, principalmente no contexto da América Latina. Busco apresentar como o associativismo migrante e suas diversas mobilizações têm sido analisados, historicamente, por diferentes autores,

---

[12] A ideia de "dissidências" foi mobilizada em vários momentos pelas interlocutoras de pesquisa para se referirem às pessoas LGBTI+, que podem não se identificar como *mulheres*, por isso utilizo o termo. Entendemos, nesse sentido, que os feminismos migrantes também podem ser construídos e reivindicados por essas pessoas, ainda que o foco desta pesquisa esteja nos ativismos desenvolvidos por *mulheres migrantes* (cis e trans).

[13] Entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em abril de 2023.

buscando apontar lacunas e propor reflexões em termos da interpretação desses ativismos. Exponho, também, o debate sobre lutas migrantes e o enfoque autonomista da migração, perspectivas teóricas críticas que fornecem elementos interessantes para a análise das ações políticas desenvolvidas por mulheres migrantes.

No **capítulo 3**, olho para as teorias feministas e de gênero, com o objetivo de avaliar e compreender se - e como - as lutas das mulheres migrantes têm sido abordadas nesses campos. De maneira transversal, me oriento pelas categorias de *fronteira*, *diáspora* e *transnacional(ismo),* noções que também são mobilizadas por diferentes autoras feministas. Busco expor e debater perspectivas teóricas que julgo fundamentais para entender os feminismos migrantes, como a interseccionalidade, as políticas de localização e o debate sobre as diferenças.

Optei por expor esses debates nessa ordem e, para cada um desses campos dedicar um capítulo específico, de modo a organizar a apresentação dos marcos teóricos que guiam esta investigação, apontando suas potencialidades e lacunas para pensar os ativismos das mulheres migrantes. Em paralelo – e em diálogo com essas literaturas – costuro, ao longo da Parte I, achados e argumentos advindos dos trabalhos de campo.

Na **Parte II** da Tese, me debruço de maneira mais minuciosa sobre os aspectos empíricos da investigação. Articulando as descobertas de campo com os aportes teóricos apresentados nos outros capítulos, busco desenvolver, por meio dos estudos de caso, os argumentos centrais da pesquisa. Lançando luz para os cenários contemporâneos de ativismo migrante no Brasil e Argentina, continuo com a análise dos relatos das mulheres migrantes com base nas contribuições teóricas.

No **capítulo 4**, apresento o estudo de caso sobre os ativismos de mulheres migrantes na Argentina. Partindo das lutas por mudanças na legislação migratória, ainda no final da década de 1990, trago as percepções de diferentes ativistas residentes no país sobre os cenários de ação coletiva. Discorro sobre algumas tensões e transformações sofridas no campo associativista migrante ao longo das últimas décadas, expondo como contextos políticos e sociais também influenciam esses agenciamentos. Nesse caminho, busco dialogar com autoras e autores de referência e apresentar um apanhado das principais mobilizações migrantes contemporâneas na Argentina.

No **capítulo 5**, me volto para o Brasil, com um estudo de caso sobre as lutas desenvolvidas pelas mulheres migrantes. Assim como no debate sobre a Argentina,

parto das mobilizações pela nova Lei de Migração - no caso brasileiro sancionada em 2017. Reflito sobre os cenários mais contemporâneos das ações coletivas migrantes e abordo os impactos da pandemia para as lutas migrantes. Exponho também algumas tensões presentes entre esses ativismos, o Estado e os feminismos de maneira geral, apresentando as demandas, negociações e contribuições feitas pelas mulheres migrantes ao longo desses anos.

No capítulo 6, considerando todo o caminho argumentativo já traçado ao longo da pesquisa, me debruço, com mais vagar, sobre a noção de *feminismos migrantes*. Em diálogo com o marco teórico e as contribuições das interlocutoras de pesquisa, apresento as principais características, particularidades, pautas e contribuições desses feminismos. Discorro sobre a ideia de migração como um *acontecimento*, expondo que a categoria *migrante* é central para esses ativismos e emerge como um lugar de enunciação e de articulação política. Mais ainda, apresento os principais aportes dos feminismos migrantes, defendendo que há uma pedagogia nas lutas, que envolve elementos como o cuidado, a interseccionalidade e o "rompimento de fronteiras" como horizonte de luta.

Tendo apresentado, ainda que de maneira geral, a estrutura da tese, acredito ser importante pontuar, também, suas limitações. Esta pesquisa é uma tentativa de mapear e interpretar alguns aspectos dos ativismos de mulheres migrantes. Como exposto, adoto recortes geográficos e temporais que, além de dizerem de contextos específicos, foram necessários para que a pesquisa fosse viável, principalmente considerando um fenômeno tão dinâmico como o migratório. Com isso, entendo que as experiências de luta aqui descritas não são as únicas existentes, nem busco reduzir todas as tramas dos ativismos migrantes às análises aqui feitas.

Reconheço que relações de poder existem e também atravessaram as trocas intersubjetivas com diferentes atrizes e atores políticos ao longo da feitura desta tese. Como toda pesquisa que se dispõe a ser crítica e comprometida, portanto, essa investigação possui lacunas, que envolvem a complexidade de abordar experiências tão ricas quanto diversas, além do desafio de narrá-las sem reforçar estereótipos ou cometer injustiças epistêmicas (Fricker, 2007). Nesse sentido, compreendo que as histórias individuais e coletivas das mulheres migrantes não podem ser totalmente explicadas por teorias ou categorias metodológicas, mesmo porque estas também estão em constante questionamento, dentro e fora do campo acadêmico.

Assim como os próprios *feminismos migrantes*, como pontuaram as mulheres ativistas, esta pesquisa é uma construção. É um intento de compreender processos coletivos mais amplos que também são dinâmicos e disputados. Com as mulheres migrantes que me acompanham nessa empreitada, portanto, esperamos que a pesquisa possa abrir caminhos e evidenciar, como definiu umas das ativistas, que as migrações são "*uma potência de transformação*".

PARTE I: Caminhos teóricos e literatura

1. Fronteiras, diásporas, migrações e mobilidades

Era uma segunda-feira de verão, dia 24 de janeiro de 2022, quando Moïse Kabagambe foi espancado até a morte em seu local de trabalho, o Quiosque Tropicália, localizado na praia da Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro. Refugiado congolês no Brasil, o jovem negro, de 24 anos, havia se mudado para o país em 2014, acompanhado da mãe e irmãos, que só saberiam do assassinato na manhã do dia seguinte, quase 12 horas após o ocorrido (Alves, 2022). Duramente agredido após cobrar pelo pagamento atrasado de serviços prestados no quiosque, Moïse teve sua vida ceifada por cinco brasileiros que o espancaram durante 15 minutos e continuaram trabalhando normalmente (G1, 2022), enquanto o racismo e a xenofobia faziam mais uma vítima fatal no Brasil do "acolhimento" e da "democracia racial"[14].

Dois dias depois do assassinato de Moïse, há quase 500 quilômetros da capital fluminense, um avião pousava no aeroporto de Confins, em Minas Gerais, trazendo o maior número de pessoas deportadas em um único voo desde 2019 (JN, 2022). Vindos dos Estados Unidos, 211 brasileiros, entre eles 90 crianças e adolescentes, retornavam ao país onde nasceram e de onde emigraram por inúmeras e diversas razões. Para além desse, outros diversos voos de deportação chegam semanalmente ao Brasil, transportando pessoas que, em muitos casos, estavam detidas em condições precárias antes de serem extraditadas por tentarem entrar - ou permanecer - irregularmente[15] em território estadunidense (Guimarães, 2020). Entre os meses de outubro de 2019 e novembro de 2022, foram deportados cerca de 7.500 brasileiros que tentaram entrar nos EUA sem visto (Sanches, 2022). Desses, mais de dois mil

[14] Como explica Abdias do Nascimento (1978), a ideia de democracia racial é baseada na falsa concepção de que as relações raciais no Brasil se constroem a partir de uma suposta harmonia entre pessoas brancas e negras. Esse mito, presente há séculos no imaginário social do país, parte do entendimento de que há uma igualdade de oportunidades e uma paridade entre brancos e negros, negando a existência do racismo, da desigualdade racial e de hierarquias sociais complexas como as existentes no Brasil.

[15] Por irregularidade, entende-se a situação em que a pessoa migrante tenta ingressar e/ou permanecer em algum país sem a documentação exigida pelo Estado para sua entrada ou permanência. Além de se referir ao migrante como irregular ou regular, é utilizado, também, o termo migrante documentado/não documentado. Por vezes, migrantes que estão em situação irregular no país de destino são chamados de "ilegais" e, em alguns países, a indocumentação é considerada um crime. O termo "ilegal", entretanto, é pejorativo e dotado de significados, podendo transmitir uma ideia de criminalização da migração e entendimento do deslocamento como um delito.

foram deportados só no primeiro semestre de 2022, número maior do que o registrado em todo o ano de 2021 (JN, 2022).

As deportações para o Brasil por meio de voos fretados pelos EUA começaram a ocorrer de maneira sistemática em outubro de 2019, sob os governos de Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil). A repatriação nesses termos – e nessa frequência - não ocorria desde 2006, mas foi autorizada pelo governo Bolsonaro após pressão norte-americana e o endurecimento das políticas anti-imigratórias adotadas no mandato de Trump (Sanches, 2022). Facilitadas por essas e outras medidas, as deportações se mantiveram e, inclusive, se intensificaram sob o governo de Joe Biden. Segundo mapeamento do sociólogo Gustavo Dias, divulgado pela BBC (Sanches, 2022), 22 voos dessa natureza pousaram em território brasileiro durante o mandato republicano. Já sob o governo Biden, o número de voos com brasileiros deportados ultrapassa os 50. Há, ainda, diversas denúncias de que as pessoas realizam esse trajeto com os pés e mãos algemadas, sofrendo maus-tratos durante a viagem e em condições precárias (Lopes, 2022).

Do outro lado do Atlântico, a tentativa de chegar a países europeus pelo Mar Mediterrâneo também é marcada por violações de direitos e altos índices de mortalidade. Em 2021, segundo estimativas da organização não governamental espanhola *Caminando Fronteras*, mais de quatro mil migrantes perderam suas vidas na rota do mediterrâneo, o maior número registrado desde 1997. A ONG indica que ao menos 170 naufrágios ocorreram em 2021, além de embarcações que ainda estão desaparecidas, muitas delas transportando, em sua maioria, mulheres e crianças (Craveiro, 2022).

Apesar de se situarem em contextos, territórios e cenários diferentes, todos esses acontecimentos revelam elementos de uma lógica comum: a violência contra migrantes e o controle nacional de fronteiras. O impedimento à circulação de pessoas entre Estados não é algo novo, assim como não é novidade que as fronteiras adentrem os territórios e continuem se manifestando em quadros de xenofobia, racismo e outras tantas violências que acometem pessoas imigrantes e refugiadas. Nos últimos anos, entretanto, tem sido observado, em diferentes locais do mundo, o reforço de práticas e políticas contrárias à migração, o aumento de discursos ultranacionalistas e xenófobos, bem como o incremento de lógicas securitárias, que enxergam os deslocamentos como “problema” ou ameaça à nação e à soberania nacional.

Inicio este capítulo com alguns breves dados sobre o cenário das migrações em diferentes locais do globo para evidenciar, como será exposto adiante, a intrínseca e relevante relação entre Estado, migração e política. Assumo, desde o princípio, que os deslocamentos humanos não se reduzem ao cruzamento de fronteiras físicas, mas são práticas políticas adotadas por sujeitos, que estabelecem constantes relações e se inserem em diferentes contextos sociopolíticos, econômicos e estatais. Nesse sentido, ainda que as migrações possam ser motivadas por inúmeras razões, suas implicações são políticas e estão relacionadas, entre outros aspectos, às ações estatais. Desse modo, olhar para o fenômeno migratório e para o modo como as mulheres desenvolvem formas de ativismo em seus diversos trânsitos cotidianos torna-se fundamentalmente relevante para o campo da Ciência Política. Isso porque as exclusões, violências e a ausência de políticas públicas voltadas para a população migrante ainda são entraves que afetam as trajetórias de muitas pessoas e marcam o modo como os Estados lidam com o tema migratório em diversos contextos.

Segundo os dados mais recentes da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), o contingente de migrantes internacionais no mundo alcançou a cifra de 281 milhões de pessoas em 2020, dentre as quais cerca de 135 milhões (48%, aproximadamente) são mulheres. Na Argentina, país onde residem mais de 2 milhões de imigrantes – o maior contingente da América do Sul (IOM, 2024), as mulheres compõem metade dessa população. No Brasil, segundo dados da Polícia Federal[16], a população imigrante soma cerca de 1 milhão e 500 mil imigrantes[17], o que representa 0,7% da população total do país. Desse contingente, cuja origem é, principalmente, de outros países do Sul-Global - como Venezuela e Haiti - 37% são mulheres. Em relação ao refúgio, até o final de 2020, cerca de 57 mil pessoas eram reconhecidas como refugiadas no Brasil, em sua maioria homens (62%) e de nacionalidade venezuelana (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2021).

Nesse contexto, o cenário de fortalecimento de fronteiras tem se apresentado em diversas frentes, seja no número recorde de deportações e expulsões, no incremento dos casos de violência contra migrantes, ou na publicação de atos

[16] Os dados da Polícia Federal, compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2021) dizem respeito somente às pessoas migrantes regularizadas, cujo registro se encontra nas bases de dados da PF. Os dados, nesse sentido, são subestimados, tendo em vista que não contabilizam as pessoas que se encontram em situação irregular ou que são solicitantes de refúgio.

[17] Apenas para se ter uma dimensão, o contingente populacional de migrantes residentes no Brasil é semelhante ao de pessoas indígenas. Segundo o Censo de 2022, o número de indígenas no país soma cerca de 1 milhão e 700 mil pessoas, o que representa 0,83% da população total do país.

normativos de fechamento de fronteiras de modo desigual e arbitrário, principalmente durante a pandemia de Covid-19. À guisa de exemplo, durante a emergência sanitária, mais de 30 Portarias referentes à questão foram publicadas no Brasil, muitas delas estabelecendo medidas distintas de impedimento à circulação de pessoas, a depender da nacionalidade ou do tipo de fronteira a ser cruzada. A Portaria Interministerial nº 120/2020 foi a primeira a estabelecer essas regras, restringindo, especificamente, a entrada de pessoas venezuelanas em território brasileiro. Em vários pontos do texto, o documento expressa tratamento diferenciado a migrantes venezuelanos, contendo, entre outros pontos, ameaças de repatriação imediata e inabilitação da solicitação de refúgio.

Além desse ato normativo, outras Portarias também previram a abertura de fronteiras áreas – enquanto as terrestres permaneciam fechadas, o que impossibilitava, por exemplo, o ingresso de pessoas que se deslocavam a pé e não possuíam recursos para arcar com outras formas de entrada, ou que desejavam solicitar refúgio no país vizinho. Não à toa, o estado de Roraima – unidade da federação que faz fronteira com a Venezuela, foi o que registrou maior queda no trânsito e movimento de migrantes em 2020 (OBMigra, 2020), mesmo com o considerável fluxo imigratório do país para o Brasil desde 2018. Essas medidas também refletiram no substancial aumento no número de deportações de imigrantes de diferentes nacionalidades durante a pandemia, tendo em vista que, só em 2020, quase 3 mil pessoas foram deportadas, um incremento de 5.708% em relação ao ano anterior (Sousa e Leite, 2021).

Conforme apontam Leão e Fernandes (2020), essas iniciativas adotadas pelo governo brasileiro estão em desacordo com a legislação brasileira vigente relacionada à migração e refúgio, bem como violam prerrogativas de Tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Há de se destacar que a atual Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) é considerada, internacionalmente, um instrumento normativo de vanguarda, principalmente por tratar os deslocamentos sob a perspectiva dos direitos humanos. Elaborada após reivindicações e lutas históricas dos movimentos de migrantes e da sociedade civil organizada no país, a legislação revogou o chamado “Estatuto do Estrangeiro” (Lei nº 6.815/1980), que era datado da época da ditadura militar e partia de uma visão da migração como questão de segurança nacional.

Na Argentina, o trabalho de campo demonstrou que a percepção geral sobre a atual legislação migratória (*Ley* nº 25.871/2003) é similar. Sancionada em 2003 e

promulgada no ano seguinte, a lei é fruto de demandas históricas de setores da sociedade civil, movimentos sociais e academia, tendo sido pioneira - regional e internacionalmente – na abordagem de direitos e na previsão de garantias às pessoas migrantes.

Entretanto, embora ambas legislações representem um avanço, a existência dos aparatos legais não é suficiente para garantir o pleno acesso de migrantes a direitos constitucionalmente garantidos, nem impedir que quadros de violência se manifestem no cotidiano dessas pessoas. Ademais, a ausência de políticas públicas específicas para a população migrante[18], especialmente aquelas que considerem como eixos de importância fatores como gênero, raça, classe, origem nacional e etnia, por exemplo, reforça, substancialmente, processos de exclusão e desigualdade.

1.1 O Estado e as fronteiras: apontamentos críticos e aspectos histórico-políticos

Ao se pensar em deslocamentos populacionais, uma linha de interpretação que tem ganhado força na literatura acadêmica parte da defesa da noção de *mobilidade*, que engloba diversas formas de movimento, como as migrações internacionais e o refúgio, mas também as viagens temporárias e para turismo, por exemplo. A “virada da mobilidade” (ou, no inglês, *mobility turn*) (Sheller e Urry, 2006) nas Ciências Sociais parte da defesa de que, mais que considerar os cruzamentos de fronteiras entre distintos países, como a noção de *migração internacional* apontaria, por exemplo, a ideia de mobilidade é mais abrangente, por considerar outros aspectos relacionados aos movimentos humanos.

Essa perspectiva, nesse sentido, parte do questionamento de teorias que se assentam em um espaço-temporal fixo como elemento central da experiência humana, defendendo que as análises ultrapassem esses marcos e considerem a multiplicidade de redes e conexões existentes entre diferentes indivíduos e territórios. A proposta é se pensar os diversos trânsitos que sujeitos desenvolvem

18 Há de se destacar que o Brasil, até o momento, não possui uma Política Nacional consolidada para a população migrante, refugiada e apátrida. Sob o novo governo Lula (2023-2026), o Departamento de Migrações (DEMIG), vinculado ao Ministério da Justiça, criou um Grupo de Trabalho, composto por diferentes atores sociais e movimentos de migrantes, destinado a construir essa Política Nacional. Nesse processo, o governo também anunciou a realização da 2ª Comigrar – Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, em novembro de 2024. Até lá, estão sendo realizadas conferências de políticas públicas em diferentes locais do país, como parte preparatória para a conferência nacional.

cotidianamente, a partir de um enquadramento focado no movimento e nas relações estabelecidas nesses processos, e não na fixidez ou na centralidade do Estado-Nação enquanto operador analítico. Não se trata, na defesa de Sheller e Urry (2006), de ignorar o papel que o Estado exerce sobre diferentes processos sociais, nem de pensar o mundo como um espaço sem fronteiras e relações de poder, mas de considerar outros marcadores analíticos que não estejam unicamente vinculados a escalas geográficas imutáveis.

Nesse sentido, alguns autores (Glick Schiller e Salazar, 2012) defendem ser necessário adotar um *framework* interpretativo que permita pensar as relações entre mobilidade e imobilidade, entre experiências e imaginários que envolvem os deslocamentos, bem como tensionar críticas a algumas reflexões comumente feitas no campo dos estudos migratórios. Aqui, creio ser importante destacar que compreendo a perspectiva da mobilidade e sua relevância para romper com análises marcadamente centradas no papel do Estado-Nação. Avalio, contudo, que os deslocamentos se inserem em contextos sociopolíticos diversos que atravessam não só o modo como esses trânsitos são lidos pelos Estados, mas como as pessoas migrantes vivenciam suas experiências nos territórios.

Com isso, quero dizer que a as práticas e lógicas estatais devem ser tensionadas, tendo em vista que as diversas fronteiras, linguagens de controle e discursos nacionalistas se manifestam cotidianamente sobre a vida de quem migra. Nesse sentido, concordo com Glick-Schiller e Salazar (2012) que, ao mesmo tempo que a virada das mobilidades representa um “novo paradigma” analítico para os estudos sobre os movimentos populacionais, tornam-se cada vez mais presentes os discursos e práticas que reforçam a nação, a soberania nacional e o enrijecimento de fronteiras em muitos locais do mundo. Mais que recusar determinada perspectiva, desse modo, é importante olhar para as dinâmicas e paradoxos que envolvem a mobilidade e a imobilidade.

Em termos da fenomenologia dos movimentos, como sugerem Glick Schiller e Salazar (2012), é relevante teorizar a vida social humana sem “essencializar” ou dicotomizar a mobilidade ou a inércia dos indivíduos, olhando para os aspectos sociohistóricos, políticos e marcadamente relacionais que envolvem a sociabilidade humana. Com base em uma análise ampla dos estudos envolvendo os movimentos, deslocamentos, migrações e mobilidades, os estudiosos apontam para a existência do que denominam como “Regimes de Mobilidade”, que estão vinculados aos papeis

estatais, às estruturas administrativas e às práticas institucionais que frequentemente controlam, vigiam e afetam a mobilidade individual. Segundo os autores, esses regimes de mobilidade estão relacionados a formas de governabilidade e hegemonia que agem para normalizar o movimento de alguns, enquanto criminalizam o deslocamento de outros, em processos marcados por relações de poder desiguais e forças que estruturam a economia política e a produção de capital, trazendo consequência para atores e sujeitos. Sob esse paradoxo, nesse sentido, “certos tipos de mobilidade, ou certos tipos de indivíduos móveis tornam-se objetos de elogio ou condenação, desejo, repressão ou medo.” (Glick Schiller e Salazar, 2012, p. 14).

Etiénne Balibar (2002) defende a existência de uma polissemia das fronteiras, que assumiriam diferentes concepções a depender dos contextos e lentes por meio das quais são interpretadas. Em alguns casos, elas indicam a separação entre dois territórios, uma linha que divide, geograficamente, diferentes espaços. Em outros, as fronteiras estão ligadas ao controle e gestão de fluxos de pessoas e mercadorias, sendo entendidas como marcos de defesa e expansão política e econômica (Albuquerque, 2012). Há, ainda, outras possibilidades de sentido, que são marcadamente fundamentais para esta pesquisa, como veremos adiante. Elas envolvem, entre outros aspectos, a visão das fronteiras enquanto espaços de encontro com o outro, zonas de interações múltiplas e ambientes de construção de significados diversos.

O reforço e endurecimento de políticas restritivas aos deslocamentos populacionais têm sido, como já apontado, uma tônica presente em diferentes contextos. Como defende Didier Fassin (2011), os processos migratórios podem envolver dinâmicas de exclusão e racialização, inseridas em narrativas baseadas em ideologias nacionalistas que, como expõe Giralda Seyferth (2008), partem da ideia da existência de comunidades unívocas e homogêneas, excluindo os não nacionais, aqueles classificados como “estrangeiros”. Essa diferenciação entre sujeitos, marcada também por processos de generização e de reforço das lógicas coloniais, contribui para a valorização de determinados fluxos migratórios em detrimento de outros, em um sistema de “*apartheid* global” que determina *quem* deve se deslocar para *onde* e sob *quais* condições (Mongia *apud* Walia, 2022).

Na América do Sul, por exemplo, desde os séculos XIX e XX, as políticas migratórias, de modo geral, já expunham a ideia do imigrante “desejável” (Domenech, 2015), a saber: homem, branco, de origem europeia, em idade produtiva e solteiro.

No Brasil, nesse mesmo período, a imigração foi estimulada por políticas de Estado, que, com o objetivo de “embranquecer” a população, forneceram subsídios para que pessoas de países europeus, como Itália, Espanha e Portugal, imigrassem para o país. Como destaca Lélia Gonzalez (2020 [1987]), o Brasil foi o único país das Américas a se negar a receber imigrantes não brancos nesse período, o que contribuiu para reforçar a ideologia de branqueamento, dominante no final do século XIX, meados do século XX e presente até os tempos atuais. Baseada em teorias evolucionistas, essa ideologia parte do pressuposto da superioridade do homem branco europeu, que, ao contrário dos “selvagens”, “bárbaros”, “perigosos” – a população negra e os povos indígenas, principalmente –, deveria ocupar o mais alto nível da hierarquia social. A imigração europeia, nesse sentido, despontava como altamente desejável para que a sociedade brasileira se tornasse mais “branca” e, consequentemente, mais “evoluída”.

Esse estímulo estatal à imigração europeia ocorreu também em países vizinhos e nas Américas de maneira geral. No início do século XIX, cerca de 11 milhões de imigrantes desembarcaram na América Latina, com destino a diferentes países, como Argentina, Brasil e Cuba, majoritariamente. Na Argentina, a atração de imigrantes europeus baseava-se na ideia de que estes representariam uma “contribuição” para o desenvolvimento do país. A primeira legislação a tratar do tema migratório no país, por exemplo, a Lei nº 871 de 1876, conhecida como Ley Avellaneda, previa subsídios estatais para as pessoas que “demonstrassem suficientemente boa conduta e aptidão para qualquer indústria, arte ou ofício útil” (Argentina, 1876).

De acordo com Giralda Seyferth (2008), a imigração sempre gerou posicionamentos contraditórios por parte do Estado, em qualquer época que analisemos: de desejada e necessária para a evolução civilizatória do país, a problema e ameaça à soberania nacional. Nesse campo em disputa, é importante observar – principalmente considerando nosso foco nesta pesquisa - como, além de raça e origem, as diversas fronteiras articula(va)m também, as dinâmicas de gênero. A ideia de “migrante ideal” não englobava as mulheres, tendo em vista que seus deslocamentos foram, durante muito tempo, interpretados como vinculados, precisamente, à experiência masculina e/ou familiar. No século XIX, por exemplo, as políticas de estímulo à imigração davam preferência aos homens brancos e jovens, tendo em vista que a mulher era associada ao lar, ao ambiente doméstico e ao cuidado

com filhos, não sendo “útil” para a incorporação como mão-de-obra no mercado capitalista e industrial em expansão.

A migração internacional de mulheres também é permeada por disputas no campo político-moral, principalmente quando envolvem questões relacionadas aos mercados do sexo e do casamento (Piscitelli, 2013), além dos deslocamentos para fins de trabalho sexual – majoritariamente femininos - e sua vinculação quase automática, no imaginário social e em cenários institucionais, com o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. À guisa de exemplo, o Brasil já teve legislações[19], durante o período Vargas, que restringiam a entrada de trabalhadoras do sexo em território brasileiro. Elas compunham uma das “categorias” de pessoas impedidas de migrarem para o país, além de estarem associadas, como presente no próprio texto da lei, a pessoas com “costumes manifestamente imorais” (Brasil, 1934).

A invisibilidade das mulheres também esteve presente em teorias (neo)clássicas sobre as migrações, que entendiam os deslocamentos internacionais como motivados por questões unicamente econômicas e relacionadas com dinâmicas *push-pull*[20]. Essas concepções, entretanto, ignoravam o caráter multidimensional e complexo das migrações, além de não considerarem as diversas posicionalidades que os sujeitos ocupam sociopoliticamente e como isso impacta, fundamentalmente, seus projetos e experiências migratórias. Ao longo dos anos, contudo, com base em diversos questionamentos de autoras e ativistas feministas, como veremos adiante, as dinâmicas em torno do gênero passaram a assumir caráter cada vez mais central na agenda dos estudos migratórios (Mallimaci, 2012), desafiando abordagens universalistas.

Esse breve apanhado se fez necessário no debate sobre fronteiras, pois entendemos que os regimes de mobilidade e as diversas medidas contrárias à migração se inserem em contextos amplos de desigualdades político-históricas que marcaram, significativamente, sociedades estratificadas como a brasileira. Olhar para os dias atuais demanda, nesse sentido, que nos atentemos para elementos históricos que incidiram e seguem impactando a vida social, tendo em vista que as migrações

[19] Me refiro, por exemplo, ao Decreto nº 24.215, de 9 maio de 1934, que impedia a entrada de alguns grupos de pessoas no país, como ciganos, analfabetos, prostitutas e “aleijados”, segundo o texto da lei (Brasil, 1934).

[20] O modelo *push-pull*, assim nomeado na literatura no campo das migrações e mobilidades, está relacionado à ideia de que os deslocamentos ocorrem pois há fatores de expulsão no país de origem e atração no país de destino (Ravenstein, 1889; Lee, 1966)

são elementos presentes na construção de diversas sociedades ao redor do mundo. Também por isso é que a discussão sobre mobilidade e fronteiras – e sobre os deslocamentos, de modo geral – não pode estar dissociada de uma análise sobre raça, gênero, origem nacional e outros marcadores da diferença, que não só atravessam a experiência cotidiana de migrantes, mas orientam discursos, práticas e políticas voltadas para essa população.

1.2 Arenas em disputa: fronteiras e debates acadêmicos

Há de se destacar que o reforço de fronteiras se apresenta, também, sob a linguagem da *crise*, que afeta diretamente as pessoas migrantes. Olhando para as políticas de refúgio, Jullyane Ribeiro (2021) expõe, por exemplo, como essa noção é um fator central de governo sobre as populações migrantes, sendo constantemente mobilizada por organizações, agentes políticos, mídia e poder público. Articulando pânicos morais e narrativas de emergência e falta, as crises não só se apresentam em dinâmicas cotidianas, como são acionadas para justificar ações do poder público, de indivíduos e de diversas organizações, em processos que se retroalimentam e se manifestam enquanto instrumentos de intervenção sobre comunidades e territórios (Ribeiro, 2021; Moulin, 2012).

Nessa toada, sob a alcunha de “crise migratória” ou “crise humanitária”, muitos países adotam (ou reforçam) políticas restritivas e medidas de controle e impedimento dos deslocamentos. Além de acionar sentidos diversos, esse argumento de emergência e necessidade de barrar alguns fluxos internacionais, contudo, não se justifica quando olhamos para os dados globais sobre migração, de modo geral, tendo em vista que a maior parte de migrantes ainda é composta por deslocados internos, ou seja, pessoas que migram dentro de um mesmo país e não cruzam fronteiras transnacionais (Walia, 2022). No caso brasileiro, como já apontado, apesar do destaque para fluxos imigratórios recentes, como de haitianos e venezuelanos, a proporção de imigrantes não representa nem 1% da população do país. Já o número de brasileiros residentes no exterior, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (2021), ultrapassa os 4 milhões, cerca de 20% da atual população brasileira.

Na avaliação de Carolina Moulin (2012), essa narrativa da crise, além das definições jurídicas sobre quem se caracteriza como refugiado, imigrante ou apátrida,

por exemplo, é parte da governamentalidade global das mobilidades[21], que fortalece fronteiras e autoriza, ou não, o movimento. Parte desse "combo" surge, também, nesse processo de classificar os sujeitos em termos das motivações para o seu deslocamento. Se ser uma pessoa refugiada demanda "fundado temor de perseguição", como previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, o medo passou a ser o elemento que a caracteriza e justifica a concessão dessa proteção internacional. Já para imigrantes, é a condição laboral que comumente passa a ser mobilizada para caracteriza-los (Sayad, 1998; Moulin, 2012), a partir da interpretação de um sujeito movido por escolhas racionais e econômicas, que decide se deslocar em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Essas estruturas de diferenciação, que organizam a forma como o direito internacional e os Estados orientam a concessão de residência e a proteção às pessoas em deslocamento, têm, contudo, implicações nas formas como essas e esses indivíduos são posicionados socialmente, como se enxergam enquanto sujeitos/as e como vivenciam as diversas fronteiras que se apresentam. Além disso, a depender do modo como são acionadas, acabam por simplificar trajetórias tão particulares quanto plurais, promovendo generalizações que não refletem a heterogeneidade de experiências, além de reforçarem, em muitos casos, quadros de estigmatização e desrespeito (Dornelas, 2020).

Como exposto, os significados das fronteiras estão inseridos numa amálgama de circunstâncias e enquadramentos, assumindo diversos sentidos. Harold Bauder (2016, p.22) organiza os entendimentos mais comuns sobre as fronteiras em algumas chaves de interpretação, quais sejam: i) como linhas geográficas, que separam distintos territórios; ii) como instrumentos de soberania do Estado, relacionadas às barreiras legais que impedem o acesso a uma comunidade nacional; iii) como reguladoras do trabalho, a partir de mecanismos que controlam, disciplinam e exploram o labor de migrantes; iv) pela perspectiva da esperança e da busca por um "lugar seguro", principalmente para as pessoas que cruzam essas fronteiras fugindo de situações de guerra ou perseguições; v) como marcadora de distinção entre diferentes identidades nacionais e práticas culturais.

[21] Partindo das contribuições de Foucault (2007), Carolina Moulin define a "governamentalidade global das mobilidades" como "uma tecnologia política para o gerenciamento de populações por meio de um sistema global de formas indiretas de poder que guiam, moldam e incentivam determinados tipos não só de estados (estados párias, rogue, falidos), mas também de indivíduos." (Moulin, 2012, p. 3).

Aqui, com base nas contribuições das interlocutoras de pesquisa e, à luz das teorias feministas – que abordarei adiante – entendo que as fronteiras podem assumir, ainda, outros sentidos. Não me proponho, contudo, a operar a partir de uma concepção específica de migração ou de fronteira, assim como não é meu objetivo identificar definições que sejam consensuais ou estritamente "fechadas" entre as interlocutoras da pesquisa. Mais do que apontar categorizações rígidas a respeito das dinâmicas de mobilidade, entendo que os trânsitos realizados por mulheres migrantes são amplos e multifacetados, estando imbricados em processos sociais diversos e em múltiplos cruzamentos de fronteira.

Levando esses aspectos em consideração, defendo que as fronteiras se constituem a partir das *relações* que as envolvem, ou seja, seus múltiplos significados dependem do modo como as pessoas se relacionam com elas em determinados contextos sociais. Nesse sentido, as fronteiras emergem também como dimensões interseccionais das identidades migrantes, já que muitas das soluções encontradas por essas pessoas, no campo político e em diferentes territórios, articulam os seus lugares de sujeito/a e o modo como essas pessoas interpretam essas posicionalidades.

Mais ainda, se é possível entender esses sentidos a partir das relações estabelecidas *com* e *através* das fronteiras, entendo, com base nos relatos das mulheres migrantes que participam desta pesquisa, que as fronteiras aparecem não só como marcadores das diferenças entre sujeitos/as, mas também em uma conotação negativa, que representa os impedimentos, violências e exclusões vivenciadas. Nos discursos de muitas ativistas, as fronteiras são associadas a uma linguagem de negação, recusa, surgindo como algo a ser ultrapassado por meio das práticas políticas das mulheres e dos coletivos aos quais elas se vinculam. Essa dimensão pode ser observada, abaixo, no relato de Eva, ativista argentina residente em São Paulo, Brasil.

> Eu gostaria de pensar que [migrar] é uma **posição política**, tipo, eu **estou aqui**, eu **moro aqui**, eu **tenho os mesmos direitos**, **deveria ter**, né, os mesmos direitos que uma pessoa que está aqui e então é isso. Eu quero **ser uma pessoa plena**, digamos assim, nas minhas capacidades de **exigir tudo que eu quiser exigir**, ou **de acessar tudo que eu quiser acessar**. **Onde eu estiver**, né?! (Eva, ativista migrante argentina, entrevista realizada em fevereiro de 2023, em São Paulo, Brasil. Grifos próprios).

Eva fala dos impedimentos que atravessam seu cotidiano enquanto mulher migrante e de seu desejo político em acessar direitos em pé de igualdade com outras pessoas. Para ela, migrar é um processo que a posiciona social e politicamente em um lugar diferente. Ao passo que ser migrante é vivenciar diferentes fronteiras, essa "identidade" também é uma posição política, assumida diante da necessidade de exigir direitos e reivindicar acessos, independentemente do território em que a migrante se situe.

Posicionamentos como os de Eva surgem, ainda, inseridos em uma defesa ampla de que "migrar é um direito" – como enunciado em cartazes, frases de protesto e slogans adotados por muitos movimentos de migrantes. Em perspectiva semelhante e, na defesa de Bauder (2016), todas as pessoas devem ter a liberdade para migrar, sendo o *movimento* uma condição básica para a ação e para transformações políticas e sociais. O estabelecimento de fronteiras geográficas estritas, para o autor, além de impedir os trânsitos, restringe a agência e reforça processos de exclusão, sendo, por si só, uma medida antidemocrática.

> A democracia implica que as pessoas afetadas pelas decisões sejam envolvidas na sua tomada de decisões. No contexto da migração transfronteiriça, apenas as pessoas de um lado da fronteira são incluídas no processo de tomada de decisão; os migrantes do outro lado da fronteira são excluídos, embora muitas vezes sejam mais afetados por essas decisões do que os decisores. As restrições à liberdade de migração tendem a ser flagrantemente assimétricas e variam de acordo com o lado da fronteira em que a pessoa está localizada (Bauder, 2016, p.8, tradução nossa[22]).

Se as fronteiras podem significar impedimentos, as relações estabelecidas nesses espaços, contudo, não são passivas, mas marcadas pela agência de sujeitos. Como foi possível observar alguns parágrafos acima, no relato de Eva, migrantes não só cruzam essas fronteiras, como as questionam e por elas são atravessadas de diversas maneiras. Nessa toada, uma das contribuições mais centrais para o debate se encontra na rica obra de Gloria Anzaldúa (1987;2000;2009). Feminista lésbica, intelectual chicana[23] e mulher migrante, nascida nas fronteiras que separam os

[22] Do original: "*Democracy entails that people affected by decisions should be involved in making them. In the context of cross-border migration, only the people on one side of the border are included in the decision-making process; the migrants on the other side of the border are excluded, although they are often more affected by these decisions than the decision makers. The constraints on freedom of migration tend to be blatantly asymmetrical, and vary depending on which side of the border a person is located*" (Bauder, 2016, p. 8)

[23] Chicana/o é um termo comumente utilizado para designar cidadã(o)s norte-americana(o)s de origem mexicana.

Estados Unidos do México, Anzaldúa foi uma das precursoras no debate sobre identidade e diferença, situando-se contra essencialismos e categorizações identitárias fixas e imóveis. A autora fala sobre a imbricação entre marcadores de diferença no estabelecimento de relações intersubjetivas, aborda a realidade de se viver nas fronteiras e parte de interpretações de mundo desde experiências que estão nas margens e encruzilhadas, envolvendo misturas, confluências e uma hibridização de formas de ser e enxergar o mundo. Ela destaca as relações com outras culturas e as possibilidades de estabelecimento de alianças, partindo do reconhecimento da alteridade e do engajamento crítico voltado para a transformação social.

Com base na noção de fronteira enquanto uma “ferida aberta”, Anzaldúa recusa concepções que celebram o rompimento dessas barreiras sem considerar o caráter assimétrico das relações de poder desenvolvidas através delas (Costa e Ávila, 2005). Para a autora, as fronteiras se apresentam e se constituem não só fisicamente, mas também social, cultural, sexual e epistemologicamente, construindo espaços de tensão que indicam, ao mesmo tempo, possibilidades de luta e de aliança através da diferença.

> As fronteiras se tornam fisicamente presentes em todos os lugares onde duas ou mais culturas se tocam, onde pessoas de raças diferentes ocupam o mesmo território, onde as classes mais baixas, baixas, médias e altas se tocam, onde o espaço entre dois indivíduos se encolhe na intimidade (Anzaldúa, 1987, p. 17).

É nessa seara que observo que, em muitos momentos, uma sociedade “sem fronteiras” se apresenta como horizonte de luta e objetivo a ser alcançado pelas mulheres migrantes. A efetivação do “direito de migrar”, como evocado por muitas ativistas, se soma ao desejo de que as fronteiras – manifestadas constantemente nas lógicas de exclusão que atravessam seus cotidianos – não as impeçam de viver em qualquer território.

Levando esses aspectos em consideração, há outras noções importantes que permeiam a discussão e emergem nos estudos migratórios, perpassando, também, outros marcos investigativos fundamentais para nossa pesquisa. Para expor esses conceitos, de modo que possam ser articulados com as análises que apresentarei posteriormente, julgo ser importante apresentar, ainda que brevemente, a discussão em torno das *diásporas*.

1.3. Ser, estar e pertencer à diáspora

Nos debates sobre mobilidade, sobretudo no campo da Antropologia (Clifford, 1994), nos estudos culturais (Hall, 2003) e na literatura sobre raça e relações étnico-raciais (Gilroy,1993;1994), o conceito de diáspora é comumente mobilizado, ainda que sob diferentes entendimentos.

Acionado, principalmente, para designar pessoas e grupos que se deslocaram transnacionalmente e que mantêm fortes laços com o local de origem, o termo *diáspora* envolve alguns aspectos, como a memória, uma história de dispersão, o desejo por um eventual retorno e uma identidade coletiva compartilhada entre sujeitos (Shuval, 2000). Como aponta Paul Gilroy (1993), a noção de diáspora tem sido empregada, não sem disputas, como parte de uma amálgama de sentidos em torno das ideias de espaço, território, distância e tempo, identificando relações e redes estabelecidas entre experiências de deslocamento e os processos inter e transculturais que envolvem a mobilidade. Para o autor, há uma potencialidade no uso do termo, tendo em vista que ele representa um afastamento epistemológico do referencial do Estado-Nação. O conceito, ainda, é interessante por transformar o próprio entendimento do espaço, visto não só em sua fixidez, mas em termos de "circuitos comunicativos excêntricos que permitiram que populações dispersas conversassem, interagissem e até sincronizassem elementos significativos de suas vidas sociais e culturais (Gilroy, 1993, p.211)".

Historicamente, o conceito foi mobilizado para se referir a grupos como os judeus, mas, com o passar do tempo, a concepção tem sido empregada em diferentes contextos. Robin Cohen (2008) defende a existência de quatro fases nos estudos das diásporas, quais sejam: 1) o uso clássico do conceito de *diáspora*, no singular, como relacionado a um deslocamento provocado por um grande evento que traumatizou um grupo e criou, entre seus indivíduos, uma experiência comum de vitimização. Nesse aspecto, a experiência judia seria a que mais caracterizou esse primeiro momento nos estudos; 2) o uso mais metafórico e amplo, a partir de 1980, para englobar diferentes povos que, apesar de experiências distintas, tinham em comum uma memória coletiva e um imaginário sobre o lar, sobre a "casa" e a origem; 3) em um terceiro momento, para Cohen (2008), ficaram marcantes as críticas construcionistas à diáspora, que problematizavam essas noções de "lar" e a ideia de uma comunidade étnica-religiosa. Influenciadas por teorias pós-estruturalistas, as noções envolvendo as diásporas foram complexificadas e reordenadas, tendo em vista a defesa de que as identidades se tornaram desterritorializadas, desconstruídas e reconstituídas. Há, ainda, uma

quarta fase na visão do autor, que diz respeito à consolidação do conceito de diásporas, que, mesmo remodelado a partir das críticas ao longo dos anos, passou a ser reafirmado por muitos teóricos, em termos de seus principais elementos e aspectos.

Na avaliação de Judith Shuval (2000), por exemplo, as diásporas não são inerentemente distintas de outros "tipos" de migração, mas fatores como o forte vínculo e lealdade à cultura de origem e a esse "lar" – tão real quanto permeado por imaginários e memórias – marcam, fortemente, a experiência diaspórica. Para a autora, a busca por uma inserção na sociedade de destino, por exemplo, é mais comum a migrantes que não necessariamente se identificam enquanto parte de uma diáspora. Isso porque, como aponta James Clifford (1994), para muitas comunidades, processos migratórios – do modo como são comumente interpretados – não necessariamente representam suas experiências, principalmente aquelas nas quais o deslocamento foi fruto de tráfico ou de escravização. É o caso de comunidades de pessoas africanas e afrodescendentes que foram marcadas por esses processos de violência, para quem, em muitos casos, a noção de diáspora é importante, pois nomeia os vínculos e laços transnacionais - e transatlânticos - que são partilhados mesmo após as experiências de deslocamento violento e forçado. Como expõe Gilroy (1994, p.207, tradução nossa):

> A diáspora identifica uma rede relacional, caracteristicamente produzida por dispersão forçada e relutante. Não é apenas uma palavra de movimento, embora o movimento intencional e urgente seja parte integrante dela. Sob este signo, os fatores de expulsão são uma influência dominante. Eles fazem da diáspora mais do que um sinônimo em voga para peregrinação ou nomadismo. A própria vida está em jogo no modo como a palavra sugere fuga ou experiências de deslocamento coagidas, em vez de livremente escolhidas.[24]

É nesse sentido que muitos autores apontam para a existência de uma "consciência diaspórica" (Safran, 1991; Clifford, 1994; Gilroy, 1994) ou de um "senso de diáspora" (Shuval, 2000), que envolve discursos atravessados pelo sentimento de pertencer a um grupo com raízes históricas marcantes, uma "rede transnacional contínua que inclui a pátria, não como algo simplesmente deixado para trás, mas como

[24] Do original: "*Diaspora identifies a relational network, characteristically produced by forced dispersal and reluctant scattering. It is not just a word of movement, though purposive, urgent movement is integral to it. Under this sign, push factors are a dominant influence. They make diaspora more than a vogueish synonym for peregrination or nomadism. Life itself is at stake in the way the word suggests flight or coerced rather than freely chosen experiences of displacement."* (Gilroy, 1994, p. 207).

um lugar de ligação"[25] (Clifford, 1994, p.311, tradução nossa). Nesses casos, como defende Gilroy (1994), os processos de construção de identidade – individual e coletiva – não estão necessariamente vinculados ao pertencimento a um território comum, mas à memória, as relações e as dinâmicas sociais que permeiam esse espaço.

Como é possível observar, há um vasto campo dedicado a compreender diferentes "tipologias" dos movimentos, envolvendo complexos debates que lançam luz para as dinâmicas dos deslocamentos e os desafios teórico-metodológicos que se impõem para os/as pesquisadores/as. Na avaliação de Cohen (2008), essas disputas de sentido estão relacionadas à tentativa de definir os deslocamentos e seus processos, bem como visam compreender a miríade de questões envolvendo problemas, conflitos, bases e representações dos movimentos populacionais.

Essas classificações, contudo, esbarram nos desafios da análise de processos tão distintos e complexos. O conceito de diáspora, como estamos percebendo, é polissêmico e, nessa seara, pode estar ligado tanto a diferentes matrizes teóricas, quanto a diferentes conjunturas históricas e sociais. Ao olhar para o Haiti e para a comunidade haitiana residente em diferentes países do globo, Joseph Handerson (2015) aponta para a maneira como a palavra é empregada de maneira heterogênea no cotidiano dos indivíduos. *Diaspora*, grafada no singular e sem acento, como é escrita em *créole* (uma das línguas oficiais do Haiti), aparece nesse contexto como valor moral, caracterização social, categoria de interação e até mesmo dispositivo acusatório.

A ideia de *diaspora*, no contexto haitiano, rompe com significações atreladas ao deslocamento territorial, articulando experiências, modos de enxergar o mundo, expectativas sociais e vínculos familiares. Em termos morfológicos, o conceito é empregado ora como substantivo, ora como adjetivo, e até mesmo como advérbio. Ela é uma categoria organizadora do mundo social, como aponta Handerson (2015), sendo mobilizada para definir sujeitos – aqueles que emigraram e retornam ao país – mas também para qualificar objetos, experiências e ações.

> A pessoa *diaspora aletranje* é caracterizada pela multiplicidade das referências e dos valores culturais e sociais. Não basta saber circular, mas também saber agir e saber ser *diaspora* em diferentes contextos (trans)nacionais. Assim, ocupa espaços singulares no campo social e

[25] Do original: *"(...) an ongoing transnational network that includes the homeland, not as something simply left behind, but as a place of attachment (...)"* (Clifford, 1994, p. 311)

> simbólico haitiano. Por isso, a sua experiência não pode ser pensada apenas no contexto de deslocamento, mas também como capital cultural no sentido bourdieusiano. A pessoa *diaspora* possui diversos recursos culturais adquiridos em diferentes espaços de mobilidade e de pertencimento, o que lhe permite criar outros espaços de referência. Dessa forma, o termo *diaspora*, no universo haitiano, constitui um modo de ser, de vestir, de pensar e de agir, constituindo uma linguagem própria e estilo de vida. (Handerson, 2015, p. 66)

A polissemia que a noção de diáspora assume, nesse caso, é interessante para pensarmos como os deslocamentos transbordam o cruzamento geográfico de fronteiras e englobam diversos outros aspectos, como questões de pertencimento, linguagem, identidade e cultura. Nesse sentido, nomear-se como diaspórico/a ou como parte de uma diáspora é também questionar a ideia de nação como marco referencial, entendendo que as relações estabelecidas entre sujeitos podem ser extraterritoriais, envolvendo laços afetivos, memórias e expectativas sociais diversas e diferentemente localizadas.

Na percepção de nossas interlocutoras de pesquisa, de modo geral, o conceito de diáspora, contudo, é acionado em contextos específicos e por determinadas comunidades. Segundo as migrantes entrevistadas, a diáspora é principalmente mobilizada pela população negra, por pessoas que migraram de diferentes países da África, bem como por suas descendentes e aquelas que reivindicam laços afetivos e vínculos ancestrais com o continente africano.

De qualquer modo, cabe salientar que conceitos como esse complexificam nosso entendimento sobre a migração. O conceito de diáspora destaca, por exemplo, que migrar não é, necessariamente, somente um projeto individual. Ele é - ou pode ser - um projeto coletivo e, com frequência, também familiar, pois os deslocamentos territoriais podem promover reconfigurações de vínculos afetivos e familiares (Assis, 2014). Mais ainda, a mobilidade territorial pode gerar deslocamentos subjetivos (individuais e coletivos), afetando o modo como as pessoas se percebem e como se posicionam social e politicamente.

Além de atravessar os diferentes marcos teóricos com os quais esta pesquisa dialoga, a noção de *diáspora* é útil para pensar a centralidade de elementos como a cultura, a memória e a historicidade para os *feminismos migrantes*. Os trabalhos de campo demonstraram como as ativistas comumente trazem uma bagagem de ativismo de seus países de origem, articulando esses elementos com outros repertórios desenvolvidos coletivamente no local de destino. Nesse processo, ao passo que constroem outras formas de luta no novo contexto, mantêm vínculos

desterritorializados e compartilham percepções sobre elementos como as memórias, as identidades e as culturas. Como destaca Claudia, ativista migrante argentina residente em Belo Horizonte, Brasil, estar *em coletivo* com outras mulheres migrantes é importante em termos de pertencimento.

> É um lugar de **maior pertencimento**, né? Então, isso pra mim é muito importante. Estar entre mais pessoas que **entendem de onde eu venho**, **qual língua eu falo**, **porque eu fico brava**. E a possibilidade de construir também **novos horizontes** pra nós **como coletivos**. E pra **todas as mulheres**, né? (Claudia, ativista migrante argentina, entrevista realizada em janeiro de 2023, em Belo Horizonte, Brasil. Grifos próprios).

Esse pertencimento, como destaca Gilroy (1994) não está vinculado a um território físico, mesmo porque, no caso das interlocutoras desta pesquisa, as origens nacionais são diversas. Trata-se, em contrapartida, de um sentimento de identificação com outras mulheres que vivenciaram experiências comuns e compreendem algumas dinâmicas próprias às situações de deslocamento. E esse entendimento comum modifica não só as percepções individuais dessas mulheres, mas a própria forma como suas lutas coletivas se configuram.

Isso evidencia como as migrações desempenham um papel importante na pluralização de identidades e na diversificação de culturas (Hall, 2003), principalmente por envolvem conexões múltiplas e heterogêneas. Sobre esses processos, Hall (2003) aponta, ainda, que a cultura é uma constante produção. Elemento fundamental das diásporas, ela tanto é construída a partir da experiência, das tradições, costumes e memórias, como também é central para a formação do sujeito. Nesse sentido, torna-se parte da construção de identidades *desterritorializadas*, formadas *a partir dos deslocamentos* e das relações que são estabelecidas nesses processos.

Hall (2003) critica concepções “fechadas” de diáspora, que partem de conceitos binários de “diferença” e de uma oposição rígida entre “o que está dentro e o que está fora”, entre o “local” e o “global”. Para o autor, é interessante pensar no caráter relacional da produção de *identidades culturais diaspóricas*, tendo em vista que as diferenças não devem ser entendidas enquanto barreiras, mas locais e espaços de passagem, que operam por meio da construção de sentidos e significados *posicionais* e *relacionais*. Esses vínculos entre culturas de origens diferentes se formam a partir da articulação entre distintos marcos, mas não em um processo de assimilação, em que uma cultura estaria sobreposta a outra. O que ocorre, na avaliação de Hall (2003),

é a construção de novas *formas culturais diaspóricas, híbridas*, que são produzidas e reproduzidas constantemente, com base em trocas e múltiplas interações.

Há de se destacar, contudo, que reconhecer a pluralidade desses processos não significa dizer que eles são isentos de tensões. Pelo contrário, as relações de poder existem e marcam processos como o fortalecimento de nacionalismos extremos e racializados, em que as injustiças e violências são praticadas contra um "outro" construído a partir das diferenças culturais e de raça, gênero, classe e origem, entre outras. Mais ainda, é importante salientar que, como defende Clifford (1994, p.313), "experiências diaspóricas são sempre marcadas pelo gênero".

Em termos de movimento, os papéis atribuídos historicamente aos homens envolvem o deslocamento, a descoberta, a autonomia e a migração enquanto oportunidade. No caso das mulheres, a elas são associadas as experiências comunitárias e familiares, a fixidez, as relações de cuidado transnacional e a migração como dependência ou inconsequência. Para além disso, o gênero – em articulação com outros marcadores como raça e classe – opera fortalecendo violências, perpetuando desigualdades e reforçando quadros de opressão que acometem, diferencialmente, muitas comunidades em diáspora.

Apesar disso, em muitos casos, as relações construídas em diferentes localidades abrem a possibilidade de estabelecimento de coalizões, solidariedade e formas de luta diversas. Essa perspectiva é interessante para este trabalho, pois permite que olhemos para as maneiras pelas quais as mulheres criam, a partir das relações que estabelecem, significados compartilhados em torno de suas lutas. Ainda que suas trajetórias e locais de enunciação sejam diversos e, por mais que a alteridade e as relações de poder atravessem esses processos, a *migração* marca não só suas experiências cotidianas enquanto mulheres, mas a própria configuração de seus ativismos, individual e coletivamente.

1.4. A mobilidade e o transnacional(ismo)

Para além do conceito de diáspora, cara para a construção teórica desta tese, o *transnacionalismo* também está presente – ainda que com diferentes usos – nos três campos teóricos em que essa investigação se situa: na literatura sobre migrações e mobilidades, nos estudos sobre movimentos sociais e nas teorias feministas.

Foi a partir da década de 1960 que palavra “transnacional” começou a ser utilizada de modo mais frequente entre estudiosos, principalmente do campo da economia, para referir-se às formações institucionais e estruturas corporativas que tinham sua atuação em mais de um país (Schiller, Basch e Blanc-Szanton, 2019). Nas Ciências Sociais, o uso engloba diferentes significados, que envolvem desde aspectos ligados ao capitalismo, à globalização e ao modo como este fenômeno impactou na distribuição de recursos e capital, a perspectivas mais voltadas a entender o papel do transnacionalismo para a configuração de experiências migratórias, identidades e formas de representação do espaço.

No campo dos estudos migratórios, como explicam Peggy Levitt e B. Nadys Jaworsky (2007), a ideia de migração transnacional, entre outros aspectos e tensões, aponta para o fato de o fenômeno ocorrer em espaços sociais fluidos e em arenas multifacetadas, em que migrantes se inserem em mais de uma sociedade simultaneamente, incluindo os países de origem, destino e outros locais ao redor do mundo. Essa dinâmica tem sido observada tanto nos intercâmbios de remessas e capital, quanto na formação de redes de afeto, na manutenção de dinâmicas de cuidado e nas trocas comunicacionais que se mantêm constantes apesar das distâncias físicas.

A “ótica transnacional”, nesse sentido, se mostraria profícua para se pensar as relações estabelecidas entre as pessoas que migram e as suas respectivas experiências não só individuais, mas coletivas. Em diferentes arenas, o debate tem se situado, também, no entendimento dos múltiplos vínculos intersubjetivos, transculturais[26], econômicos e simbólicos que as pessoas em deslocamento mantêm a partir dos diversos trânsitos que realizam cotidianamente. Inserida em contextos cada vez mais marcados pelo rompimento de fronteiras comunicacionais e materiais

[26] É importante destacar que há distinções, em termos de significados e usos teóricos, entre os conceitos de *multiculturalidade*, *transculturalidade* e *interculturalidade*. O primeiro, segundo Hall (2003), refere-se às características e práticas sociais e políticas de determinadas sociedades em que coexistem diferentes culturas. Para o autor, o termo é plural e pode ser usado para descrever diferentes estratégias e processos, sempre inacabados, mas que descrevem a pluralidade de culturas. Já a noção de *transculturalidade*, como aponta Weissmann (2018), também se refere a essa heterogeneidade cultural, mas diz respeito, mais especificamente, às trocas e trânsitos ocorridas entre diferentes elementos, práticas e processos culturais, em busca de pontos comuns e possibilidades de mudança. Por fim, o conceito de *interculturalidade* está mais ligado aos diálogos possíveis a partir das diferenças. Nesses, o foco está na combinação – sempre inesperada e complexa – de elementos distintos, em que cada “parte” conserva suas características, sem pressupor superioridade ou assimilação de uma cultura pela outra (Méndez apud Weissmann, 2018). As diferenças, sob esse signo, estão em interação e diálogo.

entre diferentes locais do globo, a noção de migração *transnacional* parte desse foco nas interconexões e interações simultâneas que migrantes estabelecem com diferentes territórios, compreendendo que essas relações impactam na produção de sentido, nos marcos simbólicos acionados e nas próprias sociedades em que essas pessoas se inserem.

Há de se destacar, contudo, que a literatura estabelece algumas distinções entre a noção de transnacionalismo (e de comunidade transnacional, por exemplo) e a ideia, já apresentada, de *diáspora*. Como explica Joseph Handerson (2015), em alguns contextos diaspóricos, como no haitiano, nem todas as pessoas mantêm práticas transnacionais constantes. Elas compartilham, contudo, de uma identidade comum, de aspectos ligados à tradição, à história vivenciada. Segundo o autor, no caso das diásporas,

> Suas comunidades ou células de base são interligadas por fluxos de diversas naturezas com dois níveis superiores de organização: o nível nacional do país de acolhida e o nível mundial, internacional, coordenado ou não pelo país de origem, quando ele existe, ou por uma autoridade religiosa. Uma identidade comum se mantém, é a condição própria da existência de uma diáspora, mas ela adquire algumas especificidades em cada um dos países de acolhida no seio do sistema transnacional muito aberto que constitui a diáspora. (Handerson, 2015, p. 65)

Em relação à perspectiva transnacional, é interessante observar que a abordagem também assume um importante lugar na tematização sobre questões relacionadas à identidade e pertencimento, sejam eles individuais ou coletivos. Steven Vertovec (2001) sugere que as identidades de muitas pessoas e grupos de migrantes na contemporaneidade são negociadas, reproduzidas e construídas em relação a mais de uma base ou realidade social, o que evidencia a vinculação a uma multiplicidade de locais, comunidades políticas e identidades. As trajetórias dos/as sujeitos/as, nesse campo de interpretação, são perpassadas por diferentes noções, repertórios culturais, aspectos sócio-históricos e contextos desterritorializados, que incidem no modo como as pessoas migrantes constroem sua identidade (ou suas múltiplas identidades), bem como na maneira como grupos podem desenvolver identidades coletivas. Para Vertovec (2001, p. 578), as “identidades transnacionais podem, também, formar bases para o engajamento político nos países de origem ou destino”. E esse é um aspecto importante para esta pesquisa, como será possível observar adiante.

Os vínculos de pertencimento desenvolvidos por pessoas em deslocamento não se baseiam, portanto, somente em ligações afetivas ou aspectos nacionais, religiosos ou culturais comumente partilhados. Parte dessa amálgama de processos envolve aspectos como os imaginários em torno da migração (Salazar, 2011) e o modo como essas imagens – construídas individual e socialmente – desempenham papéis importantes nos desejos de quem se desloca. O sonho de “melhorar de vida”, a emigração como oportunidade, ou mesmo o retorno como o mais forte desejo são alguns dos aspectos que permeiam os imaginários e projetos migratórios de diferentes sujeitos transnacionalmente. Como aponta Salazar (2011), essas visões estão, ainda, inseridas em processos mais amplos, que envolvem, por exemplo, o papel da mídia na construção desses imaginários e a aspiração por migrar como uma possibilidade de mobilidade socioeconômica dentro do sistema capitalista.

A construção de gramáticas compartilhadas transnacionalmente pode partir, também, de experiências de luta entre mulheres – como observamos nesta investigação – ou de conexões de trabalho estabelecidas com outras pessoas. Olhando para as trajetórias de um grupo de migrantes que se ocupam do trabalho doméstico remunerado na Inglaterra, Bridget Anderson (2001) analisa como as mulheres se organizam em termos de oportunidade de trabalho e como se articulam em redes de apoio mútuo. A autora mobiliza o conceito de “transnacionalismo de baixo para cima” (*transnationalism from below*, no inglês) - comumente acionado para descrever o uso de redes transnacionais para acumulação de capital – para compreender as negociações e relações desenvolvidas por mulheres migrantes que se ocupam do trabalho reprodutivo remunerado em uma associação de trabalhadores.

Segundo a autora, as conexões transnacionais se dão pelo envio de remessas, pela comunicação com as famílias e, mais ainda, pelo uso que fazem da organização para encontrar outras mulheres de suas mesmas regiões de origem. Nesse e em outros processos, elas estabelecem vínculos que são marcados por aspectos como o gênero, status migratório e as experiências laborais compartilhadas. As relações desenvolvidas, individual e coletivamente, nesse sentido, abarcam múltiplos níveis, que vão desde o âmbito emocional ao desenvolvimento de estratégias políticas em temas relacionados à migração (Anderson, 2001).

Ao se pensar nos deslocamentos e em todas as dinâmicas que permeiam os processos migratórios, é importante compreender como a perspectiva transnacional é interessante para romper com categorizações fixas que acabam por rotular

determinados grupos de migrantes e olhar para suas experiências unicamente a partir de elementos como a origem nacional ou o pertencimento a determinado grupo ou etnia. Nesse aspecto e, olhando mais especificamente para esta pesquisa, entendo que a lente transnacional pode contribuir para evidenciar a complexidade das experiências de vida das mulheres migrantes e o modo como suas trajetórias são impactadas por contextos sociais distintos, ao passo que são também reconfiguradas, constantemente, por suas relações e agenciamentos cotidianos.

Além disso, a perspectiva transnacional é interessante para pensar as próprias estratégias desenvolvidas pelas ativistas migrantes. Como evidenciado nos trabalhos de campo, elas estabelecem – individual e coletivamente - relações frequentes com outras atrizes e atores políticos situados em diferentes territórios. Nesses processos, as pautas, demandas, linguagens e repertórios se cruzam e se articulam transnacionalmente. Um exemplo disso está na campanha pela #RegularizaçãoJá, que ganhou força nas redes sociais em 2020 e envolveu mobilizações feitas, simultaneamente, por diferentes coletivos de migrantes situados em distintos países da América Latina (Warmis, 2020).

Levando esses aspectos em consideração, é importante destacar que o debate teórico em torno do transnacional(ismo), contudo, não é isento de disputas e controversas. É comum, na avaliação de autores como Vertovec (2001), uma justaposição entre os conceitos de transnacionalismo e identidade, que se manifesta nas discussões em torno das diferentes formas pelas quais as pessoas compartilham elementos e percepções socioculturais, seja com base em valores e sentidos comuns, seja por processos de negociação em espaços sociais que abrangem mais de um lugar. Nessas abordagens, (trans)migrantes vivenciam processos de construção de identidades múltiplas e fluidas, vinculadas tanto a elementos da sociedade de origem, quanto da de destino (Glick Schiller e Basch; Blanc-Szanton, 2019), contribuindo para a emergência de novas gramáticas, espaços culturais e distintas noções de pertencimento.

Na avaliação de Vertovec (2001), entretanto, é fundamental olhar para essas dinâmicas de forma contextualizada e em perspectiva, entendendo que nem tudo pode ser interpretado a partir do “guarda-chuva” do transnacionalismo, assim como nem todos os sujeitos acionam noções desterritorializadas de pertencimento ou identidade. Essa é uma das razões pelas quais defendo que os estudos no campo das migrações partam da escuta e engajamento das e dos migrantes, do

reconhecimento de seu “saber-fazer” militante (Brage, 2020; Magliano, 2023) e de análises que considerem as formas de agência desempenhadas pelas pessoas em deslocamento, levando em conta as interpretações que elas mesmas fazem sobre suas próprias trajetórias.

Outro ponto que se destaca no debate diz respeito aos alinhamentos metodológicos comumente mobilizados nos estudos sobre migrações. Se é comum o entendimento dos deslocamentos transnacionais como fenômenos inseridos em redes e permeados por relações sociais diversas entre atores, é também um risco que muitas investigações tenham o foco no Estado-Nação enquanto unidade básica de análise. É o que alguns estudiosos nomeiam como nacionalismo metodológico (Glick Schiller e Salazar, 2012), um enquadramento analítico comum aos estudos migratórios, que interpreta os processos históricos e sociais como se estivessem restritos ao Estado Nacional. Essa abordagem, entretanto, não leva em consideração as perspectivas relacionais que estão imbricadas nos processos de mobilidade, ignorando os modos como as pessoas, suas identidades e as culturas estão inseridas em várias e múltiplas redes.

Na avaliação de Levitt e Jaworsky (2007), autores que adotam uma ótica transnacional para analisar os movimentos não negam a centralidade das fronteiras ou do Estado-Nação. Pelo contrário, a ideia é que as relações entre agência e estrutura, e entre cidadania e Estado são reconfiguradas constantemente, podendo ser possibilitadas ou constrangidas pelo Estado de várias formas. Os autores argumentam, contudo, que a lente transnacional exige mudanças metodológicas que envolvem, inclusive, um olhar crítico sobre as diferenciações entre os tipos de mobilidade, tendo em vista a importância de incluir não-migrantes e migrantes nas análises, bem como “considerar os vários locais e níveis de campos sociais transnacionais, além de apenas o país de origem e destino, repensar suposições sobre pertencimento e rastrear o continuidade histórica desses processos” (Levitt e Jaworsky, 2007, p.142).

Nessa trama de disputas e interpretações, algumas armadilhas emergem, demandando olhares situados e posturas críticas de análise. Há de se atentar para a generalizações que interpretam toda e qualquer prática transnacional como inerentemente subversiva ou uma “contra-narrativa da nação” (Guarnizo e Smith *apud* Anderson, 2001). Tal postura, além de minimizar os impactos das práticas hegemônicas dos Estados sobre as populações em deslocamento, essencializa

processos complexos e fluidos, como os de construção de identidade, que estão inseridos em relações de poder diversas. Isso nos convida a refletir, como já exposto, sobre a importância de análises contextualizadas e centradas nas experiências e narrativas de sujeitos migrantes, partindo de suas agências, do engajamento ativo e da construção coletiva do conhecimento.

Neste trabalho, não pretendo esgotar as possibilidades de interpretação e o extenso debate que se impõe sobre noções tão polissêmicas como as de *fronteiras, diásporas* e *transnacionalismo*. Mais que isso, entendo que a exposição de diferentes perspectivas contribui para a construção de linhas conceituais que, articuladas, me possibilitam trânsitos entre os distintos campos teóricos em que esta pesquisa se situa. Parto, portanto, da literatura sobre migração e mobilidades para explorar outros territórios, como os das teorias feministas e dos estudos sobre movimentos sociais, entendendo que esses espaços estão em constante relação e interdependência.

2. Movimentos sociais, ativismos e associativismo civil: ativismo transnacional e diaspórico, lutas migrantes e redes transnacionais

Era sábado, 5 de fevereiro de 2022, quando centenas de pessoas se reuniram na região central de Belo Horizonte para um ato em homenagem a Moïse Kabagambe, refugiado congolês que fora assassinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 24 de janeiro daquele mesmo ano. A mobilização, que acontecia simultaneamente em diversas cidades do Brasil, principalmente na região sudeste, havia sido convocada por movimentos sociais que repudiavam o racismo e a xenofobia que haviam ceifado, brutalmente, a vida de mais um jovem negro no país. Na capital mineira, o ato percorreu a praça Sete, a avenida Amazonas e finalizou na praça Raul Soares.

Enquanto ativista e pesquisadora, acompanhei o ato ao lado de companheiras do Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra[27], que integro há sete anos. Com palavras de ordem, um pequeno carro de som e levando cartazes e bandeiras, ocupávamos a cidade em memória de Moïse, cobrando, coletivamente, por justiça. Ao longo de quase todo o percurso, o ato era "puxado" por lideranças dos movimentos negros da cidade, que foram os primeiros grupos a articularem a mobilização. Nos discursos, a pauta do combate ao racismo era central, envolvendo reivindicações pela responsabilização dos envolvidos no crime e a indignação pelo cruel homicídio do jovem.

O fato de Moïse ser congolês era mencionado em segundo plano, assim como foram poucas as vezes em que, no microfone, seu status de refugiado era trazido à tona. Até que chegaram em nossas mãos (nas minhas e das companheiras migrantes do coletivo) canetas e alguns cartazes em branco. Eles haviam sido comprados por Maria, mulher peruana que integra o Cio da Terra e se ausentou do ato por alguns minutos para adquirir o material. Segundo ela, era importante que as vozes das migrantes fossem ouvidas também, e que as pessoas pudessem identificar o coletivo, já que não portávamos nenhuma bandeira, tampouco vestíamos uma camisa que nos identificasse.

Ali mesmo os cartazes foram ganhando frases como "Cio da Terra presente", "Vidas imigrantes negras importam", "#JustiçaPorMoïse", "Migrar é direito",

[27] O Cio da Terra é um coletivo de mulheres migrantes atuante em Belo Horizonte/MG e Região Metropolitana. Fundado em 2017, o grupo luta, segundo definição própria em seu folder informativo, "para fortalecer o senso-crítico, a autonomia e a autoestima de mulheres migrantes, refugiadas e apátridas" (Cio da Terra, 2018).

“#RegularizaçãoJá” e “Direito por os migrantes”. Ao serem levantadas, as cartolinas passaram a compor o cenário do ato e chamar atenção das pessoas que estavam presentes. Algumas tiraram fotos, outras sorriam ao olhar para as mulheres que seguravam os cartazes, e aquelas que falavam ao microfone sugeriram que o Cio da Terra, agora identificado, se inscrevesse para também fazer sua colocação. Inscritas, fomos representadas por Zuri, mulher haitiana e negra. Na frente do ato, ao lado de outra integrante do coletivo e virada para as centenas de pessoas que desciam a avenida Amazonas, ela ressaltou a importância de nos atentarmos para as violências sofridas por pessoas migrantes no Brasil, exigindo justiça por Moïse e por tantas outras pessoas que são vítimas de diversos quadros de opressão. Em uma fala emocionada, Zuri marcou a presença do Cio da Terra, das mulheres migrantes, e reivindicou o reconhecimento de que “migrar é um direito” que deve ser respeitado e garantido.

Optei por fazer esse breve relato, baseado nas anotações do meu caderno de campo, para introduzir o debate sobre ativismos e movimentos sociais, que farei neste capítulo. Entendendo que o tema é amplo e que as formas de ação são diversas entre os movimentos, comungo da avaliação de Bringel e Teixeira (2015), que defendem que as leituras sobre os movimentos sociais sejam construídas com base na articulação entre conjuntura, interpretação acadêmica e interpretação dos próprios autores sobre si. Interconectados, esses elementos contribuem para reflexões e teorizações mais acuradas sobre os ativismos. Desse modo, antes de me debruçar sobre as interpretações das interlocutoras desta pesquisa – algo que farei, de modo mais minucioso, em momento subsequente, julgo ser importante seguir apresentando o terreno teórico onde esta pesquisa se situa, articulando-o com os elementos conjunturais observados e minhas interpretações acadêmicas.

No capítulo anterior, apresentei alguns debates centrais da literatura em torno das migrações e mobilidades, destacando certas noções que estão presentes não só nesse campo de investigação, como são mobilizadas em outras áreas das ciências humanas e sociais. Aqui, será possível observar como esses aspectos também atravessam as discussões sobre associativismo civil, o que expõe a relevância de que eles também sejam trazidos à baila para a construção argumentativa desta tese.

Na Ciência Política, a discussão sobre ativismo é extensa, sendo uma linha central de investigação para o campo. Os estudos, contudo, tiveram diferentes enfoques com o passar dos anos, influenciados por fatores como o contexto

sociopolítico e a interlocução com outros paradigmas. Como aponta Alonso (2009), teorias sobre movimentos sociais, por exemplo, têm suas raízes nas décadas de 1960 e 1970, em contextos marcados pela emergência de diversas lutas sociais ao redor do mundo, principalmente nas sociedades ocidentais. Em diálogo com aportes do marxismo, inicialmente (Bringel e Teixeira, 2015), e diante da centralidade dos movimentos operários e vinculados ao mundo do trabalho e da classe social, os estudos buscavam compreender como essas disputas se configuravam, bem como entender suas demandas e estratégias.

Nos diálogos intelectuais, um pouco adiante, se tornou central a preocupação em tematizar a dialética de igualdade e diferença, bem como o interesse por compreender o modo como os atores sociais constroem identidades e lutam para que suas diferentes reivindicações emerjam na esfera pública (Taylor, 1994; Honneth, 2003; Habermas, 1989). Teorias focadas nesses processos ganharam espaço nas Ciências Sociais e contribuíram para um maior entendimento das dinâmicas que envolvem as lutas por maior igualdade, representação política e participação.

O referencial teórico, contudo, era marcado por interpretações feitas no contexto da Europa e Estados Unidos, consolidando teorias que, como apontam Bringel e Teixeira (2015), apresenta(va)m entendimentos localizados em termos de tempo e espaço. Esse arcabouço, contudo, não se mostrava completamente suficiente para o entendimento das especificidades das lutas travadas na América Latina, principalmente no tangente às relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil nos diferentes países da região (Davis *apud* Rodrigues, 2020). Mais ainda, na avaliação de Ruth Cardoso (1994), muitos dos estudos não adotavam abordagens mais minuciosas sobre as realidades dos diferentes países da América Latina, deixando de considerar a heterogeneidade no tangente a processos econômicos, seus impactos para as políticas públicas, e as diferentes particularidades sociais e políticas da região.

Neste continente, interpretações próprias têm sido desenvolvidas desde então, ainda que de modo descontínuo - tanto em razão da consolidação desses outros modelos, quanto por mudanças na agenda acadêmica com o passar dos anos (Rodrigues, 2020). Para Cardoso (1994), as investigações sobre movimentos sociais na América Latina têm influências de conjunturas políticas e intelectuais particulares, tendo em vista que emergiram no contexto do avanço de ditaduras e regimes

autoritários em diferentes países e se fortaleceram a partir de experiências de participação e associativismo de setores populares. A autora defende que

> (...) chegamos aos anos 70 com uma vocação para a pesquisa de campo, uma desconfiança das macroteorias disponíveis e uma perplexidade dos novos processos sociais que despertavam na América Latina e que, negando as previsões de crescente exclusão, apontavam para a necessidade de estudar a participação popular (Cardoso, 1994, p.1).

No Brasil, foi a partir da década de 1970 que o campo de estudos em movimentos sociais começou a se consolidar. Até então, como apontam Bringel e Teixeira (2015), o interesse era focado em investigações sobre a formação da sociedade brasileira de forma mais geral, além de ser marcante, nas análises teóricas, uma visão dos trabalhadores como subordinados às estruturas estatais ou silenciados pela violenta repressão que marcou o período ditatorial brasileiro a partir de 1964. Na avaliação de Ana Maria Doimo (1995), contudo, os anos 1970 trouxeram mudanças significativas em termos do foco das lutas, da valorização das experiências cotidianas e do fortalecimento, nos discursos e práticas populares, da ideia do povo como sujeito de direitos. A partir disso, diversos movimentos de reivindicação se fortaleciam em distintos locais do país, como no ABC paulista – com as greves dos trabalhadores e a atuação sindical, no Rio de Janeiro – com os usuários de transporte coletivo, e em Goiás, com os participantes de movimentos de vizinhança e articulação comunitária, por exemplo (Doimo, 1995; Scherer-Warren e Luchmann, 2004).

Na avaliação de Scherer-Warren e Lüchmann (2004), a multiplicidade de identidades coletivas que se fortaleciam no final dos anos 1970 em diferentes contextos geográficos evidenciavam a necessidade de interpretações mais amplas e abrangentes, que considerassem as especificidades de diferentes atores e lutas sociais. Movimentos urbanos, feministas, comunidades de base e coletivos de vilas e favelas, por exemplo, se fortaleciam, trazendo uma pluralidade de pautas e repertórios. Segundo Doimo (1995), se os conflitos sociais antes eram pensados quase que exclusivamente sob a gramática das lutas de classe, a *comunidade* passou a emergir como o *locus* da transformação social, e elementos como a cultura, o cotidiano e as relações interpessoais ganhavam terreno em diferentes espaços políticos. Foi nesse contexto que emergiram teorias que buscavam compreender as motivações e características dessas ações coletivas, fornecendo explicações sobre

os ativismos e sobre esses movimentos, que se tornavam cada vez mais presentes nas arenas públicas.

2.1 Teorias de Movimentos Sociais: um apanhado do debate

O conceito de movimentos sociais apresenta distintos significados e aplicações. Como explicam Karine Goss e Kelly Prudencio (2004), não há consenso na literatura sobre qual a acepção mais adequada, assim como são várias as teorias que buscam compreender as ações coletivas. Em diferentes abordagens, que vão desde um olhar mais economicista a uma análise focada nos aspectos culturais, a busca por entender as diferentes formas de ativismo impõe desafios – que não só se tornam mais complexos, como se alteram com o tempo, na mesma medida em que as próprias lutas se transformam. Aqui, não é minha intenção apresentar todas as definições possíveis – o que seria uma tarefa inexequível – tampouco restringir as análises sobre o ativismo de mulheres migrantes a uma única perspectiva. Mais que isso, pretendo expor algumas das teorias mais proeminentes nos estudos sobre os movimentos sociais para que, posteriormente, seja possível discutir conceitos, pontuar as lacunas e analisar as ações coletivas com base na percepção das próprias interlocutoras de pesquisa, em articulação com diferentes teorias. Levando esses aspectos em consideração, apresentarei alguns desses debates e, em seguida, mobilizarei algumas noções que são relevantes para o argumento que desenvolvo nesta tese.

Na concepção de Charles Tilly e Sidney Tarrow (2015, p. 11), por exemplo, um movimento social pode ser entendido como uma “campanha sustentada de reivindicação, usando performances repetidas que anunciam a reivindicação, com base em organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam essas atividades”. Os autores defendem que nem todas as práticas de contestação e ação coletiva podem ser lidas pela chave dos movimentos sociais, tendo em vista o caráter histórico da categoria e as diferentes formas de reivindicação existentes dentro e fora das arenas políticas. Para os autores, os movimentos sociais reúnem algumas características particulares, quais sejam: 1) a existência de demandas coletivas, 2) a adoção de práticas públicas, como marchas, atos, manifestações, greves etc.; 3) a enunciação de seus valores e princípios, por meio de ações como entoar slogans e

usar cartazes e faixas; 4) a atuação em organizações, redes, e por meio da construção de solidariedades que estão na base de ação do movimento.

Entre as principais perspectivas de análise dos movimentos sociais, situa-se a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Para McCarthy e Zald (1977; 2017), defensores dessa abordagem, há uma racionalidade nos movimentos sociais, que são definidos como “estruturas de preferências voltadas para a mudança social.” (Mccarthy e Zald, 2017, p. 12). Privilegiando a análise do processo de mobilização e dos incentivos e barreiras que os movimentos encontram em sua formação, os adeptos da Teoria de Mobilização de Recursos entendem a ação política como uma decisão racional. Influenciada pelos achados de Olson (1965), essa perspectiva compreende que as tomadas de decisão são feitas após um cálculo racional entre benefícios e custos do ativismo. Como apontam McCarthy e Zald (2017, p.8),

> uma vez que os movimentos sociais proporcionam bens coletivos, alguns indivíduos irão “por conta própria” suportar os custos de trabalho para obtê-los. Explicar o comportamento coletivo requer atenção detalhada à seleção de incentivos, mecanismos ou estruturas de redução de custos e, ainda, a benefícios profissionais que levam ao comportamento coletivo.

Para tanto, autores alinhados a essa abordagem entendem que as ações de movimentos sociais devem ser compreendidas a partir da análise de elementos como a captação de recursos, a organização interna do grupo, as ligações desse movimento com outros atores externos, bem como os incentivos e riscos envolvidos em suas atividades. Diferentemente de outras teorias, para as quais os movimentos sociais são construídos e mantidos, fundamentalmente, a partir das reivindicações de diferentes atores, o apoio a esses grupos, na visão de McCarthy e Zald (2017), pode advir de pessoas que não necessariamente compartilham dos mesmos valores que o movimento. As organizações, desse modo, podem ser entendidas como “empresas”, que competem por recursos e infraestrutura (Jasper, 2016). Como explica Alonso (2009), a organização e a racionalidade são elementos centrais para a TMR, que entende as identidades e ideologias como aspectos secundários da conformação das mobilizações sociais.

Apesar de apresentar apontamentos importantes, como o foco em torno do papel dos interesses e dos recursos disponíveis para a configuração da ação coletiva, essa perspectiva, contudo, deixa de lado fatores macroestruturais que são relevantes para a construção do ativismo. Ao privilegiar a ação racional de atores, a Teoria da Mobilização de Recursos enfatiza os aspectos econômicos e individuais, sem

considerar elementos como a cultura e os diferentes contextos sociopolíticos em que as ações coletivas são desenvolvidas. Além disso, como defende Melucci (1989) a orientação econômica não é a única a guiar os sujeitos, mas a busca por *solidariedade* e *identidade*, por exemplo, também mobiliza agências e não pode ser "calculada" racionalmente.

Nesse sentido e, na busca por analisar outros aspectos que envolvem a configuração das lutas políticas, emergiu, também na década de 1970, a chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Sob essa perspectiva, esses "novos movimentos" seriam compostos por atores coletivos que se diferenciavam, em consonância com as transformações sociais, de outros "velhos" ou "tradicionais", tendo em vista que mobilizavam outras formas de organização e de fazer política (Scherer-Warren *apud* Bringel e Teixeira, 2015). Lançando mão das contribuições de Alain Touraine - um dos principais defensores dessa perspectiva -, Alonso (2009) explica que os autores que se alinham a essa teoria entendem que os "novos movimentos sociais" se caracterizariam pela ausência de uma base social fixa, ou seja, seriam compostos por diversos grupos socialmente marginalizados. Segundo a autora:

> Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova "imagem da sociedade", tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil. (Alonso, 2009, p.61).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, nesse sentido, despontou na agenda intelectual, com base em interpretações que apontavam para a existência de novos padrões de mobilização coletiva, não mais fixados na ideia de classe social ou nas lutas redistributivas. Na América Latina, como defende Ruth Cardoso (1994, p.1), "a elaboração teórica destes temas marcou a contribuição intelectual latino-americana nesta época e colocou como problema as especificidades do processo de industrialização dos países em desenvolvimento." Mais ainda, a emergência desses novos movimentos na região evidenciava uma ruptura nos modelos totalizantes de sociedade, tendo em vista que a ação política se tornava cada vez mais esparsa e heterogênea (Laclau, 1986). Isso se manifestava numa amálgama de atores que, guiados por exigências e identidades múltiplas, construíam novos espaços políticos, mais autônomos e descentralizados.

É importante destacar que não é consensual o uso do adjetivo “novos” para classificar esses movimentos, sendo uma categoria mobilizada mais para objetivos heurísticos e para o estabelecimento de diferenciações entre atores sociais (Sherer Warren, 1987 *apud* Bringel e Teixeira, 2015). Uma ideia bastante difundida é a de que essas lutas seriam orientadas não apenas por reivindicações relativas à redistribuição de renda, mas pelo reconhecimento de identidades coletivas, pela transformação da vida social e por formas mais justas de se viver cotidianamente. Este último aspecto, inclusive, passa a ser considerado de modo mais acurado na literatura internacional a partir dos anos 1980, com base em interpretações voltadas a compreender como as experiências dos sujeitos atravessam a configuração de seus ativismos. A ação direta, a autonomia e o cotidiano, nesse sentido, emergiram como elementos importantes de análise.

Para além das perspectivas já apresentadas, outra teoria que se fortaleceu no cenário acadêmico internacional foi a Teoria do Processo Político (TPP). Privilegiando elementos macrossociais de análise, sua base foi elaborada na década de 1980, nos Estados Unidos, com o objetivo de compreender as arenas de disputa política e o modo como as mobilizações coletivas se configuravam. Segundo Charles Tilly (1978), um dos expoentes dos estudos nessa perspectiva, a ação coletiva é resultado de uma combinação, sempre mutável, de oportunidades, interesses, mobilizações e formas de organização. Analisando o cenário dos movimentos na França e Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, o autor observa como as formas de protesto mudaram ao longo do tempo (Jasper, 2016) e o modo como diferentes repertórios de ação foram acionados historicamente. Da luta armada contra proprietários de terra, às greves, revoluções e manifestações públicas, Tilly (1978) destaca a importância de olhar para experiências históricas e para as constantes mudanças nos contextos sociopolíticos observados. Segundo o autor, “as experiências históricas são um domínio importante e acessível para o teste e refinamento de argumentos e explicações da ação coletiva” (Tilly, 1978, p. 228).

Além disso, é fundamental observar como os repertórios mobilizados pelos diferentes grupos, ou seja, as estratégias e formas de ação empregadas, estão inseridas nos contextos de interação em que os atores sociais se situam. Como defende Tarrow (2011), a política contenciosa é socialmente comunicada e está culturalmente inscrita. Os movimentos sociais, nesse sentido, agregam não só preferências e reivindicações, mas conhecimentos historicamente partilhados – e

disputados - em uma sociedade. Essa ideia é importante pois expõe o caráter contingencial e, todavia, histórico da atuação de diferentes grupos, além de evidenciar a relevância das relações desenvolvidas entre ativistas, dentro e fora das organizações.

Nesta pesquisa, os trabalhos de campo evidenciaram esses aspectos, demonstrando como os contextos sociopolíticos influenciam fortemente as ações dos coletivos e organizações de mulheres migrantes. Nos campos associativistas do Brasil e da Argentina, aspectos como as políticas migratórias, as mudanças de governo e as práticas de controle e gestão de fronteiras, por exemplo, impactam diretamente a atuação de diferentes grupos. Além disso, a partir da pesquisa de campo, foi possível perceber como as experiências prévias das ativistas em seus países de origem é relevante para as ações desenvolvidas nos países de destino. Nesse sentido, muitas mulheres trazem "bagagens de ativismo" que contribuem para a construção de conhecimento dentro dos próprios movimentos e as inserem em diferentes posições de articulação política.

Ao olharmos para outros debates da Teoria do Processo Político, uma noção importante é a de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP). Como explica Rodrigues (2020), o conceito diz respeito às possibilidades e barreiras que se impõem aos movimentos, por parte dos sistemas políticos, para que suas reivindicações sejam visibilizadas. Na avaliação de Tarrow (2011), a literatura deixou de olhar, por muito tempo, para os limites às lutas políticas e para os impactos que essas diferentes barreiras têm sobre os movimentos sociais. Além disso, o autor defende que o papel das interações *entre grupos* deve ser considerado um importante elemento das mobilizações, tendo em vista que, em cenários de oportunidades políticas favoráveis, as ações dos movimentos tendem a se expandir, agregando outras organizações (Tarrow, 2011). De acordo com Tarrow (2011, p. 28-29),

> [...] as pessoas se envolvem em políticas contenciosas quando os padrões de oportunidades e restrições políticas mudam e, então, quando empregam estrategicamente um repertório de ação coletiva, criando novas oportunidades, que são usadas por outros em ciclos de contenção cada vez mais amplos. Quando suas lutas giram em torno de grandes clivagens na sociedade; quando reúnem as pessoas em torno de símbolos culturais herdados; e quando podem construir – ou reconstruir – redes sociais densas e estruturas conectivas, esses episódios de disputa resultam em interações sustentadas com oponentes em movimentos sociais[28].

[28] Do original: "[...] *people engage in contentious politics when patterns of political opportunities and constraints change, and then by strategically employing a repertoire of collective action, creating new*

As estratégias e repertórios mobilizados, nesse sentido, estão inseridos dentro de *frames* e contextos sociais onde as pessoas se situam, sendo atravessadas por suas experiências, vínculos interpessoais e interpretações de mundo. Como veremos mais adiante, esse entendimento se mostra relevante ao pensarmos na agência política de mulheres migrantes e em suas próprias construções intersubjetivas enquanto *mulheres*, *migrantes* e *ativistas*. Esses papéis sociais não estão dados, mas são (re)construídos constantemente, a partir de diversas negociações, posicionamentos e *acontecimentos*, como o próprio deslocamento para outro país.

2.1.1 O terreno latino-americano

Como já exposto, o continente latino-americano apresenta particularidades, tanto em termos dos contextos sociais e políticos em que muitos grupos emergiram – em conjunturas ditatoriais, por exemplo, quanto pela diversidade de atores e atrizes políticas que se organizaram nos setores populares, em diferentes frentes de atuação. Dentre estas, podemos citar as lutas contra a carestia, a formação de creches e cooperativas, a ação organizada em torno da pauta da saúde pública, as reivindicações por direito à propriedade de terra e os movimentos urbanos em prol da habitação e moradia, por exemplo. Nas classes médias, emergiram também as lutas pelos direitos humanos e contra a tortura em diferentes países da América do Sul, a organização em torno das demandas por memória e justiça, as reivindicações feministas por igualdade política e pelos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Vale destacar também, principalmente no contexto brasileiro, como as interações entre esses movimentos e setores da esquerda e da Igreja Católica contribuíram para a construção de sentidos, aspirações e apelos pela transformação social, reunidos pela alcunha, como nomeia Doimo (1995, p.96) de “povo como sujeito de sua própria história”.

---

opportunities, which are used by others in widening cycles of contention. When their struggles revolve around broad cleavages in society; when they bring people together around inherited cultural symbols; and when they can build on – or construct – dense social networks and connective structures, these episodes of contention result in sustained interactions with opponents in social movements. Because each of these four elements is the topic of a chapter in Part II of this book, a brief introduction should suffice here.” (Tarrow, 2011, p.28-29)

Apesar de heterogêneas e diferentemente localizadas em termos de grau de abertura dos sistemas políticos, estruturas socioeconômicas e níveis de industrialização, por exemplo, essas mobilizações foram (e ainda são) presentes em todos os países da América Latina. Na avaliação de Calderón, Piscitelli e Rayas (1992), além de evidenciarem a necessidade de olhar para a realidade prática nesses distintos contextos, esses fatores demonstram

> (...) que as sociedades caribenhas e latino-americanas são ricas em expressões socioculturais e que essas expressões, embora muitas vezes ignoradas pelos analistas, podem ser historicamente contraditórias, de curta ou longa duração, metamórficas, interconectadas ou híbridas, criativas e autodestrutivas, e até mesmo questionadoras do *status quo* ou teimosamente conservadoras (Calderón; Piscitelli; Rayas, 1992, p.23, tradução nossa[29]).

Considerando essas particularidades e, na tentativa de demonstrar os impactos do eurocentrismo e das lógicas colonialistas sobre as interpretações teóricas das ações coletivas, Priscila de Carvalho (2015) propõe pensar as possíveis interações entre as teorias decoloniais e as de movimentos sociais ao olhar para as lutas no continente latino-americano. Não pretendo, neste momento, descrever as teorias decoloniais e seu amplo arcabouço teórico, mas concordo com a autora na análise de que muitos processos de resistência, agência e mobilização têm sido trabalhados a partir dessa lente, fornecendo contribuições importantes para pensarmos cenários como os da América Latina. A autora destaca que, ao tornar hegemônicas determinadas teorias – como o pensamento eurocêntrico, por exemplo – outros marcos interpretativos passam a ser vistos como muito específicos, particulares ou atrasados (Carvalho, 2015). Esse processo, contudo, deixa de olhar para contribuições importantes que outros conhecimentos e práticas sociais podem trazer para o estudo de fenômenos complexos, como as lutas sociais.

No caso das análises sobre os ativismos de mulheres migrantes, por exemplo, é fulcral considerar não só os contextos geopolíticos e sócio-históricos que essas ações se desenvolvem – no caso desta pesquisa, a América do Sul (mais precisamente Brasil e Argentina) – mas os próprios conhecimentos compartilhados pelas mulheres migrantes. Isso porque seus saberes, interpretações, práticas e visões

[29] Do original: "(...) that Caribbean and Latin American societies are rich in sociocultural expression, and that this expression, though often ignored by analysts, can be historically contradictory, of short or long duration, metamorphic, interconnected or hybrid, creative as well as self-destructive, and either challenging to the status quo or stubbornly conservative." (CALDERÓN; PISCITELLI; RAYAS, 1992, p.23).

de mundo orientam seus agenciamentos políticos e são parte fundamental da construção de qualquer conhecimento sobre as lutas que elas mesmas protagonizam. Nesse sentido, compartilho da defesa de Carvalho (2015) que, citando Escobar (2003), aponta como os movimentos sociais e grupos de ativistas são, eles/as mesmos/as, produtores de conhecimento, trazendo aportes teóricos, metodológicos e epistemológicos fundamentais para o campo acadêmico. Como expõe Simone, ativista migrante mexicana residente no Rio de Janeiro/RJ, Brasil,

> A gente tem se identificado com as **lutas antirracistas e anti-machistas**. E como **povos latino-americanos**, a gente se identifica nesse sentido de ser **vítimas, frutos das colonizações**. E isso inclui também o pensamento inserido na **educação** como um todo. Mesmo estando nesses países que produzem tanto conhecimento, que tem tanto conhecimento próprio, a gente continua **vendo uma imposição do pensamento ocidental**, **padrão**, **capitalista** e mais. Então acho que se for pensar nos **movimentos sociais feministas de mulheres migrantes** aqui, porque tem muitas mulheres, tem **muitos perfis de mulheres migrantes** também, obviamente, quem é mais "politizado" vai ter um pensamento crítico com relação a isso. **Criticar essa imposição do pensamento ocidental**. E **defender o pensamento do país de cada uma**, dos **povos originários**, dos **povos afrodescendentes** (Simone, ativista migrante mexicana, entrevista realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em janeiro de 2023. Grifos próprios).

Na avaliação de Simone, o cenário mais amplo de ações coletivas ainda é permeado por narrativas e pensamentos mais hegemônicos, que se distanciam das realidades vivenciadas na América Latina. Integrante de um coletivo de mulheres migrantes atuante na cidade do Rio de Janeiro desde 2019, ela conta que, em contrapartida, o grupo desenvolve, em diferentes frentes, debates críticos sobre esses aspectos, buscando questionar imposições e construir outros conhecimentos. Nesse e em outros grupos que acompanhei, as ativistas migrantes compartilham experiências e contribuições dos feminismos comunitários, discussões feitas por mulheres indígenas e negras, além de pautas feministas dos países de cada uma, construindo suas próprias práticas a partir dessas diferentes referências.

Ao traçarem uma genealogia das ações coletivas na América Latina, Arturo Escobar e Sonia Alvarez (1992) destacam como as estratégias, formas de ação e características dos movimentos sociais se alteram ao longo do tempo, defendendo que essas mudanças podem ser observadas tanto no campo das práticas políticas de diferentes atores sociais, quanto nas análises teóricas sobre esses processos. Para Cardoso (1994), os movimentos sociais expressam e se relacionam com as mudanças

ocorridas na contemporaneidade, articulando novas linguagens, outros focos de ação e uma pluralidade de estratégias.

Nesse sentido e, na seara das transformações sociais ocorridas no continente, Bringel e Teixeira (2015) avaliam que o debate em torno dos movimentos sociais ao longo da década de 1990 perdeu forças no cenário acadêmico latino-americano e, mais especificamente, no contexto brasileiro, principalmente em decorrência do emergente cenário de redemocratização do país. Alguns autores, como Alberto Melucci (1989;1996), argumentavam que o conceito de movimentos sociais era reducionista, portanto a ideia de ação coletiva ou de sistemas de ação (Melucci, 1989) seria mais apropriada e abrangente. Para o autor, seria necessário avançar no questionamento sobre os movimentos, partindo de perguntas sobre *como* eles agem e não sobre o *porquê*. Mais ainda, seria fundamental atentar-se para o risco de generalizações ao nomear como "movimento" todas as mudanças sociais, assim como seria ingênuo partir do pressuposto de que os fenômenos empíricos de ação coletiva são homogêneos e significativos em si mesmos. Na defesa de Melucci (1989), o significado de uma ação coletiva depende dos sistemas de referência nos quais ela se insere e das dimensões analíticas mobilizadas para interpretá-la.

Em perspectiva semelhante, Ruth Cardoso (1994) aponta que há uma imprecisão na definição do que significa ser um movimento social, na medida em que as classificações mais comuns centram-se nas dinâmicas internas a cada grupo e não necessariamente ao tipo de organização que se está analisando. A autora defende que uma compreensão mais acurada dessas mobilizações pressupõe que olhemos para as suas distintas características e formas de ação, bem como para as tensões, conflitos e divergências existentes dentro e fora dessas organizações. É necessário, nesse sentido, tomar cuidado para não tornar opacas essas diferenças e alteridades ao buscar uma conceituação única sobre esses grupos, atentando-se para não universalizar movimentos tão plurais, principalmente no cenário latino-americano.

Nessa busca por interpretar os processos políticos, outros enfoques também despontaram, como a noção de "sociedade civil". Segundo Sérgio Costa (1994), um dos defensores dessa perspectiva, a ideia de movimentos sociais não necessariamente englobava outras formas de associativismo, principalmente ao pensarmos nas relações estabelecidas entre atores sociais e o Estado. O conceito de "sociedade civil", em contrapartida, envolveria diferentes associações, organizações

e atores coletivos que, em vários setores, negociam, reivindicam e interagem com as estruturas de poder estatais.

No contexto latino-americano, como apontam Avritzer e Costa (2004), a concepção de sociedade civil se difundiu no âmbito das interpretações sociológicas de processos de democratização, com base no crescimento de experiências de participação social. Olhando para os movimentos feministas e de mulheres no continente, por exemplo, Sonia Alvarez (2014) defende que esses grupos estão ancorados na sociedade civil, mas se estendem para além dela, tomando diversas direções em termos de relações estabelecidas e instâncias de atuação, como veremos adiante. Na Argentina, as lutas por memória, verdade e justiça, por exemplo, contribuíram para responsabilizar e condenar os militares responsáveis pelas torturas, desaparecimentos e mortes ocorridas durante a última ditadura civil-militar atravessada pelo país (1976-1983). No Brasil, a luta pelo fim da ditadura (1964-1985), o papel desempenhado pelos movimentos sociais e os processos de construção da Constituição de 1988 abriram a possibilidade de criação de espaços de participação popular, bem como de ação conjunta entre Estado e sociedade civil (Dagnino, 2004; Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998).

Desse modo, se essas novas dinâmicas foram importantes para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa voltada para o estudo dos repertórios de ação e interação entre atores sociais e instituições políticas (Abers, Silva e Tatagiba, 2018; Tatagiba, 2005), outros elementos emergiam, paralelamente, no campo dos estudos sobre ação coletiva. Como aponta Alonso (2009), a partir da virada para o século XXI, houve uma alteração de escala do ativismo, que registrou um aumento em práticas de mobilização não só nacionais, mas globais. De acordo com a autora, as reivindicações, antes circunscritas ao âmbito do Estado-Nação, passaram a envolver temas, atores e ativistas que atravessavam territórios, questionavam fronteiras e apontavam para o caráter complexo das lutas, demandando novos olhares e marcos de referência.

2.2 Transnacional ou diaspórico?

O conceito de *transnacionalismo*, nesse contexto, despontou. Além de estar presente na literatura sobre migrações e mobilidades, como foi possível observar no capítulo anterior, a noção passou a ser acionada também no campo dos estudos sobre

ativismo, bem como nas teorias feministas, como veremos adiante. Nesta pesquisa, esse conceito – que surge também enquanto teoria – será analisado com mais centralidade, tanto por articular esses três marcos, quanto por apresentar elementos interessantes para que possamos pensar nas dinâmicas de luta de mulheres migrantes.

Assim como o conceito de diáspora, o *transnacional* assume, morfologicamente, uma gama de classificações. Quando acompanhado do sufixo –*ismo*, por exemplo, indica uma perspectiva, uma abordagem teórica, ao passo que em outros casos desponta como adjetivo. Em relação aos estudos no campo do associativismo civil, apesar de as abordagens existentes serem inúmeras (Gohn, 2008), o *transnacional* vem sendo utilizado por diversos autores (Keck e Sikkink, 1998; Tarrow, 2005; Nye e Keohane, 1971) nesta última chave, como um conceito que pode qualificar diversas ações coletivas da sociedade civil, de movimentos sociais e de outras organizações (Carvalho, 2018). Há, entretanto, algumas disputas em torno de seu significado e abrangência.

Como aponta Alonso (2009), as transformações nas escalas da ação coletiva suscitaram a necessidade de novas interpretações teóricas mais abrangentes e não mais restritas ao antagonismo com o Estado-Nação. Nesse contexto de interpretações analíticas que apontam para a ampliação das escalas do ativismo na contemporaneidade, prevalece a percepção de que o *local*, o *regional* e o *global* com frequência se misturam, tanto nas demandas postuladas pelos movimentos, quanto em seus espaços de atuação. Em termos de avanços para a democracia, Bringel e Echart (2008) defendem que essa "espacialização das ações coletivas" se manifesta na ampliação de esferas de tomada de decisão, no surgimento de novos interlocutores políticos e na exigência de maior democratização nas relações internacionais. Na visão dos autores, a dimensão transnacional e global dos movimentos fornece, ainda, subsídios para que os estudos sobre a ação coletiva e movimentos sociais ultrapassem divisões disciplinares rígidas, apontando para perspectivas analíticas e epistemológicas mais abrangentes.

O próprio conceito de *sociedade civil* surge, nessa seara, com o objetivo de descrever não só os movimentos sociais, mas outras práticas e lutas reivindicatórias. E ao mirar a interpretação para as escalas do ativismo, esse conceito também passou a ganhar outros adjetivos, como "global" e "mundial". Sobre o primeiro, Luciana Ballestrin (2010) expõe que a ideia de *Sociedade Civil Global* surgiu a partir do

interesse em ampliar as explicações sobre a participação de diferentes atores no sistema internacional. A noção, contudo, é disputada teórica e empiricamente em várias arenas, a partir de críticas que apontam que seu uso é vago, idiossincrático e generalista. Isso porque, em muitas análises, o caráter democratizante dessa "sociedade civil global" é tido como dado, mesmo que não haja uma definição mais clara sobre quais atores a compõem (Ballestrin, 2010). Na avaliação de Ballestrin (2010), a ideia de *associativismo transnacional* seria mais profícua para pensar os repertórios de ação coletiva e as práticas políticas construídas em mais de uma localidade. Segundo a autora,

> Conceber algo transnacionalmente amplia os espaços tradicionais de deliberação política e sobrepõe diversos níveis de análise no tocante à identificação das influências contextuais. Embora isso torne mais complexo e difícil a pesquisa sobre as associações e os possíveis efeitos democráticos que elas surtem nos mais diversos lugares por onde fazem-se de alguma forma presente, a denotação de transversalidade em contraposição à de globalidade possibilita apreender a interconexão de estruturas espaciais hibridizadas pela globalização, sem perder de vista as especificidades locais e o próprio papel dos estados, nesse processo (Ballestrin, 2010, p. 48).

Em perspectiva semelhante e mobilizando, também, a perspectiva do *transnacionalismo* para compreender as diferentes escalas das ações coletivas, Sidney Tarrow (2005) defende a existência de um *ativismo transnacional*. Este seria caracterizado pela prática de atores que recorrem a recursos, redes e oportunidades nas sociedades em que vivem, conectando o local e o global. Para o autor, essas lutas tem conexão com a globalização, que fornece incentivos e temas para essa atuação.

O fenômeno da globalização é, inclusive, frequentemente mobilizado nos estudos sobre transnacionalismo, seja no campo das migrações e mobilidades, seja nas análises sobre ação coletiva. As relações entre esse processo e as dinâmicas transnacionais, nesse sentido, comumente aparecem em abordagens que entendem uma relação consequencial entre um fenômeno e outro. Sob essa perspectiva, a expansão da circulação de bens, consumos, recursos e pessoas – em decorrência da globalização – forneceria as bases para que vínculos transnacionais fossem estabelecidos, por exemplo. Na avaliação de Ribeiro (1998), contudo, esses processos, embora relacionados, são distintos, na medida em que acionam elementos sociais diferentes e, portanto, devem ser analisados sob outras égides. Para o autor, a discussão sobre transnacionalismo envolve, necessariamente, aspectos relacionados à política e a ideologia, como os debates em torno das relações entre

sujeitos e instituições de poder, entre as esferas pública e privada, além dos debates relativos à cidadania e aos processos de construção intersubjetiva e identitária. Já a globalização está mais relacionada à fragmentação do espaço global e aos processos econômicos relacionados à expansão do capitalismo.

Em perspectiva semelhante, Tarrow (2005) defende que o *ativismo transnacional* é mais que um reflexo da globalização. Embora influenciada por este fenômeno, a agência transnacional está mais vinculada a mudanças na política internacional, na visão do autor, na medida em que estas fornecem oportunidades e recursos para que a ação coletiva se construa. Ou seja, "se a globalização consiste em crescentes fluxos de comércio, finanças e pessoas através das fronteiras, o internacionalismo fornece uma estrutura de oportunidades dentro da qual o ativismo transnacional pode emergir" (Tarrow, 2005, p. 8).

Isso significa dizer, ainda, que nesse contexto globalizado, nem todas as ações coletivas contenciosas vão romper as "escalas locais" e, entre aquelas que rompem, nem todas podem, necessariamente, ser consideradas "movimentos sociais globais". Há, como defende Tilly (1978) uma miríade de formas de ativismo, que envolvem aspectos como a mobilização de recursos, a emergência de reivindicações públicas, o relacionamento com outros atores, bem como a utilização de repertórios de ação múltiplos e diferentemente situados.

Levando esses aspectos em consideração, como podemos, então, compreender o ativismo de migrantes e, mais precisamente, de mulheres migrantes? Ações coletivas protagonizadas por pessoas migrantes são, necessariamente transnacionais? Quem são, afinal, essas ativistas?

Antes de me debruçar, mais profundamente, sobre as contribuições dos feminismos para os debates em torno dos ativismos transnacionais – o que farei no próximo capítulo – é importante ressaltar que, no campo das migrações e mobilidades, uma mudança fundamental em relação às discussões sobre o transnacionalismo está associada justamente às contribuições do pensamento feminista. Até os anos 2000, o *transnacional* era mobilizado para referir-se aos fluxos migratórios vinculados aos deslocamentos de capital e de recursos, e aos impactos que esses movimentos tinham sob os países de destino e origem (Portes, 2001). Como analisa Piscitelli (2008), essa perspectiva, contudo, privilegiada muitas vezes por economistas, formuladores de políticas e organizações internacionais, acaba por invisibilizar

experiências diversas, como as de mulheres trabalhadoras migrantes, reduzindo as análises a um foco único nos “custos e benefícios” das migrações transnacionais.

Essa perspectiva começa a ser contestada por autoras que apontavam para outras inúmeras dinâmicas transnacionais concernentes às migrações, chamando atenção – principalmente a partir de uma mirada de gênero – para fenômenos como a formação de cadeias e redes transnacionais de cuidado, as vivências de maternidade transnacional (Parreñas, 2001; Herrera, 2008) e as transformações das dinâmicas familiares a partir dos vínculos transnacionais estabelecidos (Pedone, 2006; Assis, 2004). Em relação aos ativismos – e, principalmente, aos agenciamentos de mulheres migrantes –, o debate é mais recente, vinculado principalmente às contribuições de autoras feministas que pensam as dinâmicas transnacionais de mobilização das mulheres e se debruçam sobre discussões diversas, como aquelas relacionadas ao conceito de localização, as teorias de fronteira e as articulações de marcadores da diferença, como perceberemos adiante.

Em relação ao perfil dos/as ativistas e, ainda em sua teorização sobre ativismo transnacional, Tarrow (2005) mobiliza a expressão “cosmopolita arraigado”. Segundo ele, esse conceito diz respeito a atores ou grupos que mobilizam recursos e oportunidades domésticas e internacionais para alcançar objetivos comuns com aliados transnacionais. Dentro desse perfil cosmopolita, estaria o subgrupo dos *ativistas transnacionais*, caracterizados como “pessoas e grupos que estão enraizados em contextos nacionais específicos, mas que participam de atividades políticas contenciosas que envolvem as redes transnacionais de contatos e conflitos.” (*idem*, 2005, p. 29). O que diferencia esses/as atores/as dos/as ativistas “domésticos” é, para Tarrow (2005), justamente a capacidade de ampliar as atividades para outros níveis de atuação, com base nas oportunidades dadas por uma sociedade cada vez mais internacionalizada. Além disso, o autor defende que indivíduos que se engajam no ativismo transnacional são apoiados e constrangidos por redes domésticas e, ao retornarem ao contexto de origem, levam para esse espaço novas perspectivas, formas de ação e identidades.

Para Bringel (2011), o perfil de ativista transnacional defendido por Tarrow (2005) deixa de lado, contudo, aqueles atores que não estão localizados em contextos nacionais específicos, mas que constroem sua atuação em diferentes lugares, com referências, sentidos e marcos simbólico-representativos *desterritorializados*. De acordo com o autor, os movimentos de migrantes poderiam ser enquadrados nesse

perfil complementar ao proposto por Tarrow. Os movimentos migratórios, para Bringel (2011), representam um desafio para as ações coletivas, tanto por se articularem em formas de associativismo como as “comunidades migrantes” e por interagirem com movimentos nos locais de origem e destino, quanto por reconfigurarem processos de subjetividade e vínculos de pertencimento de ativistas. O autor defende a ideia de um *ativista diaspórico* que tem uma atuação política marcada pela dispersão, sendo produzida, simultaneamente, em dois locais. Essa militância, então,

> não está necessariamente pautada pela territorialidade do Estado-nação ou de uma região particular do mundo, mas por um projeto político e social específico, imbuído em várias territorialidades e em *múltiplas espacialidades*. No imaginário destes *ativistas diaspóricos*, estes projetos normalmente estão enquadrados na práxis de movimentos sociais transformadores, atos quotidianos de resistências ou práticas contestatórias que contribuem a gerar um imaginário alternativo sobre seu referente de conexão ou origem.” (Bringel, 2011, p.202).

Ao mobilizar a categoria de *diáspora*, Bringel (2011) traz outras noções à tona, como a ideia de um ativismo que questiona as fronteiras do Estado-Nação e que é atravessado por vínculos intersubjetivos estabelecidos pelos ativistas diaspóricos. Mais que uma expansão extraterritorial de um movimento doméstico, esse processo envolve reivindicações e formas de agência que não estão circunscritas a um só espaço, mas que são atravessadas por conexões múltiplas e desterritorializadas.

Aqui, concordando com as críticas de Bringel (2011) à noção de ativismo transnacional de Tarrow (2005), entendo que, nos contextos que acompanhei, os movimentos de mulheres migrantes tampouco se descreveriam sob essa categoria. Embora as lutas cruzem fronteiras e possam ser entendidas em termos transnacionais, elas não se limitam à configuração de um campo ativista local que se amplia para o global. Em muitos casos, trata-se de um intercâmbio constante entre essas localidades e da adoção de práticas e linguagens que se desenvolvem, *simultaneamente*, em diferentes territórios. Mais ainda, os achados de campo demonstraram que, no caso das lutas das mulheres migrantes, a atuação *local* é fundamental. Isso se manifesta, por exemplo, nas práticas de *cuidado* que elas adotam umas com as outras (Mallimaci e Magliano, 2020) nos vínculos afetivos que desenvolvem a partir do convívio e nas estratégias cotidianas de resistência que empregam nos locais onde residem (Scott, 1989; Dornelas, 2020).

Levando isso em consideração, compartilho dos apontamentos de Bringel (2011) sobre as múltiplas espacialidades que atravessam os ativismos desenvolvidos

por pessoas migrantes. Entretanto, argumento que essas formas de ação são melhores descritas como ativismos *migrantes* e, nos campos associativistas que analiso, como *feminismos migrantes,* como apresentarei adiante. Embora a noção de diáspora seja importante para compreender alguns elementos dessas mobilizações, como as questões em torno da memória e da cultura, por exemplo, a categoria *migrante* é, na percepção das e dos próprios sujeitos, a que mais os representa e comunica suas lutas. Como descreve Olga, ativista migrante colombiana residente em São Paulo/Brasil, reconhecer-se migrante é um processo contínuo, que não acontece automaticamente após o deslocamento físico. Ao longo desse transcurso, a identidade migrante emerge como uma "descoberta" individual, mas também como uma "bandeira política", como ela mesma descreve.

> [Migrante**] não é só uma palavra**, né**? É tudo o que contém** essa palavra, tudo, tudo, tudo. **O preço político que ela tem**. Então, é... eu comecei a olhar para a migração de outro jeito, né? Eu comecei a olhar, inclusive para a própria migração interna da Colômbia, essa **migração forçada**... Olha, eu sempre estive próxima da migração, sempre. Para mim lá não era migração, era um deslocamento forçado, mas também é uma migração forçada. **Mas é uma migração**, tem outras características, mas **também é movimento**. É **sair do lugar, é não fazer parte**. Tem características psicológicas e sociais muito parecidas (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo, Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Desse modo, ao olharmos para diferentes grupos, coletivos e movimentos de migrantes na América do Sul, a identidade migrante é aquela que atravessa as experiências coletivas e também individuais de cada ativista. Essas diversas atrizes e atores políticos se encontram nas fronteiras das lutas, no desenrolar de seus projetos migratórios e nas reivindicações para que a migração seja, de fato, um direito garantido. No relato de Olga há, ainda, um elemento interessante. Para ela, entender "o peso político" da categoria migrante foi importante até mesmo para que ela olhasse para os deslocamentos internos da Colômbia, seu país de origem, pela chave das *migrações*. Ao fazer isso, foi possível entender os sentidos e significados que essa noção aciona: o movimento, o "não-lugar", o não pertencimento ou um vínculo desterritorializado, que pode atravessar até mesmo as experiências de quem migra dentro do mesmo território nacional.

Se essa múltipla localização é parte importante para a compreensão dos ativismos, a construção de redes também emerge como ponto de análise teórica. A ideia de redes para retratar aspectos da ação coletiva é abordada por Ilse Scherer-Warren (2006, p.113), que expõe que o conceito de *redes de movimentos sociais*

busca apreender “o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”. Ainda na discussão sobre as escalas de ação e, no que se refere a essas articulações entre ativistas e grupos, Sérgio Costa (2003, p. 158) nos fala sobre as redes de movimentos coletivos, que “congregam ações de protesto articuladas continentalmente”, ou seja, ações coletivas que são estabelecidas entre diferentes movimentos e que assumem um caráter transnacional. Para ele, mais que ações específicas, os processos de mobilização podem ser entendidos em formas de rede, como coalizões discursivas que se estabelecem sob uma temática comum e se comunicam transnacionalmente (Costa, 2003).

Para Keck e Sikkink (1998), que defendem a existência de *redes transnacionais de advocacy*, essas teias podem ser entendidas como estruturas comunicativas e espaços de poder, em que atores – diferentemente situados – negociam significados políticos, culturais e sociais de suas ações, formal ou informalmente. Mais ainda e, numa perspectiva semelhante à atuação dos ativistas diaspóricos acima descritos (Bringel, 2011), as autoras defendem que essas redes participam, simultaneamente, de políticas domésticas e internacionais, atuando em universos políticos estruturados intersubjetivamente.

Como pode ser observado, apesar de os conceitos de *transnacionalismo* e *diáspora* permearem várias abordagens teóricas, a compreensão sobre as formas de organização e ação coletiva de migrantes, no campo dos estudos sobre associativismo civil e movimentos sociais, não é consensual e apresenta lacunas. Além disso, essas noções, apesar de centrais para o entendimento das dinâmicas de mobilidade, de modo geral, não necessariamente abarcam a complexidade dos ativismos protagonizados por migrantes. Se é assentida a defesa de que há uma ampliação das escalas do ativismo no contexto contemporâneo globalizado, as análises ainda carecem de focos mais específicos nas experiências de luta das pessoas migrantes. Mais ainda, essas interpretações precisam levar em consideração aspectos como o contexto em que essas reivindicações são forjadas, as atrizes e atores que as constroem, e o modo como as estruturas de poder se manifestam individual e coletivamente sobre os sujeitos.

2.3 Entre a mobilidade e a mobilização: agências e ativismos de migrantes

No campo dos estudos migratórios, tem sido crescente o número de pesquisas que investigam o ativismo dessa população, principalmente com foco nas associações e organizações de migrantes em outros países e, no caso do Brasil, na atuação desses grupos em cidades como São Paulo e Porto Alegre (Etcheverry, 2011; Canjani, 2021; Bacron, 2021; Handerson, 2021; Feldman-Bianco, 2018). Entretanto, embora venha se fortalecendo nos últimos anos, a investigação sobre o ativismo dessa população e sobre as suas formas de mobilização ainda é incipiente, como aponta Amarela Varela Huerta (2015). Segundo a autora, a "agência política dos migrantes não é tomada como um eixo nodal a se explorar, já que estes são considerados ora como vítimas, ora como infratores de leis de imigração" (Varela Huerta, 2015, p. 2).

Essa percepção descrita por Varela Huerta (2015) é relatada por diversas interlocutoras desta tese. Muitas expõem que a xenofobia se manifesta, nos mais variados espaços, em discursos que questionam sua presença no país de destino, como se o deslocamento para o local fosse algo errado ou indesejável. Segundo as entrevistadas, é comum que as pessoas busquem comparar os dois lugares, sempre associando seus países de origem, principalmente nos casos de migração Sul-Sul, a um lugar "pior" e "mais pobre", por exemplo. Além de estigmatizantes, na visão das interlocutoras, esses discursos menosprezam memórias, experiências, culturas e elementos importantes de suas identidades.

É importante observar como essa associação entre migração, a vulnerabilidade e/ou o crime, nesse sentido, invisibiliza a agência de migrantes, fortalecendo violências contra essas pessoas, vistas ora como "delinquentes", ora como "coitadas". Há, ainda, um paradoxo retórico nesse posicionamento, na medida em que a ideia de *mobilidade* é acionada tanto para descrever os deslocamentos físicos feitos por essas pessoas, quanto para apontar uma pressuposta fixidez e *imobilidade* em termos de ação e *mobilização*. Sob essa alcunha, se o sujeito é entendido como alguém dotado de agência para "invadir" um território – como alegam aqueles contrários à imigração, esse agir é destituído no momento em que essa pessoa estabelece residência no novo local. A ela, cabe não só o silêncio em termos de reivindicação de seus direitos, como a percepção de uma aparente inércia em relação a isso. A esses quadros, soma-se, ainda, a imagem de vítima, que reduz a trajetória migratória a experiências negativas e sugere a incapacidade de agência e transformação.

Olhando para os repertórios de ação coletiva adotados por brasileiros exilados no Chile e na França, Teresa Schneider Marques (2017) destaca como as pessoas em exílio são afetadas por mudanças nas estruturas de oportunidades decorrentes de transformações nos regimes políticos. Segundo a autora, não só a migração é motivada por essas alterações – por perseguições políticas em regimes ditatoriais, por exemplo – como as próprias relações estabelecidas entre ativistas e o Estado se transformam. As barreiras impostas ao ativismo são mais fortes nesses casos, assim como é mais marcante o papel das redes de militância que, muitas vezes, são a principal fonte de vínculo das pessoas exiladas com o país de origem (Marques, 2017).

Apesar de se inserirem no campo das mobilidades, é interessante observar como a categoria do *exílio* assume enquadramentos semânticos diferentes quando comparada à de *migração*. Isso, consequentemente, ressoa nos sentidos que são comumente atribuídos às pessoas exiladas e às "migrantes comuns". Se no primeiro caso, a agência política é a condição para o deslocamento e um elemento fundante da identidade do exilado, a interpretação é oposta no caso de migrantes que, muitas vezes, são lidos/as como vítimas e destituídos/as de agência. Na avaliação de Marques (2017, p. 247),

> Diferente dos migrantes comuns ou refugiados de guerra, os exilados políticos carregam consigo um capital político e/ou representam uma causa ou um espectro político, entendido em termos de "esquerda ou direita". Ao oferecer-lhes solidariedade por meio da construção de uma rede de militância, os atores que compõem a rede de acolhida também buscam confirmar e fortalecer identidades, além de transmitir valores.

Para Didier Fassin (2001), essas abordagens políticas sobre a migração são ainda mais presentes quando olhamos para os corpos migrantes racializados. Baseando-se em contribuições foucaultianas, o autor aciona a ideia de *biopolítica da alteridade*[30] para expor como identidade e diferença são mobilizadas politicamente pelo Estado e sociedade civil no contexto migratório. Analisando a França dos anos 1990, o autor conta que as únicas diferenças socialmente reconhecidas no cenário migratório francês eram a cultural – ora celebrada, ora estigmatizada – e a de origem nacional – associada à uma definição legal de identidade. As outras distinções, principalmente baseadas na raça, eram condenadas, negadas ou tidas como

[30] De acordo com Fassin (2001), Foucault não abordou, necessariamente, o tema da migração ao descrever esse conceito, mas a noção está relacionada aos dispositivos e mecanismos de gestão estatal que controlam os corpos do sujeito, ao mesmo tempo que operam na lógica biopolítica de 'ajudar a viver e deixar morrer' (Foucault, 1976).

ilegítimas. Em consequência, o racismo era visto como inexistente e o migrante lido como vulnerável, sofredor e dependente de políticas humanitárias do país de destino. Na avaliação de Fassin (2001), o corpo migrante tornou-se, nesse sentido, o "local de inscrição para a política da imigração", em um processo em que

> a legitimidade do corpo sofredor proposto em nome de uma humanidade comum se opõe à ilegitimidade do corpo racializado, promulgado em nome de uma diferença intransponível. No primeiro caso, o Outro vem de fora e o tratamento de seu corpo depende da hospitalidade do país de acolhimento. Na segunda, o Outro já está dentro e o tratamento de seu corpo põe em xeque a ordem social (Fassin, 2001, p. 3-4[31]).

Essas lógicas se apresentam, também, nos processos vivenciados por migrantes que estão em situação irregular. Para Fassin (2001), a ideia de vítima e desse "corpo sofredor", aparece não só por meio de discursos externos e estigmatizantes, mas passa a ser justificativa para a concessão de documentos. No caso de solicitações de refúgio, por exemplo, a pessoa interessada deve apresentar elementos que possam comprovar seu "fundado temor de perseguição" pelos motivos que preconizam as legislações relativas ao instrumento do refúgio.

Como expõe Jullyane Ribeiro (2021), os ritos institucionais exigem narrativas de perseguição e fuga como parte de processos estatais que criam a categoria do "refúgio" e determinam quem se enquadra nesse *status* legal e quem não. Nessa seara, a noção de "vítima" passa a ser mobilizada, também, de forma estratégica por migrantes, como um recurso para as pessoas indocumentadas em suas lutas e trânsitos pelo aparato administrativo-burocrático. Essa dinâmica caracterizaria o que Fassin (2001, p.5) nomeia como "condição social de imigrante", o processo em que a existência "oficial" do sujeito passa a ser vinculada ao sofrimento, seja pelas circunstâncias, seja pelo acionamento estratégico dessa categoria como autojustificação.

É importante mencionar que, embora ainda permeadas por estereótipos como os expostos acima, as ações coletivas protagonizadas por migrantes têm se tornado cada vez mais presentes nos mais variados contextos. Como exemplo, podemos citar: o movimento dos *Sans Papiers*, formado em meados da década de 1990, na França,

---

[31] Do original: *"the legitimacy of the suffering body proposed in the name of a common humanity is opposed to the illegitimacy of the racialized body, promulgated in the name of insurmountable difference. In the first case, the Other comes from outside and the treatment of his/her body depends on the hospitality of the host country. In the second, the Other is already inside and the treatment of his/her body calls into question the social order"* (Fassin, 2001, p.3-4).

por migrantes indocumentados (“sem papéis”) que reivindicavam *status* legal e acesso a direitos (Fassin, 2001); os movimentos por direitos de migrantes nos Estados Unidos, que se fortaleceram a partir dos anos 2000 e exigiam reformas migratórias no país (Nicholls; Uitermark; Van Haperen, 2020); as caravanas migrantes e de mães centro-americanas que, cruzando fronteiras terrestres na América Central e do Norte, fogem da violência e buscam por familiares desaparecidos nos corredores migratórios (Varela Huerta, 2013); as organizações de refugiados que fornecem auxílio às embarcações de migrantes que conseguem cruzar as rotas do mediterrâneo, entre outras formas de mobilização.

No Brasil, ainda são comuns interpretações que enxergam o ativismo de migrantes como recente e pouco significativo quando comparado a cenários internacionais, tais como o europeu e o estadunidense, locais em que a migração é uma pauta mais visibilizada politicamente (Gohn, 2008). Para citar eventos recentes, na Europa o discurso anti-imigração marcou as discussões em torno do Brexit, e, nos Estados Unidos, a construção de muros para barrar os deslocamentos irregulares foi uma das principais agendas levantadas por Donald Trump. É comum, nesse sentido, que um maior destaque para a mobilização de migrantes se dê também em contextos onde há maior expressividade dessa população em termos numéricos, o que não é o caso do Brasil, já que imigrantes e refugiados correspondem a menos de 1% da população residente no país (Cavalcanti, 2022).

Isso não significa dizer que as mobilizações de migrantes sejam menos relevantes e significativas politicamente, nem que as interpretações analíticas sobre esses ativismos sejam desimportantes. Pelo contrário, defendo ser fundamental olhar de forma mais minuciosa para as especificidades das lutas migrantes (Varela Huerta, 2013) – sobretudo aquelas protagonizadas por mulheres –, considerando suas características e potencialidades. Isso porque, apesar da pouca visibilidade dessa temática na literatura mais canônica sobre as ações coletivas no Brasil, pessoas migrantes não só estiveram presentes em mobilizações que marcaram a história das lutas sociais no país, como seguem contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio de práticas e linguagens que questionam violências, como as de gênero, raça e origem, por exemplo, as mulheres migrantes constroem vínculos de solidariedade a partir das diferenças, desenvolvem laços comunitários diversos e ampliam valores democráticos, como os de igualdade, participação e pluralidade.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a imigração foi e tem sido um fenômeno fundamental para a construção histórico-social da América Latina. Os “grandes fluxos” imigratórios, nos séculos XIX e XX, por exemplo, trouxeram transformações demográficas e culturais importantes, influências teóricas e repertórios de ação diversos, além de terem sido relevantes para mudanças políticas consideráveis em todo o continente. No Brasil, a expoente industrialização a partir dos anos 1840 fortaleceu o uso de mão-de-obra imigrante nas fábricas do país e a consequente formação de um setor de trabalhadores que, na seara do fortalecimento de outros movimentos populares, passou a reivindicar melhores condições laborais.

Como destacam Schwarcz e Starling (2015), imigrantes tiveram um papel fundamental para os movimentos grevistas que se instauraram no Brasil ainda no final do século XIX. Essa centralidade se dava tanto pela considerável presença migrante nos chãos de fábrica, quanto pela influência que essas pessoas tiveram para a entrada do anarquismo no país. Orientação política hegemônica no movimento operário italiano àquela época, as ideias anarquistas de autogestão e de ausência do Estado eram parte da bagagem trazida por imigrantes europeus, tendo ganhado vários adeptos em solo brasileiro. Aqui, a luta se dava pela organização em associações, pela criação de publicações para circulação nas cidades, e pelas greves, principal forma de mobilização dos trabalhadores.

Entre os anos de 1900 e 1920, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), quase quatrocentas greves eclodiram no país, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, concentrando trabalhadores de diversos setores industriais. A resposta estatal às demandas, contudo, envolveu repressões sistemáticas e, no caso dos operários imigrantes, medidas como a expulsão, “sob alegação de serem ‘anarquistas e baderneiros’” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 336). As demandas da população não foram imediatamente atendidas, mas os atos não só fortaleceram outras mobilizações, como influenciaram no surgimento dos futuros sindicatos.

No caso da Argentina, processo semelhante aconteceu, contribuindo para a construção de um “mito” relacionado às origens do movimento sindical no país. Como expõe Pianetto (1984), muitos trabalhadores migrantes, de fato, “levaram” ideologias e experiências organizativas de outros países para a Argentina, fortalecendo o desenvolvimento das ações sindicais, ainda no século XIX. Nas narrativas contrárias aos movimentos trabalhistas, contudo, essa influência foi destacada como algo negativo, “já que era relativamente comum, nos primeiros anos do século, os porta-

vozes do poder descreverem o movimento operário como um ‘fenômeno estrangeiro e indesejável’ em um país que oferecia ‘possibilidades de progresso pessoal para todos’” (Pianetto, 1984, p.297, tradução nossa[32]).

Um século depois, tanto no Brasil quanto na Argentina, foram justamente as pessoas migrantes e outras organizações da sociedade civil que lutaram para a construção de um marcos legais mais justos e inclusivos para essas populações, e pela revogação de legislações criadas durante as ditaduras civil-militares vivenciadas em ambos países. No caso brasileiro, a Lei nº 13.445/2017, que substitui o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) e prevê uma abordagem do tema migratório mais voltada para os Direitos Humanos, foi construída graças a mobilização da sociedade civil, reunida em coletivos, lideranças migrantes, comunidade acadêmica e outras diversas organizações que atuam na área. Na Argentina, a atual Lei nº 25.871/2003 substituiu a antiga Lei Videla (Lei nº 22.439/1981), também sancionada durante o período ditatorial argentino. O processo de construção da normativa vigente também foi marcado pela atuação de coletivos de migrantes, organizações de direitos humanos, sindicatos, instituições religiosas e grupos acadêmicos (Rho, 2020; Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020).

Durante a pandemia de Covid-19, os achados da pesquisa demonstraram como a atuação e mobilização de migrantes – sobretudo das mulheres – também foi central em diferentes contextos. Diante do aprofundamento de desigualdades socioeconômicas e de quadros de insegurança alimentar, muitos coletivos de mulheres migrantes assumiram o protagonismo em diversas ações, tais como: distribuição de cestas básicas, de máscaras e itens de higiene para comunidades que se encontravam em situação de vulnerabilidade (Villalón, Moya e Tascón, 2021), além de ações voltadas para o combate à violência doméstica - como rodas de conversa virtuais e elaboração de materiais informativos (Faria e Dornelas, 2022). No caso brasileiro, as iniciativas autônomas - frente aos descasos do então governo que, inclusive, dificultava o acesso às vacinas e negligenciava os impactos da pandemia (Ventura, 2020) - vieram acompanhadas de campanhas, articulações entre diferentes movimentos e outras formas de mobilização e reivindicação.

[32] Do original: “ya que era relativamente frecuente en los primeros años del siglo que los voceros del poder calificaran al movimiento obrero como un ‘fenómeno extranjero e indeseable’ en un país que ofrecía ‘posibilidades de progreso personal para todos’” (Pianetto, 1984, p.297).

Dentre elas, destaca-se a campanha internacional pela #RegularizaçãoJá, que exigia a regularização imediata, permanente e incondicional das pessoas migrantes que se encontravam indocumentadas. Só no Brasil, por exemplo, a campanha foi organizada por mais de 20 coletivos e organizações da sociedade civil que atuam na causa migratória, seguindo o exemplo de outras mobilizações realizadas em países como Portugal e Espanha, locais em que a medida foi adotada durante a pandemia (Delfim, 2020). A campanha envolveu *twittaços*[33] e ações nas redes sociais – em parceria com outros movimentos sociais da Argentina, Chile e Peru, além da realização de *lives*, petições online e, no caso brasileiro, a elaboração de um projeto de lei (PL 2699/2020), protocolado pela bancada do PSOL na Câmara dos Deputados. O projeto que previa "medidas emergenciais de regularização migratória no contexto da pandemia" (Brasil, 2020) foi retirado de pauta pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, em agosto de 2022, mas as reivindicações e os vínculos estabelecidos entre os grupos, a partir da campanha, permaneceram.

2.4. Autonomia e lutas migrantes: a construção de marcos interpretativos

As mobilizações citadas, entre outras ações, evidenciam como, historicamente, as populações migrantes assumem protagonismo em reivindicações por justiça e por acesso a direitos, o que desconstrói aquelas visões que entendem essas pessoas como destituídas de poder e agência. Na busca por romper com esses quadros de invisibilidade e compreender as particularidades dessas práticas de agência e resistência, Amarela Varela Huerta (2013) defende que elas podem ser lidas como *lutas migrantes*. Sem mobilizar os conceitos de *transnacionalismo* ou *diáspora*, a autora foca sua análise no caráter antagônico dessas agências, expondo que tais lutas se caracterizam por processos de reivindicação comumente levantados por pequenas organizações. Esses grupos operam, na avaliação da autora, sob as lógicas dos movimentos sociais, mas adotam estratégias de resistência e desobediência cotidianas que questionam categorias e marcos referenciais vigentes, além de acionarem outros sentidos nas reivindicações. Na perspectiva da autora,

[33] Twittaço é o nome dado à ação no Twitter em que diferentes perfis fazem, simultaneamente, posts em defesa de alguma pauta comum, de modo a atrair visibilidade para o tema. A mobilização geralmente envolve o uso de hashtags comuns e o compartilhamento dos posts entre os perfis participantes.

> lutas migrantes são mobilizações políticas cidadãs – ainda que protagonizadas por “não cidadãos” ou pessoas que permanecem clandestinizadas por leis que extrangerizam sujeitos “não nacionais” -, que tem como principais reivindicações o efetivo exercício e reconhecimento do direito ao asilo político e a liberdade de circulação, ambos direitos humanos universalmente reconhecidos (Varela Huerta, 2015, p. 2).

As mobilizações de migrantes, então, para Varela Huerta (2015), se diferenciam de outras formas de luta ao questionarem conceitos como os de cidadania e pertencimento. Ao serem levadas a cabo por pessoas que, em muitos casos, não possuem reconhecimento legal como sujeitos de direito nos Estados em que residem, essas experiências extrapolam os entendimentos mais convencionais sobre os movimentos e possibilitam a construção de novas formas de pertencimento a comunidades políticas (Varela Huerta, 2013). Os ativismos, nesse sentido, são marcados por estratégias – individuais e coletivas – diversas, que contestam o regime global de fronteiras e os mecanismos de exclusão que, em vários locais do mundo, excluem e marginalizam as populações migrantes.

As contribuições de Varela Huerta (2013) se inserem, ainda, em uma perspectiva mais abrangente e focada na valorização da dimensão subjetiva que envolve os deslocamentos, bem como nas formas de ação desenvolvidas por migrantes. A chamada *autonomia das migrações*, como explicam Cordero, Varela Huerta e Mezzadra (2019), começou a ser engendrada no início dos anos 2000 por intelectuais e ativistas localizados em países europeus como Itália, França e Alemanha. Lançando luz para as experiências de luta das populações migrantes frente ao reforço de lógicas securitárias e excludentes, esse enfoque parte de uma visão crítica dos deslocamentos, que, ao mesmo tempo que reconhece os impactos das diversas formas de violência que atravessam as experiências das pessoas em mobilidade, rechaça imagens reducionistas sobre esses sujeitos.

Segundo Papadoulos, Stephenson e Tsianos (2008), citados por Mezzadra (2012) – um dos expoentes defensores do enfoque autonomista –, essa perspectiva pressupõe olhar para a migração como um movimento social no sentido literal do termo, enxergando as potencialidades do deslocamento. Partindo de fontes teóricas diversas, principalmente das marxistas, as abordagens autonomistas partem da compreensão de que a migração, mais que uma consequência de estruturas socioeconômicas desfavoráveis de determinada localidade, têm um caráter criativo e disruptivo dentro desses quadros conflituosos de poder. O foco das análises, nesse sentido, está nas dimensões e práticas subjetivas desenvolvidas pelas pessoas

migrantes, em seus desejos e comportamentos, bem como nos dispositivos de exploração e dominação que podem afetar a autonomia daqueles que se deslocam (Mezzadra, 2012). Como defendem Cordero, Varela Huerta e Mezzadra (2019, p. 18),

> A abordagem autonomista, ao mesmo tempo que enfatiza a peculiaridade das condições e experiências dos migrantes e põe atenção à heterogeneidade que esta representa, insiste em que as migrações são lentes para o estudo dos processos e transformações mais gerais que estão refazendo as sociedades, os espaços políticos, os sistemas econômicos e a cultura através das escalas geográficas.[34]

Ponto interessante dessa perspectiva é o questionamento de categorias que historicamente são associadas às demandas de migrantes e que, teórica e empiricamente, são mobilizadas de forma distinta por diferentes atores. O conceito de *cidadania*, por exemplo, é comumente trazido à tona quando discutimos questões como a (in)documentação, a (im)possibilidade de participação política de pessoas migrantes, o acesso a serviços no país de destino e a garantia de direitos para essa população. Nesse aspecto, se a noção de cidadania se refere a aspectos formais de pertencimento a determinada coletividade política (Marshall, 1967), é comum que abordagens mais canônicas sobre as migrações foquem no desejo de pessoas migrantes em *se tornarem* cidadãs. Por outro lado, pela perspectiva autonomista, ao estabelecerem suas reivindicações no espaço público, esses indivíduos não só *agem como* cidadãos, como *já os são*, mesmo que se encontrem em situação irregular (Bojadzijev e Karakayali, 2007 *apud* Mezzadra, 2011).

Isso porque, como aponta Mezzadra (2011), as concepções mais normativas de cidadania pressupõem um processo de integração e vinculação dessas pessoas a quadros de pertencimento político já existentes. Para o autor, contudo, essas abordagens deixam de olhar para o potencial transformador das lutas daquelas pessoas que não são juridicamente consideradas cidadãs - como migrantes indocumentados - mas que contribuem para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. No caso da indocumentação, é importante ressaltar que, para muitos autores (De Genova, Mezzadra e Pickles, 2015; Moulin, 2011; Ribeiro, 2021), o estabelecimento de categorias legais e jurídicas, somado aos processos cada vez

[34] Do original: "*El enfoque autonomista, al mismo tiempo que enfatiza la peculiaridad de la condiciones y experiencias de los migrantes y pone atención a la heterogeneidad que éstas poseen, insiste en que las migraciones proveen lentes para el estudio de los procesos y transformaciones más generales que están rehaciendo las sociedades, los espacios políticos, los sistemas económicos y la cultura a través de las escalas geográficas"* (Cordero, Mezzadra e Varela Huerta, 2019, p.18).

mais rígidos de gestão migratória, contribuem para a "produção" dessa ilegalidade, ao reforçar barreiras burocráticas diversas e aprofundar hierarquias sociais existentes.

Em relação às mulheres que se encontram nessa situação, como aponta Susanne Willers (2019), os impasses se somam aos quadros de violência de gênero presentes em muitos contextos, fortalecendo discriminações que elas podem enfrentar por serem mulheres e estarem indocumentadas. Esses processos podem ainda ser atravessados por outras violações, principalmente quando consideramos cenários, como os latino-americanos, em que as marcas da colonialidade e do racismo se mantêm vigentes.

Há de se destacar que a abordagem transnacional sobre os movimentos migratórios também é questionada pelo enfoque autonomista, principalmente pelo entendimento de que, mesmo assumindo que as relações estabelecidas entre migrantes na contemporaneidade ultrapassem os limites do Estado-Nação, a perspectiva do transnacionalismo ainda se vincula a esse marco referencial. Como defendem Cordero, Mezzadra e Varela Huerta (2019, p. 15),

> Ainda que sejam análises ricas sobre a transformação das relações de poder, gênero, etnia e classe no campo social transnacional, o *locus* da transgressão, como o próprio conceito das evidências transnacionais, permanece no Estado-Nação.[35]

Para os autores, os estudos transnacionais foram relevantes para apontar as diferentes espacialidades sociais que interpelam as migrações contemporâneas, mostrando a potencialidade das formas de vida que se constroem a partir de dois ou mais lugares. Nessas abordagens, contudo, a dimensão política e os impactos de fenômenos como o capitalismo global não foram, na avaliação de Cordero, Mezzadra e Varela Huerta (2019) necessariamente tão centrais. Ainda que a crítica dos autores não esteja direcionada às interpretações específicas das ações coletivas enquanto *ativismo transnacional* (Tarrow, 2005), é interessante observar como os apontamentos giram em torno da recusa ao Estado-Nação enquanto categoria única, algo que eles alegam ainda ser presente nas análises vinculadas à abordagem do transnacionalismo.

---

[35] Do original: *Aún cuando son análisis ricos sobre la transformación de las relaciones de poder, de género, étnicas y de clase en el campo social transnacional, el locus de la trasngresión, como el concepto mismo de transnacional evidencia, sigue estando en el Estado-nación.*(Cordero, Mezzadra e Varela Huerta, 2019, p.15)

Embora compartilhe dessa compreensão, avalio que outro ponto relacionado às interpretações dos ativismos migrantes, principalmente nos estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva, deve ser questionado. Como foi possível observar, as mobilizações protagonizadas por migrantes aparecem, frequentemente, associadas ao debate em torno da transnacionalização das lutas, em um vínculo quase automático com o fenômeno da expansão de movimentos nacionais para outros territórios. Argumento, como exposto anteriormente, que o caráter *transnacional* do fenômeno migratório não necessariamente se reflete no *ativismo transnacional* de migrantes, como o uso da mesma palavra poderia sugerir.

Muitas organizações de mulheres migrantes que acompanhamos têm ações locais, comunitárias e situadas. E essa dimensão é importante tanto em termos práticos, de alcance das atividades desses coletivos, quanto em termos da construção de marcos comuns e de proximidade entre as pessoas que os integram e que compartilham dinâmicas cotidianas nos territórios em que residem. Nesse sentido, o caráter *diaspórico* ou *transnacional* desses coletivos não se dá, necessariamente, pela externalização de suas ações – o que também ocorre, mas de maneira mais pontual –, mas sim por aspectos como a memória, os afetos e o sentimento de pertencimento das mulheres que os integram, bem como pelas relações intersubjetivas que elas desenvolvem com suas redes de sociabilidade nos países de origem e destino.

Diante disso, entendo que as contribuições da perspectiva autonomista são importantes para este trabalho por fornecerem subsídios importantes para pensarmos não só as relações de poder que acompanham os diversos trânsitos realizados por migrantes, mas os ativismos de mulheres em seus deslocamentos pela América do Sul. Dentre esses aportes, cito o foco nas formas de agência e na subjetividade das pessoas em mobilidade, o questionamento das violências e paradoxos das fronteiras, bem como a defesa do potencial transformativo das lutas protagonizadas por mulheres migrantes.

Em contrapartida, julgo ser necessário uma análise que considere, para além dos impactos do capitalismo e das relações desiguais de trabalho que interpelam as mobilidades, a trama de opressões e agenciamentos que atravessam as experiências das mulheres em seus muitos trânsitos cotidianos. Nessa seara, comungo do entendimento de Piscitelli (2008), para quem é importante pensar sobre a *localização* e as diferentes posições que as nacionalidades assumem em interação, considerando o emaranhado de diferenças existentes entre as mulheres, e o fato de suas

experiências, vivências e realidades serem distintas e plurais. Como defende Gláucia Assis (2007), é necessário olhar para as relações de solidariedade que migrantes constroem entre sociedade de origem e destino, mas também para as tensões e ambiguidades que advêm desses processos. Citando Castro (1989), Assis (2007) destaca como as mulheres comumente constroem redes de apoio mútuo, que também são informadas por normas de gênero e parentesco.

Defendo, ainda, ser fundamental um olhar localizado, desde o Sul e sobre o Sul, que parta das particularidades dos processos migratórios na América Latina, mais precisamente no cone Sul, para entender não só os mecanismos de governabilidade das migrações na região, como as formas de resistência e luta desenvolvidas pelas mulheres que aqui transitam. Para Marlise Matos (2010, p. 67), é necessário adotar um novo "*frame* do Sul Global" nas teorizações, cujo foco esteja nas lutas sociais desenvolvidas na América Latina e Caribe. Segundo a autora, as experiências nessa região evidenciam que há aspectos relativos à prática feminista latino-americana que, devido a "organizações epistemológicas reducionistas" (*idem*, 2010, p.86), não são comumente abordados.

Partindo dessas concepções e, na busca por entender as particularidades dos ativismos de mulheres na região, entendo que a migração é um *acontecimento central* na vida dessas pessoas, capaz de transformar não só suas relações interpessoais, como suas visões de mundo, suas noções de justiça e seus próprios ativismos, como veremos adiante. E se é importante pensar no modo como as mobilidades desafiam o Estado-Nação, é fundamental compreender como as pessoas que se deslocam questionam esses marcos referenciais em suas práticas cotidianas – individuais e coletivas – e como constroem outros saberes e horizontes de luta. Mais ainda, o olhar para essas lutas não pode estar descolado do entendimento que essas ações são construídas a partir das relações entre sujeitos que são atravessados por marcadores de gênero, raça, classe, origem nacional e outros aspectos.

Nesse sentido, defendo ser fundamental articular os achados da literatura sobre migrações, movimentos sociais e ativismos com as contribuições de teorias que, há séculos, olham para as diferenças, para as relações de poder e para transformações sociais protagonizadas *por mulheres* e outros grupos marginalizados: as teorias feministas e de gênero. No capítulo a seguir, me debruçarei sobre essas contribuições, na intenção de estabelecer articulações entre os diferentes marcos teóricos acionados, à luz dos achados do campo que realizamos para esta pesquisa.

3. Teorias feministas e de gênero

> *País de terremotos, esses feminismos. Como uma fratura na crosta terrestre partindo a rocha, como a rocha partindo-se a si mesma, os abalos alternam diferentes categorias de mulheres passando umas pelas outras, para que deixemos de nos encontrar e fiquemos eternamente desalinhadas – as de cor das brancas, as judaicas das de cor, as lésbicas das héteras. Se é fato que não compartilhamos, mesmo, nenhum território em comum mas apenas enredos cambiantes, como vamos conseguir trabalhar e viver e amar juntas?* (Anzaldúa, 2021 [1988], p.92).

Inicio este capítulo com o trecho de um discurso de Gloria Anzaldúa, feito em julho de 1988, em uma sessão plenária da *National Women's Studies Association* (NWSA), nos Estados Unidos. No excerto, a autora destaca os aspectos de diferenciação que permeiam as experiências das mulheres e a configuração dos distintos *feminismos*, chamando a atenção para a dimensão da alteridade, o dinamismo das práticas e as possibilidades de construção de alianças entre mulheres. Entendo e concordo com Anzaldúa (1987) que, além de as vivências de mulheres serem completamente distintas, os feminismos são múltiplos e estão em constante disputa, o que impõe desafios interpretativos e, ao mesmo tempo, evidencia a riqueza teórica e empírica dos campos feministas e de gênero[36].

Aqui, parto dessas perspectivas – e do diálogo com inúmeras autoras e ativistas intelectuais feministas – para pensar sobre os ativismos de mulheres migrantes. Antes de me debruçar, contudo, sobre a literatura concernente às interlocuções entre as migrações e os estudos de gênero e feminismos, acredito ser importante fazer alguns apontamentos. Nesta tese, não é meu intento apresentar os meandros das trajetórias de mulheres em deslocamento, assim como seria impossível mobilizar todas as teorias que, há séculos, olham para as experiências de mulheres nos mais variados contextos sócio-históricos e geográficos. Meu foco está na interpretação das práticas de *ativismo de mulheres migrantes de diferentes nacionalidades,* no cenário das

[36] Marlise Matos (2008) defende a existência de um novo campo crítico, emancipatório e contingencial nas e para as ciências: o campo *feminista e de gênero*. Contrário a interpretações teóricas universalistas e individualistas, esse campo opera por meio dos agenciamentos múltiplos de sujeitos/as em interação, pelas contribuições teórico-práticas dos movimentos feministas e de mulheres, bem como pela construção de epistemologias feministas, multiculturais e politicamente situadas (Matos, 2008). Trata-se, portanto, de pensar não somente em um movimento, uma teoria ou uma contribuição específica de determinadas atrizes políticas, mas em um *campo científico* em constante transformação, que é fundamental para as ciências e para a construção de sociedades mais justas.

migrações Sul-Sul no Brasil e na Argentina, com base na defesa de que as teorias feministas e de gênero[37] – principalmente aquelas voltadas para pensar os deslocamentos, fronteiras e a atuação de migrantes – são marcos fundamentais para olhar para essas práticas.

Ao propor a noção de *feminismos migrantes* para interpretar essas ações, também não pretendo dizer, evidentemente, que *todas* as mulheres migrantes sejam feministas, nem que ativistas sejam *apenas* aquelas que se consideram "alinhadas" aos feminismos. Nesse sentido, partilho da avaliação de Sonia Alvarez (2014), para quem esses debates em torno do "pertencimento", comuns a muitos espaços e grupos de mulheres, são parte constitutiva dos campos feministas, que são forjados com base em questões político-culturais que são, paradoxalmente, compartilhadas, porém não necessariamente consensuais.

Entendo, desse modo, que estamos falando de campos em disputa, tendo em vista que, como apontam Angela Figueiredo e Patricia Gomes (2016), muitas mulheres ativistas rejeitam a identificação como feministas, declarando-se apenas integrantes de movimentos de mulheres, por exemplo. Isso porque muitas associam os feminismos, no geral, às reivindicações de mulheres brancas de classe média, não se sentindo representadas por esses movimentos. No caso dos coletivos de mulheres migrantes e das lideranças entrevistadas para esta pesquisa, essas percepções foram citadas em alguns casos. A maioria dos grupos e das ativistas entrevistadas, contudo, se identificou como feminista, ainda que muitas considerassem, como veremos adiante, que os feminismos não abarcam, de modo geral e de maneira profunda, as experiências e reivindicações de mulheres migrantes.

Levando esses aspectos em consideração, a proposta deste capítulo é mobilizar as contribuições de teorias feministas e dos estudos de gênero para pensar

[37] Utilizo a expressão "teorias *feministas e de gênero*" para explicitar as tensões existentes nessa literatura. A noção de *gênero* enquanto categoria passou a ser acionada acadêmica e politicamente em meados da década de 1970, em contraposição à categoria de *sexo*, lida como reducionista e vinculada a um binarismo entre masculino/feminino (SCOTT, 1986). Como explica Anne Mcclintock (2003), "gênero não é sinônimo de mulheres", tendo em vista que ele existe enquanto uma categoria de poder que está em constante relação com outras, estando vinculado a dinâmicas sociais mais complexas que a diferenciação básica entre homem e mulher. O uso do *gênero* nos estudos não emergiu, contudo, sem tensões, tendo sido questionado por algumas feministas que o entendiam como potencialmente desmobilizador, o que, particularmente, discordo. Como explica Matos (2008), "o risco antevisto seria o de se perder de vista a situação política de opressão vivida pelas mulheres, em prol de uma multiplicação das diferenças de gênero, o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamente feminista." (MATOS, 2008, p. 5). Neste trabalho, mobilizo diferentes autoras que se situam nesse debate e opto por usar as duas categorias (feminista e de gênero) me referir às teorias acionadas, principalmente por entender que elas se inscrevem em um *campo* científico mais amplo.

sobre as ações políticas de mulheres migrantes, articulando-as com as demais literaturas apresentadas e com os achados empíricos desta pesquisa. O esforço é de apresentar como diferentes autoras pensam as migrações, as suas formas de ativismo e as dinâmicas que envolvem a trajetória das mulheres em deslocamento, com base no questionamento de algumas lacunas e em reflexões sobre essas análises. Partirei, seguindo a linha argumentativa que venho desenvolvendo nos capítulos anteriores, do olhar para categorias e conceitos que, além de estarem presentes na literatura sobre migrações e mobilidades, são discutidos nos estudos sobre movimentos sociais e se apresentam, também, em debates importantes levantados por intelectuais e ativistas feministas.

Além disso, argumento que, embora os ativismos de mulheres migrantes sejam, no geral, lidos academicamente como inseridos temporalmente nas lutas sociais mais contemporâneas – vinculados às violações internacionais de direitos humanos, ao contexto de globalização e transnacionalização de movimentos, por exemplo –, a presença dessas mulheres se deu em diversos períodos e contextos históricos, tendo trazido importantes contribuições para a construção dos próprios movimentos feministas na América Latina.

3.1 Ondas, terremotos e territórios em disputa: movimentos feministas na América Latina

Como defendido por Marlise Matos (2018, p.2), os movimentos de mulheres e feministas[38] são "agentes democratizadores, são campos de lutas sociais em permanente construção e reconstrução". Inseridos e atuantes nos mais variados contextos, esses movimentos buscam promover a justiça, questionar desigualdades e hierarquias, transformar as estruturas violentas de poder e reivindicar igualdade e equidade. Mais ainda, as lutas se inserem na busca cotidiana por sobrevivência das mulheres, diante de cenários permeados por opressões estruturais diversas, como as de gênero, raça, classe, etnia, sexualidade e origem nacional (Matos, 2018).

[38] O uso da expressão "movimentos feministas e de mulheres" justifica-se pela tentativa de abranger diferentes grupos de mulheres que se organizam em movimentos e lutas sociais, mas não necessariamente se identificam ou se sentem representadas por alguma corrente feminista. Ao longo de muitas décadas, autoras e ativistas negras (Gonzalez, 1989; Collins, 1990; Carneiro, 2003), por exemplo, tem se dedicado a criticar as reivindicações feministas mais generalistas, que não consideram os modos pelos quais a raça, a sexualidade, a etnia e outros aspectos atravessam as experiências das mulheres, tornando-as plurais em suas vivências, lutas e demandas.

Presentes nos mais variados momentos históricos, os movimentos de mulheres e feministas costumam ser interpretados, academicamente, a partir da metáfora das *ondas* – marcos espaço-temporais que caracterizariam diferentes momentos das lutas, considerando as reivindicações e formas de ação mais proeminentes em determinados contextos. Na avaliação de Linda Nicholson (2010), citada por Marlise Matos (2018), o uso desse termo, contudo, deve ser acompanhado de uma leitura crítica, que parta do entendimento de que, apesar de ser útil para se referir a diferentes "fases" dos ativismos de gênero, a ideia de ondas pode dar a impressão de que há um único feminismo, com características e reivindicações imutáveis. Para Matos (2018), a utilização dessa metáfora deve, portanto, considerar o caráter plural, versátil e cambiante das lutas feministas. Para a autora,

> Como muitas metáforas, a metáfora das "ondas" tanto revela quanto esconde determinadas verdades sobre os movimentos de luta por mais direitos para as mulheres. Pode-se correr o risco de reduzir cada onda a um estereótipo e sugerir que há uma divisão nítida entre gerações de feminismo, quando na verdade há uma continuidade bastante forte entre cada onda - e como nenhuma onda é um monólito, as teorias que estão na moda em uma onda são frequentemente fundamentada no trabalho que alguém estava fazendo à margem de uma onda anterior. E a metáfora da onda pode sugerir que o feminismo dominante é o único tipo de feminismo que existe, quando o feminismo está cheio de movimentos dissidentes (Matos, 2018 p. 4).

Levando esses aspectos em consideração e compreendendo, como Anzaldúa (2021 [1988]), que os feminismos tanto causam "fraturas" nas rochas mais firmes, como se situam em terrenos trêmulos e inconstantes, o uso da metáfora das *ondas* aparece, aqui, ainda que brevemente, para fins heurísticos. Não proponho reduzir os feminismos a uma história única, como adverte Chimamanda Adichie (2019), mas refletir, nesse primeiro momento, sobre a presença das mulheres migrantes em vários períodos marcantes das lutas sociais. No caso das sociedades ocidentais, por exemplo, o entendimento é o de que a primeira onda do feminismo, no final do século XIX e início do século XX, estava centrada na luta pelo sufrágio feminino, por meio de ações adotadas pelas sufragistas ou "sufragetes", como ficaram conhecidas as mulheres que lutavam pelo direito ao voto ao redor do mundo. Como destaca Celi Pinto (2010), no Brasil, uma das principais lideranças nessas reivindicações foi a cientista Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que tomou a frente de campanhas pelo sufrágio feminino, conquistado no Brasil apenas em 1932.

Enquanto as mulheres de classes mais favorecidas lutavam pelos direitos políticos – sem, contudo, questionar as opressões de gênero, como aponta Ines Minardi (2008), as operárias, principalmente atuantes no setor têxtil, denunciavam as condições laborais precárias, os baixos salários e as jornadas extensas de trabalho. Influenciadas por ideais revolucionários, dentre eles a ideologia anarquista - difundida no Brasil principalmente *por imigrantes*, muitas dessas mulheres, também migrantes (principalmente italianas), participavam das manifestações grevistas e colaboravam para publicações anarquistas lançadas à época, como o jornal *A Terra Livre* (Pinto, 2010). Diante da invisibilidade e da proeminência masculina nos espaços revolucionários, essas mulheres denunciavam, também, a frequente dominação dos homens nesses ambientes, os papéis sociais de esposa e mãe atribuídos às mulheres e as relações desiguais de trabalho em termos de gênero (Minardi, 2018).

Margareth Rago (2000), ao retratar a história de militantes anarquistas como Luce Fabbri – imigrante italiana que fugiu para o Uruguai após perseguições de fascistas – destaca como essas mulheres foram fundamentais para as lutas emancipatórias das mulheres, principalmente ao contestar práticas sexistas, questionar desigualdades sociais e de gênero e abrir espaços políticos para outras ativistas. Ademais, há de se destacar que, embora muitas dessas mulheres não se nomeassem feministas, esses espaços revolucionários foram palcos, ainda nas primeiras décadas do século XX, de muitas lutas que podem ser consideradas “radicalmente feministas” (Pinto, 2010, p. 34).

Em países ocidentais e sob a perspectiva das ondas, a segunda se desenvolveu a partir da década de 1970, estando inserida em lutas mais amplas pelos direitos sexuais, por autonomia dos corpos e pela maior presença de mulheres na vida pública, com base na crítica das relações de poder existentes entre homens e mulheres e o questionamento do patriarcado e sua relação com o capitalismo (Sarmento, 2017). Na percepção de Nancy Fraser (2009), as feministas de segunda onda ampliaram o conceito de injustiça, questionando desigualdades até então negligenciadas e politizando questões antes vistas como de cunho privado. Na avaliação da autora,

> Rejeitando tanto o foco exclusivo do Marxismo na economia política quanto o foco exclusivo do liberalismo na lei, elas desvendaram injustiças localizadas em outros lugares – na família e em tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. Ainda, as feministas da segunda onda ampliaram o número de eixos que poderiam abrigar a injustiça. Rejeitando a primazia das classes,

> as feministas socialistas, as feministas negras e as feministas antiimperialistas também se opuseram aos esforços de feministas radicais em situar o gênero naquela mesma posição de privilégio categorial (Fraser, 2009, p. 18).

No cenário internacional, a realização da I Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, em 1975, influenciou a formação de grupos feministas e de mulheres (Matos e Simões, 2018), contribuindo para que as demandas por igualdade e justiça se fortalecessem na cena pública. Paralelamente, de dentro do movimento negro surgiam diversos grupos de mulheres, que denunciavam o racismo, a violência, a exploração e as discriminações enfrentadas pelas mulheres negras nos mais variados espaços, inclusive dentro dos movimentos sociais (Gonzalez, 2020 [1984]). No contexto brasileiro, há de se destacar que, como aponta Lélia Gonzalez (2020), os e as migrantes “internas”, ou seja, as mulheres e homens que haviam saído de municípios interioranos para os grandes centros urbanos, também tiveram papel marcante nos movimentos negros e nas associações de moradores de favelas. Denunciando o racismo, as discriminações de gênero e a exploração laboral que sofriam nos espaços de trabalho precarizados, essas pessoas reivindicavam melhores condições de moradia e saneamento básico, contribuíam para a luta antirracista e fortaleciam o desenvolvimento da consciência democrática no país (Gonzalez, 2020 [1984]).

Na América Latina, essa segunda onda foi marcada, também, por outras demandas, como a luta contra a ditadura civil-militar – instalada em diversos países, momento em que ocorreram diversas manifestações feministas e a formação de grupos contrários à repressão dos regimes autoritários (Pinto, 2010). As pautas englobavam o questionamento da hegemonia masculina nas arenas de poder e a luta contra a violência sexual (Matos, 2010). Nesse momento, a atuação de migrantes também se destacou, principalmente a de pessoas que residiam em outros países como exiladas políticas e que, não só lutavam pela anistia e pela redemocratização, como contribuíam para a construção de redes de solidariedade transnacionais e para a visibilização internacional das lutas (Marques, 2017). No caso das mulheres (e)migrantes, o exílio as colocou em contato com o feminismo em regiões como a Europa, influenciando a posterior formação de grupos e coletivos de mulheres, que reuniam diversas demandas femininas e se articulavam na arena pública (Matos,

2010), ainda que esses grupos fossem formados, em sua maioria, por mulheres brancas, de classe média e alta escolaridade.

Mais adiante, no final do século XX, a relação e as possibilidades de diálogo entre os movimentos sociais e o Estado passou a ser uma experiência mais próxima em muitos países latino-americanos, principalmente diante de cenários de redemocratização pós regimes militares ditatoriais. Como apontam Flávia Rios, Ana Claudia Pereira e Patrícia Rangel (2017), mesmo que as desigualdades de gênero, raça e classe ainda estejam presentes nos mais variados espaços de poder institucionais, as reivindicações por maior participação política e pelo aprimoramento da qualidade da democracia estiveram no cerne dos debates dos movimentos sociais na região desde, pelo menos, o término dos períodos ditatoriais. Esta foi, desde então, uma preocupação fulcral dos movimentos feministas, negros e de mulheres negras, principalmente no cenário brasileiro.

Para algumas autoras, como Celi Pinto (2010), a terceira onda feminista se inscreveu nesse contexto, tendo sido marcada por essa aproximação com o Estado, visando conquistar mais espaços de participação e mais políticas públicas voltadas para as mulheres. No Brasil, na avaliação de Matos (2010), essa terceira onda foi, ainda, marcada por mudanças nos modos de organização dos movimentos, sobretudo os feministas, englobando fatores como a) a busca pela criação de instituições como as Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres; b) lutas por reformas no Estado, por meio da participação no processo Constituinte de 1988; c) o debate em torno das diferenças dentro do próprio movimento de mulheres e d) uma profissionalização dos movimentos sociais (Pinto, 2010), a partir da criação de diversas organizações não governamentais (Matos, 2010).

A chegada do novo século trouxe, regional e globalmente, outras demandas, novos repertórios e uma pluralidade de pautas e possibilidades de articulação entre movimentos. A quarta onda feminista, inserida nesse contexto, foi – e tem sido - atravessada por aspectos como a diversificação, revitalização e ampliação das agendas feministas, sob influência de uma transnacionalização dos movimentos e da ampliação das escalas de ação (Matos e Simões, 2018). Para Matos (2014), é possível observar que na América Latina, dentre outras características, a quarta onda dos feminismos envolve a difusão e comunitarização das lutas, numa multiplicação de bases de mobilização e localização, principalmente “no que tange à esfera de atuação

global/local, ou seja, dentro de um novo enquadramento ou de uma moldura simultaneamente transnacional/comunitária" (Matos, 2014, p. 16).

É no seio dessa expansão e pluralização das lutas que emergem muitas análises sobre as ações políticas de migrantes, principalmente pelos debates em torno da transnacionalização dos movimentos, da articulação entre "local e global" e dos impactos de fenômenos como a globalização para os diversos trânsitos realizados pelas mulheres. Mas como entender esses ativismos? Quais são suas particularidades e como as teorias feministas e de gênero compreendem esses agenciamentos?

3.2 Onde os feminismos encontram as migrações: reivindicações no campo teórico, as mulheres nos estudos migratórios e as teorias de gênero

No campo de investigações sobre as migrações e mobilidades, vem assumindo centralidade, há várias décadas, estudos focados em analisar as implicações das relações de gênero para os diversos processos de deslocamento. A invisibilidade das mulheres, marcante em teorias mais clássicas sobre as migrações, tem dado lugar – devido a muita pressão de intelectuais migrantólogas feministas (Peres, 2015) – a investigações que, cada vez mais, buscam compreender as complexidades dos trânsitos e os impactos que diversas formas de opressão têm sobre a vida de quem migra, sobre suas famílias e redes de parentesco (Hondagneu-Sotelo, 2011; Pedone, 2008; Piscitelli; 2013; Morokovasik,1984; Gil Araújo e Rosas, 2019).

Dentro do campo das migrações, portanto, as dinâmicas de gênero têm sido cada vez mais debatidas, ainda que as reflexões permaneçam, muitas vezes, inseridas em "guetos", como avalia Pierrette Hondagneu-Sotelo (2000). Propondo uma genealogia das pesquisas feministas no campo dos estudos migratórios, a autora defende a existência de três momentos nessas investigações. Em um período inicial, nas décadas de 1970 e 1980, a produção era focada, segundo a autora, nas dinâmicas das "mulheres e migrações", com denúncias sobre a invisibilidade das migrantes nas pesquisa e sobre o caráter androcêntrico das interpretações. Em muitos circuitos acadêmicos, havia o pensamento de que o foco nas trajetórias das mulheres migrantes poderia ocultar processos estruturais que atravessavam os deslocamentos, como os impacto da exploração capitalista (Hondagneu-Sotelo, 2000). Sob essa

perspectiva, nesse sentido, as mulheres migrantes eram vistas não só como fora dos espaços de produção econômica, como alheias às estruturas de poder do capital.

Nesse primeiro momento, portanto, as leituras mais feministas sobre as migrações denunciavam essas abordagens e propunham que as mulheres fossem, afinal, incluídas nas análises. Em resultado, o primeiro passo observado foi o de inseri-las nos estudos enquanto “variáveis”, em uma perspectiva binária que focava nas diferenças entre os sexos masculino e feminino.

Posteriormente, assim como no campo das práticas feministas, a noção de *gênero* passou a assumir mais centralidade nas interpretações e estudos sobre as mulheres nas migrações. Para Hondagneu-Sotelo (2000), esse momento, que emergiu nos anos 1980 e 1990, representou uma nova fase nas investigações, que começaram a focar nos impactos dos padrões de gênero para os deslocamentos, bem como nos modos pelos quais as relações sociais são atravessadas pelo gênero e são transformadas pelas migrações. Essas abordagens, contudo, também apresentavam limitações, principalmente vinculadas ao foco excessivo nas dinâmicas familiares das mulheres migrantes, “sugerindo que o gênero está de alguma forma encerrado na arena doméstica” (Hondagneu-Sotelo, 2000, p.117).

Um terceiro momento, nessa perspectiva de Hondagneu-Sotelo (2000), é caracterizado pelo entendimento do gênero como elemento constitutivo dos processos migratórios. Nessa fase, os estudos feministas sobre os deslocamentos passaram a olhar para outras arenas sociais que são perpassadas pelas relações de gênero, como os espaços de trabalho, as dinâmicas de ativismo e as estruturas institucionais. Ademais, o gênero passou a ser entendido como uma construção social que estaria atrelada a outros elementos, como a raça, a classe, a etnia e a origem nacional.

No Brasil, Adriana Piscitelli (2008) avalia que até a década de 2010, a produção acadêmica e os relatórios governamentais voltados para discutir a migração de mulheres eram focados na discussão sobre violência, mais especificamente no debate sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Em paralelo, a autora destaca que nas agendas feministas brasileiras, embora fossem abordadas questões ligadas às migrações internas e os direitos das mulheres nesses contextos, os debates e preocupações em torno da migração internacional eram, em muitos circuitos e redes feministas, também focados, majoritariamente, nas articulações entre tráfico de pessoas, migração e turismo sexual. Para a autora,

> Embora o tráfico seja de fato uma das violações mais graves dos direitos das mulheres, a produção acadêmica e os relatórios governamentais sobre a emigração de gênero apontam para uma série de problemas agudos enfrentados pelas mulheres. A limitação de seu direito de livre circulação sob a acusação de serem prostitutas é apenas um deles. Mas essas questões, reconhecidas no exterior, ainda não fazem parte das principais preocupações dos ativistas no Brasil. O enfoque quase exclusivo no tráfico de pessoas em termos de emigração tem como efeito apagar outras dificuldades significativas e, ao mesmo tempo, colocar o risco de reforçar uma visão unidimensional e estigmatizada das mulheres brasileiras como migrantes internacionais (Piscitelli, 2008, p.790, tradução nossa[39]).

Na contemporaneidade e, com o passar dos anos, outras pautas foram ganhando destaque nesse terreno. As discussões sobre a saúde das mulheres migrantes, as preocupações em torno da violência doméstica e de gênero, e os debates em torno da interseccionalidade são alguns dos temas que, nas últimas décadas, têm sido fortemente abordados nas agendas feministas e governamentais. Resultado de pressões e apontamentos frequentes dos movimentos de mulheres migrantes – tanto dentro, quanto fora da academia, essas mudanças de enquadramento indicam vitórias das lutas das migrantes e apontam para a relevância das contribuições dessas pessoas para debates mais amplos sobre os direitos das mulheres.

Adriana Piscitelli (2013) avalia que, atualmente, as abordagens feministas que investigam como o gênero opera nas migrações inserem-se em discussões mais amplas sobre práticas transnacionais e formas de ação de mulheres através das fronteiras, pontos caros a esta pesquisa. Segundo a autora, as migrantes desenvolvem práticas que têm efeitos significativos em aspectos centrais para as mulheres, como as relações familiares, os afetos e as emoções. Piscitelli (2013) cita, ainda, como a noção de *transnacionalidade* pode assumir significados que vão além das relações entre atores e Estados Nacionais, podendo indicar aspectos de tradução, transgressão e ação, o que é frutífero para se pensar nas articulações entre migração, gênero e ativismo além das fronteiras.

---

[39] Do original: *"While trafficking is indeed one of the most serious violations of women's rights, the scholarly production and governmental reports about gendered emigration point to an array of acute problems faced by women. The limitation of their right to free movement under the accusation of being prostitutes is only one of them. But these issues, acknowledged abroad, are not yet included in the main activist concerns in Brazil. The almost exclusive focus on trafficking of persons in terms of emigration has the effect of effacing other significant difficulties while at the same time posing the risk of reinforcing a one-dimensional and stigmatized vision of Brazilian women as international migrants."* (Piscitelli, 2008, p.790).

Claudia Pedone (2020), ao analisar historicamente os estudos atentos às relações de gênero desde essa perspectiva transnacional, aponta que as investigações se voltaram, fundamentalmente, para alguns focos de atenção. São eles: as análises sobre as dinâmicas familiares, o papel das mulheres na manutenção de espaços sociais transnacionais, os desafios da manutenção de tarefas reprodutivas após o deslocamento, bem como os conflitos envolvendo a atuação individual e coletiva dessas mulheres em contextos transnacionais.

Nessa perspectiva e, na avaliação de autoras como Ana Inés Mallimaci (2012), o atual momento dos estudos feministas no campo das migrações e mobilidades não estaria mais atrelado às denúncias sobre a invisibilidade de abordagens relacionadas às mulheres migrantes, tendo em vista que já há um terreno amplo de investigações focadas nesses apontamentos. Para a autora, os estudos demandam, neste atual momento, novas perguntas, outros questionamentos e mais reflexões que analisem não a invisibilidade, mas o *modo* como as mulheres foram visibilizadas nessas análises.

É a partir dessa premissa que a autora critica uma noção cara aos estudos das mulheres no campo migratório: a de *feminização da migração*. Atrelado não somente a um aumento quantitativo no número de mulheres que se deslocam ao longo do tempo, esse processo faz referência, também, à maior visibilidade das migrantes nas pesquisas da área, bem como a mudanças qualitativas nas formas de interpretação de suas trajetórias migratórias (Assis, 2007). Apesar de ser interessante e frutífera para diversas análises no campo dos estudos sobre as migrações, a noção de *feminização da migração* deve ser vista sob uma perspectiva crítica. Isso porque, na defesa Mallimaci (2012), seu uso pode contribuir para reforçar a ideia de que existe uma “migrante ideal” – a trabalhadora, autônoma, que se desloca sem a família para desempenhar serviços em outros países. Tal discurso, contudo, deixa de analisar, por exemplo, o movimento das mulheres que têm projetos migratórios familiares, além de pressupor uma homogeneidade das trajetórias dessas mulheres e dos contextos em que elas estão inseridas (Mallimaci, 2012).

O ponto é partir, portanto, da compreensão que os movimentos são diversos e que as interpretações feitas sobre esses trânsitos são marcadas por tensões no campo dos estudos migratórios. Mas fora desse terreno, como as teorias feministas e de gênero olham para as mulheres migrantes?

3.3 "*No hay feminismo sin las migrantes*": mulheres migrantes nas teorias feministas e de gênero

De modo geral, é possível observar transformações teóricas similares e temporalmente paralelas entre os campos de estudos das migrações e o desenvolvimento das teorias feministas e de gênero em outras áreas ao longo dos anos. As pautas, as noções acionadas e os focos de análise têm sido convergentes, o que demonstra como esses campos estão sim, de alguma forma, articulados e como os ativismos feministas orientam as interpretações teóricas em diversas áreas, e vice-versa. Olhar para as teorias feministas e de gênero, portanto, é fulcral para se compreender as migrações, assim como é fundamental entender o papel das migrantes para os feminismos – como advogam as próprias ativistas.

Figura 1 – Post de Instagram da Fundación Mujeres Migrantes (Chile)

Fonte: Instagram da Fundación Mujeres Migrantes (Reprodução)

Na Figura 1, acima, vemos a imagem que é veiculada nas redes sociais de um coletivo chileno de mulheres migrantes, na ocasião dos atos internacionais do dia 8 de março de 2023 (8M) - Dia Internacional das Mulheres. No post, chama atenção a imagem de uma mulher usando máscaras e um macacão branco, acompanhada de uma legenda que convida outras migrantes a se somarem à manifestação. No texto, ainda, o coletivo expressa que as ativistas usarão essa vestimenta e levarão cartazes que expressem suas "dores e vulnerabilidades como mulheres migrantes". Mais que

isso, a frase que toma conta da imagem reflete um pensamento compartilhado entre várias interlocutoras desta pesquisa: o de que há muito a se avançar, em termos de espaços e protagonismo das mulheres migrantes dentro dos feminismos. Como afirmou Julieta, ativista migrante boliviana residente em São Paulo/Brasil,

> Eu acho que [o feminismo] não olha para a pauta da migração. Não olha. Tem pessoas dentro do movimento feminista que, sim, são super companheiras, tem uma sensibilidade, convidavam... [para participar das ações promovidas] porque também *ni sé*[40] se estão lá ainda, *pero eran* pessoas, *no*?! (...) Então acho que *más que todo* são pessoas [que inserem as migrantes nos atos], *sabes*?! Mulheres feministas que têm sensibilidade pela migração e estão em uma organização, um espaço, e nos chamam. Não tanto de uma organização entender que *es importante incluir a las migrantes*, acho que não chegamos a esse estágio ainda (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em março de 2023).

Os atos do dia 8 de março, inclusive, foram mencionados por essa ativista como exemplos dessas tensões. Ela ressalta as disputas existentes dentro dos movimentos feministas e conta que, em São Paulo, os coletivos de migrantes não foram informados com antecedência sobre as articulações para a organização da marcha de 2023. Em Belo Horizonte, acompanho há anos os atos do 8M como ativista e pesquisadora e, ainda que as mulheres migrantes estejam presentes – muitas com o Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra, os espaços de fala não são protagonizados por elas. Nos microfones e carros de som são praticamente inexistentes as menções às suas presenças e pautas. Ainda na avaliação de Julieta,

> Nas marchas que *ya* participamos **sempre nos jogam no final**, na corda. Isso já diz muito. São mulheres brancas, agarradas ao microfone, falando todo um discurso interessante, *pero* ***las*** **mulheres negras, imigrantes, dissidências, estamos no final da marcha**. Isso já diz muita coisa, né? Então acho que ainda **existe um nacionalismo velado**, né... **não nos enxergam, as mulheres migrantes, *todavia parte de la lucha***. E *es* difícil, eu sinto que *es difícil*, sabes, *hacer* essa articulação. Antes da pandemia estávamos avançando, mas com *la* pandemia não sei como *va a ser*...(Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em março de 2023, em São Paulo/Brasil. Grifos próprios).

O campo demonstrou que essa percepção não se restringe às mobilizações ocorridas no Brasil. Durante as entrevistas com mulheres migrantes residentes na

[40] As entrevistas realizadas no Brasil foram feitas, em sua maioria, em português, mas durante as conversas, algumas entrevistadas usavam, também, o espanhol. Optei por manter os relatos da maneira como foram feitos, colocando em itálico as palavras em espanhol, para ser fiel às falas das entrevistadas.

cidade de Buenos Aires, Argentina, as ativistas migrantes também expuseram como os espaços de fala, mesmo dentro de movimentos sociais, ainda são ocupados, majoritariamente, por pessoas brancas, restando “o final da corda” para as migrantes e para outras populações socialmente marginalizadas. Contudo, na percepção de Virginia, ativista migrante peruana residente em Buenos Aires/Argentina,

> Nosso papel tem sido muito importante, nosso papel como migrantes. De participar das assembleias, porque **fizemos com que nos escutassem**, fizemos com que os **outros feminismos**, outras várias mulheres soubessem e dissessem: "Ah, **existem migrantes, elas são ativas, elas participam**" e **enfrentamos isso**, ou seja, nos concentramos nas discussões, nas oficinas, nos encontros, nas assembleias. Não sei se elas perceberam isso. Quero dizer, não foi porque elas viram, porque elas tiveram, não sei, o desejo de olhar e dizer “bem, vamos ver quais feminismos existem”, não. **É porque nos posicionamos**, tem sido **mais pelo nosso lado**, não porque elas um dia acordaram e disseram: "bem, vamos ver, vamos integrar, vamos incluir as mulheres originárias, as mulheres afro também, as mulheres migrantes também", não, é porque **há uma luta na rua, das migrantes**. Portanto, conseguimos **nos posicionar lá dentro** e, quer elas queiram ou não, **demonstramos que existimos** (Virginia, ativista migrante peruana, entrevista realizada em novembro de 2023, em Buenos Aires[41], Argentina, tradução nossa[42]. Grifos próprios).

O relato acima traz outros pontos interessantes. Virginia integra um coletivo de mulheres migrantes que atua na cidade de Buenos Aires e relata que, por mais que a pauta migratória ainda seja invisibilizada em muitos espaços feministas, as ativistas migrantes têm se posicionado e demarcado sua existência, atuando de “dentro” e nas ruas, como *mulheres migrantes*. Nesse processo, são elas próprias as responsáveis por pautar suas demandas, reivindicar seus direitos e anunciar suas presenças, já que o tema da migração é, em muitos ambientes, esquecido, considerado muito “específico” ou muito “distante” de determinada realidade.

Para além da exclusão e desse *nacionalismo velado* que as ativistas denunciam, há uma negação da própria *existência* de mulheres migrantes,

---

[41] Em todos os relatos de entrevistadas ao longo da tese, quando menciono “Buenos Aires” me refiro à Cidade Autónoma de Buenos Aires.

[42] Do original: “*Nuestro papel ha sido muy importante, el papel como migrantes. De participar en las asambleas porque nos hemos hecho escuchar, nos hemos hecho ver que los otros feminismos, las otras mujeres diversas sepan y digan, “ah existen las migrantes, están activas, participan” y nos hemos encarado, o sea, nos hemos centrado en discusiones, en los talleres, en los encuentros, en las asambleas. No sé si lo vieron. O sea, porque no fue porque tuvieron, no sé, las ganas de buscar y decir bueno “a ver qué feminismos hay”, no. Es porque nosotras nos hemos posicionado, ha sido más de nuestro lado, no porque ellas, viste, un día amanecieron y dijeron, “bueno, a ver, integramos, incluimos a las originarias, las afro también, a las migrantes también”, no, es porque hay una lucha en la calle, de migrantes. Entonces hemos logrado posicionarnos dentro y quieran o no quieran, hemos demostrado que estamos.”* (Virginia, ativista migrante peruana, entrevista realizada em novembro de 2023, em Buenos Aires, Argentina).

manifestada na “surpresa” ao vê-las em determinados espaços, no desconhecimento dos processos migratórios e na estigmatização de suas culturas – constantemente vistas como “exóticas”. Sobre este último processo, Adriana Piscitelli (2013) expõe como os significados atrelados à etnicidade, assim como os sentidos em torno dessa “exotização”, são distintos a depender do contexto migratório. Em muitos casos, esses processos aparecem articulados com a racialização/sexualização, acionando determinadas imagens degradantes daquele elemento considerado “exótico” ou diferente.

Ao abordar as exclusões e os modos pelos quais as mulheres migrantes resistem a esses processos, Cristina Veja Solis e Sandra Gil Araujo (2005) expõem como novas práticas de cidadania estão sendo criadas. As autoras recorrem às contribuições de Saskia Sassen e expõem que, diante da precarização global dos vínculos de trabalho, dos quadros de violência estrutural e da produção de fronteiras e irregularidades, as pessoas migrantes, em contrapartida, questionam constantemente as exclusões, “produzindo presenças” que transformam as cidades e os espaços onde habitam (Solis e Gil Araújo, 2005, p.26). Às margens do sistema político formal e, em muitos casos, impedidas de gozar de direitos políticos nos países de destino, as mulheres migrantes constroem outras formas de fazer política, acionam diferentes repertórios e tornam possível a formação de novas subjetividades nos mais diferentes territórios. Como defendem as autoras,

> As potencialidades do exercício efetivo da cidadania como “direito à cidade” ou “direito à mobilidade” e o reconhecimento mútuo dos diferentes sujeitos situados e, por isso, ligados em múltiplos circuitos transfronteiriços, implica assumir a capacidade de ação que é exercido para além e/ou contra os constrangimentos da cidadania (supra)estatal e económica. A relevância e ressignificação da cidadania global encontram hoje, segundo Sassen, um espaço privilegiado na cidade, nos circuitos transnacionais e na conectividade das redes políticas possibilitadas pelas novas tecnologias.” (Solis e Gil Araújo, 2005, p. 26, tradução nossa[43])

Se nas práticas políticas dos movimentos feministas a responsabilidade por pautar a migração é, majoritamente, das próprias migrantes, no âmbito acadêmico são

[43] Do original: *“Las potencialidades del ejercicio efectivo de la ciudadanía como «derecho a la ciudad» o «derecho a la movilidad» y el reconocimiento mutuo de los distintos sujetos ubicados y, por lo tanto, conectados en múltiples circuitos transfronterizos, implica asumir la capacidad de actuación que se ejerce más allá y/o contra las constricciones de la ciudadanía (supra)estatal y económica. La pertinencia y redefinición de la ciudadanía global encuentran hoy, según Sassen, un espacio privilegiado en la ciudad, en los circuitos transnacionales y en la conectividad de las redes políticas habilitadas por las nuevas tecnologías.”* (Solis e Gil Araújo, 2005, p. 26).

também essas mulheres que denunciam as exclusões, lutam pelo reconhecimento de suas demandas e apontam para as lacunas em debates universalistas e alheios às relações de poder existentes. Como mencionado anteriormente, embora o debate feminista sobre as migrações em décadas passadas tenha sido fundamentalmente focado nas questões do tráfico para fins de exploração sexual (Piscitelli, 2008), as mulheres migrantes têm, cada vez mais, trazido à baila outras demandas, perspectivas e pontos de vista, que não só enriquecem as ações políticas feministas, como fornecem ricos aportes para a construção de conhecimentos nesse campo.

Na literatura acadêmica, os estudos de gênero fornecem análises importantes acerca da atuação desses movimentos e suas formas de articulação com os outros grupos em diferentes locais. No campo feminista, entendo que o ativismo de mulheres migrantes é comumente interpretado a partir de algumas chaves principais, a saber: i) inserido em movimentos feministas transnacionais (Baksh-Soodeen e Harcourt, 2015; Keck e Sikkink, 2014) ii) na localização desse ativismo migrante em um cenário de pluralização dos feminismos e da formação de campos feministas e de gênero (Matos, 2008) e campos discursivos de ação (Alvarez, 2014); iii) como um feminismo que se constrói com base e para além das teorias “de fronteira”, da noção de diáspora ou dos feminismos do “Terceiro Mundo” (Anzaldúa, 1987; Mohanty, 1997; 2003; Brah, 1996; Lugones, 2014) e iv) como um ativismo baseado em práticas e experiências atravessadas por relações de poder multiaxiais, interseccionais e translocacionais (Crenshaw, 1989; Collins, 2022; Anthias, 2008; Brah, 2011 [1996]). Nos tópicos a seguir, discuto cada uma dessas perspectivas.

3.3.1 Transnacional, trans(local)

Nessa primeira chave, se as ideias de *redes* e de *transnacionalismo* são importantes para se pensar os ativismos, de forma geral – como já exposto nos capítulos anteriores, elas também são presentes nas discussões sobre os ativismos e movimentos *feministas transnacionais*. Como explicam Baksh-Soodeen e Harcourt (2015), esses movimentos envolvem um conjunto de ações, coalizões, campanhas, redes e organizações que lutam pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero para além dos Estados-Nação, sendo caracterizados pelas conexões e relações estabelecidas para além das fronteiras, entre feministas e feminismos diferentemente localizados. Os movimentos operam em vários níveis e espaços,

sendo compostos por atrizes políticas que atuam em contextos locais e globais. Para as autoras, os grupos geralmente estão comprometidos com a construção de valores e de solidariedade, desenvolvendo discursos e práticas por meio do diálogo, da ação e da luta contra as desigualdades e contra os impactos da globalização para as relações de gênero, classe, raça e etnia.

Como aponta Aihwa Ong, citada por Solis e Gil Araújo (2005), a ideia de transnacionalidade não diz respeito somente às relações entre diferentes Estados no contexto da globalização, mas se refere, também, a processos de transgressão e tradução, que são reforçados pelas mudanças nas estruturas de circulação do capital. No caso do feminismo e do *ativismo feminista transnacional*, para além da ação em diferentes escalas, há a mobilização de uma gama de estratégias e repertórios de ação, que envolvem questões como as lutas contra o neoliberalismo[44], por direitos sexuais e reprodutivos e pela construção de equidade e justiça social global. Esses ativismos possibilitam, ainda, a criação de *redes feministas transnacionais* (Moghadam, 2015).

Na avaliação de Ahmed, Castañeda, Fortier e Sheller (2003), os feminismos transnacionais carregam, em contrapartida, desafios críticos e afirmativos. Os primeiros envolvem a necessidade de que esses movimentos sigam questionando as desigualdades que posicionam as mulheres de forma diferenciada na economia global, a partir das necessidades do capital transnacional. Os outros desafios se relacionam à construção de alianças e solidariedades entre os feminismos. Para as autoras, é importante, contudo, que esses processos considerem e respeitem as diferenças, já que “a solidariedade política e ética não exige abrir mão do local ou do transnacional, mas encontrar formas de trabalhar politicamente com ambas as dimensões e com o que se move entre elas” (Ahmed *et al*, 2003, p.6)

Olhando para as lutas voltadas para o combate à violência contra as mulheres, Margareth Keck e Kathryn Sikkink (2014) expõem como esses vínculos transnacionais foram relevantes para que o tema das violências ganhasse palco internacionalmente. Isso ocorreu a partir de redes de comunicação preexistentes, que conectaram diferentes grupos de mulheres e possibilitaram a emergência dessa temática na cena pública. As autoras destacam o papel das conferências internacionais de direitos das

[44] Há vasta literatura, dentro e “fora” dos estudos feministas contemporâneos sobre as lutas e mobilizações sociais contra o neoliberalismo. Sobre esse debate, ver: Athanasiou, 2021; Lorey, 2015; Brown, 2019, entre outras.

mulheres, principalmente as realizadas pelas Nações Unidas, para o fortalecimento dessas redes, para a legitimação das questões debatidas e para a identificação de pontos comuns entre as mulheres.

No caso da migração, por exemplo, o tema é abordado na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, referente à IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, de 1995. O documento expõe a influência da pobreza, de conflitos internacionais e de crises econômicas e socioambientais para os deslocamentos populacionais, mencionando as desigualdades que acometem as mulheres migrantes, principalmente em termos de mudanças nas estruturas familiares e quadros de violência e de exploração laboral. Entre os objetivos da Declaração, está a redução da taxa de analfabetismo entre mulheres migrantes, refugiadas e deslocadas internas; a garantia dos direitos das trabalhadoras migrantes; o acesso à educação e reconhecimento de títulos acadêmicos, bem como o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, entre outros pontos (ONU, 1995).

Apesar dos impactos inegáveis dessas conferências e das atividades ocorridas no âmbito da definição da Década das Mulheres pela ONU (1976-1985), diversas autoras argumentam que foram as mulheres *da* e *na* América Latina que protagonizaram a construção de redes transnacionais, a partir do uso de estratégias de comunicação entre ativistas feministas (Keck e Sikkink, 2015), da formação de redes regionais, e da realização de eventos como os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, que começaram a acontecer, periodicamente, a partir de 1981 (Alvarez, 2014; Keck e Sikkink, 2014).

Diante dessas articulações transnacionais dos ativismos, as análises sobre como entender os movimentos feministas passaram a adquirir outros desafios, demandando marcos interpretativos mais amplos. Em termos políticos e epistemológicos e, valendo-se das contribuições de Pierre Bourdieu (1986) e do extenso debate acadêmico em torno da tensão entre *gênero* e *feminismo*, Matos (2008) defende, como já citado, a existência de um novo campo científico-emancipatório: o de gênero e feminista. Para a autora, esse campo é formado por forças plurais e heterogêneas, que organizam-se em redes de atuação que extrapolam formas de organização nacionais e se estendem horizontalmente. O campo feminista e de gênero, nessa concepção, opera não só pela reconfiguração de práticas políticas - por meio da atuação cada vez mais diversa dos movimentos de

mulheres e feministas -, mas a partir do questionamento de universalismos teórico-conceituais.

> Seja no plano da afirmação de um movimento de libertação para as mulheres, seja no plano da discussão epistemológica ou científica, o campo de gênero e feminista adicionou a gota que faltava para derramar do copo: identidades sob alguma rubrica unificadora, como pontos de partida, são projetos colonizadores da radicalidade inexaurível do ser, do sujeito (que não pode ter morrido, pois ainda nem sequer nasceu para a radicalidade da sua emancipação); são re-significações e re-inscrições que estão permanentemente abertas, porosas, complexas, paradoxais (Matos, 2008, p. 345).

Nessa seara e em perspectiva semelhante, falar dos ativismos de mulheres e dos movimentos feministas é compreender, como defende Sonia Alvarez (2014, p.17), que esses movimentos estão “para além da sociedade civil”, podendo ser entendidos como *campos discursivos de ação*. Abarcando uma gama de espaços organizativos, lógicas de ação e atores coletivos diversos, esses campos se articulam de maneira formal e informal, construindo teias comunicativas e gramáticas políticas próprias. Para a autora, o entendimento dos feminismos enquanto campos discursivos de ação possibilita compreender essas formações políticas como *mais* que movimentos sociais: trata-se de campos permeados por linguagens, disputas, práticas e fluxos que estão, também, em constante interação com outras esferas de poder (Alvarez, 2014).

Nesse cenário de heterogeneidade dos feminismos, da emergência de novos campos e da ampliação dos ativismos transnacionais, Alvarez (2009; 2014) chama atenção para a importância de observarmos, também, como atrizes políticas diversas *traduzem* seus discursos e apresentam outras perspectivas e visões de mundo. A autora aciona a noção de *tradução* em sentido figurado, para expressar os trânsitos das pautas, estratégias e debates feministas entre diferentes localidades e defende que, nessa seara, imigrantes podem dar contribuições importantes para processos de tradução de ativismos feministas nos países de destino, enquanto permanecem estabelecendo conexões com os locais de origem (Alvarez, 2009). Para além disso, os processos de tradução realizados por migrantes contribuem para o questionamento de lógicas hegemônicas – dentro e fora dos campos feministas –, para a formação de alianças entre mulheres e para a construção de outras epistemologias e formas de se fazer política, mais inclusivas, interculturais e justas.

Para além da ideia de transnacionalismo, outros conceitos são mobilizados para abordar os cruzamentos e intercâmbios entre os feminismos e suas ativistas,

bem como para se referir às diferentes localidades em que as mulheres latino-americanas transitam, seja em termos de fronteiras físicas, culturais, ou de relações sociais. Olhando para a migração de mulheres latino-americanas e para os processos de subjetivação que permeiam seus deslocamentos, um grupo de pesquisadoras formado por Sonia Alvarez, Claudia de Lima Costa, Véronica Feliu, Rebecca Hester, Norma Klahn, Millie Thayer e Cruz Bueno (2009) vai além do conceito de transnacional e propõe, ainda, a noção de *translocalidade* para retratar os múltiplos cruzamentos feitos pelas mulheres migrantes. As pesquisadoras apontam como os deslocamentos ocorrem não apenas em termos geográficos, mas envolvem o movimento de mulheres entre localidades de poder e entre lugares socialmente situados e culturalmente marcados.

Adriana Piscitelli (2008) caminha numa perspectiva semelhante ao defender a noção de *localização* para compreender como os processos migratórios de mulheres podem contribuir para a discussão sobre as diferentes posições que as nacionalidades assumem em interação, considerando-se, sobretudo, o emaranhado de diferenças existentes entre as mulheres, bem como o fato de suas experiências, vivências e realidades serem distintas e plurais. Esses distintos "locais" ocupados e cruzados constantemente por essas mulheres também dizem respeito, portanto, a processos intersubjetivos, permeados pela construção de identidades e consciências múltiplas, multilocalizadas e cambiantes, tendo em vista que são vários os entendimentos sobre ser *migrante* e ser *feminista*, assim como são heterogêneas as "latinidades" (Alvarez, 2009) construídas por essas mulheres.

Esses aspectos foram trazidos pelas interlocutoras desta pesquisa em diversos momentos durante nossas interações. Para muitas mulheres, mesmo entre aquelas que já tinham histórico de participação em outros movimentos sociais em seus países de origem, a migração teve um papel *fulcral* para a configuração de seus ativismos. O deslocamento e as experiências decorrentes desse processo foram marcantes, tanto para a formação de suas identidades, quanto para o acionamento de outros significados sobre a luta feminista que, na avaliação de uma das entrevistadas, passou a "fazer mais sentido" e envolver um olhar mais amplo sobre as diferentes demandas das mulheres ao redor do mundo.

Além disso, a migração tem um papel fundamental para a própria configuração desses ativismos, não só ao evidenciar demandas que surgem a partir do

deslocamento, mas por marcar o modo como as próprias mulheres compreendem seus agenciamentos e se envolvem nas lutas em diferentes territórios.

> Em um primeiro momento eu achei que eu tinha começado a participar do ativismo por uma questão de **afetos**, de **acolhimento** e tal, de construção de uma **rede**, de, sei lá, **me sentir sozinha** e aí então ter uma rede de pessoas que estão passando pela mesma situação, mulheres e tal...e eu acho que isso é uma parte, sem dúvidas, muito importante de porquê que eu comecei a participar. Mas, depois, né, nessas reflexões, eu acho que também tinha a ver com **perceber que na Argentina estava tendo esse movimento muito forte e eu estava aqui e não estava lá**. Minhas amigas que estavam lá começaram a participar também e eu estava aqui mas queria, de alguma forma, me envolver nessas discussões... e eu acho que isso de **ter em consideração o contexto de lá, estando aqui,** o que que eu posso fazer daqui, né? Essa ideia de, enfim, da **transnacionalização das lutas** né, como que você carrega para onde você vai, enfim, as questões do seu país... (Eva, ativista migrante argentina, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em março de 2023. Grifos próprios).

No relato acima, nossa interlocutora de pesquisa se refere ao fortalecimento do coletivo feminista *Ni Una Menos*, que surgiu em meados de 2015, na Argentina, com o objetivo de denunciar os crescentes casos de feminicídio e lutar contra a violência de gênero em geral. Ela destaca o paradoxo entre estar distante fisicamente das ações do movimento, principalmente no momento em que ele se consolidava, e o seu desejo de atuar nessas mobilizações. É interessante observar que o conceito de *transnacionalização* aparece, na fala dessa ativista, não para descrever uma ampliação das escalas de ação de um movimento, nem para retratar o desenvolvimento paralelo dessas atividades em diferentes países. O sentido por ela empregado diz mais sobre as *bagagens de luta* que as migrantes trazem ao se deslocarem, e sobre o potencial de *análise e articulação* que essas mulheres dispõem enquanto ativistas.

Além de “carregarem” suas experiências individuais enquanto mulheres e enquanto migrantes, elas transpõem, para as lutas coletivas, questões importantes que estão sendo levadas a cabo em outros contextos, como em seus países de origem, por exemplo. E esses pontos são relevantes tanto para a difusão e o fortalecimento das ações de determinados grupos em outros locais, quanto para a construção de novos sentidos produzidos por estas mulheres sobre seus próprios ativismos e identidades.

Levando esses aspectos em consideração, é interessante observar como, para além do *transnacional* e da *translocalidade*, outros conceitos são acionados pelas

teorias feministas e de gênero para pensar as ações de mulheres migrantes. É o caso, mais uma vez, da noção de *diáspora*.

3.3.2 As diásporas nos estudos feministas

Como defende Piscitelli (2013), as migrantes desenvolvem práticas que têm efeitos consideráveis sobre diversas arenas da vida social, como nos ambientes privados, nos espaços públicos, nas relações familiares e nas interações com outros sujeitos. Ao se moverem por diversas localidades, essas mulheres se engajam em processos constantes de tradução e transgressão, ao desestabilizarem noções de raça, nacionalidade, etnia, gênero e sexualidade - que também mudam em diferentes contextos sociopolíticos.

Indagando sobre a noção de diferença e sobre os papéis que exercem o "local" e o global" na formação de identidades e nos fenômenos transnacionais, Avtar Brah (2011 [1996]) pensa os conceitos de *diáspora* e *espaços de diáspora* como marcos interpretativos úteis para analisar aspectos políticos, econômicos e culturais das migrações, lançando luz para as relações entre esses deslocamentos e os processos intersubjetivos vivenciados, as relações sociais desenvolvidas e a formação de identidades das e dos sujeitos.

Nascida na Índia e crescida em Uganda, Brah (1996) também viveu na Grã Bretanha e parte de reflexões sobre suas experiências de mobilidade e racialização para discutir as dinâmicas em torno das migrações, das posicionalidades dos sujeitos que se deslocam, e das articulações de categorias de diferenciação como gênero, raça, etnia e classe. Com base na defesa de que os conceitos de *diáspora*, *fronteira* e *política da localização* são importantes para a compreensão das mobilidades contemporâneas, a autora expõe que, diante da pluralidade dos fluxos migratórios atuais, a linguagem das diásporas e das fronteiras tem adquirido outras dimensões.

Diante disso, ela defende a potencialidade do conceito de *diáspora*[45] como um marco interpretativo útil para se pensar as relações entre os deslocamentos e os aspectos econômicos, políticos e culturais que os atravessam, partindo do

[45] É importante destacar que, ao dizer isso, não quero inferir que o conceito de diáspora tenha sido proposto inicialmente por Avtar Brah. Enraizado há séculos nas discussões étnico-raciais e no pensamento de diversos autores negros e negras, o conceito foi amplamente utilizado, por exemplo, para nomear os processos de deslocamento forçado de judeus ainda nos períodos antes de Cristo, tendo assumido centralidade, como já citado, também para descrever a migração forçada vivenciada por muitas pessoas negras escravizadas nos tráficos transatlânticos (Marques, 2019).

entendimento do poder enquanto construção múltipla e relacional. Segundo Brah (2011 [1996], p. 211),

> Sugiro que o conceito de diáspora seja entendido como "genealogias" historicamente contingentes no sentido foucaultiano; ou seja, como um conjunto de tecnologias de pesquisa que constroem a história das trajetórias de diferentes diásporas, e analisam suas relações através dos campos do social, da subjetividade e da identidade. Argumento que o conceito de diáspora oferece uma crítica aos discursos que assumem certas origens imóveis como certas, ao mesmo tempo em que levam em conta um desejo de voltar para casa que não é o mesmo que o desejo de uma "pátria".[46]

Como exposto nos últimos capítulos, alguns autores avaliam que, apesar de polissêmica, a noção de *diáspora* diz respeito à experiências de deslocamento que estão permeadas, entre outros aspectos, por um desejo da pessoa migrante em retornar, seja para terra de origem, para uma comunidade política ou para um lar imaginado (Hall; 2003; Clifford,1994). Na contramão desse entendimento, Brah (2011[1996) argumenta que essa busca pelo retorno não está presente em todas as diásporas, tendo em vista que o próprio conceito de *lar* pode assumir diferentes significados para distintos indivíduos ou grupos.

Sobre esse aspecto, é interessante observar que as categorias de *lar* e de *migração* não podem ser lidas de forma alheia às relações de poder (Ahmed *et al*, 2003). Isso porque são diversos os sentidos que essas noções assumem em diferentes contextos, tendo em vista que a ideia de *lar*, por exemplo, pode significar um espaço de refúgio para determinadas pessoas, assim como pode remeter a um local de violência e trauma para outras (Collins, 2000; Biroli, 2018). Para pessoas deslocadas forçadamente, por exemplo, a *migração* pode representar um caráter negativo, enquanto, para outros sujeitos, pode estar atrelada à esperança de uma nova vida. O mesmo pode ocorrer com os sentidos construídos em torno do *pertencimento* a uma pátria ou comunidade política, na medida em que esses processos podem ter sido marcados pela expropriação dos *lares* de outras pessoas (Ahmed *et al*, 2003). Isso é evidenciado nos processos de colonização, nas

[46] Do original: *"Sugiero que se entienda el concepto de diáspora como «genealogías» históricamente contingentes en el sentido foucaultiano; esto es, como un conjunto de tecnologías de investigación que construyen la historia de las trayectorias de diferentes diásporas, y analizan sus relaciones a través de los campos de lo social, la subjetividad y la identidad. Expongo que el concepto de diáspora ofrece una crítica a los discursos que dan por sentados ciertos orígenes inamovibles, mientras que tiene en cuenta un deseo de volver al hogar que no es lo mismo que el deseo de una «patria»"* (Brah, 2011[1996], p.211)

explorações imperialistas e na consequente perda de territórios por parte de povos indígenas e comunidades tradicionais, por exemplo.

O cerne do debate, nesse sentido, está na recusa de associar o *lar* à imobilidade, à fixidez e, no caso do contexto migratório, ao local de origem. Para Ahmed e colaboradoras (2003), os próprios sentidos construídos em torno dessa categoria são mutáveis e estão em constante produção, mesmo porque, em muitos casos, o lar não é, necessariamente, um lugar geográfico ou específico. “Estar em casa” ou “sentir-se em casa”, nessa perspectiva, envolve muitos outros elementos como os afetos, as experiências cotidianas e os vínculos sociais e de parentesco estabelecidos.

Assim como nas categorias de *lar* e *migração*, como defendido por Ahmed e colegas (2003), pensar sobre as diásporas pressupõe, nesse sentido, o entendimento de seu caráter heterogêneo, contextual e relacional. Mais que viagens ou deslocamentos geográficos, o conceito se centra, na perspectiva de Brah (2011), nas configurações múltiplas de poder que atravessam as narrativas, as memórias coletivas e trocas estabelecidas por comunidades diaspóricas que estão em constante relação. Aliada a isso, a defesa da socióloga é a de que as identidades dos indivíduos - e das comunidades diaspóricas que se formam a partir das migrações - não estão dadas ou preconcebidas, mas são forjadas na vida cotidiana e nas relações sociais estabelecidas individual e coletivamente (Brah, 2011).

Essa dinâmica é muito importante para refletirmos sobre os feminismos migrantes, principalmente se nos debruçamos sobre a formação de grupos e a construção de identidades individuais e coletivas. Como nos afirmou uma de nossas interlocutoras de pesquisa, as histórias individuais das ativistas atravessam a formação desses coletivos e sua própria atuação neles, sendo impossível compreender esses processos como apartados ou independentes de si mesmas. As relações sociais estabelecidas (dentro e fora das organizações), portanto, são fundamentais não só para as experiências cotidianas dessas mulheres em seus círculos de convívio, como para a própria configuração de seus ativismos.

A própria concepção de *diáspora*, segundo Avtar Brah (2011), considera essas dinâmicas, pois, para a autora, ela se forma a partir de migrações coletivas e se consolida como um espaço de formação de comunidades, ambiente de debate e reconfiguração de memórias individuais e coletivas. Para Brah (2011, p.228), a potencialidade da diáspora como categoria conceitual reside, justamente, no fato de

ela evidenciar a matriz de relações e interlocuções que “constroem o *comum* entre os distintos componentes de um grupo disperso”. O foco, nesse sentido, está nas múltiplas localizações que os sujeitos ocupam e na articulação de suas diferenças e identidades, em contextos que são atravessados por relações de poder complexas e cambiantes.

Considerando essas contribuições, cabe ainda destacar, na seara das análises feministas sobre os deslocamentos, o conceito de *fronteira*, bem como as “teorias de fronteira” relacionadas a essa categoria, como discutiremos a seguir.

3.3.3 Feminismos e teorias de fronteira

Na literatura feminista, as discussões sobre *fronteiras* se inserem, principalmente, nos debates de autoras pós-coloniais e terceiro-mundistas, que partem da crítica aos processos de colonização e à hegemonia do Norte Global nos campos acadêmicos. Na avaliação de Ahmed e colaboradoras (2003), as teorizações sobre as fronteiras contribuíram para a construção de um olhar mais amplo sobre as diferenças e para os processos de enraizamento e desenraizamento que atravessam as trajetórias de mulheres migrantes. Para as autoras, essas abordagens foram importantes para a compreensão de que os “maiores movimentos geralmente ocorrem dentro de si, dentro de casa ou dentro da família, enquanto o fantasma da mobilidade ilimitada geralmente repousa no poder dos controles de fronteira e do policiamento de quem pertence e não pertence” (Ahmed *et al.*, 2003).

Autora central nessa discussão é Gloria Anzaldúa, “feminista lésbica terceiro-mundista”, como ela mesma se descreve (Anzaldúa, 2021, p. 78), que inaugura, com base em diferentes marcos interpretativos, outros conhecimentos e paradigmas valiosos para os campos feministas. A noção de *fronteira*, para Anzaldúa, aparece em seus escritos com diferentes usos e sob distintos significados. Em termos literais, a fronteira a que a autora se refere é a que divide o México e os Estados Unidos, local onde Anzaldúa nasceu, filha mais velha de sete gerações de mexicanos (Keating, 2021). Movendo-se entre culturas, lugares, campos de atuação e espaços políticos ao longo da vida, a autora se define como uma “mulher de fronteira” (Anzaldúa, 1987, p. 35), cuja identidade se construiu nos paradoxos e ambivalências de habitar distintos mundos. Essas experiências atravessam os escritos de Anzaldúa e marcam a forma

como a autora enxerga as diferenças, as lutas políticas e as possibilidades de aliança para mudança social.

Em termos metafóricos, a fronteira é entendida, também, como espaço de contradição, um marcador de relações de poder e um instrumento, paradoxalmente, de divisão e encontro entre as diferenças. Para Anzaldúa (1987, p. 42, tradução nossa[47]),

> as fronteiras são desenhadas para definir os lugares que são seguros e os que não são, para distinguir nós e deles. Uma borda é uma linha divisória, uma linha fina ao longo de uma borda íngreme. Um território fronteiriço é um lugar vago e indefinido criado pelo resíduo emocional de uma fronteira antinatural. Está em constante estado de transição. Seus habitantes são os proibidos e banidos. É aí que moram os *atravessados*: os vesgos, os perversos, os *queer*, os problemáticos, os de rua, os mulatos, os mestiços, os meio-mortos; em suma, os que cruzam, os que ultrapassam ou que atravessam os confins do "normal".

Na perspectiva de Anzaldúa, as fronteiras também se manifestam enquanto barreiras psicológicas, espirituais e epistêmicas, que emergem das violências decorrentes dos choques entre duas ou mais culturas. Essas “outridades” construídas a partir das opressões e lógicas de fronteira não significam, contudo, impossibilidade de agência. Pelo contrário, as teorizações da autora apontam para o potencial de construção de uma nova consciência – a consciência *mestiza* (Anzaldúa, 2005) – que parte das experiências vividas nesses espaços plurais e da recusa em perpetuar exclusões e violências. Por meio dos agenciamentos nesses espaços transfronteiriços, as fronteiras passam a ser reconfiguradas, surgindo novas e hibridizadas perspectivas (Ahmed *et al*., 2003). Para Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005), a nova mestiça forjada nesses processos representa “o sujeito intersticial” dos feminismos contemporâneos: o que emerge das ambivalências, pluralidades e da criatividade em criar novos paradigmas.

A ideia de fronteira enquanto espaço ambíguo e paradoxal é também abordada por outra teórica feminista, a indiana Chandra Tapalde Mohanty. Nascida e crescida em Mumbai (Bombaim), em um contexto de pós-independência e de múltiplos

[47] Do original: “*Las fronteras están diseñadas para definir los lugares que son seguros y los que no lo son, para distinguir el us (nosotros) del them (ellos). Una frontera es una línea divisoria, una fina raya a lo largo de un borde empinado. Un territorio fronterizo es un lugar vago e indefinido creado por el residuo emocional de una linde contra natura. Está en un estado constante de transición. Sus habitantes son los prohibidos y los baneados. Ahí viven los atravesados: los bizcos, los perversos, los queer, los problemáticos, los chuchos callejeros, los mulatos, los de raza mezclada, los medio muertos; en resumen, quienes cruzan, quienes pasan por encima o atraviesan los confines de lo ‘normal’*.” (Anzaldúa, 1987, p.42).

trânsitos culturais, a autora presenciou os impactos e vestígios do colonialismo britânico na região e vivenciou as fronteiras de diversas formas ao longo da vida, até mesmo enquanto migrante nos Estados Unidos, para onde se mudou para atuar como professora da Universidade de Syracuse. Marcada por essas experiências, a autora defende que as fronteiras, além de sugerirem segurança e controle, afetam as mulheres migrantes de forma significativa, principalmente ao perpetuarem violências e lógicas restritivas, o que demanda que os feminismos se atentem a essas dinâmicas e busquem, de maneira crítica, transcendê-las.

Mohanty (2003), então, propõe um *Feminismo sem Fronteiras* (*Feminism without borders*)*,* baseado em um enquadramento antirracista e comprometido com a descolonização, com a crítica anticapitalista e com a construção de uma solidariedade feminista. Na defesa da autora,

> Um feminismo *without borders* não é o mesmo que um feminismo *borderless*[48]. Ele reconhece as falhas, conflitos, diferenças, medos e contenções que as fronteiras representam. Ele reconhece que não há um senso de fronteira, que as linhas entre e através das nações, raças, classes, sexualidades, religiões e deficiências são reais - e que um feminismo sem fronteiras deve prever a mudança e o trabalho de justiça social através dessas linhas de demarcação e divisão. Quero falar de feminismo sem silêncios e exclusões para chamar a atenção para a tensão entre a simultânea pluralidade e estreiteza das fronteiras e o potencial emancipatório de atravessar, com e sobre essas fronteiras em nossas vidas cotidianas[49] (Mohanty, 2003, p.2, tradução nossa).

Mohanty (2003) situa seus posicionamentos em torno da crítica ao feminismo ocidental e ao eurocentrismo na literatura acadêmica, preocupando-se, também, com as opressões decorrentes dos processos de colonização, globalização e neoliberalismo. Ao olhar mais especificamente para o modo como os discursos em torno da cidadania foram construídos nas políticas e legislações migratórias dos

---

[48] Optei por manter as expressões “without borders” e “borderless” em inglês no texto, tendo em vista que a tradução mais direta desses termos para o português, isto é, “sem fronteiras”, não capta os distintos sentidos que as originais acionam. No primeiro caso, a expressão "without borders", no contexto em que é empregada, diz sobre uma recusa às fronteiras, um desejo de transposição dessas barreiras. Já na segunda, o sufixo "less" (em "borderless") se refere à ausência, à inexistência de fronteiras, sentido distinto ao que a autora pretende expor, segundo o contexto da obra.

[49] Do original: “*Feminism without borders is not the same as ‘‘border-less’’ feminism. It acknowledges the fault lines, conflicts, differences, fears, and containment that borders represent. It acknowledges that there is no one sense of a border, that the lines between and through nations, races, classes, sexualities, religions, and disabilities, are real—and that a feminism without borders must envision change and social justice work across these lines of demarcation and division. I want to speak of feminism without silences and exclusions in order to draw attention to the tension between the simultaneous plurality and narrowness of borders and the emancipatory potential of crossing through, with, and over these borders in our everyday lives*” (Mohanty, 2003, p.2).

Estados Unidos, a autora demonstra como as noções de gênero, sexualidade e raça atravessam a formulação dessas normativas e lançam luz para a necessidade de que os feminismos se atentem a esses processos.

Partindo de uma visão anti-imperialista da práxis feminista, Mohanty (2003) desenvolve uma cartografia dos “Feminismos de Terceiro-Mundo” que, para ela, dizem respeito às práticas políticas de mulheres social e geograficamente localizadas em países do Sul Global, que compartilham contextos comuns de luta e se posicionam contrárias às estruturas sexistas, racistas e imperialistas que se apresentam. Para Mohanty (2003), a categoria de “mulheres do Terceiro Mundo” é uma construção política e não biológica, que envolve também as mulheres migrantes e está em constante transformação. Trata-se de uma “comunidade imaginada” de pessoas, que carregam posicionalidades e histórias diversas, mas que compartilham as lutas e forjam alianças contra estruturas e práticas de dominação.

A construção de coalizões e articulações entre mulheres é, como já destacamos, um ponto central para as teorias feministas e, nos debates sobre as migrações e sobre fronteiras, essa discussão também emerge. Contrária a uma romantização ou essencialização desse processo, Mohanty (1997; 2003) critica a ideia de irmandade (ou sororidade) global entre as mulheres, para ela fruto dos feminismos ocidentais, que remeteria, em sua avaliação, a uma homogeneização baseada em dores e violências compartilhadas (De Paula, 2021). Como defendem Alexander e Mohanty (1997, p. 18, tradução nossa[50]),

> O feminismo "internacional" adota uma abordagem focada na articulação de muitas vozes para especificar um feminismo inclusivo – reivindicações por "irmandade global" são muitas vezes baseadas em um modelo de centro/periferia onde as mulheres de cor ou as mulheres do Terceiro Mundo constituem a periferia. A raça é invariavelmente apagada de qualquer concepção de “internacional” (baseada na nação, desprovida de raça), ainda mais em razão de uma estrita separação entre o internacional e o doméstico, ou em uma compreensão restrita sobre as maneiras pelas quais eles se constituem mutuamente. Em grande medida, subjacente a essa concepção de “internacional” está uma noção de patriarcado universal operando de forma transhistórica para subordinar todas as mulheres.

[50] Do original: *"International" feminism embraces an approach of the articulation of many voices to specify an inclusive feminism-calls for "global sisterhood" are often premised on a center/periphery model where women of color or Third World women constitute the periphery. Race is invariably erased from any conception of the international (based on nation, devoid of race), all the more so because of a strict separation between the international and the domestic, or an understanding of the ways in which they are mutually constituted. To a large extent, underlying the conception of the international is a notion of universal patriarchy operating in a transhistorical way to subordinate all women”* (Alexander e Mohanty, 1997, p. 18).

Em contraponto a essas perspectivas, Mohanty (2003) defende a ideia de *solidariedade*, que, segundo a autora, é construída na reciprocidade, no reconhecimento de interesses comuns entre as mulheres e no compromisso de lutar coletivamente. A proposta política da *solidariedade* não se baseia, para a autora, em um apagamento da diversidade existente entre as mulheres, mas é fundamentalmente forjada na articulação de suas *diferenças,* no respeito aos contextos em que estão posicionadas e no reconhecimento dos aspectos que as particularizam.

Em perspectiva semelhante e partindo de uma visão política centrada na interconectividade (Keating, 2021), Gloria Anzaldúa também defende a formação de alianças entre mulheres, reivindicando a mudança social com base no entendimento de que essas transformações só são possíveis se envolverem ações individuais e coletivas. Para a autora chicana, os cruzamentos de fronteiras e os contatos com outros "mundos" se dão cotidianamente, mesmo que as barreiras entre "nós" e "eles/as" se tornem cada vez mais fortes em diferentes contextos sociopolíticos, principalmente naqueles que envolvem as migrações.

Ao teorizar sobre as formas possíveis de luta diante desses cenários, Anzaldúa joga com a construção da palavra "nos/otras" (nosotras), que em espanhol significa o feminino de *nós*. Redigida com a barra separando as sílabas, a autora busca evidenciar as dinâmicas em torno das diferenças existentes entre mulheres (*nós* + as *outras*), ao passo que aposta na construção de uma coletividade, que não nega as diversidades existentes entre *nós* e as *outras*, mas se ancora nelas para a construção do comum (Keating, 2021).

Se as fronteiras aparecem, nas teorias feministas e de gênero, como espaços ambivalentes de contato e controle, é interessante observar como seu uso metafórico também foi se tornando comum. Em muitos contextos, como o desta pesquisa, as fronteiras surgiram nos discursos das interlocutoras como um marcador semântico para designar os impedimentos, as injustiças, as formas de opressão vivenciadas e os aspectos limitadores que se interpõem nas trajetórias migratórias dessas mulheres. A transposição dessas fronteiras e o desejo que elas se tornem inexistentes é evidenciado até mesmo no slogan "*Somos terra fértil sem fronteiras*", do Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra, de Belo Horizonte/MG. Na expressão, que apresenta a identidade do grupo, o vínculo com a *terra* – também empregada metaforicamente – é central, além de ser acompanhado da ideia de *fertilidade*, vista

como a potência de vida e de construção, em um mundo *sem fronteiras*, de novos horizontes compartilhados.

Para Patricia Hill Collins (2022), ao olhar para as contribuições de Anzaldúa, as fronteiras descritas pela autora não só expõem suas experiências de trânsito entre diferentes espaços, como apontam para a potencialidade e os desafios das metáforas espaciais de poder. Para Collins (2002), as metáforas têm o poder de fornecer diferentes perspectivas sobre um mesmo conceito, além de possibilitar a criação de imagens sobre determinado fenômeno ou teoria, tornando-os mais inteligíveis e mais abertos a diferentes sentidos. No caso da fronteira, ela não só ilustra a interdependência, como assume forma simbólica, material, tangível e política (Collins, 2022).

A autora compara o uso que Anzaldúa faz da metáfora da fronteira à postura metafórica comumente adotada para se referir à *interseccionalidade*, outro marco teórico fundamental para este trabalho, como tentarei expor a seguir. Para Collins (2022), a forma empregada por Anzaldúa complementa e potencializa a ideia de cruzamento de avenidas postulada por Kimberlé Crenshaw (1989), na medida em que foca não só no embricamento, mas na heterogeneidade e nas construções dialógicas que permeiam os espaços de poder.

3.3.4 Interseções, margens, cruzamentos e interseccionalidades

Seria incompleto de minha parte finalizar este capítulo sem apresentar, ainda que sem a pretensão de esgotar o debate, as análises que diferentes teóricas feministas fazem sobre *o entrecruzamento de relações de poder*. Essa discussão, que assume diferentes contornos dentro dos campos feministas e de gênero, atravessa, em maior ou menor grau, todas as teorias mobilizadas até aqui neste capítulo, evidenciando sua relevância para as teorias feministas e, particularmente, para as análises que faço nesta tese.

As interpretações sobre as diferenças e a forma como esses marcadores se relacionam nas dinâmicas sociais têm sido, há muitas décadas, centrais nos debates feministas, tanto “dentro” quanto “fora” dos espaços acadêmicos. A articulação entre gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade, sexualidade e outros marcadores é fundamental para discutir as desigualdades, o modo como as mulheres são posicionadas em distintos contextos, bem como as formas de opressão que

atravessam as suas experiências (e as possibilidades de saírem delas). Esse enfoque nos cruzamentos de marcadores da diferença veio a ser cunhado como *interseccionalidade* pela intelectual negra Kimberlé Crenshaw, em 1989, mas as ideias em torno dessa perspectiva estiveram presentes, também, nas teorias de outras autoras negras, inclusive brasileiras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, ainda nas décadas de 1970 e 1980. Como destaca Gonzalez (2020 [1983], p.76), referindo-se ao contexto do Brasil,

> O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

Na América Latina, como aponta Maria José Magliano (2015), os caminhos da interseccionalidade na agenda acadêmica foram se desenvolvendo a partir da década de 1980, mas sua consolidação como uma perspectiva teórico-metodológica central para os estudos se fortaleceu nas últimas décadas. Para o feminismo negro e para os movimentos de mulheres negras no Brasil, a interseccionalidade tem sido, teórica e politicamente, útil para as análises e propostas desses movimentos, como apontam Figueiredo e Gomes (2016). Isso porque, além de exprimir as denúncias feitas por mulheres negras sobre o foco histórico dos feminismos apenas na categoria de gênero, a interseccionalidade tem o potencial de expor e questionar a complexidade das relações estabelecidas em um cenário de desigualdades estruturais e estruturantes como o brasileiro.

Mas como podemos caracterizar a interseccionalidade? Um conceito, ideia, perspectiva, abordagem, método? Na avaliação de Patricia Hill Collins (2022), trata-se de uma *teoria social crítica* em construção, que não apenas analisa e questiona as desigualdades sociais, mas propõe suas transformações e mudanças. Partindo dessa defesa, a autora olha para as formas mais recorrentes que as pessoas mobilizam a interseccionalidade para retratar o mundo social, expondo que, de modo geral, ela aparece comumente enquanto *metáfora*, *heurística* e *paradigma*. Independentemente da forma como é empregada, concordo com Collins (2022) e sua defesa de que o alcance dessa teoria é amplo e que suas reflexões são fundamentais para a construção de projetos teóricos e políticos comprometidos com a justiça social.

Em relação às reflexões sobre as migrações e deslocamentos, Claudia Pedone (2020), por exemplo, avalia que a interseccionalidade, enquanto perspectiva e

enfoque teórico, tem sido mobilizada de forma crescente nos estudos de mobilidade nos últimos anos. A autora destaca o ganho teórico-analítico decorrente disso, principalmente pelo fato de a interseccionalidade ter rompido com o enfoque da "tripla discriminação" que considerava que as mulheres migrantes sofrem com as opressões decorrentes das desigualdades de gênero, classe e raça. Essa interpretação, ainda que coerente e empiricamente observável, partia de uma análise de "sobreposição" das opressões, deixando de considerar o caráter multidimensional do poder (Pedone, 2020), além de não se atentar para outras formas de discriminação relacionadas, por exemplo, à sexualidade, nacionalidade ou etnia.

Para além das contribuições pioneiras das intelectuais negras para o debate sobre interseccionalidade, Adriana Piscitelli (2008) destaca que feministas do Terceiro Mundo e autoras que trabalham com teorias pós e decoloniais[51] (Anzaldúa, 1987; Brah, 1996; Mcclintock, 2003, Lugones, 2014) também chamaram a atenção para a necessidade de uma maior articulação - nos estudos e na práxis feminista - entre gênero, raça, sexualidade e classe, destacando, também, outros marcadores da diferença, como a nacionalidade. Para uma variedade de autoras feministas, as interlocuções entre as múltiplas formas de opressão foram lidas de modos distintos, variando na forma como pensam o poder, a diferença e a agência (Erel *et al.*, 2010; Piscitelli, 2008). Ainda assim, apesar de nomearem esses embricamentos de forma distinta à de Crenshaw (1989) e de apresentarem análises diferentes, as reflexões sobre as "categorias de articulação", como define Piscitelli (2008), tem semelhanças com as abordagens feitas na teoria da interseccionalidade. Para a autora, além de se inserirem em um contexto de críticas à universalidade da categoria "mulher" dentro dos feminismos, essas leituras adotam uma visão multicentrada de poder. Para Umut Erel (2010) e colaboradoras, essas perspectivas compartilham, também, o entendimento de que o desenvolvimento de um modelo teórico acurado demanda que as diferentes faces da opressão e do poder sejam levadas em consideração.

[51] Como explicam Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo (2020), o termo "pós-colonial" é comumente acionado para se referir aos contextos e períodos que sucederam o fim dos processos de colonização vivenciados em muitos países. Já o "decolonial" está mais associado, na visão de autoras como Françoise Vergès (2020[1952]), aos impactos e consequências da colonialidade, e que ainda perduram em muitos locais. No Brasil, como apontam Dias e Camargo (2020), o *decolonial* tem sido usado para se referir aos estudos do grupo conhecido como Modernidade, Colonialidade, Decolonoliadade (MCD), composto por diferentes pensadores latino-americanos. Na França, segundo as autoras, o conceito é comumente associado ao ativismo antirracista e às lutas de combate à xenofobia, como a de migrantes e seus descendentes vindos de países de colonização europeia.

Entre as autoras que partem dessa concepção fluida das relações de poder, destaca-se Avtar Brah (2011) que, na avaliação de Piscitelli (2008), se insere em uma abordagem construcionista, voltada para análise dos fatores relacionais da identidade social. Partindo de uma visão “multiaxial de poder” (Brah, 2011, p.220), a autora argumenta contra binarismos que comumente se apresentam nas linguagens e análises sobre as desigualdades. Olhando para os impactos dos colonialismos, racismos e de discursos nacionalistas sobre diversas comunidades, Brah (2011) se posiciona contra concepções dualistas, que pensam as opressões em termos de “inclusão *versus* exclusão” ou “superioridade *versus* inferioridade”.

Olhando especificamente para os contextos de mobilidade e para os papéis do Estado-Nação nas dinâmicas sociais, Brah (1996) argumenta que os discursos sobre a nação, os nacionalismos, a etnicidade e os racismos são atravessados pelo gênero – e vice versa. Nesse sentido, as ideias de origem *versus* destino, estrangeiro *versus* nacional, mulher *versus* homem ou minoria *versus* maioria, por exemplo, ao serem analisadas de forma meramente dicotômica, ofuscam a complexidade das relações que esses significantes estabelecem entre si, a depender do contexto social, político, cultural e econômico em que são empregados. Para a autora, ademais, a categoria central de análise deve ser a *diferença*, não o gênero, tendo em vista que ela é mobilizada - nos discursos e relações cotidianas - de maneiras distintas, que não necessariamente remetem às desigualdades, mas podem estar relacionadas, por exemplo, a reflexões sobre as diversidades (Piscitelli, 2008).

Nessa seara e olhando especificamente para as trajetórias de mulheres em deslocamento, Gláucia Assis (2007) aponta que as vivências das migrantes não são desiguais apenas em função do gênero, mas de questões raciais e de origem nacional que também operam, tanto na representação dessas migrantes e na construção de estereótipos, quanto em processos como a inserção laboral, as relações estabelecidas e as trajetórias no país de destino.

De modo semelhante e, ao analisar as experiências de mulheres brasileiras no exterior, Piscitelli (2008) aponta para a maneira como as migrantes são constantemente afetadas por noções relacionadas à gênero, sexualidade, raça, nacionalidade e etnicidade. Esses aspectos, contudo, não são fixos, mas se articulam constantemente, tendo em vista que essas mulheres são sexualizadas e racializadas – processos que decorrem, principalmente, de uma leitura social e contextual sobre ser “brasileira”, a partir dos estereótipos atribuídos à nacionalidade e ao gênero.

Nesses casos, é interessante observar como a nacionalidade se apresenta sexualizada e racializada, e vice-versa, evidenciando como o poder se articula, constantemente, em uma “malha” de relações contextualmente situadas.

Como exposto, apesar de o debate em torno da interseccionalidade ser cada vez mais difundido em diversos campos do conhecimento, há alguns questionamentos e críticas que, no geral, são colocados para essa teoria. Maria José Magliano (2015) sintetiza esses pontos, argumentando que eles envolvem quatro aspectos centrais, quais sejam i) a abordagem metodológica e a dificuldade de operacionalização da interseccionalidade enquanto ferramenta conceitual; ii) a (in)definição sobre o sujeito da interseccionalidade e o risco de assumir as categorias de diferenciação como dadas; iii) a quantidade ilimitada de potenciais categorias e iv) a tensão entre identidades interseccionais e estruturas interseccionais.

Nos estudos migratórios, essa discussão ainda não rompeu, na avaliação de Magliano (2015, p. 707), com a “etapa de enunciação”. Para a autora, os trabalhos que acionam essa teoria ainda são focados, no geral, na afirmação de sua relevância e no reconhecimento de sua “aplicabilidade” para pensar os deslocamentos. As investigações, contudo, ainda carecem de análises mais profundas que discutam empiricamente as estruturas interseccionais e os mecanismos que (re)produzem essas lógicas de discriminação, bem como as formas de resistência e agência adotadas nesses contextos.

Outra perspectiva crítica é postulada por Floya Anthias (2009), que argumenta contra a ideia de que as pessoas pertencem a grupos sociais fixos e imutáveis, como podem assumir algumas análises interseccionais. Para a autora, a identificação social de um indivíduo enquanto parte de uma comunidade étnica ou de gênero, por exemplo, pode ofuscar os processos e práticas sociais que atravessam as categorias sociais, além de representarem um risco para a criação de rótulos ou estigmas sobre determinados grupos. Anthias (2008) destaca o caráter fluido e multifacetado das localizações sociais em que se inserem os sujeitos, argumentando, nesse sentido, por uma ideia de *posicionalidade translocacional:*

> Uma posicionalidade translocacial é aquela estruturada pela interação de diferentes locais relacionados a gênero, etnia, raça e classe (entre outros) e seus efeitos às vezes contraditórios. A posicionalidade combina uma referência à posição social (como um conjunto de efeitos: como resultado) e posicionamento social (como um conjunto de práticas, ações e significados: como processo). Ou seja, a posicionalidade é o espaço na interseção da estrutura (posição social/efeitos sociais) e agência (posicionamento

> social/significado e prática). A noção de 'localização' reconhece a importância do contexto, a natureza situada de reivindicações e atribuições e sua produção em locais complexos e mutáveis. Ela também reconhece a variabilidade de alguns processos que levam a posicionamentos mais complexos, contraditórios e às vezes dialógicos do que outros (Anthias, 2008, p.15, tradução nossa[52]).

A autora não recusa a interseccionalidade, mas pensa o conceito de *posicionalidade translocacional* como uma noção complementar, que dá mais destaque para as interconexões entre estrutura e agência, além de considerar, em sua formulação, as dinâmicas em torno dos processos de formação de identidade e pertencimento em contextos transnacionais. Anthias (2008) estabelece, ainda, uma diferenciação importante entre posição social – vinculada às estruturas e hierarquias socioeconômicas e políticas de determinados contextos sociais, e posicionalidades sociais – relacionadas às relações, práticas e negociações estabelecidas entre sujeitos na vida social.

Neste trabalho, entendo que os debates feministas em torno da interseccionalidade (Crenshaw, 1989), das políticas de localização e das posições e posicionalidades (Anthias, 2008) são particularmente relevantes para análises sobre as realidades e ativismos das mulheres migrantes. Isso porque essas contribuições teóricas, aliadas às outras que foram trazidas ao longo deste e dos outros capítulos desta tese, lançam luz para a mulitiplicidade de significados envolvendo conceitos e categorias como migração, localização, fronteiras e feminismos. Além disso, considerando a heterogeneidade de vivências e olhares das próprias migrantes sobre suas experiências (Gavazzo *et al*, 2020), a proposta interseccional pode contribuir para a compreensão das estratégias individuais e coletivas desenvolvidas por mulheres migrantes frente a quadros de desigualdade, violência e injustiça.

Entendo, nesse sentido, que as teorias feministas e os estudos de gênero fornecem aportes valiosos para a compreensão dos ativismos das mulheres migrantes. Essa literatura, para além de refletir sobre questões profundas como as desigualdades e as formas de resistência, permitem, no caso desta pesquisa,

---

[52] Do original*: "A translocational positionality is one structured by the interplay of different locations relating to gender, ethnicity, race and class (amongst others), and their at times contradictory effects. Positionality combines a reference to social position (as a set of effectivities: as outcome) and social positioning (as a set of practices, actions and meanings: as process). That is, positionality is the space at the intersection of structure (social position/social effects) and agency (social positioning/meaning and practice). The notion of 'location' recognises the importance of context, the situated nature of claims and attributions and their production in complex and shifting locales. It also recognises variability with some processes leading to more complex, contradictory and at times dialogical positionalities than others."* (Anthias, 2008, p.15).

compreender as práticas políticas desenvolvidas pelas mulheres e coletivos que acompanhei. Me permitem pensar sobre aspectos como as diferenças, as políticas de *localização* (Anthias, 2008; Piscitelli, 2008), as percepções das migrantes sobre os feminismos e os contextos sociopolíticos de onde partem suas narrativas.

Desse modo, as teorias de gênero e feminismo, compõem, junto com os estudos migratórios e a literatura em torno dos movimentos sociais, a trama teórica necessária para pensar os *feminismos migrantes*. Como será possível observar na análise empírica mais detalhada, as diferenças são elementos fundamentais para esses ativismos. Diversas em termos de raça, classe, origem, idade e etnia, por exemplo, as mulheres migrantes constroem suas lutas na articulação dessas diferenças, forjando estratégias de ação que envolvem múltiplos territórios e posicionalidades.

PARTE II: Percursos e análises empíricas

4. Migrações, ativismos, feminismos: o campo associativista migrante na Argentina contemporânea

A proposta deste capítulo é apresentar, com base no trabalho de campo e nos trajetos teóricos traçados, um estudo de caso sobre o cenário das migrações internacionais contemporâneas na Argentina, partindo, temporalmente, das lutas pela legislação migratória vigente no país (Lei nº 25.471/2003) até os dias atuais. O objetivo é compreender como as trajetórias e ativismos de mulheres migrantes se construíram nesses processos, como diferentes contextos políticos impacta(ra)m, historicamente, as lutas, e como as mulheres migrantes vêm construindo práticas feministas nesses locais.

4.1 Aproximações, deslocamentos e movimentos: trabalho de campo, posicionalidades e epistemologia

"Eu quero a minha casa. Eu quero ir embora". Em lágrimas, repetia essas frases nas primeiras horas de chegada ao novo país. 'São apenas seis meses, vai passar rápido, você vai se acostumar. Aproveite que essa é uma oportunidade única, com a qual você sonhava há muito tempo' – pensava e dizia para mim mesma, enquanto tentava organizar as ***emoções*** *e* ***estranhamentos*** *da experiência que eu vivenciaria na Argentina, durante o tão esperado doutorado sanduíche.*

No primeiro momento, a percepção era negativa. A casa diferente do que eu imaginava, a faxina que durou 3 dias, a frustração com o encontrado e a ***saudade*** *de tudo o que* ***casa*** *representava para mim: não só o local físico e cotidiano, mas as pessoas que deixei e os amores dos quais eu ficaria distante pelos próximos meses. Além disso, havia o* ***medo*** *de que algo acontecesse com essas pessoas enquanto eu estivesse ausente, ainda que essa ausência fosse curta, rápida e com tempo contado para acabar.*

O cheiro da casa - que não descobri se é do aquecedor, do carpete, dos produtos de limpeza comumente usados ou do perfume do morador que ali estava dias antes de eu chegar - me lembrava constantemente que eu ***não era dali****. Toda vez que abria a porta do apartamento, meu olfato entrava primeiro, trazendo todas essas outras* ***emoções*** *associadas ao* ***sentir-me deslocada*** *e* ***não pertencente****. Durante os primeiros dias, o cheiro guiava os comentários que eu fazia todas as vezes que*

entrava no apartamento: "Hoje está mais fraco", "acho que agora o cheiro tá saindo", "não, o cheiro ainda está impregnado", pensava, quase que tentando criar uma escala olfativa de um cheiro que, até agora, não consegui descrever. Não, não é um cheiro ruim. É só o cheiro de uma ***casa*** *- em seu sentido mais amplo - que não é minha.*

Peço licença para iniciar este capítulo com um relato íntimo, pessoal e extraído de anotações do meu diário de campo. Para além de pessoalizar a escrita, situar os lugares epistêmicos de onde parto e apresentar minhas aproximações ao campo – a partir de uma experiência migratória, entendo que olhar para essas percepções é uma parte importante de reflexões mais amplas sobre migração, pertencimento, deslocamento e ativismo.

Partindo da premissa epistemológica feminista de que os conhecimentos são situados (Haraway, 1995) e atravessados pelas experiências e relações sociais, optei por trazer no início deste capítulo, ainda que brevemente, reflexões feitas a partir das minhas próprias vivências enquanto migrante temporária na cidade de Buenos Aires, articulando-as com os relatos das interlocutoras de pesquisa, com os aportes da literatura e os outros dados analisados ao longo da tese. Não se trata de descrever todos os caminhos percorridos e a multiplicidade de elementos que envolvem um projeto migratório, tampouco escrever um texto autobiográfico que fuja dos objetivos da pesquisa. A proposta é enunciar os lugares de onde parto e compreender como minhas diversas posicionalidades influenciam as visões, as relações estabelecidas em campo, as limitações da investigação e as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa.

No campo dos debates feministas e de gênero, a perspectiva epistemológica do conhecimento situado (Haraway, 1995) se inscreve em contribuições mais amplas das *teorias do ponto de vista*, que emergiram entre as décadas de 1970 e 1990, com o objetivo de compreender as relações entre a construção do conhecimento científico e as práticas de poder (Arnés *et al*, 2023). Desde o questionamento de ideais como o da *objetividade* e da *imparcialidade*, autoras feministas (Harding, 1995; Haraway, 1995; Rich, 1984; Lorde, 1984) têm mostrado como os entendimentos compartilhados sobre o *que é* ciência e sobre *quem* está legitimado para produzi-la estão radicalmente atravessados por marcadores como gênero, raça, origem nacional, classe, sexualidade, entre outros.

As localizações e contextos de enunciação, nesse sentido, são pontos centrais em uma investigação feminista, pois nos permitem perceber como as diferenças são

constantemente negociadas, questionadas e articuladas. Como aponta Laura Arnés (2023), “ocupar um lugar, falar desde um lugar, olhar desde um lugar diante dessa perspectiva (...) implica assumir a responsabilidade sobre nossas práticas. E a parcialidade, em todas elas, é a condição.” (Arnés *et al*, 2023, p.101, tradução nossa[53]).

Nesta tese, assumo essa opção metodológica e epistemológica, entendendo que ela se inscreve na proposta de desenvolver uma pesquisa feminista crítica, construída *com* outras mulheres migrantes, que questiona diferentes quadros de opressão e está intimamente engajada com transformações políticas e sociais. Isso implica assumir que o processo de produção de conhecimento científico é coletivo e situado, envolvendo não somente a mim, como pesquisadora, e meu “tema” de pesquisa, mas outras e outros sujeitos que estão, desde os mais variados espaços, tecendo saberes, práticas e conhecimentos diversos, sem os quais seria impossível desenvolver esta tese. Dito isso, entendo ser importante explicitar como se deram minhas aproximações ao campo no Brasil e na Argentina, e como meu *locus* prévio de enunciação foi se alterando em diferentes contextos, sendo constantemente (re)negociado.

Ainda no Brasil e como ativista e pesquisadora nas temáticas das migrações, gênero e feminismos, ouvi de diversas interlocutoras que, quando migrasse, iria entender melhor o que me contavam à respeito da experiência de deslocamento. Ao “viver na pele” um processo como esse, me diziam muitas companheiras, minha compreensão sobre os ativismos iria se ampliar, assim como as próprias visões sobre mim mesma, o que de fato aconteceu. Apesar de já ter tido experiências migratórias anteriormente e de ser filha de migrantes internos, foi apenas em uma entrevista para esta tese, em conversa com uma migrante argentina residente no Brasil, que me dei conta que os deslocamentos sempre atravessaram minha vida e moldaram muitas das minhas visões, perspectivas e decisões pessoais e profissionais. Ainda que não de maneira completamente “consciente” ou autorreflexionada.

Em termos acadêmicos, ao longo de diversos anos trabalhando com migrações e gênero, meu lugar de pesquisadora foi questionado inúmeras vezes, não só por outros atores, como por mim mesma. Ser brasileira e fazer pesquisa *sobre* e *com*

[53] Do original: *“Ocupar um lugar, hablar desde um lugar, mirar desde un lugar bajo esta perspectiva (...), implica assumir la responsabilidade sobre nuestras prácticas. Y la parcialidad, en todas ellas, es la condición”* (Arnés *et al*, 2023, p. 101).

mulheres migrantes residentes no Brasil gerava inicialmente um certo mal-estar, que evidenciava as relações de poder existentes entre mim e minhas interlocutoras de pesquisa. Algumas das preocupações que permeavam o trabalho de campo no Brasil e as primeiras interações com mulheres migrantes giravam em torno de alguns pontos, como a dúvida sobre a intencionalidade da investigação, o receio de relatar a si mesma, a preocupação com os dados compartilhados e o desejo de que a pesquisa trouxesse retornos para quem participa. Todos esses pontos, coerentes e legítimos, sempre foram considerados e debatidos com as interlocutoras de pesquisa, principalmente nos estágios iniciais do trabalho de campo, em contextos nos quais a *confiança* entre nós ainda estava sendo construída. Com o passar dos anos, minha inserção no campo brasileiro se ampliou, tanto como pesquisadora, quanto como ativista, já que esses dois lugares eram ocupados paralelamente, ainda que fossem complementares e atravessados mutuamente.

Na Argentina, o processo não foi diferente, já que minha inserção prévia no campo brasileiro foi fundamental para que eu conseguisse o contato de possíveis interlocutoras no novo país e, a partir disso, me aproximasse delas, construindo, juntas, relações de apoio mútuo, confiança e afeto ao longo dos seis meses de experiência migratória e de trabalho de campo. Algumas delas eu já conhecia de outras mobilizações transnacionais desenvolvidas entre coletivos de migrantes nos dois países e por acompanhar suas respectivas organizações nas redes sociais. Outras, me aproximei a partir da mediação de amigas, interlocutoras e parceiras de ativismo no Brasil, que me colocavam em contato com ativistas migrantes residentes na Argentina. Ao chegar ao país, falei inicialmente com essas pessoas que, a partir da técnica *snowball*/"bola de neve" (Biernacki e Waldorf, 1981) e das relações estabelecidas, me indicavam e me colocavam em contato com mais mulheres. O processo de aproximação, portanto, foi similar ao adotado anos atrás, nas primeiras inserções no campo brasileiro. Ao me mudar e iniciar o trabalho de campo em um outro país, contudo, o que se alterou foi minha posicionalidade e meu lugar de enunciação – agora como pesquisadora, ativista e mulher *migrante*.

Ao migrar para a Argentina, me deparei, logo de início, com sentimentos de estranhamento, como os relatados no início deste capítulo. Eles não eram, necessariamente, vinculados à pesquisa, mas atravessavam dimensões intersubjetivas e me fizeram pensar, posteriormente, nas construções teóricas e empíricas que desenvolvo nesta tese. Para além das diferenças inerentes e visíveis

do *habitar* em outra cidade, aos poucos fui percebendo algumas minúcias do cotidiano e estratégias que eu usava para diminuir essa sensação de *deslocamento*, de *estranhamento* e o constante sentimento de *não pertencer* a esse novo cenário. Esses aspectos já me haviam sido largamente apontados por mulheres migrantes interlocutoras de pesquisa, mas naquele momento me atravessavam, pessoalmente, após minha migração.

Como uma mulher branca em um país que se autodeclara majoritariamente branco, segundo dados do Censo de 2022 (INDEC, 2024), minha aparência física e meu fenótipo não geravam situações de constrangimento e possíveis violências, como as que ocorrem, cotidianamente, com as pessoas negras, povos originários e populações indígenas na Argentina e nos mais diversos países do mundo. Se ter fenótipo indígena ou marrom[54], por exemplo, é fonte de estigmatização e racismo contra muitas pessoas, o mesmo não ocorria comigo. Digo isso, porque, como apontou a pesquisadora Ana Mallimaci (2023), em entrevista realizada para esta tese, o racismo na Argentina está associado ao mito de que "os argentinos vieram dos barcos" – remetendo às migrações europeias para o país. Isso significa dizer que há um imaginário construído socialmente e estimulado pelo Estado[55] ao longo de muitos séculos, de uma Argentina branca e europeia, invisibilizando suas raízes indígenas, originárias e afrodescendentes.

Em relação às populações migrantes, a racialização está, em muitos casos, ligada à origem nacional e a estigmas associados a diferentes nacionalidades. Pessoas paraguaias, peruanas e bolivianas, por exemplo, são constantemente alvo de ofensas e violências racistas e xenofóbicas, tanto por estigmas associados às respectivas nacionalidades, quanto pelos traços fenotípicos indígenas comuns a muitas pessoas de ascendência ou origem dessas regiões. Como apontou uma

[54] A categoria "marrom" é comumente utilizada para se referir à autoidentificação em termos de raça/cor. É também reivindicada por alguns grupos, como o *Identidad Marron*, que "luta para reivindicar as peles e rostos de filhes, netes de indígenas, campesines, migrantes internes e internacionais, algo que até agora vem sendo silenciado pelo mito da Argentina branca vinda dos barcos" (Identidad Marrón, 2021, p.8, tradução nossa).

[55] No final do século XIX e início do XX, as migrações europeias para a Argentina eram estimuladas pelo Estado, com o interesse em povoar o país com pessoas de países considerados mais "desenvolvidos". Influenciados pelo ideário do racismo científico, intelectuais e políticos contribuíram para a construção dessa autoimagem europeia, que permanece até os dias atuais. À guisa de exemplo, foi apenas em 2010 que o Censo argentino perguntou, pela primeira vez desde o fim do século XIX, se as pessoas se consideravam afrodescendentes (Lupion, 2021). Em 2021, o então presidente Alberto Fernández afirmou, em uma declaração pública, que "os mexicanos vieram dos indígenas, os brasileiros, da selva, e nós, chegamos em barcos (...)", demonstrando como o mito da formação nacional argentina ainda é compartilhado (*idem*, 2021).

participante da pesquisa, migrante paraguaia que vive em Buenos Aires há 30 anos, não é raro escutar expressões como "*paraguayitas de mierda*" (em português, algo como "paraguaiazinha de merda"), assim como é recorrente a associação, quase que automática, entre pessoas não brancas e imigrantes. Raça e nacionalidade, nesse sentido, se intersectam fortemente. Ser negra, parda, marrom, mestiça ou indígena – as autoidentificações são diversas – faz com que muitas pessoas sejam "lidas" socialmente como imigrantes, mesmo que tenham nascido em solo argentino.

No meu caso, portanto, o fato de ser branca não "anunciava", por si só, minha origem nacional, já que em muitos espaços eu poderia ser lida, até mesmo, como uma mulher argentina. A diferença aparecia, contudo, ao abrir minha boca e pronunciar qualquer frase em espanhol. Por mais que eu já soubesse falar o idioma, o "sotaque brasileiro" era impossível de disfarçar, ainda que eu me esforçasse para tal. Para evitar constrangimentos, comentários xenofóbicos ou sentimento de *vergonha* por perguntas indiscretas, minha postura era a de falar o mínimo possível. Com *medo* de que alguém pudesse se aproveitar do fato de eu "não ser dali" para obter qualquer tipo de vantagem, me mantinha calada sempre que podia. Andava quarteirões a mais e me perdia para não ter que pedir informação. Treinava, inúmeras vezes, a pronúncia de uma pequena frase antes de pedir algo para comer. Para me deslocar na cidade, preferia o metrô, já que, ao entrar em um ônibus na cidade de Buenos Aires, deve-se informar ao motorista qual é o seu destino, já que as tarifas variam a depender da distância, como fiquei sabendo depois.

Outra estratégia que me observei adotando, principalmente nos primeiros meses, foi a de evitar usar algumas palavras e tentar assemelhar a minha pronúncia ao sotaque portenho. O constrangimento, entretanto, vinha comumente pelo riso do meu interlocutor (por achar forçado? Fofo? Engraçadinho? Legal?). Depois de um tempo, compartilhei essas observações com uma amiga, peruana, residente no Brasil há mais de 10 anos, e me surpreendi com sua resposta: "Amiga, eu também faço isso, mesmo com mais de uma década vivendo no Brasil. E ainda assim sou 'zoada' ou não compreendida pelas pessoas."

As trocas com outras migrantes ao longo da feitura da tese e, principalmente, no momento em que eu vivia na Argentina, demonstravam como alguns elementos da *experiência* migratória eram comuns, ainda que as pessoas, os contextos, as origens e as realidades fossem completamente distintas. Essas "microestratégias de linguagem" que me observei adotando, por exemplo, apareceram em outros relatos

de migrantes ouvidas ao longo da pesquisa, tanto por aquelas residentes no Brasil, quanto pelas mulheres que vivem na Argentina. Soledad, uma mulher colombiana que migrou para o Rio de Janeiro em 2017, avalia que as reações comuns de deboche, piada e comentários sobre o sotaque ou a forma de falar de uma pessoa migrante revelam um caráter xenofóbico, que causa constrangimentos e pode gerar "autosilenciamentos".

> Quando a gente fala essa questão da **integração**, eu sempre fico pensando em como geralmente isso tá ligado com a **colonização**, né? Tipo, "ah, vocês estão aqui, esse é o nosso território, aqui você tem que falar nossa língua", e na medida que esse local onde você está adota posturas mais conservadoras, você vai perceber que esse discurso vai ficando **cada vez mais violento**. E vai pra prática. Eu tenho companheiras, eu tive companheiras no coletivo que elas **não circulavam por alguns espaços** que eu circulo. Porque elas falavam "gente, eu não me sinto bem lá, sabe? Eu sempre recebo uma **piada**, eu sempre recebo uns **olhares muito estranhos**". E ao mesmo tempo, agora que eu já tenho aqui há quatro, cinco anos, tem locais que quando eu volto eu **não quero falar espanhol**. Mesmo achando uma pessoa que fala espanhol eu tento não falar. E aí você começa a perceber que **você está se silenciando**, porque **você já foi silenciada** em algum espaço semelhante, ou naquele mesmo espaço (Soledad, migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em março de 2023.Grifos próprios)

Para Soledad, essas ações estão relacionadas, ainda, a uma retórica da "integração", que pressupõe que pessoas migrantes *devem se integrar* à sociedade de destino, apagando elementos importantes como seu idioma, sotaque e práticas culturais diversas para se "adequar" à determinadas expectativas sociais. Parte importante dos ativismos migrantes, nesse sentido, reside na luta contra esses silenciamentos e violências, a partir da reivindicação da migração como um direito, da valorização da diversidade cultural e da adoção de estratégias cotidianas de resistência, como veremos adiante.

4.2. Por um novo marco legal no país: mobilizações e lutas pela Lei de Migração

Ao longo dos seis meses em Buenos Aires, pude acompanhar diferentes ações adotadas por coletivos e organizações de migrantes da cidade[56]. Além das entrevistas em profundidade realizadas com ativistas que integram esses grupos, presenciei marchas, atos, assembleias, eventos e reuniões organizadas por esses coletivos, além de conversar com algumas pesquisadoras que são referências no debate sobre

[56] Ver apêndice com a lista completa das organizações acompanhadas e breve descrição de suas atividades.

migrações na Argentina. Foram meses de troca, aprendizado, observação participante e construção de vínculos de confiança com as interlocutoras desta pesquisa.

Assim como no trabalho de campo do Brasil, meu interesse era compreender como se configuravam os ativismos de mulheres migrantes no local, buscando entender seus sentidos, pautas, tensões e contribuições, com o objetivo de analisar se esses ativismos podem ser interpretados como *feminismo(s) migrante(s)*. Ainda que uma descrição completa desse cenário de ativismo seja uma tarefa inexequível, tentarei apresentar marcos importantes desse campo, levando em consideração os objetivos acima mencionados e os relatos das próprias ativistas. Desde uma mirada longitudinal, os principais achados apontam para um campo de ação complexo, longevo e atravessado por dinâmicas políticas diversas ao longo dos anos.

Como apontam Rosas, Gil Araujo e Jaramillo (2020), a Argentina possui uma longa tradição migratória, que está marcada no imaginário social do país e em mudanças históricas importantes. Em termos de legislação e políticas migratórias, foram três as leis que, até os dias atuais, versaram sobre o tema, adotando perspectivas distintas em relação aos direitos das pessoas migrantes. No século XIX, foi promulgada a Lei de Imigração e Colonização nº 817 de 1986[57], conhecida como Lei Avellaneda, que partia de uma visão da migração como “aporte” (Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020) e “oportunidade” para atrair mão de obra, por meio de subsídios e intervenção estatal.

Essa perspectiva se distingue da que esteve presente na legislação posterior, a Lei Geral de Migrações nº 22.439[58], que ficou conhecida como Lei Videla, em alusão a Jorge Rafael Videla, ex-ditador que presidia o país à época da sanção da lei, em 1981. Promulgada em meio à ditadura militar argentina, a normativa se baseava na imagem do migrante como “ameaça”, partindo de uma postura que enxergava os deslocamentos como questão de segurança pública. Ao criminalizar a migração e prever que migrantes em situação irregular fossem denunciados às autoridades migratórias, a Lei Videla vigorou em um contexto em que o discurso proeminente na esfera pública – reforçado pelo governo e pelos meios de comunicação – era o de que as pessoas migrantes eram responsáveis pela insegurança, “delinquência” e desemprego (Canelo, Gavazzo e Nejamkis, 2018). Essa narrativa se tornou ainda mais forte com a deflagração da crise econômica enfrentada pela Argentina em 2001.

[57] Em espanhol: Ley de Inmigración y Colonización Nº 817 de 1876.
[58] Em espanhol: Ley General de Migraciones Nº 22.439 de 1981.

Com índices altíssimos de desemprego e pobreza, o país registrou um aumento no fluxo emigratório de argentinos para outros países, bem como um reforço na violência contra as populações migrantes – incluindo casos de tortura e assassinato, que foram denunciados internacionalmente (Cernadas, 2016).

Por mais que essa narrativa de criminalização ainda esteja presente em diversas arenas políticas e sociais, a antiga Lei Videla foi substituída pela atual Lei de Migrações nº 25.871[59], sancionada em 2003 e promulgada em 2004, na presidência de Néstor Kirchner (Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020). Em termos de garantia de direitos e do reconhecimento da igualdade entre migrantes e nacionais, a normativa é considerada pioneira e uma mais avançadas da América Latina, principalmente por assegurar direitos sociais, educacionais e civis, estabelecendo a migração como um direito humano. Mas como foram as mobilizações para a construção dessa lei? Houve participação social das populações migrantes e, mais especificamente, de mulheres migrantes? Como essas pessoas percebem a aplicação dessa normativa nos dias atuais?

Adriana[60], ativista boliviana que reside em Buenos Aires desde 2001, conta que quando chegou ao país, ainda estava vigente a Lei Videla. O ambiente, segundo ela, era de violências e maus tratos às populações migrantes, além de ausência de direitos e de critérios mais amplos para a regularização documental, por exemplo. O cenário era comum a muitas pessoas que, diante desse contexto, se articularam com diferentes atores políticos e sociais para lutar por uma modificação na legislação migratória do país. Esse foi o caso de Nicolasa que, ao lado de outras mulheres, fundou uma associação para apoiar e orientar a população migrante, principalmente em questões relacionadas à documentação e apoio jurídico.

> Comecei a atuar com as outras organizações de migrantes. Havia algumas aí, não tantas, mas havia… como “Mujeres Peruanas Unidas”, paraguaias, sobretudo paraguaias, peruanas e bolivianas. Começamos com Caref, que apoiavam os migrantes, com o Cels, com a Comissão Jesuíta. Começamos a discutir um projeto de lei, o de Giustiniani[61], participamos de audiências públicas. Paralelamente participamos, organizamos passeatas, diálogos com parlamentares... bem, até que em 2004 é promulgada a Lei de Migração, a

[59] Em espanhol: Ley de Migraciones Nº 25.871 de 2004.
[60]Como exposto anteriormente, é fictício este e todos os outros nomes de ativistas utilizados ao longo da tese.
[61] Ela faz referência a Rubén Giustiniani, então deputado pelo Partido Socialista, que foi responsável pelo Projeto de Lei, em 2002, que culminou na Lei de Migração nº 25.871 de 2003.

> 25.871. (Nicolasa, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em janeiro de 2024, tradução nossa[62]).

Segundo relatos de pesquisadoras e de outras ativistas que acompanharam as mobilizações pela mudança normativa, a atuação da sociedade civil, de representantes da academia, de entidades religiosas e de organizações de direitos humanos, como o Caref (Comisión Argentina para Personas Migrantes y Refugiadas) e o Cels (Centro de Estudios Legales y Sociales), foi fundamental para a construção e posterior promulgação da lei nº 25.871.

Como aponta Nicolasa, as estratégias adotadas naquele momento envolviam, principalmente, a incidência política junto a parlamentares e representantes governamentais, a participação em audiências públicas, denúncias públicas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a realização de marchas e passeatas. Por parte da sociedade civil e dos grupos de migrantes que participaram da luta pela nova lei, a maioria era conformada por mulheres, como destacou Manuela, outra ativista entrevistada, que migrou do Peru para Argentina ainda na década de 1990 e participou desse processo. Ainda que, naquele momento, suas ações não se nomeassem como "ativismo de mulheres migrantes" e, menos ainda, como *feminismo migrante*, essas mulheres faziam parte das lutas e "iam como mães defendendo seus filhos porque queriam que eles pudessem entrar na universidade. Iam como empregadas que queriam direitos trabalhistas, digamos, elas se autodenominavam de outra forma.[63]" (Carolina Rosas – IIGG/UBA, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em setembro de 2023, tradução nossa). Assim como em outros momentos e em localidades diferentes, como nas lutas desenvolvidas no Brasil, a consciência e a enunciação das próprias ativistas como "mulheres migrantes" veio depois, com o desenrolar de seus próprios ativismos.

Durante o trabalho de campo, acompanhei organizações diversas, algumas formadas nos últimos anos e outras cuja atuação pelos direitos das pessoas migrantes

---

[62] Do original: *"Empecé a activar con las otras organizaciones de migrantes. Había bastantes ahí, no tantas, pero había… como Mujeres Peruanas Unidas, paraguayas, sobre todo Paraguayas, peruanas y bolivianas. Empezamos con Caref, que apoyaban a los migrantes, el Cels, con la comisión jesuita. Empezamos a debatir un proyecto de ley, lo de Giustiniani, participamos en audiencias públicas. Paralelamente hemos participado, organizado marchas, diálogos con parlamentarios… bueno, hasta que el 2004 se promulga la ley de migraciones, la 25871."* (Nicolasa, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em janeiro de 2024, tradução nossa).

[63] Do original: "*Iban como madres que defendían a sus hijos porque querían que sus hijos pudieran entrar en la Universidad. Iban como empleadas que querían derechos laborales, digamos, se nombraban de otra manera."* (Carolina Rosas, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em setembro de 2023, tradução nossa).

é de larga data, tendo surgido ainda no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. A partir da conversa com suas ativistas, foi interessante observar como a questão geracional é um ponto fundamental para entender o campo ativista migrante na Argentina. A ideia de “gerações de militância” me foi apresentada pela pesquisadora e professora Carolina Rosas (IIGG/UBA), durante entrevista para a tese. A leitura, também compartilhada por muitas ativistas e outras investigadoras (Gavazzo, 2018), é a de que as lideranças nas décadas de 1990 e início dos anos 2000 eram compostas, principalmente, por mulheres paraguaias, peruanas e bolivianas, nacionalidades que, historicamente, são majoritárias no quantitativo de imigrantes residentes na Argentina. Nos anos subsequentes, entretanto, houve uma repolitização dos fluxos migratórios na América Latina (Pedone, 2020) e a chegada de um maior contingente de pessoas migrantes de outras nacionalidades, como colombianas, venezuelanas, equatorianas, entre outras.

Nessa seara, portanto, a inserção no campo dos ativismos se deu em diferentes momentos e lutas, o que remete à ideia de gerações distintas de militância (Gavazzo, 2018; Rosas, 2023). E para além das idades das próprias ativistas, as demandas e formas de ação são marcadas por essas diferenças geracionais, bem como as percepções sobre a relação com o Estado e a luta por políticas. Há, ainda, um certo tensionamento no que diz respeito à avaliação, por parte de algumas ativistas mais velhas, de que as “novas gerações” de militantes ignoram o esforço coletivo e o caminho traçado ao longo do tempo para a revogação da antiga lei e para a conquista formal dos direitos das populações migrantes no país. Como veremos logo adiante, as mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas no país alteraram não só o cenário dos ativismos migrantes de maneira geral, como suas próprias relações com os feminismos.

Fato é que, de maneira geral, as interlocutoras de pesquisa destacam que a legislação migratória argentina é uma referência regional e um marco importante para o campo dos ativismos, ainda que ela tenha suas falhas e limitações, como pontuaram algumas entrevistadas. Dentre esses limites, as interlocutoras destacam que, apesar de uma perspectiva de direitos humanos, a legislação deixa algumas lacunas e alguns elementos “securitários”, que permaneceram após sua vigência. Na avaliação de Maria José Magliano, pesquisadora e professora da Universidad de Córdoba,

> Toda política migratória é uma política de controle e é sempre restritiva em algum ponto, e o Estado sempre traduz um tipo de pensamento que permite

> ou facilita determinados fluxos em detrimento de outros. E no caso local, no caso argentino, me parece que as migrações extra Mercosul, como de senegaleses, haitianos, dominicanos, são claramente porcentagens muito menores (Maria José Magliano, entrevista realizada online, em agosto de 2023, tradução nossa[64]).

Outra normativa bastante citada como marco para o campo de ação coletiva na Argentina é o Programa "Pátria Grande", programa nacional de regularização documental voltado para cidadãos de países do Mercosul, adotado em 2006. Além de possibilitar a regularização documental daquelas pessoas que viviam em situação irregular no país, a iniciativa introduziu instrumentos que facilitaram o acesso a trâmites documentais. Na avaliação de Ana Inés Mallimaci, pesquisadora vinculada ao Conicet/UNAJ e entrevistada para a tese, apesar de algumas críticas e fraquezas[65] do Pátria Grande, "esse foi um programa que teve um enorme impacto e no qual esses ativismos 'menores' e mais territoriais tiveram muita participação na discussão dos regulamentos"[66] (Ana Inés Mallimaci, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em agosto de 2023, tradução nossa).

A atuação de movimentos e organizações de migrantes foi, nesse sentido, muito relevante para a garantia e efetivação dos direitos dessas populações ao longo das últimas décadas. A participação no espaço público e o fortalecimento desses ativismos se deu, entre finais dos anos 1990 e meados de 2015, portanto, principalmente na incidência e mobilização para a mudança de legislação, bem como na formação de um campo de ação diverso e atuante na construção de políticas migratórias, envolvendo essas "primeiras gerações de militância" e diferentes atores políticos e sociais. Entretanto, como destacam Rosas, Gil Araujo e Jaramillo (2020, p. 286), "o acionar coletivo migrante" enfrentou mudanças e desafios com a chegada de Mauricio Macri à presidência da Argentina, no final de 2015.

---

[64] Do original: *"Toda política migratoria es política de control y siempre es restrictiva en algún punto y siempre también el estado traduce una suerte de pensamiento que está habilitando o facilitando ciertos flujos por encima de otros. Y en el caso local, en el caso argentino, me parece que las migraciones extra-Mercosur, senegaleses, haitianos dominicanos que claramente son porcentajes mucho más reducidos."* (Maria José Magliano, entrevista realizada online, em agosto de 2023, tradução nossa).

[65] Apesar dos avanços, há algumas críticas comuns ao programa Pátria Grande. Como menciona Magliano (2023) no relato acima, a medida pode ter gerado diferenciações entre as populações migrantes no tangente ao acesso a direitos, privilegiando pessoas de determinadas origens em detrimento de outras.

[66] Do original: *"Ese sí fue un programa que tuvo una incidencia enorme y donde estos activismos más pequeños, más territoriales tuvieron muchísima participación, no? Porque también tenés las organizaciones de migrantes que quizás sí son las que estuvieron más comprometidas en la discusión de la normativa."* (Ana Inés Mallimaci, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em agosto de 2023, tradução nossa).

4.3 “El Gobierno de Macri nos quitó muchas cosas”: a administração macrista, a luta contra as expulsões e a dinamização dos ativismos

Foi unânime entre as entrevistadas a percepção de que o governo Macri (2015-2019) representou uma mudança nos discursos e práticas relacionadas às migrações internacionais, alterando, inclusive, o próprio cenário das lutas migrantes no país. Após 12 anos da família Kirchner à frente da administração argentina, Mauricio Macri (*Alianza Cambiemos*) assume a presidência em 2015, adotando uma postura neoliberal em relação à atuação do Estado, bem como uma narrativa de securitização no tangente à presença de imigrantes no território argentino (Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020).

Após assumir o poder, o governo anunciou um aumento nas taxas relacionadas aos trâmites migratórios, bem como alterações nos procedimentos de regularização documental. Serafina, ativista paraguaia residente em Buenos Aires desde 2013, conta que percebeu uma “mudança radical” com o início do novo governo, inclusive em termos dos trâmites de documentação, que se tornaram totalmente automatizados[67] e mais burocráticos e demorados.

> Eu tive que lutar muito, tipo... E foi muito difícil, eles iam renovar novamente minha permissão temporária de trabalho. Eles não iam me dar a permanente. Criaram muitos problemas para não me dar. Então, essa **é uma política muito clara de dizer ‘não queremos você aqui**. Queremos que você vá embora, **você não vai ser um cidadão legal aqui**, você não vai ter o mesmo... porque eu precisava disso para continuar trabalhando. Você **precisa ter sua documentação para poder trabalhar**. (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[68]. Grifos próprios).

O acesso à documentação é uma das maiores demandas das populações migrantes, até mesmo por possibilitar seu ingresso e permanência no mercado de trabalho. Durante o período macrista, a percepção das interlocutoras de pesquisa foi

[67] Os trâmites para documentação passaram a ser realizados totalmente online, pelo modelo RaDEx (*Módulo de Radicación a Distancia de Extranjeros*). Como relataram várias interlocutoras de pesquisa, o procedimento é complexo e, por vezes, excludente. Além de representar um empecilho para aquelas pessoas que tem alguma limitação de acesso ou dificuldade com o uso da tecnologia, o pagamento de algumas taxas só pode ser feito por meio de alguns cartões de crédito.

[68] Do original: “*Yo tuve que pelear muchísimo, como… Y fue super difícil, me iban a renovar de nuevo la temporaria. No me iban a dar la permanente. Me hicieron un montón de problemas para no hacerlo. Entonces, esa es una política muy clara de decir ‘no te queremos acá. Queremos que te vayas, vos no vas a ser un ciudadano de derecho acá, no vas a tener los mismos’… porque aparte yo necesitaba eso para seguir trabajando.*” (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa).

a de um reforço não só na burocratização desses processos, bem como nos entraves para conseguir espaços de trabalho. Foi o caso de Francia, migrante colombiana que trabalha como cozinheira há mais de 12 anos na capital argentina. Atuando de forma autônoma, ela vendia seus produtos em frente ao consulado da Colômbia, mas foi impedida de continuar comercializando-os após a chegada do novo governo. Segundo ela, "o governo Macri me tirou 3 carrinhos de trabalho. Tirou a possibilidade de trabalho dos migrantes e dos vendedores ambulantes" (Francia, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2024, tradução nossa[69]).

Para além dos feitos citados, outras medidas anunciadas pelo governo Macri tiveram grande repercussão e um impacto fulcral nas trajetórias individuais e coletivas das populações migrantes na Argentina. Em agosto de 2016, o executivo divulgou a assinatura de um convênio para a criação do primeiro *centro de detenção de migrantes* do país. A proposta, como divulgada pelo Departamento Nacional de Migrações, visava combater a "irregularidade migratória" por meio da detenção de pessoas que infringissem a Lei de Migrações (Abrevaya, 2016). Pouco tempo depois, em janeiro de 2017, o Executivo modificou a Lei de Migrações nº 25.871 e a Lei de Nacionalidade e Cidadania nº 346, por meio de um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU 70/2017), sem a apreciação do Legislativo.

Entre as previsões do decreto, estava a detenção, deportação e expulsão sumária de pessoas migrantes que estivessem submetidas a processos judiciais passíveis de prisão, ou que estivessem envolvidas em algum processo administrativo relacionado a trâmites migratórios. O argumento mobilizado para a edição de um decreto de caráter "emergencial" se baseava, nesse sentido, na associação entre a migração e a criminalidade, por meio da utilização de dados inverídicos sobre a participação de migrantes em crimes[70] (Morales *et al,* 2017). Como explicam Rosas, Gil Araujo e Jaramillo (2020, p.288, tradução nossa[71]),

---

[69] Do original: "*A mí el gobierno Macri, a mí me quitó 3 carritos de trabajar. Nos quitó la posibilidad de trabajar a los migrantes, a los vendedores ambulantes*." (Francia, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2024, tradução nossa).

[70] Como destacam Morales e colaboradores (2017), o governo federal chegou a afirmar que migrantes representavam 21,35% do total de pessoas encarceradas no país. Em contrapartida, o Sistema Nacional de Estatística Penitenciária informava que essa população contabilizava apenas 6% desse total.

[71] Do original: "*En términos prácticos, el DNU establece un procedimiento de expulsión sumarísimo que dificulta el derecho a la defensa y el acceso a la justicia. A su vez, otorga a la Dirección Nacional de Migraciones (DNM) la potestad de cancelar las radicaciones por motivos penales sin condena firme, y*

> Em termos práticos, o DNU estabelece um procedimento de expulsão sumária que impede o direito de defesa e o acesso à justiça. Ao mesmo tempo, concede à Direção Nacional de Migração (DNM) o poder de cancelar a residência por motivos criminais sem uma condenação final e autoriza o judiciário a estabelecer tempos de resposta. Finalmente, em contraste com a Constituição Nacional e a Lei de Nacionalidade e Cidadania, esse decreto estipula que são necessários dois anos de residência temporária ou permanente para solicitar a nacionalização.

Com a edição do Decreto, houve um aumento no número deportações e expulsões e, segundo dados do Departamento Nacional de Migrações (DNM), os operativos de controle de permanência subiram 270% entre 2014 e 2018 (DNM *apud* Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020). Além disso, como expõem Rodríguez Rojas, Fernández e Pacecca (2022), o ato normativo estabeleceu novos impedimentos para o ingresso ao país, violou o direito à defesa – ao reduzir os prazos para recorrer à ordens de expulsão – e reduziu garantias processuais, entre outros aspectos.

Por parte das organizações de direitos humanos, da sociedade civil e dos coletivos de migrantes, houve muita luta para o que DNU fosse derrogado, o que só aconteceu em 2021. Além de informes e de denúncias a instâncias internacionais, como à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a vários comitês das Nações Unidas, o campo de ativismo migrante se organizou em marchas, campanhas, atos e outras estratégias para visibilizar os impactos do Decreto. Como relata uma das ativistas entrevistadas, que teve grande participação nas mobilizações, a notícia sobre a construção da cadeia e, posteriormente, a edição do DNU 70, movimentaram as redes de migrantes.

> Já havia um pouco de **redes**, não improvisadas, mas organizadas. Foi assim que fizemos uma **rádio aberta** e **panfletagem** em Pompeya, que era o endereço de onde a prisão para migrantes funcionaria. Ou o centro de detenção, como eles diziam. E então, em 2017, começamos a realizar **assembleias abertas**, a convocar assembleias abertas. E em 2017, o que aconteceu naquele ano foram **três grandes assembleias abertas** de diferentes coletividades (Adriana, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[72]. Grifos próprios).

---

autoriza a pautar los tiempos de respuesta al Poder Judicial. Finalmente, a diferencia de lo que establecen la Constitución Nacional y la Ley de Nacionalidad y Ciudadanía, con este decreto se ha estipulado que para solicitar la nacionalización sean necesarios dos años de residencia temporaria o permanente." (Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020, p.288, tradução nossa).

[72] Do original: "*Ya había como un poquito de redes no improvisadas, más bien organizadas. De esa manera es que hicimos una radio abierta y volanteada en Pompeya, donde estaba la dirección justamente de donde iba a funcionar lo que sería la cárcel para migrantes. O el centro de retención, que decían ellos. Y después, en el 2017, ahí empezamos a hacer asambleas abiertas, a llamar a asambleas abiertas. Y de cara al 2017, lo que sucedió ese año fueron 3 asambleas abiertas enormes de distintas colectividades*" (Adriana, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa).

Reunidas em assembleias, as populações migrantes decidiam as próximas estratégias, como a organização de greves, os chamados *Paros Migrantes*. O primeiro aconteceu em 30 de março de 2017, data que marca um trágico incêndio ocorrido em 2006, em uma oficina de costura – o *taller textil Luis Viale* - na cidade de Buenos Aires. O incêndio, causado por um curto circuito, levou à morte de 6 migrantes bolivianos – dentre eles uma mulher grávida - que trabalhavam e viviam no local, em condições precárias de exploração (Nueva Ciudad, 2024). Desde o ocorrido, os familiares das vítimas e as comunidades migrantes têm lutado por justiça e memória.

Segundo foi possível observar pelo trabalho de campo, esse incêndio, assim como outros acontecimentos ao longo das últimas décadas, são grandes marcos para a luta migrante na Argentina, tendo sido mencionados por diversas interlocutoras. Adriana, ativista boliviana residente no país desde 2001, conta que foi um professor de sua escola que comentou, em sala de aula, sobre o incêndio do *taller* Luis Viale. Ela, que na Bolívia residia em uma zona de fronteira, sempre conviveu com a migração, mas percebia como o tema era invisibilizado nos mais diferentes espaços.

> Mas a voz daquele professor foi a única que colocou a vida dos migrantes em palavras. E em uma escola privada. E foi como... Lembro que naquele dia eu estava sentada no fundo da sala e, quando o ouvi, disse: "ah, que bom que pelo menos alguém tenha nomeado isso" e me senti tão pequena que disse: "como queria ser grande!". Mas... mas isso foi muito doloroso. E **isso me marcou muito, também para militar na migração** (Adriana, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[73]. Grifos próprios).

Esses acontecimentos, segundo as interlocutoras, não só atravessam suas histórias individuais, como marcam o próprio campo ativista migrante, fazendo parte da agenda política de muitas organizações. Entre outros marcos nessas trajetórias de ativismo, destaca-se, ainda, a morte de Marcelina Meneses, mulher boliviana, e seu filho Joshua. Após serem vítimas de ofensas racistas e xenofóbicas, eles foram jogados de uma estação de trem, em 10 de janeiro de 2001. As lutas por justiça pelas vítimas, encabeçadas por ativistas e organizações sociais, resultaram na sanção da Lei n° 4409/12, da Cidade de Buenos Aires, que declarou o dia 10 de janeiro como o

[73] Do original: "*Pero la voz de ese profesor fue el único que puso en palabras las vidas de personas migrantes. También en un colegio privado. Y fue como…yo me acuerdo de ese día, me tenía sentada en el fondo de todo y cuando lo escuché dije, "ay qué bueno que por lo menos alguien lo nombre" y me sentí tan chiquitita que dije "cómo me gustaría ser grande!" Pero, pero esto sí fue muy doloroso. Y eso me marcó mucho, también en militar la migración.*" (Adriana, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires, Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa).

“Dia das Mulheres Migrantes” na Argentina, data que é lembrada, anualmente, por muitos coletivos e associações de mulheres migrantes.

Para além dos *Paros Migrantes*, da realização de atos em datas específicas e da organização de assembleias, o campo de ação coletiva migrante se dinamizou no contexto das mudanças promovidas pelo governo Macri. Nesse sentido, as medidas de securitização, o aumento das expulsões arbitrárias e as práticas de criminalização da migração acabaram representando uma *estrutura de oportunidade política* (Tarrow, 1994) em termos mobilização e ampliação do campo associativista. Como conta Nicolasa, uma ativista de “primeira geração”, que tem uma longa trajetória nas lutas migrantes na Argentina,

> Bom, as organizações voltaram a se mobilizar... **às vezes, quando há alguma dificuldade, nós nos mobilizamos novamente**, e se nos mobilizamos, **surgem novas organizações**. (...) Mas nós fazíamos, nós fizemos os ***migrantazos*.** Marchas para... **muitas marchas foram realizadas, acho que fomos até o terceiro *migrantazo*.** Depois, conversávamos com legisladores para que esse decreto fosse revogado, fazíamos difusão internacional, apresentações judiciais, de modo que até mesmo o **decreto foi declarado inconstitucional** por um tribunal contencioso administrativo. E também foram feitas **denúncias internacionais**, como ao Comitê sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Famílias, do qual participei em Genebra, justamente para fazer uma apresentação da sociedade civil sobre o que estava acontecendo, como o decreto estava separando famílias, não por crimes graves, mas até mesmo por infrações administrativas... (Nicolasa, aivista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires, Argentina, em janeiro de 2024, tradução nossa[74]).

A articulação entre diferentes organizações de migrantes, nessa seara, resultou também na criação da campanha nacional *Migrar no es delito* (migrar não é delito), em 2018. Naquele momento, faziam parte da campanha não só os coletivos e associações de migrantes, mas as “frentes” migrantes dentro de outras organizações de base popular e partidária, ou seja, os grupos formados por pessoas migrantes que

[74] Do original: *Bueno, las organizaciones volvimos a movilizarnos… a veces cuando hay la dificultad volvemos a movilizarnos, si es así que nos movilizamos, surgen nuevas organizaciones. (…) Pero hacíamos, hicimos los migrantazos. Marchas por… muchas marchas se hicieron, creo que llegamos hasta el tercer migrantazo. Después, eh… conversaciones con legisladores para que este decreto se derogue, difusión internacional, presentaciones judiciales es así que se declaró incluso la inconstitucionalidad del decreto por un tribunal contencioso administrativo. Y también se hicieron demandas internacionales como la al comité de los derechos de los trabajadores migrantes y las familias a la que yo asistí a Ginebra justamente para hacer una presentación desde la sociedad civil sobre lo que se estaba pasando, como el decreto se estaban separando a familias, no por delitos fuertes, sino hasta por infracciones administrativas.”* (Nicolasa, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em janeiro de 2024, tradução nossa).

atuam em organizações maiores, algo comum no campo de ação coletiva na Argentina. Dessa articulação, a proposta da campanha *Migrar no es delito*, segundo ativistas que fizeram parte da mobilização, era ampliar a luta contra a criminalização da migração, levando as reivindicações para outros locais do país, e não apenas na Grande Buenos Aires. Por meio da elaboração de material gráfico, produção de informes e documentos, realização de marchas, eventos e atos, a campanha contribuiu para visibilizar os impactos das políticas migratórias no espaço público e difundir a luta dos movimentos sociais migrantes naquele momento.

4.4 Novos grupos, velhas demandas e o protagonismo das mulheres: *feminismos migrantes* na Argentina, tensões e aportes

Foi no contexto da realização das assembleias, campanhas e *Paros Migrantes* e, ao longo das lutas pela revogação do DNU 70/2017, que emergiram outros espaços importantíssimos de mobilização: novos coletivos de (mulheres) migrantes. Essas organizações, compostas principalmente por ativistas mais jovens e de diferentes nacionalidades, assumem um papel ativo e muito relevante no cenário político migrante na Argentina desde então.

O *Bloque de Trabajadorxs Migrantes* (BTM) foi uma das organizações que surgiu nesse contexto, em 2017. Composto por mulheres, homens, pessoas trans e não binárias, o grupo desenvolve ações como oficinas, campanhas, assessoria documental e as "brigadas migrantes antirracistas", atividades interculturais realizadas com as comunidades migrantes em diferentes territórios. Dentro do grupo, inicialmente havia uma frente feminista, composta por mulheres migrantes. Um tempo depois, por disputas políticas e tensionamentos, essa frente tornou-se autônoma, fundando outra organização central para os ativismos migrantes contemporâneos na Argentina: o *Ni Una Migrante Menos (NUMM)*.

Composto apenas por mulheres e dissidências, como o próprio grupo define, o NUMM surgiu em um 8 de março, na seara das movimentações feministas promovidas por coletivos como o Ni Una Menos[75] e no contexto das lutas migrantes (Varela

[75] O coletivo feminista Ni Una Menos surgiu a partir de marchas realizadas em 2015 (a primeira aconteceu em 3 de junho – 3J), inicialmente na Argentina, contra os feminicídios e violências de gênero. O movimento se ampliou e ecoou para várias cidades da América Latina, estando presente em países como Chile, Bolívia e Peru. Para mais informações, cf.: https://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/

Huerta, 2015) contra as medidas do governo Macri. Muitas das ativistas que fundaram o NUMM já eram parte de outros coletivos culturais, feministas e já tinham um histórico de militância. A necessidade que emergiu naquele momento, contudo, foi de ir às ruas não só enquanto mulheres feministas, mas como *mulheres migrantes.*

> Em fevereiro começamos a nos organizar e o dia 8 de março estava chegando. Dissemos: "meninas, **temos que sair como migrantes**". Temos de sair como migrantes, **como mulheres migrantes**. E assim, de todos os coletivos que reunimos, **decidimos reunir apenas mulheres**, companheiras, muitas de nós já havíamos participado das assembleias preparatórias para o 8 de março, participamos de outras organizações feministas (...) Nós participávamos antes, até mesmo dos **Encontros Plurinacionais**, bom, desses Encontros Nacionais. Então, dissemos "bom, vamos lá, e começamos a pensar no nome do espaço e chegamos a ***Ni Una Migrante Menos***, ou seja, "**nem uma a menos, nem uma migrante a menos**, companheiras", ou seja, eles não podem continuar nos expulsando e coisas assim, e foi quando começamos como ***Ni Una Migrante Menos***, no dia **8 de março**. (Domitila, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa. Grifos próprios).

Mais do que marchar como mulheres feministas, a demanda que emergiu naquele 8M, como relata Domitila, foi a de lutar como mulheres *migrantes*. Para além de uma articulação entre duas "características" comuns a essas ativistas, o feito expõe a construção e reivindicação de uma *identidade política* importante para o grupo. O caso da formação do NUMM exemplifica um quadro que é comum a vários outros coletivos de mulheres migrantes que acompanhei durante esses anos de construção da tese. A reivindicação de *migrante* enquanto categoria política, bem como sua articulação com as lutas das mulheres e dos feminismos, constrói uma identidade política *individual* e *coletiva* que é fundamental para essas ativistas e para os grupos em que elas atuam. A conformação do que chamo de *feminismos migrantes*, nesse sentido, permeia esse processo, embora não se resuma, por si só, a uma valorização identitária, como veremos adiante.

Um dos casos marcantes de atuação desses "novos" coletivos, que se formaram na última década, foi o das mobilizações por Vanessa Gomez, mulher migrante que foi expulsa do país, no marco das deportações sumárias ocorridas após a edição do DNU 70/2017. Mulher peruana residente em Buenos Aires, Vanessa foi presa arbitrariamente[76], sem mandado judicial, em fevereiro de 2019, juntamente com

[76] A ordem de expulsão se baseou em uma condenação por comércio de entorpecentes que Vanessa já havia cumprido, em 2014. Depois de cumprida a pena, Vanessa se "ressocializou" e formou-se como Técnica de Enfermagem (CELS, 2019). Em 2019, ao chegarem em sua casa, os agentes da Polícia Federal Argentina – que estavam vestidos como civis – informaram a Vanessa que ela deveria acompanha-los para assinar um documento relacionado a um trâmite migratório. De lá, e ignorando

um de seus filhos, um bebê argentino de 2 anos, que ainda amamentava. Durante 3 dias, ela ficou detida em uma cela sem luz e água, quando foi deportada ao Peru com a criança, deixando para trás outros dois filhos menores de idade.

A expulsão de Vanessa mobilizou diversos atores políticos e sociais, principalmente as comunidades migrantes, que se organizaram para lutar pelo seu retorno e exigir a revogação do DNU/70. Sete meses depois, Vanessa pôde retornar com seu filho à Argentina, em setembro de 2019. Segundo nossas interlocutoras de pesquisa, até hoje ela foi a única pessoa expulsa que conseguiu retornar ao país.

Todas as ativistas entrevistadas mencionaram, em algum momento ao longo do trabalho de campo, o caso de Vanessa como um marco fundamental das lutas travadas pelas populações migrantes nas últimas décadas. Como aponta Domenech (2020, p.13, tradução nossa[77]), no contexto das políticas securitárias adotadas pelo governo Macri, a expulsão de Vanessa se tornou um *símbolo* da luta migrante, revelando "a tensão entre as práticas de controle e as de oposição: elas são o produto dos conflitos e confrontos entre profissionais políticos ou de segurança e ativistas de organizações sociais".

Nesse contexto de reorganização e fortalecimento do campo de ação política, é importante destacar a atuação das mulheres migrantes. Para além de protagonizarem muitas das iniciativas adotadas, como as mobilizações pelo retorno de Vanessa, as mulheres transpunham as demandas das pessoas migrantes para espaços feministas e ampliavam a difusão das reivindicações. No caso da expulsão de Vanessa, essas estratégias foram importantes não só para que ela regressasse, como para que fosse criado, em seu entorno familiar, um lugar de confiança e fortalecimento. Virginia, uma familiar de Vanessa que hoje é ativista do NUMM, conta que não conhecia a atuação do coletivo, mas se aproximou do coletivo ao ficar sabendo, por outras amigas feministas, das mobilizações que estavam sendo feitas.

> [A expulsão de Vanessa Gomez] Foi um caso em que o governo se aproveitou daquele caso para dizer "olha, **estamos expulsando porque são delinquentes"**, entendeu, para **exemplificar**, sabe? Bem, e foi assim que a luta começou, o acompanhamento do caso. E havia muita agitação, muita, quer dizer, comecei a encontrar companheiras, mulheres que eu não conhecia, lembro que um dia nos reunimos, porque **eu precisava conversar, com elas, algo mais íntimo**. Nossa, e o acompanhamento que eu tinha com

que sua pena já havia sido cumprida, Vanessa foi expulsa do país com seu filho argentino de 2 anos de idade.

[77] Do original: "(…) *the tension between the practices of control and those of opposition: they are the product of the conflicts and confrontations between political or security professionals and activists from social organizations*." (Domenech, 2020, p. 13).

> minha família também... E aí eu disse "**isso é feminismo". Este é o feminismo que eu quero**". Comecei a **me sentir identificada como migrante** e a conseguir **colocar em palavras tudo o que eu havia passado**, também pessoalmente, na rua, no trabalho, em um emprego também. (Virginia, ativista migrante peruana, entrevista realizada em Buenos Aires, Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[78]).

Como exposto em outros momentos ao longo da tese, a migração emerge como um *acontecimento* nas experiências individuais das mulheres e na configuração de seus próprios ativismos, transformando suas visões de mundo, percepções e posicionalidades. No caso do relato acima, as mobilizações das mulheres contra a expulsão de Vanessa fizeram com que Virginia se sentisse identificada com *aquele feminismo* que se desenvolvia ali, entre migrantes, e mudasse até mesmo sua percepção sobre si mesma. A ação das mulheres migrantes foi importante, também, para fornecer suporte emocional para Virginia naquele momento, construindo uma rede de apoio e uma frente de solidariedade feminista para ela e sua família.

Dolores, ativista migrante equatoriana, conta que já tinha tido experiências de militância em seu país de origem antes de migrar para a Argentina. Ao chegar ao novo local, se aproximou de movimentos estudantis e de esquerda, além de ter acompanhado as movimentações feministas pelo direito ao aborto. Dolores, contudo, se sentia deslocada nesses espaços, onde, além de perceber certo tratamento diferenciado por ser migrante, as pessoas se referiam a ela como “Equador” e não a chamavam pelo nome. Em 2019, seu país de origem passou por um período de intensas mobilizações sociais, com forte repressão policial, afetando, inclusive, seus amigos e familiares. Dolores conta que, além de preocupada com o que se passava no Equador, se sentia impotente e incomodada por perceber que, dentro dos espaços de militância em que ela estava inserida na Argentina, o que se passava em seu país não era tematizado e nem visto com a devida importância.

Foi nesse contexto que ela e algumas amigas também equatorianas foram ao Encontro Nacional de Mulheres[79] que aconteceu em La Plata, em 2019. Lá, Dolores

---

[78] Do original: “*Fue un caso de que el gobierno se agarró de ese caso como para decir “che, mira, estamos expulsando porque son delincuentes”, viste, ¿cómo ejemplificador, viste? Bueno, así empezó la lucha, el acompañamiento. Y se agitó un montón, un montón, o sea, empecé a conocer compañeras, mujeres que no conocía, eh, me acuerdo de que un día nos reunimos, porque yo necesitaba hablar, pero con ellas, algo más íntimo. Y el acompañamiento que tuve para con mi familia también… Y ahí dije ‘esto es feminismo. Esto es el feminismo que yo quiero’. Me empecé a sentir identificada como migrante y a poder poner en palabras todo lo que me había atravesado, también en lo personal, en la calle, en el trabajo, en un trabajo también*.” (Virginia, ativista migrante peruana, entrevista realizada em Buenos Aires, Argentina, em dezembro de 2023).

foi pela primeira vez a uma mesa de debate, um *taller*[80] sobre Migrações, onde ela sentiu que “um mundo se abriu” ao perceber que “existia a militância pela migração, existia a *militância feminista pela migração*” (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

> Me lembro de ouvir histórias de migrações completamente diferentes das minhas, obviamente, de mulheres que vieram estudar na universidade pública, mulheres que vieram trabalhar, mulheres que vieram com seus filhos, mulheres que estavam em situações de total precariedade no trabalho, de muita violência, mulheres racializadas, mulheres empobrecidas... e estávamos **todas compartilhando o mesmo espaço**, para mim isso foi.... Foi **absolutamente revolucionário**, quer dizer, eu nunca tinha estado em uma situação como essa, compartilhar com mulheres com realidades tão diferentes da minha, foi como **ver as mulheres de que a esquerda fala**, e **elas estavam lá falando sobre elas mesmas**. (...) Lembro que chorei muito no workshop, chorei enquanto ouvia, um dos itens propostos foi "**perda de identidade**". E o outro era... não era empoderamento, a palavra, mas era algo sobre como se **manter firme se te agredirem ou te menosprezarem como migrante**. (...) Então aí que eu senti e disse “ah, claro, aqui se entende, **aqui elas me entendem.** E foi muito mágico e **falei do Equador, também chorei falando**, sabe, foi muito **catártico e lindo.** Ali eu comprei **um lenço do Ni Una Migrante Menos, que é o que eu tenho até hoje**”. (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa[81]. Grifos próprios)

Estar entre migrantes – e entre mulheres com trajetórias distintas – foi importante para que Dolores conseguisse nomear, por meio da troca com outras mulheres, o incômodo que ela sentia em outros espaços de militância, e o sentimento que a atravessava em termos de *identidade* e *pertencimento*, assim como relatado por Virginia, parágrafos atrás. Em paralelo, ao se colocar em contato com a “militância feminista pela migração”, Dolores sentiu que as mulheres compreenderiam, também, seu sentimento em relação à situação do Equador justamente porque também eram

---

[80] Optei por manter a palavra *taller* em espanhol para que o sentido original do termo não fosse prejudicado.

[81] Do original: “*Me acuerdo de escuchar historias de migraciones completamente diferentes a la mía, obviamente, no, mujeres que vinieron a estudiar en la Universidad pública, no, mujeres que vinieron a trabajar, mujeres que vinieron sus hijos, mujeres que estaban en situaciones de precarización laboral total, de mucha violencia, mujeres racializadas, mujeres empobrecidas eh y estábamos todos compartiendo el mismo espacio, es para mí eso era… era absolutamente revolucionario, o sea, no, no había estado nunca en una situación así, de compartir de par a par con mujeres con realidades tan distintas a las mías, era como ver las mujeres de las que desde las izquierdas se hablan y estaban ellas ahí hablando de ellas. Eh me acuerdo de llorar muchísimo en el taller, llorar escuchando, eh, uno de los ítems propuestos del taller era “pérdida de identidad”. Y la otra era, como no era empoderamiento la palabra, pero era cómo para sentirse firme a que te agredan por migrante y no hacerte a menos. (…) Entonces ahí sentí dije, “Ah, claro, aquí se entiende, me entienden” Y bueno, fue muy mágico y hablé del Ecuador, lloré también hablando, sabe, cómo muy catártico y muy hermoso. Y ahí me llevé un pañuelo de Ni una migrante menos, que es el pañuelo que tengo hasta ahora.”* (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa).

migrantes e já haviam passado por coisas semelhantes. E é essa mobilização transnacional e simultânea, em agendas que se desenvolvem nos países de origem das ativistas, como veremos adiante, uma das particularidades dos *feminismos migrantes*.

Os Encontros Nacionais de Mulheres (*Encuentros Nacionales de Mujeres*) são eventos organizados anualmente pelos movimentos feministas na Argentina, desde 1986. A partir de 2019, por reivindicação de muitos grupos reunidos sob a campanha "Somos plurinacional", o evento passou a se chamar *Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Bissexuais e Não-Bináries*. A mudança de nome veio a partir do argumento de que "a ideia de 'nacional' exclui xs migrantes e povos originários, e a palavra 'mulher' reforça o binarismo patriarcal que não dá conta das diversidades que conformam o encontro" (Paixão, 2019). Ao longo do trabalho de campo desta tese, os encontros foram mencionados pelas interlocutoras de pesquisa como marcos fundamentais dos feminismos na Argentina e eventos centrais para seus próprios ativismos como mulheres. A mudança de nome para "plurinacional", nesse sentido, foi percebida pelas ativistas como uma vitória das reivindicações de muitas mulheres migrantes, indígenas e de comunidades tradicionais.

> Foi quando começou a abrigar toda uma outra **gama de feminismos já existentes**, mas **entendendo o mapa demográfico em que estamos**. E nos reunimos no grupo de migração lá e com as mulheres Mapuches em Trelew. E foi muito interessante como elas denunciaram exatamente isso, que as conquistas do feminismo sempre querem **parecer com a Europa** e esquecem que nós temos exercido o feminismo de forma central. (...) É por isso que... com alguns amigos estamos muito mais próximos das travestis, de prostitutas, e **como migrante**, eu me senti um pouco mais próxima desse **setor mais marginalizado**... porque a **migração é algo que incomoda o feminismo**, mas eu sinto que é algo que **não as preocupa tanto**. Mas acho que **descreve muitíssimo o feminismo,** porque... **os motivos pelos quais deixei meu país eram absolutamente feministas** (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[82]. Grifos próprios).

[82] Do original: *"Entonces ahí empezó a albergar como toda otra gama de feminismos ya existentes, pero entendiendo el mapa demográfico en el que estamos. Y nos reunimos con el grupo de las migraciones ahí y con mujeres Mapuches en Trelew. Y fue muy interesante como ellas ahí denunciaron justamente eso, de que las conquistas del feminismo parece que siempre se quieren parecer más a Europa y olvidan que nosotros venimos ejerciendo el feminismo centralmente. (…) Por eso… con unos amigos estamos mucho más cerca de la entrada de las travas, de las putas, como migrante me sentí un poco más cerca como que de este sector más marginal… porque la migración es como que le molesta el feminismo, pero sí siento que es como algo que no le preocupa tanto. Pero siento que es algo que describe muchísimo al feminismo, porque… las razones por las cuales yo salí de mi país fueron absolutamente feministas*" (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023).

É possível analisar que, de alguma maneira, os Encontros são, ainda que figurativamente, a expressão das tensões entre os feminismos migrantes e aquele nomeado pelas ativistas como “hegemônico”: um feminismo singular, branco, europeu e de classe média, que se baseia na figura de uma “mulher” genérica e exclui as mulheres migrantes, negras, indígenas, trans e travestis, por exemplo.

Apesar de constituírem espaços importantes de luta e articulação e, por mais que a mudança para “plurinacional” tenha acontecido, as ativistas entrevistadas expõem que, dentro dos Encontros – assim como em outros espaços de militância - a pauta migratória ainda é invisibilizada. Isso se mostra presente, como exemplificaram algumas interlocutoras, até mesmo no local em que são alojados os *talleres* sobre migração, que são sempre colocados em locais distantes, “em qualquer lugar, sempre somos o último da lista” (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

Os ativismos das mulheres migrantes emergem, nesse sentido, com base na defesa de um feminismo plural e sem fronteiras. E se entendemos esses ativismos como *feminismos migrantes*, como proponho nesta tese, é importante dizer que eles se distanciam daqueles que são hegemônicos e excludentes. Tanto por não representarem as migrantes em suas diversidades, quanto por ainda invisibilizarem muitas de suas experiências e lutas.

A atuação das mulheres migrantes, dentro e fora de coletivos e associações, nesse sentido, é fundamental não só para questionar os silenciamentos e exclusões dentro do próprio campo feminista e de gênero (Matos, 2008), como para reivindicar o protagonismo das mulheres e dissidências dentro de uma arena diversa como a dos ativismos migrantes. O resultado é a inserção do debate migratório nas agendas, pautas e mobilizações feministas, bem como das lutas feministas dentro do campo mais amplo das lutas migrantes.

Ademais, as tensões, disputas e negociações são parte constituinte do próprio campo feminista e de gênero (Matos, 2008) e não se restringem ao cenário argentino, como veremos adiante. No caso da Argentina, a percepção das ativistas migrantes é a de que os feminismos construídos por lá, de maneira geral, além de ainda invisibilizarem as lutas das migrantes, são marcados por disputas político-partidárias fortes, que se tornaram ainda mais evidentes nos últimos anos.

4.5 Pandemia e o governo Alberto Fernández: desmobilização, disputas e articulações possíveis

Como destacam Rosas, Gil Araujo e Jaramillo (2020), o campo associativista migrante conseguiu acumular capital político e social diante do cenário de retrocesso e securitização reforçado ao longo do governo Macri (2015 - 2019). Por meio do estabelecimento de vínculos entre coletivos, agrupações partidárias, instituições acadêmicas, grupos feministas e organizações de direitos humanos, as reivindicações das populações migrantes reverberaram em diversos espaços, "posicionando a ação política migrante em um lugar muito distinto ao que ocupavam no final do século passado" (Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020, p. 297).

O governo de Mauricio Macri (*Alianza Cambiemos*) se encerrou em 2019, com a eleição de Alberto Fernández (*Unión por la Patria*) em dezembro daquele ano. Quando o presidente peronista assumiu o governo, ainda estava em vigência o DNU 70/2017 e as medidas decorrentes desse ano normativo. As mobilizações pela sua revogação continuaram, bem como as reivindicações pela suspensão de novas ordens de deportação, pelo retorno das pessoas expulsas e a proposta de adoção de uma Política de Estado contra o Racismo e a Xenofobia (CELS, 2019). A derrogação do Decreto de Necessidade e Urgência, contudo, veio somente em 2021.

Durante os quatro anos de mandato de Fernández (2019 – 2023), a percepção das ativistas entrevistadas para a pesquisa, de maneira geral, é que houve um arrefecimento e certa desarticulação entre os coletivos e organizações migrantes. Ao longo do trabalho de campo, muitas ativistas comentavam que, entre os principais desafios enfrentados no processo de mobilização, estavam as disputas em torno de diferentes posicionamentos políticos dentro dos grupos.

> Bem, uma das lutas pelas quais estamos lutando é o **retorno das pessoas que foram expulsas**. Seria uma grande conquista, mas não sei, parece difícil porque **não há apoio**, quer dizer, não, **nós não somos assim.... Parte das prioridades**. E há também, assim, retomando, retomando um pouco a pergunta anterior, é como se os grupos de migrantes estivesse um pouco **desarticulados**, em minha percepção. Eles estavam um pouco **dedicados ao partidarismo, os partidos políticos captaram** tudo isso, sabe, e **usam os grupos de migrantes quando há campanha**. Não sei, não quero criticar as companheiras e companheiros que pertencem a um partido político, mas, bem, talvez eles não vejam isso ou talvez seja também do interesse deles... (Virginia, ativista migrante peruana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[83]. Grifos próprios).

[83] Do original: *"Bueno, una de las luchas que tenemos en pie es eso, que se pueda el retorno de las personas que fueron expulsadas. Sería un gran logro, pero no sé, se ve difícil porque no hay apoyo también, o sea, no, no somos este... Parte de las prioridades. Y también está como esto, retomando,*

Para além de observarem que a pauta migratória permanecia sendo invisibilizada nos espaços de poder institucional, mesmo com um governo considerado "progressista", a percepção compartilhada pelas interlocutoras de pesquisa é que as disputas político-partidárias afetaram, também, as articulações dentro dos movimentos feministas. Isso porque, como argumentam as ativistas migrantes, muitas lideranças e grupos, principalmente os vinculados ao peronismo, adotavam a postura de não se posicionarem contra o governo eleito, o que desagradava outras representantes. Como exemplificou uma das entrevistadas, "é como se elas viessem dizer que todos os problemas já foram resolvidos e que foram resolvidos graças ao peronismo. Então não haveria razão para continuar falando sobre eles. Mas não, [os problemas] não foram resolvidos". Essas disputas se mostravam presentes, por exemplo, na organização dos atos de 8 de março, em que conflitos se construíam sobre aspectos como a rota da marcha, o endereçamento das demandas, as consignas da luta, as formas de convocação, entre outros.

Dentro do campo associativista migrante, as tensões também apareceram, tendo em vista que entre os grupos de maior expressão nesses espaços políticos, muitos se declaram "independentes" e "apartidários". A percepção comum, nesse sentido, é de que o campo se fragmentou nos últimos anos, não só pelas mudanças políticas ocorridas, mas por impactos, também, relacionados à pandemia. Como avalia a professora e pesquisadora Maria José Magliano, em entrevista para a tese,

> Depois da pandemia, parece-me que também foi um **ponto de inflexão**, porque muitas dessas expressões de politização e a atividade desses movimentos começaram a desaparecer porque, bem, houve **uma interrupção**, digamos, em maior ou menor grau, **na vida de cada uma das pessoas**. Não vamos dizer que tivemos que... bom, no caso do Brasil foi diferente, mas na Argentina houve muitos meses em que ficamos em casa, digamos, então isso também teve um **impacto sobre o ativismo** de muitos espaços políticos que haviam sido criados nos anos anteriores (Maria José Magliano, entrevista realizada online, em agosto de 2023, tradução nossa[84]. Grifos próprios).

---

retomando un poco la pregunta anterior, es como que está un poco desarticulado, en mi percepción, las agrupaciones migrantes. Estaban un poco dedicadas a lo partidario, han captado todo eso, viste, los partidos políticos y usan a los grupos de inmigrantes cuando hay campaña. No sé, no es por para criticar a las compañeras, los compañeros que pertenecen a un partido político pero bueno, por ahí no la ven o por ahí también los intereses… (Virginia, ativista migrante peruana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023)

[84] Do original: "*Después se la pandemia me parece que también es un parteaguas, porque muchas de estas expresiones de politización y la actividad de estos movimientos se comienza a diluir porque, bueno, hubo una pausa en, digamos, en mayor o menor medida en la vida de cada una de las personas. No digamos… nos tuvimos que, bueno, en el caso de Brasil fue distinto, pero en Argentina fueron muchos meses de 'quédate en casa', digamos, entonces eso también. Es como que sí impactó en el*

As medidas de isolamento social para evitar o contágio por Covid-19 foram decretadas pelo presidente Alberto Fernández em 20 de março de 2020. Considerada uma das maiores quarentenas do mundo (Resende, 2020; Certenera, 2020) as restrições à circulação duraram sete meses em todo o país, mas não foram suficientes para conter completamente o avanço no número de óbitos, que chegaram a cerca de 130 mil até julho de 2022 (Reuters, 2022). Os impactos da emergência sanitária se somaram aos efeitos de uma crise econômica que assola o país há anos. O resultado é, além do crescimento astronômico da inflação, um aumento exponencial nos níveis de desemprego e pobreza, esta que chegou a atingir, em fevereiro de 2024, 57% da população, a maior cifra em 20 anos (Moreira, 2024).

Outro aspecto a ser notado diz respeito à atuação de alguns setores laborais durante a emergência sanitária, como é o caso do trabalho de cuidado (Tronto, 1994) remunerado, setor que mais emprega as mulheres migrantes na Argentina (Mallimaci, 2021). Durante a pandemia, os empregos dedicados ao cuidado, incluindo os trabalhos domésticos, foram considerados serviços essenciais, portanto não estavam incluídos nas medidas de distanciamento social obrigatório adotadas no país. Apesar de evidenciar a relevância desses trabalhos para a manutenção da vida e de outros diversos setores laborais – como reivindicavam as próprias trabalhadoras desse setor (Mallimaci, 2021), essa medida escancarou desigualdades e afetou, consideravelmente, grupos sociais marginalizados, principalmente as mulheres migrantes, racializadas e em contexto de pobreza. Para desempenhar suas funções e manter o emprego, portanto, muitas mulheres migrantes trabalhadoras domésticas - em espanhol, "*trabajadoras de casas particulares"* ou "*trabajadoras del hogar"*[85] - saíam de suas casas, arriscando suas vidas e as de seus familiares durante a pandemia (Mallimaci, 2021). Na maior parte das vezes, as tarefas de cuidado em suas próprias casas eram autogestionadas, desempenhadas por outras mulheres ou por elas mesmas em mais uma jornada de trabalho.

---

activismo de muchos espacios políticos que se habían gestado en los años anteriores" (Maria José Magliano, entrevista realizada online, em agosto de 2023, tradução nossa[84]).

[85] Entendo ser importante destacar esses termos, pois, como foi possível observar ao longo do trabalho de campo na Argentina, muitas mulheres que atuam nesses setores reivindicam essas categorias para descrever seus trabalhos. No Brasil, é mais comum o uso dos termos "trabalho doméstico" ou "trabalhadoras domésticas" para se referir à categoria, mas na Argentina há a reivindicação das expressões "trabajo del hogar" (trabalho do lar) ou "trabajo en casas particulares" (trabalho em casas particulares).

Como escutei de várias mulheres ao longo das entrevistas: em momentos de crise, as populações migrantes são os “bodes expiatórios” (*chivos expiatórios*, em espanhol) no país de destino, ou seja, acabam sendo responsabilizadas pelos problemas vivenciados no local. Durante o período pandêmico não foi diferente: muitos discursos na esfera pública giravam em torno da responsabilização das populações migrantes pelo contágio, principalmente daquelas pessoas que se dedicavam aos serviços essenciais e, portanto, tinham que sair de casa para trabalhar (Mallimaci, 2023[86]). Em termos das políticas emergenciais adotadas, essas pessoas ainda enfrentaram dificuldades no acesso a serviços públicos, relacionadas, entre outros aspectos, a entraves excludentes e arbitrários, como a exigência de DNU ou residência permanente (Rosas, 2021; Gil Araujo e Rosas, 2020). Além disso, a pandemia reforçou os índices de desemprego e informalidade, afetando consideravelmente os setores populares, onde estão inseridas muitas pessoas migrantes.

Em termos da organização política, a pandemia impactou diretamente as ações realizadas pelos coletivos de mulheres migrantes. Como aponta Rosas (2021), as organizações *de* e *para* migrantes foram responsáveis por ações diversas que reivindicavam o acesso universal aos auxílios governamentais, principalmente durante o primeiro ano de pandemia, além de demandarem iniciativas de regularização migratória. Em termos dos cuidados comunitários, as mulheres migrantes desempenharam papel central na articulação de estratégias de sobrevivência e “sustentabilidade da vida” (Carrasco Bengoa, 2016 *apud* Rosas, 2021), que incluíam a distribuição de alimentos, o fornecimento de artigos de higiene e a realização de campanhas coletivas de promoção da saúde, com outras atrizes e atores políticos (Rosas, 2021).

Na avaliação de Virginia, ativista peruana que integra uma organização de mulheres migrantes em Buenos Aires, o período de emergência sanitária apagou algumas problemáticas e fez com que os grupos focassem mais em estratégias de subsistência, como a distribuição de cestas básicas para a população migrante. Por outro lado, a impossibilidade de realizar atividades presenciais e o retorno de muitas migrantes aos seus países de origem alterou a composição de muitos coletivos e afetou as possibilidades de articulação.

[86] Avaliação feita durante entrevista para a tese, em agosto de 2023, em Buenos Aires/Argentina.

4.6 “A liberdade avança”... e as conquistas sociais? Milei, a extrema direita e o cenário de incertezas

No segundo semestre de 2023, o cenário que encontrei na Argentina, em termos do acionar político migrante, era de preocupação quanto ao futuro político do país. Era um ano de eleições presidenciais, em um contexto de grave crise econômica, polarização e avanço da extrema-direita. Paralelamente, o diagnóstico de grande parte das ativistas que acompanhei era, como já mencionado, de que o campo do associativismo migrante estava fragmentado e atravessado pelas disputas político-partidárias que se tornam ainda mais intensas em um ano eleitoral.

O pleito foi disputado por três principais candidatos: Sergio Massa (*Unión por la Patria*), representante governista e ministro da economia do governo Alberto Fernández, Patricia Bullrich, da coligação macrista de oposição *Juntos por el Cambio,* e Javier Milei (*La Libertad Avanza*), candidato ultraliberal e de extrema-direita, que venceu as eleições em segundo turno. Milei foi eleito sob a promessa de reduzir drasticamente a intervenção estatal na economia, privatizar empresas públicas, fortalecer os poderes do Executivo sobre o Legislativo e retirar a Argentina de organizações e fóruns regionais e internacionais. Em termos das pautas migratórias, a postura apresentada é a de reforçar as medidas securitárias e adotar medidas que permitam, por exemplo, que as universidades públicas passem a cobrar mensalidades de estudantes migrantes sem residência permanente (CAREF, 2023).

Ao longo do trabalho de campo, estive presente em assembleias, atos, manifestações e rodas de conversa promovidas por organizações feministas, instituições acadêmicas e, principalmente, coletivos de migrantes. Muitas dessas ações tinham o objetivo de traçar estratégias de ação para frear o avanço da extrema-direita e dos discursos de ódio que, nos últimos anos, se tornaram mais intensos. Um debate importante que se desenvolveu, nesse contexto, girava em torno de como endereçar essas questões sem declarar apoio a determinado candidato, mantendo a postura independente e apartidária adotada e reivindicada por muitas organizações. A opção foi a de expor o porquê o apoio[87] a um candidato como Milei representava um risco para os direitos das pessoas migrantes, tendo em vista que o discurso de

[87] É importante destacar que, na Argentina, o direito ao voto é garantido às pessoas migrantes apenas em eleições municipais e provinciais, seguindo as leis eleitorais específicas de cada província. O voto em eleições presidenciais é permitido somente às pessoas migrantes naturalizadas.

securitização e criminalização das migrações é parte da narrativa frequentemente adotada pela extrema-direita.

Por parte das comunidades migrantes, o principal receio das ativistas era o de que a Lei de Migração nº 25.871 pudesse ser alterada novamente e que as medidas implementadas com base no DNU 70/2017 pudessem ser retomadas, a depender de quem assumisse a presidência. Nesses momentos, a incerteza sobre o futuro vinha acompanhada da constatação que os impactos do desmonte de políticas públicas, por exemplo, atingem mais fortemente os grupos socialmente marginalizados, como as populações migrantes e, principalmente as mulheres e dissidências sexuais. E, por mais que os impactos da eleição de Milei ainda não fossem possíveis de se perceber tão claramente durante o tempo em que estive na Argentina (tendo em vista que retornei ao Brasil no final de janeiro de 2024, apenas um mês após sua posse), o consenso entre as interlocutoras era o de que "não fazer nada" diante de uma possível situação de desmonte de direitos "tampouco era a solução", como afirmou uma das entrevistadas.

No momento que escrevo este capítulo, ainda é cedo para fazer qualquer diagnóstico mais completo sobre o governo de Javier Milei (2023 – 2027) e os impactos de sua administração para as políticas e lutas migrantes na Argentina. Fato é, que nos primeiros meses de governo, o presidente anunciou um projeto de lei que ficou conhecido como Lei Ônibus (*Ley Omnibus*), que previa um pacote de medidas liberais, incluindo a privatização de diversas empresas estatais, mudanças no regime de aposentadorias e uma reforma trabalhista (Paixão, 2024). A Lei Ônibus concede, ainda, mais poderes ao Executivo, autorizando que ele governe sem o congresso em quatro áreas: administrativa, econômica, financeira e energética. Embora tenha sido alvo de protestos por parte do sindicalismo e dos movimentos sociais, uma versão mais "reduzida" do projeto de lei foi aprovada na Câmara dos Deputados em abril de 2024 e enviada ao Senado (Paixão, 2024). Em junho de 2024, após meses de debate essa versão mais reduzida foi aprovada no Congresso, prevendo reformas econômicas diversas (Nexo, 2024).

Um "protocolo antipiquetes" também foi adotado, ainda em dezembro de 2023, pela nova administração. A medida, anunciada pela ministra de segurança Patricia Bullrich, autorizava que as forças de segurança e a Polícia Federal utilizassem força para reprimir e interromper protestos e manifestações em vias públicas. O protocolo foi prontamente utilizado e previa que, no caso da detenção de uma pessoa migrante

com residência provisória, por exemplo, seus dados deveriam ser enviados à Direção Nacional de Migrações (La Nación, 2023).

No início de abril, um jornalista colombiano, militante da *Secretaria de Trabajadores Migrantes y Refugiadxs,* foi detido de maneira violenta, junto a outros manifestantes, em um protesto na capital argentina. Nesse contexto e num cenário de retorno do discurso de criminalização da migração, autoridades do poder Executivo da cidade de Buenos Aires também defenderam a restituição do Decreto 70/2017 para "deportar estrangeiros delinquentes" (CAREF, 2024). Em resposta e denúncia, várias organizações sociais, ativistas e coletivos de migrantes elaboraram um documento público[88] repudiando os discursos e práticas securitárias que, novamente, vem se intensificando no país.

Como bem descreveram as interlocutoras de pesquisa, as populações migrantes e refugiadas seguem sendo bodes expiatórios, principalmente em momentos de crise. A partir da análise do cenário migratório argentino, é possível observar que diferentes contextos políticos impactam, claramente, nas pautas, desafios e estratégias adotadas por ativistas migrantes. Seja pela mobilização ou desmobilização de grupos, pela influência do partidarismo na articulação com diferentes coletivos, na adoção de estratégias especificas ou na formação de novas organizações (como foi o caso do *Ni Una Migrante Menos* e do *Bloque de Trabajadrxs Migrantes,* no contexto do DNU 70/2017).

O ponto é que algumas demandas e reivindicações permanecem, porque o direito de migrar ainda não é garantido de maneira ampla e plena. E as dificuldades enfrentadas pelas populações migrantes não se vinculam somente a entraves legais ou procedimentais. Permanecem, nos mais variados contextos, os racismos, a xenofobia, as violências de gênero e outras violações enfrentadas diariamente pelas pessoas migrantes. Passam governos, mudam-se políticas e retornam as narrativas que posicionam a migração como questão de segurança nacional e criminalizam as pessoas em deslocamento. É por isso que estar em coletivo e construir constantemente os *feminismos migrantes* é fundamental: porque a luta é contínua e atravessa territórios, governos e gerações.

[88] Para ler o documento completo, cf: https://caref.org.ar/wp content/uploads/2024/04/Documento-Acto-en-la-Legislatura-ultimo.pdf.

5. Brasil, “um país acolhedor”? Migrações internacionais e o campo associativista migrante no Brasil contemporâneo

Neste capítulo, apresento um estudo de caso sobre o cenário das migrações contemporâneas para o Brasil, com o foco no campo de ativismo migrante e nos marcos e políticas adotadas ao longo das últimas décadas. Temporalmente, assim como feito no capítulo sobre a Argentina, parto das lutas pela nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) até os dias atuais, observando como os ativismos de mulheres migrantes atravessaram e se (re)constituíram nesse processo. Antes de me debruçar sobre o contexto da nova lei, contudo, retomo alguns aspectos históricos que nos permitem compreender elementos fundamentais para as lutas migrantes desenvolvidas no país.

5.1 Do imigrante (in)desejável ao estrangeiro perigoso: das “grandes migrações” ao Estatuto do Estrangeiro

> Os agentes públicos e tal, eles só meio que jogam, lavam as mãos e **jogam a responsabilidade para a sociedade civil**, enquanto aqui não existe nem, sabe, uma ponderação... realmente as pessoas e os agentes públicos **eles realmente pensam que imigrante serve só para trabalhar na agroindústria**. E é isso, como... “Não tem mais o que reclamar, o que mais eles querem, sabe?” É muito **uma visão 100% utilitarista de mão de obra** para Imigrante. É um incômodo descomunal com imigrantes que saem de uma indústria para outra, ou saiam da agroindústria para outro lugar. Então, aquela ideia quase que, né, **escravagista**? Que aquela pessoa, como se ela não tivesse, **porque ela é Imigrante, ela não tivesse a escolha de sair do emprego para outro.** (...) Eu vejo que é muito, justamente, por essa ótica utilitarista e de **não olhar essas pessoas como pessoas que têm poder de decisão sobre as suas próprias vidas**, né? (Patrícia, representante de ONG, entrevista realizada online, em março de 2023. Grifos próprios).

O relato acima, obtido em entrevista com a representante de uma ONG que atua com migrantes no Brasil, expõe como a migração é comumente vista por diferentes atores políticos: a partir de uma perspectiva “utilitarista”. Sob essa ótica, que permeia também a ideia do *serviço*, não só os deslocamentos devem representar algum benefício para o local de destino, como as pessoas migrantes devem estar aptas a “prestarem serviços” para essa sociedade, por meio do trabalho que exercem.

Na região em que essa interlocutora atua[89], as populações migrantes são empregadas, majoritariamente, no setor da agroindústria, muitas vezes sob condições laborais precárias, com baixos salários e longas jornadas de trabalho. A percepção de

[89] De modo a preservar a privacidade e identidade da entrevistada, a região onde ela atua não será identificada.

agentes públicos e de atores empresariais, então, é a de que, pelo fato de muitas e muitos migrantes (principalmente os homens) estarem empregados nesse setor, deveria prevalecer entre eles algum “senso de gratidão” por não estarem desempregados, além de que essas pessoas não deveriam reivindicar melhorias e lutar por condições dignas de trabalho. Na avaliação da entrevistada, a ideia é a de que “imigrantes homens *servem* para atuar na agroindústria” e, portanto, não deveriam atuar em outro setor. Para ela, em muitas ocasiões, o Estado “segue a agenda de domesticar os imigrantes”.

Em relação às mulheres, principalmente as que têm filhos e/ou são mães solo, a leitura compartilhada entre muitos atores institucionais, na avaliação de nossa interlocutora de pesquisa, é a de que elas são um “problema”, tendo em vista que muitas têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, acessam mais os serviços públicos e demandam por políticas focadas em suas particularidades e nas necessidades de seus filhos.

É interessante observar que essa visão “utilitarista” da migração não é algo novo, tampouco se restringe à localidade onde a entrevistada atua. Pelo contrário, a ideia de que pessoas migrantes devem ser “úteis” para o trabalho – em determinados tipos de setores, principalmente – é antiga e chegou a orientar posturas e políticas estatais no Brasil.

Como exposto nos capítulos iniciais desta tese, a América do Sul registrou, entre finais do século XIX e início do século XX, a chegada de grandes fluxos imigratórios, vindos principalmente de países da Europa. Só em terras brasileiras, estima-se que entre 1877 e 1903, aproximadamente 70 mil imigrantes chegavam por ano, vindos, principalmente, da Itália e Portugal (Schwarcz; Starling, 2015). No Brasil, para além da imigração forçada decorrente do tráfico de pessoas africanas para fins de escravização, as iniciativas de atração a imigrantes despontaram após a abolição formal da escravatura, que se deu em 1888. Com o impedimento do tráfico de pessoas e do uso legalizado de mão-de-obra negra escravizada, o governo brasileiro buscava atrair imigrantes europeus, com o objetivo de “embranquecer” a população, com base na imagem de um país próspero e com muitas oportunidades de trabalho.

Os processos migratórios e a inserção laboral dessas comunidades, contudo, assumiram diferentes frentes nesse período. Como apontam Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015), na região sul do país houve a venda de propriedades para ocupação de imigrantes, enquanto em locais como São Paulo, por exemplo, a imigração era

subvencionada pelo Estado e por proprietários de terras, para que essas populações trabalhassem diretamente em fazendas de café. Entre 1890 e 1900, segundo as autoras, a União chegou a financiar até 80% da entrada de imigrantes, política que se alteraria consideravelmente três décadas depois, com o fortalecimento de medidas restritivas à imigração adotadas por diversos países.

Com o passar dos anos, a imagem do migrante vai sendo construída de diferentes maneiras nas políticas migratórias (Minchola, 2020). Se a atração de determinados grupos era vista como oportunidade de mão-de-obra em alguns momentos, essa definição de quem deve ou não entrar no país se torna mais explícita institucionalmente ao longo das décadas. Como destaca Minchola (2020), a representação do migrante como uma "ameaça" é consolidada ainda em 1921, com a edição do Decreto 4.247, no governo de Epitácio Pessoa. A normativa focava no impedimento de ingresso e em inúmeras possibilidades de expulsão de estrangeiros, baseando-se na ideia de "manutenção da ordem pública e da segurança nacional" (Brasil, 1921).

A postura permanece nos anos seguintes e, em 1930, o então presidente Getúlio Vargas publica outros Decretos que restringiam a entrada de migrantes no país, sob a justificativa de priorização da mão-de-obra nacional e proteção contra a "desordem". O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, editado ainda no primeiro ano de governo, atribuía o desemprego à presença de estrangeiros, que, segundo o texto da lei "nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social" (Brasil, 1930). A legislação ainda previa a limitação de entrada de "estrangeiros de terceira classe", impondo regras para a concessão de documentos e condicionantes para a ocupação de postos de trabalho, que deveriam ser ocupados por, pelo menos, dois terços de brasileiros natos.

Além de uma visão utilitarista, essas medidas refletiam a ideia da existência de migrantes *indesejáveis* (Domenech, 2015), que seriam responsáveis por trazer "problemas" para o país. Essa abordagem se manifestou em outros atos normativos do governo Vargas, como no Decreto nº 24.215, de 9 maio de 1934. De maneira excludente, a legislação impedia a entrada de determinados grupos de imigrantes, como pessoas com deficiência ("aleijados ou mutilados", no texto da lei), "portadores de doenças incuráveis ou contagiosas", menores de 18 e maiores de 60 anos, além de ciganos, analfabetos, prostitutas ou pessoas que "tenham costumes

manifestamente imorais" (Brasil, 1934). Em caso de indocumentação, o migrante seria, ainda, considerado "clandestino", sendo passível de expulsão do país. Além de demonstrar uma tentativa de ordenação dos fluxos e do estabelecimento de preferências e categorizações entre sujeitos, a legislação, altamente discriminatória, reforçava hierarquias, partia de visões negativas sobre os deslocamentos, além de apresentar caráter controverso e punitivista.

A essas medidas restritivas se unia, mais uma vez, a questão da raça e da etnia, mais especificamente o racismo científico, as teses eugenistas e a preocupação com a miscigenação. Se o interesse pelo branqueamento fora mobilizado como justificativa para estimular a imigração europeia no final do século XIX, como já pontuado, esse ideal recebe, no século XX e durante a Primeira República, o respaldo científico, que partia do pressuposto evolucionista e racista de que "as diferenças sociais e culturais refletiam leis 'naturais' incidentes nos processos civilizatórios" (Seyferth, 2008, p.10). As pessoas negras, nessa perspectiva, seriam "naturalmente" inferiores, assim como seriam "menores" suas culturas, origens e histórias. Partindo do pressuposto de que os valores e características brancas ocidentais são os elementos universais e verdadeiros (Gonzalez, 2020; Do Nascimento, 1978) e, estando o homem branco no topo da hierarquia social, a miscigenação, ou seja, a "mistura" com raças consideradas "inferiores" – pessoas negras, imigrantes e cidadãos de "terceira classe" - geraria, nesse sentido, a decadência da sociedade.

A articulação entre raça e origem, bem como o entendimento da pessoa migrante como ameaça à construção da nação não esteve restrita a esse período, que é apenas um recorte da larga história de imigração para o país. A estratificação social brasileira tampouco se manteve no passado. Como bem aponta Lélia Gonzalez (2020, p. 247), a sociedade que se construiu no Brasil é hierárquica. "Hierárquica do ponto de vista das relações de classe, hierárquica do ponto de vista das relações sexuais, porque sabemos o papel da mulher dentro desta sociedade, fundamentalmente da mulher negra; e hierárquica do ponto de vista social." E para aquelas pessoas que se deslocam para o país, a realidade não é diferente.

A construção da ideia de migrante "ideal", nesse sentido, é parte do imaginário social do Brasil, sendo permeada por recortes de raça, classe, gênero e outros elementos. Essa visão esteve presente em políticas migratórias ao longo do Estado Novo e ganhou outras "roupagens" nos anos seguintes. Após a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985), as ideias de segurança e soberania nacional foram ainda

mais preponderantes nas legislações migratórias (Minchola, 2020), sobretudo na Lei nº 6.815 de 1980, que ficou conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”, vigente no país até 2017.

Ainda que a proposta desta Tese seja a de trazer estudos de caso - e não de desenvolver uma análise comparada das realidades de Brasil e Argentina, alguns pontos convergentes atravessam o cenário político-migratório dos dois países. Em relação às legislações migratórias, por exemplo, o projeto inicial do Estatuto do Estrangeiro foi formulado após uma visita do governo militar brasileiro a ditadores como Jorge Rafael Videla, que naquele momento presidia a Argentina (Sprandel, 2015 *apud* Minchola, 2020). Como mencionado no capítulo anterior, a legislação migratória argentina sancionada nesse contexto, em 1981, ficou conhecida como Lei Videla e, assim como o Estatuto do Estrangeiro, partia de uma perspectiva securitária sobre a migração. O contexto ditatorial nos dois países marcava substancialmente o modo como os Estados enxergavam as pessoas migrantes: como potenciais “inimigos da pátria” e “ameaças” à ordem e soberania dos países. Nessa perspectiva, ambas as legislações listavam atividades proibidas aos “estrangeiros” e previam vários critérios para sua expulsão.

5.2 Por uma nova lei de migração: mobilização, ativismos e conquistas

Desde a redemocratização, foram registradas algumas propostas de revogação do Estatuto do Estrangeiro e mudança na legislação migratória. As iniciativas, contudo, apesar de presentes nos debates legislativos (Minchola, 2020), não obtiveram êxito até 2017, ano em que a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) foi sancionada no Brasil. O novo marco normativo tem sido celebrado, nos mais variados espaços, como uma ruptura dessa perspectiva de criminalização das migrações, tendo em vista que é considerado um avanço em termos de garantia de direitos para as populações em deslocamento. Mas como se deu a construção dessa nova lei? Houve participação popular? Quais eram os contextos políticos nacionais e internacionais que permeavam esse processo?

As migrações sempre existiram no Brasil, seja em movimentos internos, nos de saída para o exterior, ou naqueles que chegavam dos mais variados países. A partir de 2010, entretanto, outros fluxos imigratórios se intensificaram, principalmente de países do Sul Global, como anteriormente apontado. O Haiti foi um dos países de

origem de grande parte dessas pessoas, principalmente após o terremoto ocorrido na região caribenha em 2010 (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2023). Posteriormente, fluxos de países como a Síria, a República Democrática do Congo e, mais recentemente, a Venezuela, também se fortaleceram, o que fez com que a pauta migratória adquirisse mais visibilidade na esfera pública. No plano internacional, paralelamente, os debates em torno da chamada "crise dos refugiados" também se tornavam mais presentes, na medida em que crescia o número de pessoas em deslocamento forçado, bem como se fortaleciam os discursos sobre a construção de "muros" para barrar as migrações (Bassets e Faus, 2017).

Foi nesse contexto que o tema das migrações passou a ocupar mais centralidade em diferentes arenas públicas, inclusive nos debates legislativos. Em 2013, foi protocolado o Projeto de Lei do Senado nº 288/13, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que propunha a criação de uma lei que tratasse do tema migratório sob uma outra ótica: a da acolhida humanitária. Como explica Minchola (2020), a motivação individual por trás da proposta de Nunes baseava-se no fato de que o senador fora exilado político durante a ditadura militar, tendo vivenciado desafios comuns aos enfrentados por diferentes migrantes, como a xenofobia. A proposta, nesse contexto, foi sendo construída[90] ao longo de meses, baseando-se em outros atos normativos, legislações de países vizinhos, jurisprudências e outros documentos base. Como destacam Leão e Demant (2016, p. 3-4),

> A referência mais significativa para as discussões da Lei de Migração brasileira do ponto de vista da integração social, especialmente no que diz respeito à promoção da participação política e à garantia dos direitos humanos dos migrantes, seria a discussão da legislação na Argentina (Ley de Migraciones n. 25.871, de 2004). (...) Caggiano (2011, p. 11) relata que a participação na formulação da Ley n. 25.871 foi feita quase exclusivamente por organizações *para* migrantes, e não por organizações *de* migrantes, uma questão que também pode ser percebida nas mobilizações analisadas aqui no Brasil.

A legislação argentina é exposta, em mais um registro, como uma inspiração para outras na região, e no Brasil não foi diferente. O enfoque de direitos humanos e a adoção de uma perspectiva da migração como direito são pontos de semelhança entre as duas normativas, percepção que é compartilhada entre as interlocutoras de pesquisa ouvidas nos dois países.

[90] Segundo Minchola (2020), a maior parte da redação do PL 288/2013 ficou a cargo de Tarciso Jardim, consultor legislativo do Senado Federal, que atuou com o senador Aloysio Nunes.

Outro ponto que nos chama atenção no trecho acima diz respeito ao enfoque na participação social ao longo dos processos de formulação dessas normativas. De acordo com Leão e Demant (2016), as organizações *para* migrantes[91] tiveram quase que exclusividade na construção da normativa na Argentina, o que, como exposto no capítulo anterior, é uma percepção controversa, a depender da fonte consultada. Para algumas ativistas entrevistadas, por exemplo, foram as pessoas migrantes que assumiram a centralidade na luta pela lei argentina nº 25.871, ao lado de outras organizações de direitos humanos e representantes da academia. Para muitas interlocutoras, a atuação dos grupos de migrantes é, inclusive, invisibilizada em muitos discursos sobre a construção da lei.

No caso brasileiro, a percepção mais comum é a de que as organizações *para* migrantes foram as que atuaram mais diretamente nesse processo, especificamente (Leão e Demant, 2016). ONGs, grupos religiosos e instituições de direitos humanos têm, historicamente, atuado fortemente com a pauta migratória no Brasil, o que não significa que as organizações *de* migrantes tenham estado passivas nesse processo ao longo do tempo. Fato é que o Estatuto do Estrangeiro proibia[92] a participação política de pessoas migrantes. A possibilidade de associação e sindicalização, por exemplo, só veio com a Lei nº 13.445, a partir de 2017. Nesse contexto, o trabalho de campo demonstrou que muitas comunidades percebiam com temor uma participação mais direta, tendo em vista que tinham receio de sofrer algum tipo de represália, como a deportação. A atuação dos grupos *de* migrantes, nesse sentido, se dava mais às "margens" do Estado e ao lado de outras ONGs e organizações *para* migrantes.

Ao longo do trabalho de campo foi interessante observar, também, como muitas ativistas percebem que o campo de ação coletiva migrante foi, ao longo de muitos anos, marcado pela existência de associações culturais e grupos de migrantes

---

[91] A diferenciação entre organizações "*para* migrantes" e organizações "*de* migrantes" é uma linguagem bastante comum dentro do campo mais amplo das lutas migrantes. As organizações *para* migrantes se referem aos grupos que não necessariamente são compostos por migrantes, mas desenvolvem atividades voltadas para essas populações. É o caso de ONGs, agrupações de direitos humanos ou instituições religiosas que atuam com esse público, por exemplo. Já as organizações *de* migrantes englobam coletivos, associações ou grupos formados, em sua totalidade ou maioria, por pessoas migrantes.

[92] A vedação à participação política de migrantes contida no Estatuto do Estrangeiro está presente em artigos como o 107, que expõe que "o estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil" (Brasil, 1980). A legislação também vedava, em seu artigo 106, a participação na "administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada" (Brasil, 1980).

pertencentes a uma mesma nacionalidade. Coletivos de bolivianos, associações de haitianos ou agrupações de libaneses, por exemplo, são comuns e existem há anos no cenário do associativismo migrante no Brasil. Na última década, contudo, a intensificação e diversificação de alguns fluxos, as mudanças legislativas, e a ampliação do debate migratório – em nível nacional e internacional – contribuíram para que essa arena se tornasse mais ampla e diversa, com o surgimento de outras organizações compostas por migrantes de distintas nacionalidades. Em relação aos coletivos de mulheres, esse fortalecimento também é observado, e outros aspectos se somam nesse processo de formação de novos grupos, como veremos adiante.

Desse modo, o debate em torno da mobilização política de migrantes tem crescido na última década (Leão e Demant, 2016), com destaque para eventos como a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar), realizada em 2014. Segundo Feldman-Bianco (2018), a conferência foi construída a partir de amplo debate público, tendo sido considerada, por muitas atrizes e atores políticos, um marco histórico para as migrações no país. Nesse período, destacam-se também as discussões feitas no âmbito da tramitação do PLS nº 288/2013 que, após disputas e negociações no Congresso[93], terminou sua tramitação como PL 2516/15 na Câmara dos Deputados. Além disso, a cidade de São Paulo/SP despontou como protagonista na criação da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), depois de anos de lutas da sociedade civil organizada (Feldman-Bianco, 2018), bem como pela realização de uma Conferência Municipal sobre o tema em 2013, e na posterior formulação de uma Política Municipal para a População Imigrante (PMPI, instituída pela Lei Municipal n° 16.478/2016).

Todas essas iniciativas, assim como o contexto apresentado, contribuíram para inserir e visibilizar o tema dos deslocamentos na arena pública, além de representarem marcos na história das lutas migrantes no Brasil. Mais ainda, como argumentei em outros momentos (Dornelas, 2020), a existência de uma lei municipal como a de São Paulo, por exemplo, evidencia que o campo de ação coletiva migrante, por mais complexo, diverso e heterogêneo que seja, é fundamental para a existência

[93] Em maio de 2013, menos de dois meses antes do protocolo do PLS Nº 288/2013, foi criada, pelo Ministério da Justiça, uma Comissão de Especialistas para a formulação de um anteprojeto de Lei de Migração (Minchola, 2020). Para não fugir do escopo deste trabalho, não me debruçarei extensivamente sobre as negociações e tensões no âmbito da criação dessa comissão e dos debates parlamentares sobre o PLS. Por essa mesma razão, tampouco descreverei o extenso processo legislativo por trás da tramitação desse projeto até a sanção da Lei nº 13.445/2017. Para informações e análises mais completas sobre esses processos, cf: Minchola, 2020.

de políticas públicas para essas populações. Se os avanços existem, em termos de direitos, é porque houve – e há – muita luta e mobilização por trás.

É importante destacar que a Lei de Migrações nº 13.445/2017, apesar de ser considerada positiva em termos da adoção de uma perspectiva de direitos humanos, possui algumas lacunas. O ato normativo foi promulgado durante o governo de Michel Temer, em um contexto político de degradação democrática (Biroli, 2020; Avritzer, 2019), acentuado após o golpe parlamentar que afastou a ex-presidenta Dilma Roussef em 2016, em um processo contestável e calcado em alegações frágeis (Avritzer, 2018; Gomes, 2018). Durante os trâmites finais da Lei, como expõe Feldman-Bianco (2018), os movimentos sociais de migrantes, a academia e as organizações de direitos humanos se mobilizaram para que a legislação fosse sancionada em sua integralidade. Do outro lado, órgãos do governo e a Polícia Federal adotavam as narrativas de controle fronteiriço e "defesa da segurança nacional", pressionando pela aprovação com vetos, o que de fato ocorreu. O ato normativo foi sancionado com vetos significativos feitos pelo Executivo, como à anistia, à livre circulação de indígenas e povos tradicionais entre fronteiras, e o veto à possibilidade de que migrantes exerçam cargos públicos no Brasil (Senado Federal, 2017).

Nesse contexto, como avalia Bela Feldman-Bianco (2018), as transformações geopolíticas ocorridas a nível nacional e regional representaram uma mudança de enfoque nas abordagens institucionais. Naquele momento de debate e sanção da nova legislação migratória, as prioridades governamentais passavam de um enfoque na cooperação entre países do Sul para o fortalecimento de visões securitárias e voltadas para o controle e gestão de fronteiras. Como aponta a autora, houve uma mudança também de linguagem, em que a figura do "migrante indesejável" deu lugar a outras imagens, como a associação comum entre migração e a "ameaça", o "tráfico de pessoas" ou o "narcotráfico", por exemplo.

Esses cenários revelam como, apesar de ter sido uma vitória da articulação de movimentos de migrantes e sociedade civil, o processo em torno da construção e regulamentação da Lei 13.45/2017 foi marcado por contradições e tensões entre securitização e direitos humanos. Segundo Feldman-Bianco (2018, p. 15), esse paradoxo simultâneo entre proteção às fronteiras e proteção aos migrantes "tem engendrado vitimização, criminalização e violência, indicando ainda os processos atuais de crescente criminalização de pessoas e de controle militarizado de fronteiras

e cidades, que são também inerentes às políticas globais da atualidade". Na avaliação de uma das interlocutoras da pesquisa,

> Acho que temos um **histórico de participar das instâncias**. Quando foram fazer a **lei de migração**, participamos das reuniões com os especialistas, para a Coordenação [de Políticas para Migrantes] também, quando instituíram a lei, nas plenárias, em todos os espaços nós participamos. Mas assim... a ponto de fazer coisas com o Estado, **sentir que o Estado apoia, não**. *Pero* senti que **tentamos**, que ***hemos tentado* ocupar esses espaços de discussão**, sim. (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

O relato acima foi dado por Julieta, ativista boliviana que atua em um coletivo pioneiro no Brasil em termos da luta pelas mulheres migrantes. *A Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas* é uma organização formada em 2013, inicialmente por migrantes bolivianas, que se juntaram para lutar contra a xenofobia, o racismo e as violências de gênero, bem como reivindicar o acesso digno das mulheres migrantes aos serviços públicos. Com atuação em São Paulo e Região Metropolitana, o coletivo desenvolve ações como oficinas, rodas de conversa, grupo de estudo, promoção da economia solidária, atividades culturais com o grupo musical *Lakitas Sinchi Warmis* (criado pelo próprio coletivo), além da participação em marchas, campanhas e mobilizações pelos direitos de migrantes. Eva, outra ativista integrante da *Equipe de Base Warmis*, conta que, nesses anos de atuação do grupo, as ativistas têm participado de diferentes espaços e debates relacionados ao tema migratório. Sua percepção, contudo, é a de que a relação com o Estado tem um caráter mais contencioso (Tarrow, 2011), "confrontativo" e estratégico, ou seja, de uma busca constante, por parte e reivindicação das próprias migrantes, em ocupar espaços de discussão que elas consideram importantes para a construção de políticas.

Esse entendimento surgiu em vários relatos de ativistas migrantes residentes em outras cidades do Brasil. Há um frequente tensionamento em termos de relação dos coletivos com o Estado, tendo em vista que a pauta migrante é, na avaliação das interlocutoras, constantemente posta em último plano pela institucionalidade. Para além da ausência, em muitos locais, de políticas públicas específicas para migrantes, a migração ainda é um tema tratado de maneira emergencial pelo Estado, ainda que os deslocamentos populacionais sejam parte da própria formação social brasileira. Isso resulta, como já mencionado, no protagonismo da sociedade civil na atuação com esse público nos mais variados contextos. Essa avaliação é compartilhada até mesmo

por pessoas que trabalham com a pauta migratória na institucionalidade, como fica evidente no relato de uma gestora pública entrevistada para a tese,

> Há um **grande gargalo no Brasil entre a legislação e a implementação**. Não adianta você ter leis lindas que você não consegue pôr em prática, que você **não tem financiamento**, que você **não tem orçamento público previsto**, né? Porque você acaba tendo as **ONGs fazendo o trabalho que é do poder público**. Isso é um grande **problema no Brasil inteiro**. A gente acaba ficando confortável nessa posição de "ah não, mas a Cáritas vai fazer, ah não, mas alguém vai fazer." E **o poder público nunca faz**. E aí, quando tem um fluxo que foge da normalidade, a gente não dá conta de como a gente está na política estruturada. A gente **não tem orçamento de emergência**, a gente **não tem o que a gente precisa para lidar com essa agenda que é específica**. Porque esse é o grande desafio, assim, como a gente implementa e como a gente **prevê as necessidades básicas** que a gente sabe que vão surgir. (Gestora pública brasileira, que atua com a pauta migratória a nível estadual[94]. Entrevista realizada em março de 2023, grifos próprios).

Para outra interlocutora de pesquisa, que é ativista do *Cio da Terra*, coletivo de mulheres migrantes atuante em Belo Horizonte e Região Metropolitana, "é muito pelo trabalho dos movimentos, como o *Cio da Terra*, que o Estado presta atenção. Aqui em Contagem mesmo, eu acho que foi pelo *Cio da Terra*. Foi pressão nossa, sim" (Sanité, ativista migrante haitiana, entrevista realizada em Belo Horizonte/Brasil, em janeiro de 2023). Muitas das demandas das diferentes lideranças e coletivos que acompanhei, portanto, são para que os direitos legalmente previstos sejam assegurados por meio de planos, programas e políticas públicas específicas para as populações migrantes.

Esse cenário revela, ainda, outras nuances. Se a sociedade civil protagoniza, de maneira geral, a atuação na acolhida e acompanhamento das demandas das pessoas migrantes, esse processo também não é isento de conflitos. A análise de muitas ativistas é a de que, em diversas ocasiões e espaços, as ONGs, instituições internacionais e organizações religiosas adotam discursos que reivindicam para si o destaque nas ações voltadas para essa população. Essa perspectiva, além de invisibilizar as lutas travadas há décadas pelas próprias migrantes, despolitiza os processos e ignora a potência criativa dos movimentos sociais. Como argumenta Julieta,

> As primeiras rodas de conversa que fizemos foi em 2013. Depois **as ONGs começaram a copiar** e tudo bem. Mas obviamente nunca vão reconhecer. Mas eu falo que é importante falar isso. Porque **senão parece que as ONGs são "as que criam as coisas para as migrantes"**. Quando **é o movimento**

[94] Para preservar a identidade da entrevistada, optei por não mencionar o estado em que ela atua, nem o local onde a entrevista foi realizada.

> **social que por necessidade vai criando coisas**. Porque eu te digo, não é uma coisa de bater palma ao reconhecimento. Mas reconhecer que **o movimento social cria as coisas**. E tudo bem se dá certo que copiem. Mas reconhecer que **os migrantes têm uma inteligência suficiente para criar coisas**. Por isso que sempre há um apagamento, um esquecimento de que **os migrantes começaram a fazer** certas coisas. E uma apropriação de **sempre colocar o migrante como alguém que não sabe pensar**. **Que não pode se articular, que não pode propor**. Eu falo com os migrantes: "falem. Em qualquer lugar que você for, fale que vocês fizeram". E não por uma coisa de "ah, somos as melhores". Não é isso. Porque **os migrantes trabalhavam também**. E **sem fundos**. Havia muito mais organizações com muito fundo. Então acho que temos que ser mais... Não termos vergonha de falar. **Essa modéstia não nos serve como movimento**. (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Um exemplo dessa perspectiva se deu na construção da Marcha dos Imigrantes em São Paulo. O evento, que está em sua 14ª edição, ocorre anualmente na capital paulista, mobilizando diferentes lideranças, organizações e coletivos de migrantes atuantes na cidade. Em 2022, como contam algumas entrevistadas, a Marcha foi organizada pela primeira vez *por pessoas migrantes*, tendo em vista que em todos os outros anos, quem tomava a frente da mobilização era uma organização *para* migrantes. Para as ativistas, essa mudança foi positiva, apesar de algumas ONGs não terem apoiado a Marcha naquele ano. Na avaliação de Julieta, esse processo demonstrou que os movimentos de migrantes estão "ganhando maturidade" e conseguindo avaliar "quem está conosco de fato. E estamos nós conosco, claramente".

5.3 "O que fortalece é o diálogo": novos coletivos, feminismos (migrantes), aproximações e deslocamentos

Se a percepção comum, dentro do campo dos ativismos migrantes, é a de que "tudo que nóis tem é nóis" (Emicida, 2019), ela também aparece quando analisamos as relações entre os movimentos sociais migrantes e os feminismos no Brasil. O entendimento das ativistas é a de que a pauta migratória ainda é invisibilizada dentro de muitos espaços feministas, sendo as mulheres migrantes as responsáveis por trazer esse debate ao campo, de maneira geral.

Foi possível observar como o entendimento de "feminismo" é diverso entre as mulheres migrantes. Apesar disso, há uma visão compartilhada de que as reivindicações são por igualdade de direitos, contra as mais diversas violências, por liberdade de escolha, entre outros aspectos. É interessante notar como muitas ativistas destacaram o caráter cotidiano das práticas feministas, reforçando que as

lutas se configuram enquanto um processo contínuo, diário e coletivo. A pluralidade também foi um elemento destacado por muitas interlocutoras, que apontam para a diversidade de mulheres e para a existência de vários feminismos.

É interessante pontuar que, assim como observado no campo da Argentina, as ativistas migrantes residentes no Brasil também buscam distanciar-se de um feminismo "hegemônico", branco, excludente e universalista. As interlocutoras de pesquisa, de maneira geral, se identificam como feministas, mas ao criticar essa invisibilidade da pauta migratória dentro dos movimentos, se afastam de um determinado "tipo" de feminismo que não as representa. Nesse movimento, essas mulheres *marcam* seu lugar de enunciação, dizem sobre o que (*não) são* e expõem as possibilidades de diálogo com outros feminismos, a partir dessa marcação das diferenças.

Uma das reivindicações dos *feminismos migrantes,* nesse sentido, é a de que o campo feminista e de gênero (Matos, 2008) adote, de fato, a interseccionalidade também como postura política. Como comenta Olga, ativista colombiana residente em São Paulo/SP,

> Eu não culpo os feminismos por não falarem de migração. Porque é isso, né? É como é... eu não posso culpar pessoas que não têm essa proximidade com a migração, por não falar de migração. Só que quando chegar o tema, quando chegar essa aproximação, **tem que falar, sim, tem que conversar sobre isso**. É... tem que **abrir os espaços** também para falar disso, porque também é **interseccional**, né? Então esse feminismo, é.. mais **acomododado**, que não quer falar desses temas, tudo bem, ele existe, eu não vou deslegitimar. Mas **não me representa, não conversa, não dialoga com o meu feminismo**. E o **que fortalece as pessoas, os movimentos feministas, é o diálogo** (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo, Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Para Olga, é fundamental que a pauta da migração esteja presente nos mais variados espaços, a partir da perspectiva do diálogo e do protagonismo das pessoas migrantes enquanto *sujeitos políticos*. Mais que isso, é necessário compreender *como* a migração atravessa o campo feminista, seja nas demandas e reivindicações das mulheres, seja nos desafios enfrentados e nas possibilidades de ação. Como muitas ativistas argumentaram, é importante compreender que as conquistas *dos feminismos migrantes* beneficiam não só as mulheres em deslocamento, mas a sociedade como um todo. Isso porque as lutas contra as discriminações e a busca por igualdade e justiça social são elementos que estão na base da própria construção desses feminismos.

Esse movimento de aproximação e distanciamento dos ativismos migrantes, em termos da vinculação com o campo feminista e de gênero (Matos, 2008), demonstra como é importante dizer de *feminismo**s*** *migrante**s***, no plural. Trata-se de um campo crítico e diverso, em que as especificidades das experiências de ser *mulher* e ser *migrante* deslocam as visões de mundo, as demandas e as realidades dos sujeitos. É um campo interseccional, como descrevem as próprias ativistas, que se constitui *em movimento* e se constroi nas margens e fronteiras do Estado, das políticas e das lutas em articulação com outros atores políticos.

O campo associativista migrante no Brasil, como mencionado, tem se fortalecido, diversificado e ampliado com o passar dos anos. Nesse processo, destaca-se a formação de coletivos de *mulheres* migrantes que, em diferentes cidades do país, desenvolvem atividades voltadas para mulheres e para a população LGBTI+[95]. Para esta Tese, acompanhei ativistas que integram organizações[96] de mulheres migrantes atuantes nas cidades de Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. Além disso, falei com outras mulheres que, mesmo não fazendo parte de coletivos ou grupos, atuam como lideranças nas comunidades em que residem, nas três cidades citadas e no município de Porto Alegre/RS. Entrevistei, também, gestoras públicas que atuam com a pauta migratória em diferentes locais a nível estadual e federal, além de representantes de ONGs que trabalham com essas populações.

Com base nos achados do campo, foi possível observar, também, como o processo de construção e fortalecimento dos coletivos de mulheres migrantes estão alinhados com as agendas políticas dos feminismos na América Latina. Um exemplo claro disso está na formação do *Coletivo Magdas Migram*, um grupo de mulheres migrantes residentes na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Vinculado ao Teatro do Oprimido e à *Rede Ma(g)dalena Internacional*, o coletivo desenvolve a metodologia

[95] Reconheço que outras siglas são mobilizadas para se referir a essas comunidades, e que as identidades sexuais e de gênero são mais amplas e complexas que qualquer categoria. Como apontam França e Fontgaland (2020), tem sido corrente o uso da sigla LGBTI pelos movimentos de pessoas migrantes e refugiadas que se identificam como LGBTI no Brasil. Além disso, a sigla tem sido adotada por outras organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a International Gay and Lesbian Association (ILGA). Diante desses apontamentos, opto por utilizar, neste trabalho, a sigla LGBTI+ como referência às pessoas lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexo e outras identidades não cis-heteronormativas.

[96] Para a lista completa e mais informações sobre os coletivos pesquisados, ver apêndice.

do Teatro das Oprimidas (CTO, 2023), que, por meio do *artivismo*[97], trabalha questões como a migração, a luta contra a xenofobia, o direito à cidade e o combate ao racismo e violência de gênero. Como explica Simone, ativista migrante mexicana pertencente ao *Magdas Migram*, a atuação do grupo é "uma militância. Não é só o teatro. Não é uma atividade lúdica, recreativa. É um *artivismo*. A gente considera isso um *artivismo*. E aí tem que ter um engajamento mais... Um promulgo. Um promulgo mesmo. Político." (Simone, ativista migrante mexicana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em janeiro de 2023).

Composto unicamente por mulheres migrantes vindas de diferentes países da América Latina, o grupo se formou em 2019, no contexto das mobilizações feministas que culminaram na performance "Um estuprador no seu caminho", criada pelo coletivo chileno *Las Tesis*. A coreografia e a música, criadas na seara dos protestos sociais ocorridos no Chile em 2019, partem de frases como "a culpa não era minha, nem de onde estava, nem como me vestia. O estuprador é você" (*Las Tesis*, 2019). A perfomance viralizou nas redes sociais e passou a ser reproduzida em diferentes países da América Latina e do mundo, incluindo o Brasil. Em marchas, atos e mobilizações, a música – que foi traduzida para vários idiomas – se tornou um hino para os movimentos feministas, denunciando as violências e violações de direitos tão constantes na vida das mulheres (Pais, 2019).

Foi nessa conjuntura política feminista que mulheres migrantes se encontraram em uma marcha e decidiram se juntar, iniciando uma articulação entre mulheres que compartilham vivências semelhantes na cidade do Rio de Janeiro. As ativistas contam que o coletivo parte de uma perspectiva feminista e decolonial, por meio de pesquisas, estudos e uma militância que busca trazer esses princípios pela imagem do teatro. Segundo Soledad, ativista colombiana que integra o grupo, a metodologia é orientada pela busca por "desmecanizar o corpo das opressões. Nesse caso, da xenofobia, do racismo e do machismo". Ela conta que coletivo já nasceu no seio das agendas e perspectivas políticas dos feminismos.

> A gente sempre teve isso presente, só que eu acho que no começo, como a gente estava tão enfocada em atrair mulheres permeadas pela questão da migração, **a gente não quis tipo nomear como um coletivo feminista, no primeiro momento**. Não porque a gente tivesse medo, senão porque muitas das pessoas que se aproximaram do coletivo elas não se reconhecem como

[97] O conceito de *artivismo* se constrói na junção das palavras arte + ativismo, remetendo à ideia de ações políticas que se forjam nas expressões artísticas, uma militância que se desenvolve por meio da arte, e vice-versa.

> feministas. Elas se reconhecem como **mulheres migrantes** e elas estavam incomodadas com alguma coisa. Então eu acho que **também o coletivo tem sido um local para aproximar** pessoas. E além disso, de **descoberta do feminismo**, por quê? Porque a metodologia que a gente aplica, ela chama Teatro das Oprimidas, é criada por uma brasileira que é uma **mulher preta, migrante** na Alemanha e ela é **feminista**. (...) Então, mas vou falar assim, por mais que a gente ainda tivesse mulheres no começo que não se reconhecessem como feministas**, a gente já estava fazendo uma prática feminista, porque a metodologia ela já era feminista** (Soledad, ativista migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em janeiro de 2023. Grifos próprios).

O relato de Soledad traz outros pontos interessantes, para além dessa vinculação com as agendas feministas latino-americanas. Não só no *Magdas Migram*, mas em outros coletivos (incluindo os da Argentina) que acompanhei ao longo da Tese, é interessante observar como as ativistas adotam uma postura estratégica em termos da mobilização do discurso feminista enquanto identidade coletiva, entendendo que essa nomeação está intimamente relacionada a processos individuais de cada mulher que faz - ou pretende fazer - parte do grupo. A compreensão compartilhada entre esses coletivos é a de que essa identificação e reivindicação como feminista é um processo *constante*. Este envolve, até mesmo, a própria vivência e atuação das mulheres nesses espaços coletivos, tendo em vista que muitas migrantes passam a se declarar feministas justamente a partir da atuação nas organizações de mulheres migrantes. Constitui-se, nesse sentido, um “ciclo” em que *ser migrante* as aproxima como coletivo, assim como *estar entre mulheres*, desenvolvendo *práticas feministas*, aproxima essas migrantes dos feminismos. Nesse movimento, outras identidades políticas vão se formando e se alterando com o passar do tempo.

> **Eu me descobri migrante aqui** e nesse momento, eu acho que a questão da migração, se eu colocasse numa porcentagem, acho que **ela é muito mais do que uns 60% de como eu entendo o ativismo**, né? (...) E eu, sim, me reconheço ativista faz muitos, muitos anos antes de estar aqui, mas **a migração e essa interseção de migração e ativismo, e migração, ativismo e feminismo, para mim, está sendo muito, muito potente**. E eu realmente estou muito interessada em pesquisar técnicas para emancipação. (...) A gente já consegue ver que tem espaços de debate, mas **a gente quase não acha espaços de corpo, de ativismo através do corpo** de, poxa, vamos praticar uma cena onde a gente vá e faça um protesto. (...) Então a gente está ensaiando cenas, ou a gente está pensando cenas de opressão para que no fórum, coletivamente, **a gente construa cenas para a libertação**, para a emancipação, e eu acho isso muito poderoso, porque **você sai do mundo da palavra e passa para ação**, sabe? E é muito poderoso (Soledad, ativista migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em janeiro de 2023. Grifos próprios).

Essa proposta de articular migração, ativismo e feminismo guiou a construção e manutenção de outros coletivos de mulheres migrantes, como o *Cio da Terra*, atuante em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Fundado em 2017, o grupo era formado por mulheres que faziam parte de um projeto voltado para esse público, existente em uma instituição religiosa que atua no acolhimento das populações migrantes em BH. Com a necessidade de se tornar independente e seguir seus próprios caminhos, o grupo se constituiu enquanto um coletivo de mulheres migrantes autogestionado e feminista que, além de desenvolver atividades diversas voltadas para as mulheres, se entende como um espaço político de ativismo, militância feminista e luta pelos direitos das pessoas migrantes.

Se, como já exposto, o contexto político-social importa e influencia os ativismos, como na criação de outros coletivos de mulheres migrantes e no fortalecimento dos *feminismos migrantes*, as mudanças políticas ocorrem o tempo todo e afetam, também, diferentes processos políticos. A Lei de Migração nº 13.445/2017, como já exposto, foi promulgada graças a lutas que atravessaram diferentes governos, tendo sido sancionada em um contexto político de retrocessos, durante o governo de Michel Temer (2016-2018) e após o controverso *impeachment d*a ex-presidenta Dilma Roussef.

Dos coletivos que acompanhamos, todos surgiram a partir da ultima década, nesse cenário político brasileiro de polarização radicalizada (Abranches, 2019), de mudanças políticas intensas e processos de enfraquecimento democrático (Biroli, 2020; Avritzer, 2019). No meio disso, vivenciamos o avanço da extrema-direita, dos discursos de ódio e o fortalecimento de práticas e políticas que criminalizam a migração. Além disso, em 2020 emergiu uma pandemia – que impactou severamente a vida de muitas pessoas e, consequentemente, teve impactos significativos também no campo do associativismo migrante no Brasil, principalmente nos ativismos das mulheres.

5.4 “Era o governo do pesadelo”: governo Bolsonaro, pandemia e o campo associativista migrante

> Era o **governo do pesadelo**, né? Que eu nem gosto de falar o nome dele, desse governo que acabou de passar. Então, eu acho que foi um **momento de muita indignação por toda a misoginia que se espalhou**, assim... tinha muita **indignação**, muita **raiva** também, né? Assim, das mulheres se vendo colocadas assim nesse lugar tão baixo que ele se promulgou e **fez com que a sociedade inteira e os homens, principalmente, tivessem mais liberdade ainda de falar besteira e colocar a gente nesse lugar de ódio**.

> (...) Se a gente quiser ver alguma coisa positiva nisso tudo, né, nesse governo e nessa situação toda, é isso, acho que também foi um momento de muitas mulheres **abrirem os olhos e se encontrarem com o feminismo**, com algum tipo de feminismo, **se colocarem politicamente**. Inclusive, algumas das nossas companheiras do coletivo entraram sem ter referências feministas. Uma das atividades que fizemos quando ainda não era presencial foi um **grupo de estudos feministas** (Simone, ativista migrante mexicana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em janeiro de 2023. Grifos próprios).

Era noite de 28 de outubro de 2018 quando a vitória de Jair Bolsonaro foi anunciada pelos meios de comunicação. O militar reformado assumiu a Presidência em janeiro de 2019, após ter sido eleito em segundo turno, com 55% dos votos válidos, em uma eleição conturbada e marcada pela disseminação de notícias falsas nas plataformas digitais (Dourado, 2020).

As interpretações e avaliações sobre o governo Bolsonaro (2019 – 2022) são diversas. Aqui, me interessa expor como a conjuntura político-social influenciou e atravessou as mobilizações, demandas, e articulações forjadas pelas mulheres migrantes nesses quatro anos, além de discorrer sobre como o campo ativista migrante percebeu esse período. Na análise de autores como Avritzer (2018, 2019), a administração de Bolsonaro foi marcada por retrocessos democráticos em termos de tensões entre poderes, violações de garantias constitucionais e um incremento no nível de intolerância, presente em narrativas, discursos e numa agenda contrária aos direitos humanos. Como apontou Simone no relato anterior, a sensação é a de que, nesse período, as manifestações misóginas e "de ódio" eram legitimadas por representantes políticos e foram ampliadas em diferentes espaços. Nessa seara, sob a defesa de um "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", foram registrados ataques à diversidade, ao pluralismo político e a um *demos* (Brown, 2015) composto por pessoas diversas.

Em termos da pauta migratória, o discurso de "defesa da soberania nacional" se manifestou em paralelo à criação de "inimigos da pátria" e do reforço da visão das populações migrantes como "bodes expiatórios". Antes mesmo de ser eleito, quando ainda ocupava o cargo de deputado federal, Bolsonaro declarou que os refugiados eram a "escória do mundo" (Azevedo, 2015). Em outras falas, também criticou a Lei de Migração, falando em barrar a entrada de "certo tipo de gente" no país (Maia, 2018). Em 2019, foi editada a Portaria nº 666/2019, do Ministério da Justiça, que permitia a

deportação sumária ou o impedimento de que pessoas estrangeiras consideradas "perigosas" ingressassem no país (Brasil, 2019)[98].

Um ano depois, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declararia a pandemia de Covid-19 e o Brasil se tornaria, posteriormente, um dos países do mundo com maior número de óbitos em decorrência da infecção pelo coronavírus (Mendes, 2024). Negacionismo científico, atraso na aquisição de imunizantes, denúncias de corrupção, divulgação de tratamento ineficaz, entre outras medidas, caracterizaram, em grande parte, a gestão da pandemia do então governo brasileiro (Ventura, Perrone-Moisés e Marin-Chenut, 2021). No tangente às migrações, fronteiras foram fechadas e mais de 30 Portarias[99] relacionadas ao tema foram publicadas, incluindo atos normativos que proibiam, de modo seletivo e excludente, o ingresso de pessoas vindas da Venezuela[100]. Em outros casos, enquanto as fronteiras aéreas e aquaviárias estavam liberadas, as fronteiras terrestres permaneceram fechadas, dificultando a travessia de pessoas que possuíam menos recursos e precisavam cruzar a fronteira para solicitar refúgio, por exemplo (Prazeres, 2020). Como relata Julieta, ativista migrante boliviana residente em São Paulo,

> De qualquer forma, **não há como controlar toda a fronteira**. **Nenhuma fronteira terrestre, nenhum país consegue controlar, mesmo militarizando e endurecendo**. O que eles fizeram foi **precarizar mais**, porque as pessoas vão morrer. Tanto assim que tem pessoas **desaparecidas**, e não se sabe o que passa no seu caminho, especialmente desde os Estados Unidos. Quantos migrantes morreram, por exemplo, tentando cruzar, congelados por frio no desierto, abandonados? Então, não sabemos. As pessoas que talvez **perderam a vida nas fronteiras**, em Brasil, por ser muito grande, ser amazônico, não tem nenhuma informação... (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo, Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

[98] A portaria recebeu duras críticas de organizações, movimentos sociais e setores que atuam com as populações migrantes. Diante disso, uma nova portaria foi publicada posteriormente, a de nº 770/19. Semelhante à anterior, esta portaria trouxe algumas alterações, como o aumento nos prazos de deportação, passando de 48 horas para 5 dias (Brasil, Portaria nº 770/2019).

[99] As portarias publicadas pelo governo federal no período da pandemia de Covid-19 estão disponíveis no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/quadro_portaria.htm.

[100] A Portaria Interministerial nº 120, de 17 de março de 2020 foi o primeiro ato normativo publicado sobre a restrição de entrada de migrantes no Brasil e versava "sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa" (Brasil, 2020). A Anvisa, entretanto, em nota à Conectas (2021), declarou não ter recomendado a restrição específica da entrada de venezuelanos. Posteriormente, a Portaria nº 125, de 19 de março de 2020 foi publicada, ampliando a proibição de ingresso, por vias terrestres, de pessoas vindas de outros países que fazem fronteira com o Brasil (Dornelas e Quirino, 2023).

Para além das políticas adotadas, a retórica anti-imigração se tornou ainda mais presente durante a pandemia de Covid-19, reforçando estigmatizações e situações de racismo e xenofobia contra pessoas migrantes. Como apontado em outras ocasiões (Dornelas e Quirino, 2023), as medidas de fechamento de fronteiras para contenção do vírus foram acompanhadas por um incremento dos discursos nacionalistas e de criminalização da migração. Em diferentes espaços e, estimulada por falas públicas de representantes políticos, a expressão “vírus chinês” foi utilizada para se referir ao coronavírus, associando a contaminação a uma determinada origem/nacionalidade, de maneira pejorativa. Foi registrado, também, um incremento nos casos de racismo contra chineses e descendentes (Moreira, 2020), além de outros casos de violência contra essas e outras comunidades de migrantes.

Também durante a pandemia e após uma discussão sobre o recebimento de auxílio emergencial, João Manuel, um angolano de 47 anos, foi esfaqueado e morto por um brasileiro em São Paulo, em maio de 2020. Outros dois migrantes que estavam presentes foram gravemente feridos (Figueiredo, 2020). O assassinato motivou a campanha #SomosJoãoManuel, criada por associações de migrantes e organizações que atuam com o tema, que denunciaram o ocorrido e se mobilizaram para lutar por justiça (Delfim, 2020). Sobre o ocorrido, a campanha e todo o cenário em torno do acesso aos benefícios sociais, Julieta comenta que vários foram os desafios encontrados por pessoas migrantes ao longo desse período.

> Então acho que **muitas pessoas ficaram sem algum tipo de ajuda**. **O auxílio emergencial não chegou** às pessoas que necessitavam. Depois, tinha o **preconceito contra a recebida do auxílio emergencial**. Em nosso caso, o companheiro angolano que foi **assassinado por falar que recebia**. Acho que a **população migrante foi abandonada**. Foi **abandonada na situação da Covid**. Não teve estrutura que desse suporte a quem mais precisava. Porque eles conseguiram dar alguma resposta às pessoas que já estão há mais tempo e conhecem alguém. Com as pessoas que chegavam à gente, que nos conheciam, que conseguimos ajudar. **E quem não conhece**? Não sei o que fez esse pessoal. **E quem não é documentado**? (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Para a ativista, a xenofobia foi um tema desconsiderado nos Protocolos institucionais estabelecidos durante a pandemia, já que questões fundamentais, como os impactos da irregularidade migratória, não foram levadas em conta nas medidas adotadas, a exemplo das dificuldades encontradas por muitos migrantes no acesso ao auxílio emergencial. Nesse sentido, para além dos impactos no deslocamento e no

acesso a serviços, a pandemia escancarou desigualdades e desvelou a importância de políticas públicas focadas nas especificidades de diferentes grupos sociais.

As mulheres migrantes foram um dos públicos mais afetados, principalmente pelo aumento nos quadros de violência (doméstica, de gênero, racismo, xenofobia), pela perda de fontes de renda, e por dificuldades relacionadas à habitação e alimentação. Soma-se a isso a responsabilização única das mulheres pelo cuidado com os filhos, a sobrecarga causada pelo desempenho de atividades reprodutivas, bem como a ausência de redes de apoio, que afeta as migrantes de maneira ainda mais severa. Claudia, ativista migrante argentina residente em Belo Horizonte, conta que dividia a casa com outras brasileiras e, por muitos momentos, a distância física de sua família se tornava ainda mais evidente.

> Quando dava treta, elas iam para casa dos pais delas, criavam alguma coisa assim: “nossa, cansei da convivência aqui, vou lá para minha casa, vou receber carinho da minha mãe para cozinhar”. Que é aquela história, vai para casa de mãe, mãe tem comida pronta, banheiro limpo. Leva marmita para casa. Aí **eu pegava as marmitas de todo mundo**, porque **eu não tinha ido em lugar nenhum**. Eu fiquei aqui quando todo mundo saiu, eu fiquei aqui quando todo mundo... o bicho pegou, **eu fiquei com o bicho pegando dentro de casa**, dando conta de planta, de quintal, de bicho, de gente. De **trabalho doméstico**. De trabalho doméstico, **de mim, com as minhas emoções e eu não caindo no colo de ninguém** (Claudia, ativista migrante argentina, entrevista realizada em Belo Horizonte/Brasil, em janeiro de 2023. Grifos próprios).

O trabalho de campo evidenciou como essas barreiras se sobrepuseram no cotidiano das pessoas e como as organizações e coletivos de migrantes foram *fundamentais* para auxiliar nessas demandas. Em diferentes frentes de apoio e, nos momentos mais críticos da pandemia, as mulheres migrantes se uniram para apoiar umas às outras, desenvolvendo atividades essenciais, como a distribuição de cestas básicas, a realização de rodas de conversa virtuais sobre temas como a violência de gênero, a arrecadação financeira para apoiar famílias, entre outras. Como me relataram várias ativistas entrevistadas, a ação dos coletivos foi determinante para a *sobrevivência* de muitas comunidades migrantes, em diferentes contextos.

Em termos das mobilizações políticas, as organizações desenvolveram algumas campanhas nacionais e internacionais, como a campanha #RegularizaçãoJá, que reivindicava a regularização documental de migrantes durante a pandemia, tendo em vista que a Polícia Federal suspendeu os atendimentos nesse período. Como mencionado em outros momentos, a campanha envolveu mais de 20 grupos no Brasil, entre coletivos de migrantes, organizações de direitos humanos,

representantes de partidos políticos etc. Internacionalmente, algumas ações pela #RegularizaçãoJá foram realizadas com coletivos de migrantes de países como Argentina e Chile.

No plano nacional, outras iniciativas também foram adotadas, como a mobilização pela inclusão da variável “nacionalidade” nos registros públicos do Ministério de Saúde (Delfim, 2020). Além disso, foi realizada uma campanha, puxada principalmente por coletivos de mulheres, voltada para a difusão de informações sobre as vacinas contra Covid-19, com o objetivo de estimular a vacinação da população migrante e desconstruir mitos e informações falsas sobre a imunização.

A atuação das organizações de migrantes ao longo do último governo, principalmente durante a pandemia, foi, de certa maneira, marcada por paradoxos. Apesar das inúmeras iniciativas adotadas por coletivos de mulheres migrantes, foi unânime entre as entrevistadas a percepção de que o campo de ação coletiva foi enfraquecido nesse período. O distanciamento social, a impossibilidade de encontros presenciais, as demandas de sobrevivência e todos os desdobramentos físicos e psíquicos decorrentes da emergência sanitária foram alguns dos aspectos que influenciaram a desarticulação de muitos grupos, segundo as ativistas. Na avaliação de Eva, ativista migrante argentina residente em São Paulo, a pandemia marcou um “antes e depois” dentro do cenário associativista migrante, afetando vínculos tanto no interior dos coletivos, quanto entre as organizações de migrantes.

> Muitos outros coletivos que a gente conhece **se desarticularam na pandemia**, porque realmente foi muito difícil tudo. Foi muito difícil as **pessoas garantirem a própria sobrevivência**. Então muitas pessoas **não tem mais tempo** ou tem que **trabalhar o dobro**, sei lá. E também o quanto que a pandemia nos deu essa questão do **medo**, né? Do **medo desse contato mais coletivo**. Eu acho que isso teve um impacto assim superforte nessa... é isso, meio que **você vai se fechando**, fechando, fechando. E mesmo que seja assim, “olha, a gente vai ter uma reunião virtual, você não precisa vir”, mesmo assim eu sinto que foi um momento que **as pessoas começaram a priorizar muito mais questões individuais do que coletivas**, não sei. Então tipo assim, de repente, sei lá, todo mundo está muito **cansado**, muito **estressado**, muito tudo. E aí ainda tem energia para se conectar duas horas online na tela, depois de ter trabalhado o dia inteiro na frente do computador, sabe? **Desarticulou um pouco algumas questões dos coletivos** e tal. Acho que foi muito difícil, mas também sempre penso “nossa, **mas a gente atravessou tudo isso**” (Eva, ativista migrante argentina, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

O relato de Eva evidencia, mais uma vez, como contextos políticos e sociais atravessam a construção e manutenção da vida cotidiana e das mobilizações migrantes no Brasil. No caso da pandemia, ao passo que muitas organizações de

mulheres migrantes se articularam em atividades de *cuidado coletivo* e apoio às comunidades, outros grupos se desarticularam por inúmeras razões, inclusive pelo *medo*, como destacou a ativista. Na avaliação de Feldman-Bianco, Domenech e Sanjurjo (2020), os tempos atuais têm sido marcados por uma ampliação da precariedade e do risco de morte. No caso da pandemia, a escolha política de alguns governos de priorizarem a economia em vez da saúde evidencia que a necropolítica (Mbembe, 2016), ou seja, a "política da morte" é presente em diferentes contextos. Para os autores, as ações são expressas por políticas que "promovem precariedade, securitização, criminalização da pobreza, deslocamentos e desapropriação, no marco de uma nova conjuntura do capitalismo" (Feldman-Bianco, Domenech e Sanjurjo, 2020).

Foi no último ano do governo Bolsonaro que outra morte, também evitável, chocou o Rio de Janeiro e impactou, consideravelmente, os ativismos migrantes no Brasil. Como mencionado em outros momentos ao longo da Tese, Möise Kabangambe, refugiado congolês de que residia na capital fluminense, foi brutalmente agredido e assassinado por brasileiros em um quiosque na Barra da Tijuca. O jovem de 24 anos foi espancado após cobrar diárias atrasadas de serviços prestados no quiosque (G1 Rio, 2022).

A morte de Moïse foi mencionada, inúmeras vezes, pelas ativistas que participam da pesquisa. Para as que atuam no Rio de Janeiro, a avaliação é que o caso representou um marco, local e nacionalmente, na história das mobilizações de migrantes, principalmente pela visibilidade pública que alcançou e pelos vários atos que foram feitos, em articulação com os movimentos negros e em diferentes cidades do Brasil, exigindo "#JustiçaPorMoise". Soledad, ativista colombiana que integra o coletivo *Magdas Migram*, compartilha uma experiência que o grupo teve com a família de Moïse.

> A gente já apresentou a peça e dentro da plateia estava a família de Moïse e a gente fala dele na peça. E foi um momento tão **complexo, chocante, mas muito necessário** também. E por exemplo, quando a gente apresentou a peça e a família de Möise estava presente, uma coisa que eu me lembro foi que no fórum[101], um dos seus familiares entrou e falou assim "gente, **foi isso que também matou Moïse**. Isso, [o fato de] que **as pessoas não fizeram nada.**" (...) E além que ele foi morto num espaço muito branco de Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, é um espaço muito branco. (...) Pô, é um **crime de xenofobia e racismo**. Eu acho que é um **fato importante dentro da história da migração do Rio**, porque a gente **está falando nele ainda** e a gente **vai**

[101] Aqui ela se refere ao Teatro-fórum, técnica vinculada ao Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, que envolve a participação e diálogo das artistas-ativistas com o público presente na peça (CTO, 2024).

> **continuar falando** e ele vai ser **uma referência para a gente falar dessas 2 intersecções**. Só que é **muito triste a gente ter que falar a partir de uma vida que foi tirada** e eu acho que a gente não pode esquecer isso, né? (Soledad, ativista migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Soledad destaca como o assassinato de Moïse é um crime racista e xenofóbico, retrato de uma sociedade onde o direito de migrar e permanecer (Varela Huerta, 2013) não é plenamente garantido. Em relação a isso e, em termos de políticas e iniciativas adotadas pelo Estado, foi criado o Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas (Compar-Rio). O grupo foi fundado meses depois da morte de Moïse, na cidade do Rio de Janeiro, sob gerência da Secretaria Municipal de Cidadania (Prefeitura Rio, 2022). Ademais, outras iniciativas estatais foram adotadas após o ocorrido, como descreve Bertha, gestora pública que atua com a pauta migratória no Rio de Janeiro,

> [O assassinato de Moise] **mexeu com tudo**, mexeu demais. Porque **revelou o despreparo que o poder público tem para lidar com essa agenda**. Era muito flagrante. Perguntavam, "mas quantos imigrantes e refugiados tem"? E ninguém sabia. (...) Então **revelou essa fragilidade do poder público**. Porque até como que você pensa políticas públicas se você **não sabe o público alvo** que você tem? Então não dá. E depois do assassinato dele, a gente teve a **aprovação de três leis estaduais voltadas para a questão migratória**. Uma isentando de custas para tradução juramentada. Uma para fazer um dossiê, justamente com levantamento de números de imigrantes e refugiados no Estado. E mais uma para facilitação de vestibular para a universidade pública estadual que a gente tem (Bertha, gestora pública, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em março de 2023. Grifos próprios).

Iniciativas como o Comitê de Políticas Públicas (Compar) eram reivindicações dos movimentos migrantes há décadas, como comentaram as interlocutoras de pesquisa. A morte de Moïse, a nível nacional, trouxe o tema migratório para a arena pública e, no caso do Rio de Janeiro, representou uma estrutura de *oportunidade política* (Tarrow,1994) para que o Comitê fosse, finalmente, implementado. Nesse sentido, apesar de verem como positiva a existência do espaço, a percepção comum entre as ativistas entrevistadas é a de que "é absurdo que tenha sido por uma tragédia dessas dimensões que a gente conseguiu ter um comitê. E que nossas demandas não tenham sido escutadas antes." (Soledad, ativista migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em fevereiro de 2023).

5.5 “Temos que ver se o movimento social vai ser incluído”: “pós pandemia”, lutas por justiça e governo Lula

Era 12 dezembro de 2023 quando, por um grupo do *Cio da Terra*, coletivo de mulheres migrantes que integro, recebemos a mensagem de que uma companheira haitiana havia sido encontrada morta em sua casa, localizada no município de Contagem, em Minas Gerais. Roseline Guerrier residia no Brasil desde 2019 e, durante anos, foi acompanhada pela área social do *Cio da Terra*, que buscava apoiá-la em demandas relacionadas ao acesso à saúde, moradia e assistência social, por exemplo. O coletivo, por diversas vezes, acionou o aparelho estatal para garantir o acesso digno de Roseline aos serviços públicos, além de expor a diferentes atores as várias falhas encontradas nesse processo, tais como: a ausência de tradutores nos hospitais, a falta de moradia adequada, a inexistência de vaga em hospital de reabilitação, e a não liberação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para seu sustento, por exemplo. Como exposto em uma nota publicada pelo coletivo, “Roseline era uma mulher imigrante, haitiana e negra, que morreu pelo descaso, falha e negligência de toda uma rede que deveria assegurar seu pleno acesso a direitos constitucionalmente garantidos.” (*Cio da Terra*, 2024).

A negligência com o caso de Roseline, infelizmente, seguiu mesmo após a sua morte. A demora na liberação do corpo, a ausência de familiares no Brasil, a causa do falecimento dada como “indeterminada” e outras particularidades do caso impediam a obtenção de seu registro de óbito, imbróglio que se transcorreu durante meses. Ao longo desse tempo, o *Cio da Terra* acompanhou, se mobilizou por #JustiçaPorRoseline e, com apoio de alguns atores políticos e sociais, lutou para que ela pudesse ter um sepultamento, o que só ocorreu no dia 20 de maio, quatro meses após o seu falecimento.

No norte do Brasil, um mês depois da morte de Roseline Guerrier, outro caso movimentou o campo migrante. Em cima de uma bicicleta, carregando uma mochila e usando um nariz de palhaço, uma artista circense cicloviajante percorria o país, espalhando alegria e arte. Venezuelana, Julieta Hernández era mais conhecida como “Palhaça Miss Jujuba” e vivia no Brasil há 8 anos quando suas amigas mobilizaram as redes sociais em sua procura, depois de dias sem ter notícias da artista. Julieta fazia o trajeto de bicicleta de volta à Venezuela e passava pelas cidades de Presidente Figueiredo e Rorainópolis, no Amazonas, quando desapareceu (Marques, 2024). A campanha para encontrá-la viralizou nas redes, alcançou veículos de comunicação e

movimentou coletivos de migrantes, grupos feministas e comunidades circenses que, em diferentes regiões do Brasil, auxiliavam na divulgação e buscas. Era janeiro de 2024. No dia 6 daquele mês, Julieta foi encontrada morta em uma área de mata em Presidente Figueiredo, interior do Amazonas (Rocha, 2024).

João Manuel, Moïse, Roseline e Julieta. De diferentes nacionalidades e em contextos, lugares e situações distintas, essas quatro pessoas tiveram seus sonhos interrompidos por inúmeros fatores. Em comum a todos os casos, a incapacidade de uma comunidade política em garantir que pessoas construam suas vidas, de maneira digna, em outro território. Também em todas as situações, a atuação *fundamental* de outras e outros migrantes para visibilizar as ausências, declarar as experiências comuns e amplificar as reivindicações, para que nenhuma outra pessoa migrante precise morrer para que suas existências sejam garantidas.

Se a atuação de ativistas, coletivos e organizações *de* e *para* migrantes é central nessas e em outras lutas, os gritos que têm ecoado nos mais variados espaços de ativismo poderiam ser associados ao lema “nada sobre nós sem nós”. A frase, muito utilizada entre pessoas com deficiência (PcD), “é uma reivindicação e uma luta daqueles que sabem o que é melhor para si e para a sua comunidade” (Rodrigues, 2023). No campo associativista migrante, é presente - e cada vez mais forte - uma exigência que não se resume à *participação* nos processos, mas ao *protagonismo* dos próprios sujeitos na definição de ações, na enunciação das demandas e na construção de políticas públicas. Como expressa Olga, ativista migrante colombiana residente em São Paulo,

> Eu tenho uma **agência política**, nós temos **senso crítico** também. Cada uma traz sua experiência dos seus países, né? Da sua **experiência de ativismo**, sua **experiência política**, sua **experiência social,** então juntar essas coisas e falar sobre isso é **visibilidade**, é **agência** (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Com a eleição e posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, em 2023, uma mudança de postura tem sido observada em relação à pauta migratória, ainda que seja cedo para fazer qualquer análise mais aprofundada sobre a atual gestão federal. Nos primeiros dias de governo, uma nova equipe foi anunciada para compor o Departamento Nacional de Migrações. Os nomes escolhidos para gerir a política migratória foram vistos com bons olhos pelas ativistas entrevistadas, principalmente por se tratar de pessoas com longo histórico de atuação na pauta

migratória junto à sociedade civil. Dentre as primeiras medidas anunciadas pela nova equipe, destaca-se a formação de um grupo de trabalho (GT) para construir a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Formado por cinco eixos, o GT foi composto por representantes de órgãos públicos, ministérios, da sociedade civil e de organizações que atuam com o tema (MJSP, 2023), juntando mais de 155 organizações, segundo relatou Tatyana Friedrich, ex-diretora do Departamento de Migrações (Demig), em entrevista para a Tese. Em sua avaliação,

> Acho que **pela primeira vez no Brasil** a gente vai ter **uma política nacional de imigração** que **não é uma política só de fazer ações emergenciais diante de crises**. Ou né? Para conduzir uma linha **política de branqueamento** de, enfim, como a gente viu na nossa história (Tatyana Friedrich, entrevista realizada online, em março de 2023. Grifos próprios).

Ela pontuou, ainda, alguns desafios institucionais nesse contexto, como a ausência de dados para a formulação de políticas, a falta de recursos suficientes para sua implementação, o tamanho da equipe – que é pequena, segundo a entrevistada, além da dificuldade iminente de fazer com que a pauta migratória seja considerada uma agenda política importante para o governo de modo geral, ou seja, o desafio de que outros Ministérios apoiem a construção dessas políticas públicas. O trabalho de campo também demonstrou que, por parte de outras e outros agentes públicos que atuam com a migração em distintos níveis federativos, uma das preocupações é que haja articulação com o governo federal e que o tema seja, realmente, inserido na agenda dos estados e municípios.

Como parte do processo de construção da Política Nacional, o governo federal anunciou a realização da 2ª Comigrar – Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, em novembro de 2024. Na etapa preparatória, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2024), mais de 200 conferências foram inscritas, contabilizando um total de 14 mil participantes. Como ativista e integrante do coletivo *Cio da Terra*, participei e atuei na organização de algumas dessas pré-conferências, umas realizadas *online*, outras de maneira presencial na cidade de Belo Horizonte/MG. Ao longo desses eventos, pude presenciar, também como pesquisadora, um campo ativista feminista que tem se fortalecido e reivindicado a participação e o protagonismo migrante na formulação de políticas, reforçando aspectos como a representatividade, a diversidade e a interseccionalidade.

Em mais de uma conferência que participei, por exemplo, houve – por reivindicação de migrantes – reserva de vagas para pessoas delegadas que fossem mulheres migrantes indígenas e negras, além do estabelecimento de critérios de diversidade de nacionalidades na eleição da delegação. Apesar de tensões e disputas intergrupais, comuns a arenas políticas complexas como essa, as organizações de migrantes têm se organizado de maneira dinâmica para que, desse processo, seja estruturada, enfim, uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia que seja transversal e inclusiva, demanda histórica dos movimentos sociais migrantes.

Como mencionado anteriormente, seria precipitado de minha parte fazer alguma análise mais detalhada ou qualquer previsão sobre os seguimentos que o atual governo dará às políticas migratórias. Ao longo do trabalho de campo do Brasil, realizado entre outubro de 2022 e julho de 2023, pude captar as percepções e expectativas mais gerais das interlocutoras de pesquisa sobre esse momento político. No geral, as ativistas demonstraram otimismo e esperança em relação ao atual governo, mas pontuaram que é necessário acompanhar, cobrar e seguir lutando para que a migração seja realmente inserida na agenda política e considerada na formulação e implementação das políticas públicas. Como avaliou Julieta, ativista migrante boliviana residente em São Paulo,

> Bom, com o novo governo, os novos benefícios [sociais] que há, espero que melhore. O tema é **como ter acesso aos seus incentivos sem regularizar as pessoas**. Para mim é um tema, sem regularizar, sem ter um órgão civil que acompanhe isso, não sei como se pode solucionar, sabe? Acho que **precisamos regularizar** as pessoas para que tenham acesso aos seus programas e ajudas que vão ter. **Porque senão, não sei o que muda para nós**. Se precariza muito o nosso trabalho. As **vagas de trabalho são informais**. Está **superprecarizado** (...) Mas eu estou bem **otimista**. Pouco tempo de governo e já se chama um GT de migração. Eu acho que **é um bom sinal, só temos que ver se o movimento social vai ser incluído**. Esse é outro tema. (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

No momento em que este capítulo foi escrito, as pré-conferências estavam sendo realizadas pelo Brasil, em preparação para a 2ª Comigrar Nacional. Como em diversos momentos ao longo das últimas décadas, o campo ativista migrante permanece articulado para garantir que os direitos das pessoas migrantes sejam assegurados. As mulheres, nesse processo, seguem ocupando diferentes espaços e protagonizando lutas que reivindicam a representatividade, a justiça e o direito de viver uma vida sem violências.

Como busquei demonstrar ao longo deste capítulo, os ativismos migrantes têm denunciado, historicamente, a invisibilidade da pauta migratória nas agendas governamentais, os quadros de xenofobia, racismo e violência de gênero enfrentados diariamente, bem como as falhas e dificuldades de acesso aos serviços públicos. Por mais que o Brasil possua, hoje, uma legislação migratória calcada na abordagem de direitos humanos – fruto de muitas lutas, como já exposto – sua aplicação, na prática, é permeada por gargalos. A maior parte dos estados e municípios não possui políticas públicas específicas para as populações migrantes e refugiadas, o que torna ainda mais necessária a atuação da sociedade civil.

Ademais, ainda que os contextos políticos importem muito para a configuração e atuação dos coletivos migrantes, principalmente os de mulheres, a interpretação das interlocutoras de pesquisa é a de que ainda há muito o que se avançar. Entram e saem governos, as conjunturas políticas se alteram e as pessoas migrantes continuam sofrendo com as exclusões, violências e ausências - tão presentes cotidianamente. Nessa seara, os deslocamentos continuam a ser tratados, de maneira geral, pela lógica da *emergência* e da *transitoriedade*, como se a migração fosse algo efêmero para ser tratada enquanto política de *Estado*.

Nas fronteiras dessas arenas, estão os ativismos, em geral, e os ativismos feministas, em particular. Nas lutas por justiça de gênero, raça e classe, estão as mulheres migrantes. Em todos esses processos e na reivindicação por mais protagonismo dentro e fora dos movimentos, os *feminismos migrantes*.

6. Feminismos migrantes: teoria, práxis e ativismo em movimento

> *Sim, existe um feminismo migrante. Só não está mapeado, não está tão conceitualizado por nós mesmas. Mas, bem... você vai construir isso com a gente? (Cláudia, ativista migrante argentina, entrevista realizada em Belo Horizonte/Brasil, em fevereiro de 2023).*

Neste capítulo, pretendo aprofundar as reflexões delineadas, trazendo novos aportes e análises, com base no que foi observado ao longo dos trabalhos de campo e do desenvolvimento da pesquisa. Desenvolvo, de maneira mais minuciosa, a noção de *feminismos migrantes*, um conceito central para a Tese, que veio sendo apresentado ao longo dos outros capítulos. Busco, nesse sentido, articular aspectos empíricos e teóricos, costurando as contribuições das interlocutoras de pesquisa com os debates traçados à luz da teoria. Além de apresentar o conceito de feminismos migrantes, busco expor como esse campo se configura e se caracteriza, onde se situa em relação aos feminismos e quais são seus principais aportes.

Após ter apresentado os estudos de caso sobre os ativismos de mulheres migrantes no Brasil e na Argentina, opto por retomar a abordagem dos *feminismos migrantes* neste capítulo de uma maneira "geral", ou seja, sem estabelecer uma diferenciação de caráter regional, ou descrever o cenário específico de cada país, tarefa que busquei fazer nos capítulos anteriores. Como mencionado em outros momentos da Tese, ao selecionar dois países para analisar nesta pesquisa, minha intenção não era a de compará-los, mas de olhar para distintas experiências feministas nesses dois locais e buscar compreendê-las e significá-las, à luz da teoria e dos conhecimentos compartilhados pelas próprias interlocutoras de pesquisa.

Entendo e argumento, também, que a *heterogeneidade* e a *diversidade* são características desses feminismos migrantes, principalmente ao pensarmos as origens, as localizações e os trânsitos que as ativistas fizeram (e fazem), seja na dimensão individual, familiar ou coletiva. Isso não significa apagar as diferenças existentes, mas compreender como elas se articulam na própria configuração desses ativismos e nos diferentes contextos em que se apresentam. A engrenagem que "organiza" essas diferenças, nesse sentido, é a própria *experiência migratória*, como tentarei demonstrar a seguir.

6.1 “Ser migrante também é um lugar de enunciação política”: migração como *acontecimento*, posicionamentos e posicionalidades

Nos capítulos anteriores, expus como as relações entre os ativismos de mulheres migrantes e os feminismos são, muitas vezes, paradoxais. Em um processo constante de aproximação e afastamento, as ativistas migrantes se inscrevem no campo feminista e de gênero (Matos, 2008), ao mesmo tempo em que demarcam qual a localização (Piscitelli, 2008) (não) ocupam dentro desse espaço. As relações, portanto, são atravessadas por tensões, negociações, estratégias e articulações frequentes.

E por que chamar essas interações de feminismos? Argumento que, com base no que foi observado ao longo de anos de pesquisa e militância, os ativismos de mulheres migrantes podem ser compreendidos nessa chave interpretativa. Como demonstrei em outros momentos da Tese, além de a maioria das interlocutoras de pesquisa inscreverem suas ações nesse campo, seus ativismos compartilham das linguagens, repertórios de ação, teorias e práticas adotadas historicamente pelos movimentos feministas na América Latina. Ainda que invisibilizadas em muitos espaços e, mesmo que os entendimentos sobre “o que é o feminismo” sejam diversos entre as entrevistadas, as mulheres migrantes lutam, constantemente, pela equidade de gêneros, pelo acesso a direitos e à cidadania e pela possibilidade de viverem uma vida digna e sem violências.

> Desde os movimentos sociais, desde as organizações, a nossa intenção é... acho que tem a ver com **trazer o feminismo como uma ferramenta de luta, de organização, de refúgio, de compreensão, de entendimento do mundo e de si próprio** e porque é que se vive o que se vive e **porque é que o que se viveu é uma violência**, mesmo que nem sempre se saiba que é uma violência. Não há ninguém que tenha vivido uma violência no corpo, que não saiba que é uma violência, porque se pode pôr o nome e o enquadramento conceitual que se quiser. Mas para mim trata-se de **abordar o feminismo de uma forma que não só nos ajuda a nomear**, mas também nos convida a **fazer da nossa vida outra coisa**, a ter **possibilidades de vida que vão para além do que era suposto,** poder fazer ou não fazer, dizer ou não dizer, **onde quer que a gente tenha que ficar e viver** (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa[102]. Grifos próprios).

[102] Do original: “*Para mí en todo caso, además, desde los movimientos sociales, desde las organizaciones, nuestra intención es… yo creo que tiene que ver con poder acercar el feminismo como una herramienta de lucha, de organización, de refugio, de comprensión, de comprensión del mundo y de una misma y de por qué una vive lo que vive y de por qué es violencia lo que viviste. Por más de que vos no siempre sabe que es violencia, no hay nadie que haya vivido violencia en el cuerpo, que no sepa que sea violencia, porque puedes poner el nombre y el marco conceptual que vos quieras. Pero*

Ao trazer a ideia de *feminismos migrantes*, portanto, a proposta não é a de nomear todas as ativistas como *feministas migrantes*. Isso seria, em alguma medida, cometer uma injustiça epistêmica (Fricker, 2007) com aquelas que não se identificam como tal. Além disso, seria reduzir uma noção importante – mobilizada pelas próprias interlocutoras de pesquisa – à dimensão da identidade individual de cada uma (e não à dimensão de um conceito, que precisa ser genérico e, em certa medida, abstrato). Entendo os *feminismos migrantes* como uma categoria construída *coletivamente*, que surge do trabalho de campo, das entrevistas realizadas e da minha própria interpretação sobre elas, bem como da atuação como pesquisadora e ativista. Enquanto *conceito*, proponho que os *feminismos migrantes* sejam definidos como:

- *Um campo de teoria e práxis política desenvolvido por mulheres migrantes e dissidências, que estão em constante movimento. É um campo interseccional e em disputa, situado e forjado nas diferenças e nas lutas contra os racismos, a xenofobia e as desigualdades e violências de classe, gênero, origem e sexualidade. As ações, estratégias e demandas se inscrevem em práticas de ativismo transnacionais e desterritorializadas, baseadas no cuidado recíproco e em vínculos afetivos, culturais e políticos estabelecidos por migrantes.*

Desse modo, a noção de *feminismos migrantes* não diz respeito somente a uma identidade individual ou coletiva assumida por determinadas pessoas e grupos. Ainda que a construção da identidade esteja na base da formação de qualquer luta política (Mendonça, 2017) e que a categoria *migrante* seja reivindicada por essas atrizes políticas, os feminismos migrantes não se resumem a isso. Mesmo porque as lutas desempenhadas por essas pessoas não podem ser resumidas a um "identitarismo" – expressão que tem sido comumente usada de maneira pejorativa (Mendonça, 2021) – no sentido de reforço de uma identidade ou de características apriorísticas de algum grupo, mas são lutas, sobretudo, pelo direito de *migrar*, *permanecer* (Varela Huerta, 2013) e *existir* em qualquer território. São lutas contra as violências de gênero, os racismos, a xenofobia, os impactos da colonialidade e de outras tantas desigualdades que atravessam e impactam os trânsitos de pessoas migrantes, nos mais variados contextos.

---

para mí se trata de acercar un poco como mira el feminismo, no solamente que te ayuda a nombrar esto, sino que te invita a que a que tu vida sea otra cosa a que haya posibilidades de vida que vayan más allá de lo que supuestamente podíamos hacer o no hacer, decir o no decir y en dónde tengamos que quedarnos a vivir." (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

Mais ainda, compreendo os feminismos migrantes enquanto um campo dinâmico, em constante construção e *em disputa*. Para além das relações entre diferentes coletivos de mulheres migrantes com outros movimentos sociais, como os feministas, há tensões dentro dos grupos e entre os próprios atores e atrizes que atuam com a pauta migratória, como demonstramos em outros momentos desta Tese. Na percepção de Eva, ativista migrante argentina residente em São Paulo/Brasil,

> Eu acho que, como qualquer outro movimento e tal, é diferente nos diferentes contextos, então com certeza **nos diferentes contextos nacionais vai ser diferente esse feminismo migrante**, inclusive porque acredito que em cada contexto tem a **relação com as pautas que o feminismo local traz** (Eva, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023.Grifos próprios).

Como relatou Eva e outras interlocutoras de pesquisa, os contextos de atuação são importantes para a atuação dos movimentos e influenciam seus repertórios, estratégias e reivindicações. Por esse motivo e pela heterogeneidade das experiências de ativismo, entendo esses feminismos enquanto *campo* e opto por abordá-los sempre no plural: são *feminismo**s** migrante**s*** que se articulam nas diferenças e que compartilham pontos, demandas e sentidos comuns.

Nas palavras de Domitila, ativista migrante boliviana residente em Buenos Aires, Argentina, os feminismos migrantes estão em constante formação, em um processo de busca por suas próprias referências. Para ela, “temos as nossas particularidades enquanto migrantes e é a partir dessas particularidades que estamos construindo nossos feminismos”. Essa percepção é compartilhada por Julieta, ativista migrante residente em São Paulo, que, apesar de viver em um país diferente do de Domitila, acredita que

> **Existe feminismo migrante**, porque as migrantes acho que temos **um olhar muito mais amplo**, por vir de **outro país**, por vir de **outra cultura** e encontramos com essa cultura. Eu acho que **conseguimos enxergar coisas que o feminismo não enxerga**. E por isso, sim, acho que **deveria haver uma categoria de feminismo migrante**. Porque como enxergamos o mundo por ter esse **deslocamento**, ou ter esses **dois lugares**, essas **duas referências**, é **diferente a como outros movimentos feministas enxergam algumas situações**. E eu acho que é algo que não se pode olvidar. Porque não é porque sou mulher que vejo o mundo dessa forma, é porque eu vim de Bolívia e eu vivo aqui. **Vindo de uma cultura, estou imersa em outra cultura**, tenho várias experiências que **me põem em um lugar que ninguém mais vai saber se não tem a experiência de migrar**. (...) O **deslocamento é na parte do ativismo** também, para o mundo, para a forma de **se posicionar**. É porque vai mexer com a sua **estrutura**, com quem você é, **quem sou eu**. Não sei, muda, como migrante acho que tenho muito mais consciência disso... (Julieta, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023.Grifos próprios).

Ao longo dos trabalhos de campo para esta Tese, ouvi, de diferentes interlocutoras nos dois países, que a experiência migratória teria sido fundamental para “ampliar sua visão” sobre o mundo. Essa percepção, compartilhada de maneira quase unânime entre as entrevistadas, me deixava curiosa: o que significava esse “olhar mais amplo”? Durante a análise das entrevistas e, após minha própria vivência como migrante na Argentina (já descrita em capítulos anteriores), pude compreender que essa “amplitude” se manifesta em diferentes esferas da vida: nas relações com o outro, nas atividades cotidianas e nos próprios ativismos. Como relata Julieta no trecho acima, o deslocamento não é só físico, mas também político, em termos das referências acionadas, das percepções de mundo e do estabelecimento de uma diferenciação importante entre os feminismos migrantes e os outros movimentos feministas. A migração, nesse sentido, altera *posicionalidades* (Anthias, 2010) e *posicionamentos*: ao mesmo tempo em que posiciona as mulheres migrantes em um lugar social diferente, pode alterar, também, a forma como elas mesmas se posicionam politicamente em determinados contextos.

Ao olhar para esses processos, contudo, concordo com a defesa de Anthias (2010) de que a mobilidade territorial entre diferentes países não representa, necessariamente, um deslocamento em termos de classe social, etnia ou gênero, por exemplo. Apesar disso, os achados de campo demonstram como a migração pode ser entendida como um *acontecimento* (Deleuze, 1975; Queré, 2005; Mendonça, 2007) na vida das mulheres migrantes, um evento que *transforma* o modo como as pessoas se percebem intersubjetivamente, como são localizadas socialmente e como vivenciam e interpretam essas mudanças. Como explica Mendonça (2007, p.120):

> É mais promissora a perspectiva que encara o acontecimento como uma espécie de ruptura na continuidade da experiência, que afeta os sujeitos ao mesmo tempo em que é afetado por eles. Dotado de certa autonomia, o acontecimento cria as condições para sua compreensão e contêm um caráter revelador ao alterar tanto as possibilidades de leitura do passado (daquilo que o causou) como do futuro (à medida que ele inaugura campos de possíveis concebíveis).

Mais ainda, acrescento e argumento que essas dinâmicas afetam não só suas experiências individuais, mas também as maneiras pelas quais as mulheres constroem suas lutas e reivindicam transformações sociais, principalmente diante da multiplicidade de desafios que se impõem antes, durante e depois de seus diversos deslocamentos. A partir desse acontecimento, nesse sentido, as agências coletivas

também se transformam. E é justamente no desenrolar desse processo, a partir do encontro, da negociação e da articulação entre as *diferenças*, que as mulheres migrantes constroem seus ativismos.

No campo analisado, foi possível observar que muitas das interlocutoras de pesquisa já possuíam histórico de ativismo em seus países de origem antes da migração, seja atuando em movimentos estudantis durante a faculdade, seja em grupos feministas e ambientalistas. Em outros casos, o vínculo com a ação coletiva vinha de familiares que faziam parte de organizações político-partidárias e, no caso das entrevistadas de maior idade, principalmente, a atuação se deu também em movimentos contra a ditadura militar em seus países de origem, nas décadas de 1970 e 1980, principalmente. Em todos os casos, as interlocutoras foram unânimes em dizer que a *migração* não era uma agenda de luta – nem para elas, enquanto ativistas, tampouco para as organizações e movimentos sociais que elas integravam ou se relacionavam em seus contextos de origem.

O entendimento da migração enquanto uma pauta política, que envolve desafios e reivindicações diversas, veio apenas após os seus *próprios deslocamentos*. Isso ocorreu mesmo entre aquelas cujo contextos nacionais e familiares sempre foram atravessados por dinâmicas migratórias, como é o caso de Simone, imigrante mexicana residente no Rio de Janeiro desde 2013. Ela conta que apesar de o México ser, historicamente, um país atravessado pelas migrações, seu ativismo nesse campo começou depois de sua mudança para o Brasil e a partir de conversas e percepções compartilhadas com outros amigos, também migrantes em outros países:

> Eu acho que tem um momento que você percebe que você não vai mais voltar mesmo... assim, que você já tá aqui há um tempão e que você quando volta, **você não se sente também muito mais parte do seu lugar**, porque você já se afastou, não tem mais redes e tal. Aí você começa a pensar nessas coisas e aí você começa a **perceber como isso é importante na vida de uma pessoa** e como isso, quanto mais dificuldades a pessoa tiver no país escolhido, se torna uma questão assim de sofrimento mesmo, né? Porque acho **que foi por aí que eu comecei a pensar**, assim, como é sofrido mesmo, assim, um processo difícil de se viver (Simone, migrante mexicana, entrevista realizada em fevereiro/2023, no Rio de Janeiro/Brasil. Grifos próprios).

Desse modo, pensar a migração enquanto um *acontecimento* supõe refletir que essa experiência altera as visões de mundo dessas mulheres, na medida em que elas passam a entender-se e "*tornar-se migrantes*" ao longo do desenvolvimento de seus projetos migratórios, como nos descreveu uma interlocutora de pesquisa. Nesse

processo, como já exposto, as ativistas passam a reivindicar a noção de *migrante* como uma categoria política, que marca atravessa suas identidades individuais e coletivas e as posiciona, politicamente, nos espaços públicos e nas arenas de poder. Como defende Olga, ativista migrante colombiana residente em São Paulo,

> Eu acho que sempre é um **não-lugar** e esse não-lugar gera um **conflito na identidade**, né? Se reconhecer como migrante, acredito que no meu caso me permite **reconstruir também minha história**, né? Então, minha história no Brasil é minha, **minha própria identidade e minha própria luta política**. **Minhas bandeiras políticas também**. Acho que essa categoria **dividiu** também, né? Um pouco **minha existência**. Porque eu era uma pessoa colombiana, cidadã, né? De repente, **eu não sou mais cidadã de parte nenhuma**, né? Porque eu não tô mais na Colômbia, mas também **não volto**, porque **já é diferente de tudo, mas também não estou aqui**, sabe? (...) Eu andei e eu continuo andando mesmo estando aqui, porque eu não... não dá para pensar que a vida vai voltar como você a conheceu, não é? **Você continua andando de algum jeito**. **Mesmo estando aqui, mesmo estando lá**. Então realmente foi importante. Foi uma categoria **política**, **social**, mas **pessoal** também. Sabe? que **mobilizou essas estruturas internas** (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Olga fala de um *movimento* constante que emerge e se mantém nesse processo. Diz de uma divisão marcante em sua vida, a partir do momento em que ela se entendeu como *migrante*. O próprio sentido de *cidadania* se altera, não estando vinculado a um território, a uma nação, mas a esse "*não-lugar*" que ela descreve, já que seus lugares sociais e de enunciação política não são mais os mesmos. E continuam em constante mudança.

Também de origem colombiana, Judith é uma mulher que vive no Brasil desde 2005. Pesquisadora e ativista em um coletivo de mulheres na cidade do Rio de Janeiro, ela conta sobre a ocasião em que participou de um evento acadêmico e, durante sua apresentação, optou por não só falar sobre migrações – tema que ela investiga há anos – mas por enunciar, em sua fala, seu lugar como migrante:

> Mas esse dia foi muito importante. Eu coloquei minha apresentação, minha entrada na mesa foi precisamente sobre **nosso lugar**, **os sujeitos políticos migrantes**. Então, e isso de **despertar a galera foi muito importante**. Eu me lembro muito de pessoas saindo do espaço, amigas do coletivo, cada um tinha entendido que **eu era uma sujeita política desde meu lugar de migração**. E isso tem tomado tempo para as pessoas caírem, entendeu? Para caírem na real. E eu acho também que a conjuntura... é uma empreitada global, cê me entende? (...) Cada vez mais vão começando a fazer um barulho, e as pessoas vão entendendo, vai aparecendo a figura nos meios... Nos meios de comunicação hegemônicos, contra-hegemônicos etc. E vai levando a pessoa a entender que **ser migrante também é um lugar de enunciação política** (Judith, ativista migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em abril de 2023. Grifos próprios).

Além de fomentar a enunciação de si enquanto *sujeita política*, o *acontecimento da migração* e o entendimento de *ser migrante* fortalecem a própria configuração da ação coletiva. Emerge, nesse movimento, a reivindicação de que pessoas migrantes sejam consideradas sujeitas/os de direito, não apenas *vítimas*, *coadjuvantes* ou *ameaças* em um cenário global de políticas de controle e de fortalecimento de fronteiras físicas e simbólicas (Fassin, 2011). Ademais, os ativismos se ampliam e fortalecem, já que após o deslocamento, muitas mulheres passam a buscar por espaços compartilhados entre migrantes e, mais ainda, compostos por mulheres migrantes. Os coletivos, por exemplo, são parte importante nesse cenário, surgindo como espaços de construção de vínculos afetivos, de criação de linguagens comuns entre mulheres migrantes, e de produção de ações políticas diversas, desterritorializadas e transnacionais.

Mais ainda e, como aponta Queré (2005), referenciado por Mendonça (2007), o acontecimento não se inscreve em um marco temporal determinado, mas promove reflexões sobre o passado, enquanto revela futuros possíveis. Nesse processo, "instauram-se campos problemáticos, portanto, porque a maneira do acontecimento se abater sobre os sujeitos é a do deslocamento." (Mendonça, 2007, p. 123). Isso se evidencia no relato de Claudia, ativista argentina que vive na cidade de Belo Horizonte desde 2016. Compartilhando sobre as conversas que trava com outras amigas migrantes, ela conta que a migração transformou não só sua realidade no país de destino, mas a própria maneira como ela se situa no seu país de origem, enxerga seu passado e pensa sobre o futuro.

> E aí a gente fala, **uma vez estrangeira, sempre estrangeira**. Porque eu vo u ser estrangeira inclusive quando eu vou na Argentina, aquela coisa. Você vai entender isso na pele quando você for lá. Que uma vez que volta, você n ão é a mesma pessoa que foi, mas cai a ficha real desse **ser em trânsito q ue a gente** é e pronto. Que a gente **não tem uma raiz** só, né? E que essa **â nsia de viver nesses outros territórios que não são próprios** também é muito forte. **Só que nenhum deles é próprio** também, né? **Nem o que era, o que um dia foi, nem o que você escolheu pra estar hoje** (Claudia, ativista migrante argentina, entrevista realizada em janeiro de 2023, em Belo Horizonte/Brasil. Grifos próprios).

O relato de Claudia evidencia os trânsitos e as diversas raízes que permeiam a configuração das mulheres migrantes enquanto sujeitas políticas e sociais. A ideia de um *pertencimento desterritorializado* atravessa esse processo, afetando seus entendimentos sobre si mesmas, suas percepções sobre a ideia de cidadania e suas interpretações sobre o mundo. O horizonte compartilhado de luta é *não ter fronteiras*

(e aqui fica evidente, mais uma vez, o sentido do “olhar mais amplo”). É viver “nesses outros territórios” e entender que o pertencimento não está vinculado a apenas um lugar, mas a vários deles (Anzaldúa, 1987; hooks *et al*, 2004) e, em alguns momentos, possivelmente, a nenhum. Como contou outra interlocutora de pesquisa, uma ativista paraguaia residente em Buenos Aires, “quando uma pessoa sai [de seu país], nunca volta a se sentir a mesma. Porque seu coração vai estar de um lado e do outro”[103].

6.2 Interseccionalidade emancipadora, políticas de localização e solidariedade a partir das diferenças

A percepção de um pertencimento desterritorializado que emerge com o *acontecimento* da migração é importante para a compreensão dos feminismos migrantes*,* pois se vincula à própria noção de *interseccionalidade*, ao remeter à articulação entre diferentes localizações e posicionalidades (Anthias, 2008) que as migrantes assumem em distintos contextos e territórios. Para compreender esses processos, como busco fazer nesta Tese, um dos desafios que se impõem diz respeito, como expõe Magliano (2015), à própria operacionalização metodológica do conceito de *interseccionalidade*. Isso porque é fundamental que as análises sejam feitas de maneira situada e contextualizada, considerando como as tramas da diferença se apresentam em distintos espaços políticos e sociais.

Em relação à análise de fenômenos complexos como o migratório, isso se torna ainda mais relevante, já que a articulação entre marcadores como raça, gênero, classe e origem nacional, por exemplo, se apresenta de maneiras distintas em diferentes territórios. O relato de Lydia, migrante haitiana que atua na área de gênero de um coletivo de pessoas afrodescendentes[104] em Buenos Aires, evidencia esse ponto. Ao analisar as dinâmicas raciais presentes no Haiti e na Argentina, ela conta como a articulação entre *raça*, *classe* e *nacionalidade* se manifesta de maneira distinta entre os dois países, influenciando, até mesmo, as formas de organização coletiva nesses diferentes contextos.

> No nosso país, temos uma questão de **classe social**, uma luta de classes, uma luta de dentro para fora, a do **colonialismo**, do **imperialismo**, mas não como o racismo que vivemos na América Latina, é um contexto diferente, não é? Quando cheguei aqui, era como se fosse “obrigada” a entrar na militância

[103] Do original: “Cuando uno sale ya nunca vuelve a sentir igual. Porque el corazón va a estar de un lado y del otro” (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em janeiro de 2024. Tradução nossa).
[104] O termo “afrodescendentes” é a palavra utilizada pelas próprias ativistas nesse contexto.

> de luta contra o racismo. Não como haitiana, com um grupo de haitianos, porque **você começa a duvidar da tua identidade**. Porque eu sempre senti que **"sou haitiana" e pronto**, mas aqui é outra coisa, é como se... ele é negro agora, não é haitiano. Portanto, é **aí que entra a militância. Ou seja, contra o racismo, isto é, como afrodescendente**, foi aí que aprendi que na Argentina há negros, que há afro-argentinos, militando ao lado deles, pela visibilidade dos afro-argentinos. Há afro-brasileiros, afro-colombianos, de todo o mundo. Mas **o que nos une é o afro**. **Deixando um pouco para trás a nossa nacionalidade** (Lydia, ativista migrante haitiana, entrevista realizada em novembro de 2023, em Buenos Aires/Argentina, tradução nossa[105]. Grifos próprios).

O relato de Lydia expõe como as diferenças operam em uma trama "multiaxial de poder" (Brah, 2011, p. 220), em que a nacionalidade é ora acionada, ora não. A construção do *comum,* no contexto que ela descreve, se baseia na raça, e não na origem nacional, embora a militância nesse coletivo tenha sido fundamental, na avaliação da entrevistada, para visibilizar comunidades negras de diferentes origens.

Levando esses aspectos em consideração, argumento que, mais além de expor como as desigualdades se entrecruzam e afetam as experiências cotidianas de mulheres nos mais variados espaços, a noção de *interseccionalidade* é frutífera para se pensar sobre o imbricamento das *diferenças* na própria configuração dos *ativismos* de mulheres migrantes. Como relata Domitila, ativista migrante boliviana residente em Buenos Aires, uma das estratégias que ela e outras ativistas adotam, é o de se fazer visíveis como migrantes, principalmente em outros espaços de militância feminista. Nesse movimento, elas demonstram como o cruzamento entre gênero e origem, por exemplo, implica diferenças de tratamento por parte de autoridades, medo de deportação por parte das mulheres migrantes e ausência de redes de apoio para muitas vítimas.

> Penso que, em princípio, o **objetivo era nos tornarmos visíveis como migrantes nestes espaços**, [mostrando] que **ser uma mulher migrante não é o mesmo que ser uma mulher nacional**. Tudo bem, nós, como as mulheres argentinas, por exemplo, sofremos todo o tipo de violência, mas **ainda mais do que as mulheres nacionais**, porque **estamos num território que não é nosso**. Estamos num lugar onde as **autoridades não querem**

[105] Do original: "*En nuestro país tenemos un tema de clase social, lucha de clase, lucha de adentro para afuera, eso del colonialismo, el imperialismo, pero no como el racismo que está viviendo en América Latina, es que es otro contexto, ¿no? Al llegar acá, como que estaba "obligada" a entrar en la militancia de combate al racismo. No como una haitiana, con un grupo de haitianos, porque uno empieza a dudar de su identidad porque siempre me he sentido como "soy haitiana" y listo, pero acá es otra cosa, es como... es negro, no es haitiano ahora. Así que ahí sí, ahí viene la militancia. O sea, en contra del racismo, o sea, como una persona afrodescendiente, ahí voy conociendo que en Argentina hay negros, que hay afroargentinos, militando al lado de ellas, ellos, para su visibilización de los afroargentinos… hay afrobrasileros, afrocolombianos, de todos los lugares. Pero lo que nos une es lo afro. Dejando un poco nuestra nacionalidad*." (Lydia, ativista migrante haitiana, entrevista realizada em novembro de 2023, em Buenos Aires/Argentina).

> **receber as nossas denúncias** quando queremos dizer que fomos vítimas de algum tipo de violência, de violação, ou que uma de nós foi vítima de feminicídio, ou seja, é difícil, é mais complicado. Porque **temos medo por estar em outro país**, muitas vezes não topamos denunciar diretamente... Posso te dar um exemplo claro de algo que aconteceu, muitas mulheres que viviam em diferentes situações de violência **não denunciavam** seus parceiros violentos, digamos, porque tinham **medo de ser deportadas** e de ficar sem o pai, que era a **ajuda econômica mensal**. Então, é ... acho que isso nos **ajudou a nos tornarmos mais visíveis no seio dos movimentos feministas** (Domitila, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa[106]. Grifos próprios).

No Brasil, Joaze Bernardino Costa (2015), ao olhar para a experiências de mulheres negras trabalhadoras domésticas, defende a noção de *interseccionalidade emancipadora*, que se refere aos processos pelos quais as categorias sociais de diferenciação são mobilizadas para projetos de resistência. Segundo o autor, em determinados contextos, o conceito de interseccionalidade pode ser utilizado não só para enfatizar a dimensão das opressões, mas para pensar a emancipação e a agência política.

No caso desta pesquisa, as narrativas das mulheres migrantes demonstram que esse entrecruzamento entre gênero, raça, classe e origem, entre outros aspectos, é também fundamental para o estabelecimento de solidariedade política entre elas e para a construção de seus ativismos. Como conta Soledad, ao se referir às linguagens e processos construídos entre mulheres migrantes no coletivo em que ela atua, na cidade do Rio de Janeiro, “é essa articulação entre ser mulher e ser migrante, né? Isso é algo que nos guia. (...) A partir do coletivo a gente viu muito sentido nisso, quando começamos a ter as trocas nas oficinas, nas formações, e todo mundo começou a falar” (Soledad, migrante colombiana, entrevista realizada em fevereiro de 2023 no Rio de Janeiro/Brasil).

---

106 Do original: “*Creo que en principio fue esto, el de visibilizarnos como migrantes dentro de estos espacios, que no es lo mismo ser una mujer migrante que ser una mujer nacional. Está bien, nosotras, al igual que las que las argentinas, por ejemplo, vivimos todas las violencias, pero incluso mucho más fuertes que las nacionales, porque estamos en un territorio que no es nuestro. Estamos en un lugar donde las mismas autoridades no quieren recibir nuestras denuncias cuando nosotras queremos ir y poner y decir que hemos sido víctimas de algún tipo de violencia, violación, o que nuestras mujeres han sido víctimas de feminicidio, o sea, es difícil, es más complicado. Porque tememos al estar en otro país, muchas veces nosotras no nos animamos a denunciar directamente. Te puedo dar un ejemplo claro de lo que ha pasado en su momento, muchas mujeres que vivían en diferentes situaciones de violencia no se animaban a denunciar a sus violentos, digamos, porque tenían miedo de que los deporten y que se queden sin el padre que era la ayuda económica mensual. Entonces, eh…yo creo que eso sí nos ha servido para visibilizar dentro de los movimientos feministas.”* (Domitila, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

A interseccionalidade nas lutas das mulheres migrantes, nesse sentido, está vinculada à centralidade que as diferenças ocupam para a configuração de seus ativismos. Se, como exposto, a migração é um acontecimento em suas vidas particulares e, consequentemente, *migrante* é uma categoria central, esta passa a ser atravessada por outras categorias nesses processos de configuração das resistências. Ao juntar-se em coletivo e compartilhar experiências e conhecimentos diversos, as mulheres se encontram naquilo que elas têm em comum: o fato de serem *mulheres e migrantes*. Isso as une em seus propósitos e lutas, mas isso não as limita. As diferenças passam, então, a emergir e a serem trazidas por outras companheiras, o que gera debate, discussão, conhecimento e (re)negociação permanentes. Isso amplia, de acordo com as próprias interlocutoras, suas visões sobre si mesmas, seus ativismos e seus posicionamentos individuais e coletivos:

> Uma das companheiras naquele momento **se reconhecia como uma mulher Quechua,** como uma **mulher indígena, peruana**. E ela tinha esses questionamentos de como muitas vezes **a gente estava exercendo, praticando um feminismo muito branco**. Eu acho que esse questionamento é muito importante, muito necessário, e acho que **a gente não deve ter medo desse debate**, por mais que seja um debate muito difícil. Mas é um debate dentro do feminismo que é legítimo e precisa ser feito. Então, ela questionou algumas vezes isso e a gente tentou acompanhar esse debate que ela estava trazendo de um jeito de **começar a trazer outras referências** e de começar também a **trabalhar com as incomodidades que ela e outras companheiras, migrantes não brancas, traziam para o coletivo**. E acho que isso deu muita riqueza para o coletivo (Soledad, migrante colombiana, entrevista realizada em fevereiro de 2023, no Rio de Janeiro/Brasil. Grifos próprios).

Nesse relato, é possível observar como, a partir de questionamentos pessoais em termos de etnia, raça e nacionalidade, trazidos por uma das companheiras de coletivo, essas mulheres passam a refletir sobre os feminismos que estavam construindo naquele espaço. Esse aspecto também esteve presente nas falas de ativistas pertencentes a outros coletivos de mulheres migrantes, tanto no Brasil, quanto na Argentina. Em outros casos, como nos narraram as ativistas, foram também os marcadores da *sexualidade* e da *identidade de gênero*, por exemplo, que emergiram no entrecruzamento com o gênero, no momento em que algumas companheiras se posicionavam como mulheres lésbicas e, em um dos casos, quando uma pessoa migrante passava pelo processo de se reconhecer como uma pessoa não binária. Por meio dessas reflexões, o entendimento das interlocutoras de pesquisa é o de que há a construção de um *aprendizado compartilhado* entre as mulheres migrantes, em oportunidades em que elas debatem, intercambiam

percepções, bem como constroem, coletivamente, outras linguagens, saberes e conhecimentos sobre a política, os feminismos, as migrações e as lutas sociais.

Nesse processo, os aprendizados compartilhados e os conhecimentos produzidos *por* e *entre* essas mulheres orientam suas ações e discursos, dentro e fora dos coletivos e movimentos em que atuam. Para muitas interlocutoras de pesquisa, o tema das migrações – tanto no Brasil, quanto na Argentina, ainda é, no geral, dominado por instituições como a academia, instituições internacionais e as ONGs e entidades religiosas que, apesar de trabalharem com a temática, em muitos casos adotam posturas assistencialistas, vitimizantes e que, nem sempre, escutam e reconhecem o protagonismo das próprias migrantes. Levando isso em consideração, essas ativistas defendem, nos mais variados espaços, que elas sejam protagonistas das próprias lutas, bem como reconhecidas enquanto sujeitas políticas legítimas para estabelecer suas reivindicações em distintas arenas públicas e diante de uma diversidade de atrizes e atores políticos.

Nesse contexto, é interessante observar que a interseccionalidade emerge, também, não só em uma dimensão interna discutida nos próprios grupos – a partir de questionamentos sobre suas próprias diferenças – mas também nas articulações feitas entre as mulheres migrantes e outras atrizes e atores políticos, como os movimentos negros, indígenas, coletivos feministas e organizações de setores populares, entre outros. Os vínculos estabelecidos se materializam, por exemplo, em campanhas de arrecadação e distribuição de cestas básicas, no desenvolvimento de projetos comuns, na organização de rodas de conversa sobre temas que atravessam os distintos coletivos e no apoio recíproco em atos, marchas e mobilizações. O campo mostrou, ainda, que as decisões sobre as articulações feitas com esses e outros movimentos se dá, justamente, a partir de uma reflexão coletiva, entre as ativistas migrantes, sobre as *diferenças* existentes entre esses grupos e suas demandas, pontos de vista e posicionamentos, em um processo de construção de vínculos e de *solidariedade* (Mohanty, 2003) entre as mulheres.

Para os feminismos migrantes no contexto analisado, nesse sentido, não se trata de apagar as distinções existentes dentro e fora dos coletivos, mas de construir formas de ação que reflitam e se desenvolvam ativamente a partir do cruzamento entre essas diferenças. Como teoriza Mohanty (2003), é na articulação entre "diferenças comuns" que a solidariedade pode ser construída dentro do campo feminista. Para a autora, o enfoque não está somente no cruzamento das diferenças,

mas nas relações de mutualidade, reciprocidade e corresponsabilidade que entrelaçam distintas histórias, trajetórias e experiências entre as mulheres.

Em sentido semelhante, como defende Audre Lorde (2020), a diferença possui uma dimensão criativa, que vai além de uma mera tolerância ao incomum e se manifesta em uma "interdependência de diferenças mútuas". Ao reconhecer essa dinâmica, as mulheres podem agir para alcançar mudanças e buscar outras formas de ser no mundo. Para a autora, nesse sentido, "comunidade não deve implicar um descarte de nossas diferenças, nem o faz de conta patético de que essas diferenças não existem" (Lorde, 2020, p. 137).

São nessas dinâmicas de construção de coletividade a partir do *acontecimento* da migração que as mulheres migrantes se organizam ativamente, politizando essas diferenças. Por meio da articulação entre diferenças comuns (Mohanty, 2033; Lorde, 2020), do estabelecimento de alianças e da construção de aprendizados compartilhados, os feminismos migrantes se constituem. As lutas travadas nesse campo, desse modo, se ancoram nesses processos e nas transformações individuais e coletivas advindas do deslocamento, questionando invisibilidades e cruzando as fronteiras de muitas outras lutas.

6.3 "*Somos una potencia de transformación*": reivindicações, pautas e a migração como um direito

Após conceituar a noção de feminismos migrantes e expor como esse campo se configura, entendo ser importante apresentar, de maneira mais sistematizada, algumas de suas características, reivindicações e pautas. Ao longo dos últimos capítulos, busquei demonstrar como esses ativismos podem ser interpretados pela chave dos feminismos, expondo que as linguagens, teorias e práticas desenvolvidas por essas mulheres se inserem no campo feminista e de gênero (Matos, 2008). Entre as várias reivindicações das mulheres migrantes, estão a busca por igualdade de gênero, por mais espaços de poder, pela possibilidade de habitar territórios livres de violências e pelo estabelecimento de relações mais justas, entre outras demandas. Todavia, mais além de entender como feminismo e migração se articulam nas lutas, é fundamental destacar outras especificidades e aportes desses ativismos.

A defesa de que "migrar é um direito" atravessa as mais diferentes demandas e orienta as lutas migrantes (Varela Huerta, 2013) na Argentina, no Brasil e nos mais diferentes locais do mundo. Reivindicar a migração nessa chave, nesse sentido, diz

da exigência de que os deslocamentos sejam compreendidos em uma perspectiva coletiva e não apenas individual. Trata-se de deslocar visões que pressupõem a migração como um projeto vinculado às decisões racionais de determinados indivíduos – como caracterizariam algumas teorias (neo)clássicas (Lee, 1966; Ravenstein, 1889) – para entender esses trânsitos como fenômenos que envolvem todo o corpo social, em distintos territórios.

A migração é um projeto coletivo e, muitas vezes, familiar (Pedone, 2020), e essas dimensões se manifestam não apenas nas motivações para o deslocamento, mas nas condições de trânsito e nos quadros vivenciados pelas pessoas nos locais de destino. Compreender a migração como um direito, desse modo, significa olhar para os diferentes atores, atrizes e instituições que permeiam esse processo e entender suas responsabilidades na efetivação desse direito e na (re)construção e ressignificação da cidadania.

6.3.1 “Pra formar outro horizonte”: contra precariedades e por justiça social

Isso nos leva a uma das principais lutas que orientam os ativismos migrantes: a busca pela documentação e regularização. Como defende Julieta, ativista boliviana residente em São Paulo, a regularização é importante porque está diretamente relacionada à garantia de direitos sociais, já que a ausência de documentação é uma grande barreira para que migrantes acessem os serviços públicos de maneira plena. Apesar de os contextos serem os mais variados, a demanda é histórica e presente em diversos países, como na França, onde o movimento dos “Sem papeis” (*San papiers*, em francês) atua, desde 1996, pela regularização documental e contra o endurecimento de políticas anti-imigração (Piai, 2022). No Brasil e na Argentina, a já mencionada campanha pela #RegularizaçãoJá envolveu diferentes coletivos de migrantes e organizações da sociedade civil, que se articularam virtual e transnacionalmente para exigir o amplo acesso de pessoas migrantes à documentação.

Essa demanda está diretamente relacionada a processos de precarização e exploração, principalmente em contextos laborais. Apesar disso, como apontam França e Fontgaland (2020), a regularização migratória não necessariamente significa que as dificuldades cotidianas, principalmente relacionadas à pobreza, estarão sanadas. Além da xenofobia e do racismo presentes nas mais diversas cadeias e

processos de trabalho, as populações migrantes têm maior dificuldade de acesso à educação superior (pela necessidade de revalidação de diplomas, por exemplo) e de inserção no mercado formal. Quando ocupam os postos, ainda podem enfrentar violências e condições precárias de trabalho, principalmente se estiverem em situação irregular. No caso das mulheres, há ainda a responsabilização única pelas tarefas domésticas e de cuidado, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero que atravessam esses processos (Hirata, 2016).

Sanité, ativista haitiana que reside em Belo Horizonte, Brasil, relata que muitas mulheres migrantes, ao chegarem a outro país com suas famílias, permanecem em casa, responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, enquanto seus parceiros saem para o trabalho. Sem sair de casa, principalmente pelas demandas de cuidado, acabam não tendo muitas oportunidades de aprender o idioma, o que faz com que se tornem ainda mais dependentes dos maridos, tanto economicamente, quanto para a comunicação em outra língua.

> **Os homens sempre têm poder**. E os homens também são muito **machistas**. Então, a mulher sempre fica **dependente do marido**. Por isso que a gente tava se juntando para o Cio da Terra, na verdade. Pra ver se conseguia **ajudar essas mulheres pra sair**. E pra ver que tem outra coisa. Pra **formar outro horizonte**. A gente combinou assim, pra começar a sair, mostrando que Belo Horizonte tem outras coisas. Tem **áreas culturais** de Belo Horizonte. No início era o "Projeto Mulheres". Pra mostrar pras imigrantes, não só as haitianas, mas outras nacionalidades. Pra mostrar que **Belo Horizonte não é só trabalhar em casa**. Foi **assim que surgiu o Cio da Terra**. Na mesma perspectiva de ajudar essas mulheres pra ter ... se empoderar, é o **empoderamento das mulheres**. Aí é nessa perspectiva de **lutar contra a xenofobia**. Lutar pelos **direitos das mulheres**. Lutar pelo empoderamento. Lutar mesmo (Sanité, ativista migrante haitiana, entrevista realizada em Belo Horizonte/Brasil, em janeiro de 2023. Grifos próprios).

No relato acima, Sanité conta sobre o surgimento do Cio da Terra, coletivo de mulheres migrantes que ela ajudou a fundar em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ao se deparar com esses quadros comuns de desigualdade, dependência e isolamento, o grupo se uniu em um projeto que buscava garantir que as migrantes pudessem conhecer e acessar, plenamente, a cidade, ocupando espaços, saindo de contextos de subordinação e formando "outros horizontes". O projeto se ampliou e se tornou um coletivo que luta, desde 2017, "pelos direitos das mulheres", como descreve a entrevistada. Uma das frentes de trabalho é, justamente, voltada para fomentar a geração de renda, por meio da promoção de oficinas, eventos e feiras, e da busca por espaços de trabalho para as mulheres migrantes.

Por meio de campanhas, abaixo-assinados, projetos e ações de incidência política, os feminismos migrantes envolvem lutas contra as precariedades (Tsing, 2015; Lorey, 2016) e em busca de justiça social. As ativistas reivindicam políticas públicas específicas para as populações migrantes (Carstensen, 2013), buscam o acesso a benefícios sociais, criam espaços de trabalho e constroem redes que apoiam, protegem e fortalecem outras mulheres.

6.3.2 "Estou cansada de tanto folclore": interculturalidade e luta contra a xenofobia

A questão *cultural* é outro ponto fundamental para compreender os feminismos migrantes. Para além da percepção de um *pertencimento desterritorializado*, como mencionado, muitas mulheres reivindicam e adotam posturas que visam à valorização de diferentes culturas e a preservação da memória e dos saberes diversos. Como defende Manuela, ativista migrante peruana residente em Buenos Aires, as mulheres migrantes trazem em suas bagagens diferentes crenças, culturas e costumes, o que contribui para uma "nova construção no país de destino, sempre considerando nossas raízes, essa interculturalidade que deve existir entre as populações"[107].

Nos contextos analisados, contudo, os coletivos e as ativistas demarcam muito fortemente que essa valorização deve estar acompanhada de uma reflexão política, para que as diferentes expressões artísticas e elementos culturais não sejam lidos pela chave do "folclore" ou do "exótico", o que pode reforçar estereótipos. "Estou cansada de tanto folclore, sabe?" – me disse uma interlocutora de pesquisa. Adotar essa postura, entretanto, não é tarefa fácil. Na avaliação de Domitila, ativista boliviana residente em Buenos Aires,

> É **difícil**, pelo menos na comunidade boliviana, **que as organizações se politizem**. Elas não começam a **discutir os problemas com mais profundidade**, e o que eu estava dizendo, infelizmente, é que a maioria delas não quer se envolver nesses tipos de questões com as quais estamos lidando. Ou seja, são realmente culturais, o que eu acho ótimo, mas eu **acho importante não fechar simplesmente nisso**, mas a maioria prefere porque **é mais fácil e mais cômodo**. **É mais agradável mostrar, digamos, nossas roupas, nossa cultura, nossa comida** e coisas assim, o que eu não acho ruim. Na verdade, eu adoro isso. Mas sempre que tentamos nos aproximar de vários espaços para propor e tentar fazer outras coisas, sempre há uma certa **rejeição**. Por **conveniência**, por um lado, por **medo**, por outro. Eles não queriam passar pelo que estávamos passando. **Fechavam a porta para**

[107] Do original: "(…) *hacemos una nueva construcción en el país de destino, pero siempre considerando realmente nuestras raíces, no, esa interculturalidad que debe de existir entre las poblaciones"* (Manuela, ativista migrante peruana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em setembro de 2023, tradução nossa).

> **a gente** em todos os lados (Domitila, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa[108]. Grifos próprios).

O relato acima traz outro elemento importante, que é o receio que alguns grupos de migrantes têm de se posicionar politicamente e sofrer algum tipo de represália. No caso compartilhado por Domitila, espaços de trabalho foram fechados para o coletivo em que ela atuava, justamente porque a organização, apesar de ser voltada para a esfera cultural, se mobilizava politicamente em outras pautas e articulações. Nesses casos, a xenofobia se manifesta também nesses processos e combatê-la é uma pauta central para os feminismos migrantes.

Nos contextos analisados, essa reivindicação perpassa, também, a defesa de perspectivas próprias, construídas sobre o Sul e desde o Sul. Há um questionamento constante da diferença de tratamento dada a migrantes vindos de países do Norte Global e uma reflexão sobre as consequências de processos como a colonização. Trata-se da construção de feminismos migrantes que comuniquem as linguagens, saberes e particularidades socioculturais da América Latina, construindo alianças e caminhos comuns entre mulheres da região. Como defende Soledad, ativista migrante colombiana residente no Rio de Janeiro,

> Você vai **configurando o seu feminismo também a partir desse olhar**, você já não é só uma mulher feminista migrante, não. Você já não é só uma mulher feminista, latino-americana ou colombiana. Você agora é uma **mulher feminista, latino-americana, migrante, migrante dentro da *latinoamérica***, que também é diferente se eu sou migrante na Europa ou nos Estados Unidos, lá vou passar por outras coisas, né? (Soledad, ativista migrante colombiana, entrevista realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em abril de 2023. Grifos próprios).

Ao longo do trabalho de campo, outros coletivos que acompanhei realizam atividades voltadas para a visibilização cultural, como as apresentações do grupo musical Lakitas, da Equipe de Base Warmis, no Brasil, ou os eventos comemorativos propostos pelo Bloque de Trabajadorxs Migrantxs, na Argentina. As propostas,

---

[108] Do original: "*O sea, como que cuesta, por lo menos dentro de la colectividad boliviana, de que las organizaciones se politicen. Empiecen a discutir problemas más a fondo no y esto que te decía, lastimosamente, la mayoría no quiere meterse con este tipo de temas que nosotros hemos ido tocando. O sea, sí realmente son culturales, que me parece bien, pero me parece importante no cerrar simplemente en eso, pero la mayoría prefiere porque es más fácil y más cómodo. Es más bonito mostrar, digamos, nuestra ropa, nuestra cultura, nuestra comida y cosas por el estilo que no me parece mal. A mí me encanta, de hecho. Pero es siempre que hemos tratado de acercarnos a varios espacios para plantear y tratar de hacer otras cosas hay como cierto rechazo. Por comodidad, por un lado, por temor, por otro lado. No querían pasar lo que nos pasaba a nosotros. Para nosotros nos cerraban las puertas a todos lados*." (Domitila, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

entretanto, se alinham à percepção de que o caminho é o diálogo e o intercâmbio entre diversas culturas, e não a generalização do "diferente" como algo estranho, pitoresco ou exótico. Para Serafina, ativista paraguaia residente na Argentina, a "arte e a cultura têm um lugar muito importante e são formas de expressão muito ricas e significativas, sobretudo quando estão embebidas pelo político".

6.3.3 "O racismo é tão profundo e tão aniquilador": antirracismo em movimento

Como é possível observar, as pautas são interseccionais e transversais. No campo dos feminismos migrantes, esses ativismos buscam combater, principalmente, as desigualdades socioeconômicas e a xenofobia, mas também são lutas contra os racismos. Conforme exposto em outros momentos da Tese, os trabalhos de campo demonstraram como a dimensão racial atravessa as experiências migratórias de muitas formas, seja na invisibilidade e "estrangeirização" de pessoas afro-argentinas e indígenas ("*Identidad Marrón*", 2021), por exemplo, seja nas violências racistas sofridas cotidianamente pelas comunidades migrantes negras no Brasil.

Soma-se a isso os estereótipos associados a diferentes origens nacionais, o uso da "nacionalidade como agressão" ("*Identidad Marrón*", 2021, p. 47) e a hipersexualização de mulheres migrantes racializadas. Lélia, ativista migrante brasileira residente em Buenos Aires, é uma mulher negra e conta sobre experiências de racismo vivenciadas em suas relações afetivo-sexuais. Para ela, há uma erotização vinculada ao fato de ela ser uma *mulher migrante negra e brasileira* vivendo na Argentina.

> Eu acho que o **racismo é tão aniquilador e tão profundo na nossa sociedade**, né? Na sociedade Argentina em particular que tem pessoas que não querem, **não querem aprender realmente**, não querem entender. É, bem, é bem mais fácil ficar reproduzindo o que já pensou a vida toda, mas eu não tenho paciência. Antes sim. Já discuti muito, já briguei muito, eu perdi amizades, mas **é bem difícil se relacionar**. Às vezes começo a analisar e ver situações assim, coisas que atravessavam o tema racial, super **caía no tema racial** de alguma forma. (...) [A brasileira é] **associada à mulher quente**, né? É terrível isso. À felicidade, esse **estereótipo da felicidade**, do **carnaval** e de ser uma pessoa **supostamente quente na cama**. (Lélia, ativista migrante brasileira, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em outubro de 2023. Grifos próprios).

O combate ao racismo é, nesse sentido, parte importante das lutas feministas migrantes. As ações, realizadas muitas vezes em articulação com outros movimentos negros e indígenas, envolvem a desconstrução desses estereótipos e mitos, a reivindicação por políticas públicas antirracistas e a mobilização pelo enfrentamento

às violências e por reparação de injustiças. Como apresentado em outros capítulos, exemplos disso são as campanhas e atos #JustiçaPorMöise, #SomosJoãoManuel e #JusticiaPorMarcelinaMeneses, realizados no Brasil e na Argentina, que exigiram justiça pelos assassinatos de migrantes racializados.

Outro ponto constantemente levantado pelas ativistas diz respeito ao racismo anti-indígena enfrentado por muitas comunidades migrantes indígenas e descendentes. Segundo dados compilados pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur, 2023), cerca de 9.500 pessoas, de 3.402 grupos familiares, compõem o contingente populacional de indígenas refugiados e migrantes no Brasil. Entre as etnias mais expressivas numericamente, destaca-se a Warao (67%) e a Pémon (28%), ambas oriundas da Venezuela.

Como apontam as interlocutoras de pesquisa, a luta envolve, entre outros aspectos, a exigência de reconhecimento da diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais existentes na América Latina e o respeito a suas particularidades étnicas e culturais. Nessa seara, para os grupos e coletivos que acompanhei ao longo da Tese, dentre os avanços conquistados, destaca-se, por exemplo, a inclusão do termo “Plurinacional” ao nome dos “Encontros Nacionais de Mulheres” da Argentina – por reivindicação das comunidades indígenas e migrantes. No Brasil, chama atenção a formação de coletivos de indígenas migrantes, por exemplo, bem como a luta pela reserva de vagas para mulheres indígenas e afrodescendentes na eleição de delegações migrantes para a 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar)[109].

Enfrentando a exclusão social, os desafios com o idioma e mais diversas violências, essas comunidades reivindicam acesso a direitos como moradia, saúde e trabalho, o respeito a suas tradições, bem como a liberdade de se deslocarem entre territórios. Nesses processos, na avaliação do coletivo “*Identidad Marrón”* (2021), um dos principais desafios é construir políticas realmente inclusivas, que não reforcem os obstáculos para acessar os direitos. Além disso, “políticas públicas com perspectiva

[109] Para mais informações, cf Sedese (2024): https://social.mg.gov.br/noticias-artigos/2293-1-comigrar-mg-define-pautas-estrategicas-para-migrantes-refugiados-apatridas-e-retornados e o capítulo 5 desta Tese.

antirracista precisam do protagonismo, da direção e da hegemonia das pessoas racializadas em seu desenho" ("*Identidad Marrón*", 2021, p.17, tradução nossa[110]).

6.3.4 "Eu sinto que saí de outro armário": pelas diversidades de gênero e sexualidade

> Acredito que faz parte essa questão da **visibilidade**, que sempre foi uma bandeira nossa, **visibilizar que as pessoas migram e migram por questões totalmente diferentes**. Por reunião familiar, mas as pessoas migram também porque **saem de seus países violentadas por ser não heterossexuais, por não ser cisgênero**. Então, vamos olhar para isso, vamos olhar na cara essas questões, porque **a gente precisa olhar na cara**, sim, e a gente precisa que **as pessoas do serviço**, as **políticas públicas**, os **lugares religiosos** que recebem migrantes, saibam disso (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

As motivações para migrar são diversas e complexas. Em alguns casos, como aponta Olga no relato acima, o deslocamento acontece por situações de violência, como as sofridas frequentemente pelas populações LGBTI+. Nesses quadros, o deslocamento emerge como uma necessidade, uma outra possibilidade de existência e um novo horizonte de vida em um contexto diferente.

No campo das Ciências Sociais e na literatura sobre migrações e refúgio, os debates em torno da sexualidade e gênero vem ganhando espaço nas últimas décadas (França e Fontgaland, 2020). As pesquisas demonstram como migrantes LGBTI+ comumente encontram entraves burocráticos, políticas migratórias restritas e excludentes (Fassin, 2011), quadros de violência diversos e falta de redes de apoio no país de destino (Andrade, 2019). Mais ainda, como aponta Olga, ativista colombiana e mulher lésbica residente em São Paulo, são ausentes as políticas públicas orientadas para as demandas e particularidades dessas comunidades.

É nesse contexto e diante desse cenário que emergem alguns coletivos voltados para essas comunidades, como a organização LGBT+ Movimento, no Rio de Janeiro, e a Rede MilBi+, em São Paulo, apenas para citar algumas. Para esta Tese, acompanhei ativistas deste último grupo, além de ter entrevistado mulheres lésbicas e bissexuais que militam individualmente, que fazem parte de outras organizações, ou que estão no processo de formar um novo coletivo. Este é o caso de Serafina, migrante paraguaia residente em Buenos Aires, que é bissexual e está construindo,

[110] Do original: "(…) *Políticas públicas con perspectiva antirracista necesitan del protagonismo, dirección y hegemonía de personas racializadas en su diseño*." (Identidad Marrón, 2021, p.17).

com outras pessoas migrantes, o grupo "*Paraguayada Disidente*", formado por migrantes LGBTI+ de origem paraguaia e que vivem na Argentina.

> Além de ser **mulher**, sou **pobre**, sou **filha de analfabetos**, me leio **bissexual**, sei lá, um monte de coisas que não dá para esperar que certos coletivos que estão lutando por grandes causas se envolvam totalmente, e eu **tive que montar meu próprio bloquinho e entender**. (...) E era muito mais **marginal**, pelo fato de **me sentir quebrada**... é como se não houvesse... **a migração é estranha**, porque a migração faz você se sentir como se **estivesse fora do seu lugar**, então... sinto que, a partir desse ponto, **você já é marginal**. De várias maneiras (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em dezembro de 2023, em Buenos Aires/Argentina, tradução nossa. Grifos próprios).

Serafina relata um sentimento comum a outras interlocutoras de pesquisa, um "desencaixe", tanto em relação às normas de gênero e sexualidade, quanto àquelas relacionadas à nacionalidade. Em outros momentos do texto, mencionei como é comum, entre as mulheres migrantes entrevistadas, um sentimento de *pertencimento desterritorializado*, que se relaciona às múltiplas identificações dessas ativistas com diferentes territórios, lugares, aspectos e memórias. Como discorre Nicolas Wasser (2020), a literatura em torno das migrações já aponta para essa ideia de múltiplos pertencimentos, principalmente em termos de identidade. Em alguns casos, contudo, principalmente para as pessoas que tiveram que deixar seus países por motivos relacionados a sua orientação sexual ou identidade de gênero, o que se observa é a total recusa a qualquer pertencimento (Wasser, 2020; Wasser e Lins, 2021). Como pontua Anzaldúa, trata-se de se localizar no interstício, tendo a liberdade de articular diferentes elementos, reivindicar seus próprios códigos e negar noções pré-estabelecidas, criando "*cultura mestiza"* com sua própria "arquitetura feminista" (Anzaldúa, 2004, p.79).

Nessas trajetórias, migração, gênero e sexualidade se articulam, deslocando sentidos e fazendo com que essas mulheres se sintam às margens da heteronormatividade, ou saindo para "fora do armário" outra vez, como relatou Olga:

> Eu sinto que **eu saí de outro armário**, né? Que eu foi **o armário da migração**, tipo **me reconhecer como migrante**, né? Tipo, na Milbi apareceu essa questão a algum ponto, né? Tipo, **você sai do armário da sexualidade e sai do armário da migração**, **você não se reconhece como migrante quando chega**. Pelo menos eu não, não fazia, eu só... eu me reconheci como migrante e isso foi uma **bandeira política**, né? (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Assim como a “saída do armário” em termos de gênero e sexualidade é um processo que permeia ambivalências, renúncias, relações e negociações, o campo demonstrou como reconhecer-se migrante não é algo ontológico e não está, necessariamente, vinculado ao deslocamento físico. “Sair do armário” da migração, como aponta Olga, envolve experiências, reflexões e processos de subjetivação que estão relacionados, também, com as relações que as migrantes estabelecem entre si. E estar em coletivo é importante nesse processo, já que a sensação de deslocamento é compartilhada e diz de um sentir-se, de um situar-se nas *fronteiras* (Anzaldúa, 1987), *entre-lugares*, em um *não-lugar*. Em paralelo, para algumas pessoas, migrar – e estar em um espaço seguro e “livre” – é justamente o que torna possível a vivência de suas sexualidades.

> Se eu não tivesse estado longe da minha família, também **não teria a coragem de me assumir lésbica**. E vejo várias histórias parecidas em várias mulheres estrangeiras, migrantes, que a partir dessa vinda para o Brasil **se constroem como mulher cis, lésbica, pansexual, LGTB, várias transições, trans**. Para mim teve esse papel. Hoje eu tenho certeza disso. Eu tenho certeza que **se eu estivesse na Argentina, talvez o meu processo de assumir a minha sexualidade teria sido outro**. **Talvez eu não teria assumido**. Porque é uma realidade forte dentro da minha família. É um **controle muito forte em relação ao corpo feminino**. É uma **cobrança** muito forte. Por isso que eu sinto que lá para mim era muito mais batalha do que aqui. Eu **ganhei uma batalha só de estar longe** (Claudia, ativista migrante argentina, entrevista realizada em janeiro de 2023, em Belo Horizonte/Brasil. Grifos próprios).

Construir feminismos migrantes é também dizer das experiências dissidentes, como defendem as próprias interlocutoras desta pesquisa, entendendo que ainda há muito o que se avançar em termos de direitos para as populações migrantes LGBTI+. As experiências de luta compartilhada – a partir da formação e atuação em coletivos, por exemplo, contribuem para ampliar o diálogo, para fomentar espaços de aprendizado e para formar redes de apoio e acolhimento mútuo.

Essas ativistas e organizações reivindicam, entre outros aspectos, visibilidade, participação, respeito às diversidades, mais espaços de trabalho digno e amplo acesso a serviços - com tratamento humanizado e voltado para suas necessidades. Mais que isso, a demanda é por viver uma vida livre de violências, como destaca Olga, “uma pessoa trans, lésbica, bi, pan, sabe que não está encaixada na normatividade, sofre opressões e violências diferentes, têm expectativas de vida diferentes de que uma pessoa heteronormativa. Entender o básico é uma demanda”.

6.4 "*Un saber-hacer militante*": pedagogias, transnacionalização das lutas e o cuidado como linguagem

> Acredito que **ninguém pode ser feliz na solidão** e que essa felicidade não vem apenas de uma busca por bem-estar e felicidade em um nível mais pessoal e sentimental. Mas que **ninguém pode buscar, sozinho, a felicidade e o bem-estar**. Também acredito que os **espaços organizacionais são espaços de constante pedagogia**, **intra e inter** (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa[111]. Grifos próprios).

Ao longo desta Tese, tenho tentado demonstrar, com base nos trabalhos de campo e na articulação com as teorias, como os *feminismos migrantes* se configuram. As lutas são interseccionais, transversais e diversas, abarcando uma gama de reivindicações por parte das ativistas. Vale destacar, nesse sentido, que por mais que as demandas sejam focadas nas experiências e trajetórias vivenciadas pelas mulheres migrantes e dissidências, as contribuições desses feminismos não se restringem a esses públicos.

Audre Lorde (2019) aponta para a importância de autodefinir-se e de nomear as opressões, quebrando silêncios e assumindo um papel de sujeito/a ativo/a. Do mesmo modo, nomear as resistências é posicionar as lutas e evidenciar suas contribuições. Argumento, nesse sentido, que *nomear* essas agências e interpretá-las pela chave dos feminismos é um esforço importante para visibilizar o que vem sendo feito há tempos e em diferentes territórios. Mais ainda, trata-se de reconhecer a reivindicação dessas ativistas por mais espaços dentro do campo feminista e reforçar o potencial transformador dessas práticas políticas cidadãs.

Há de se destacar, nesse sentido, como pontuado por algumas interlocutoras de pesquisa, a potencialidade e amplitude dessas lutas. Não se trata, portanto, de uma pauta de "nicho", mas de formas de se fazer *política*, buscando a transformação social e em diferentes territórios. Por mais que a demarcação da *experiência migrante* seja fundamental para esses feminismos, as pautas contribuem não só para esse público, mas representam, como defende Serafina, ativista paraguaia residente em Buenos Aires, "uma democratização no respeito às diferenças".

---

[111] Do original: *"Creo que nadie puede ser feliz en soledad y que feliz no solamente desde una búsqueda de bienestar y felicidad como a nivel más personal y sentimental. Sino de que nadie puede perseguir la felicidad y el bienestar en soledad. Eh creo que también que los espacios de organización son espacios de pedagogía constante intra e inter"* (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

Esse processo de “construir sem a pretensão de apagar as diferenças”, como nos descreveu outra entrevistada, é um ponto crucial para esses feminismos e também uma de suas grandes contribuições. É um aporte em termos de tolerância, respeito e construção de comunidade. Para além disso, como pontuou a professora e pesquisadora María José Magliano, da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, os ativismos de mulheres migrantes compartilham um “*saber-fazer militante*” que se forja em práticas cotidianas de cuidado comunitário, de construção de estratégias coletivas de sobrevivência em diferentes contextos e da adoção da “insistência como prática política” (Magliano, 2023)[112]. Para ela, esse saber-fazer envolve, entre outros aspectos,

> [Conhecimento sobre] como se **relacionar com organizações**, como se **relacionar com o Estado**, como bater **de porta em porta**, a **insistência**, a **capacidade de insistência como prática política**, elas insistem em dizer... faz parte do seu... eu insisto, **o saber-fazer que elas têm é a insistência como base** (María José Magliano, entrevista realizada em agosto de 2023, *online*, tradução nossa[113]. Grifos próprios).

Diante de contextos que são comumente hostis às pessoas migrantes e de discursos e práticas violentas contra essas populações, esse “conhecimento militante” compartilhado pelas mulheres não é trivial. É pela insistência, para usar os termos de Magliano, que as reivindicações são atendidas, que os avanços em direitos são alcançados e que essas ativistas buscam romper as diversas barreiras que encontram no cotidiano em um outro país.

Essa *pedagogia das lutas* se manifesta, também, nas práticas de *cuidado e autocuidado feministas* desenvolvidas entre as mulheres migrantes. Ao longo de anos de pesquisa e ativismo nos temas da migração e gênero, pude observar como os afetos são fundamentais para a construção dessas lutas e como o cuidado é, tanto um horizonte de luta, quanto uma “linguagem” comum ao campo dos feminismos migrantes.

Longe de propor qualquer romantização desse processo – mesmo porque, como demonstrei ao longo da Tese, são inúmeras as tensões e conflitos – é evidente como estabelecimento de vínculos cuidadosos entre as migrantes é fundamental para

---

[112] Em entrevista para esta tese, realizada em agosto de 2023.

[113] Do original: “[Conocimiento sobre] cómo vincularse con las organizaciones, cómo vincularse con el estado, cómo tocar puertas, la insistencia, la capacidad de insistencia como práctica política, insisten en decir… entra dentro de seu… insisto, el saber hacer que ellas tienen es la insistencia como base” (María José Magliano, entrevista realizada em agosto de 2023, *online*).

esses ativismos. A distância física das famílias, a ausência de redes de apoio e o sentimento de *deslocamento* acompanham muitas experiências de migração. Nesse aspecto, são nos espaços de ativismo, em muitos casos, que essas mulheres encontram escuta, ajuda e pertencimento. Quando perguntada sobre a importância de pertencer a um coletivo de mulheres migrantes, Adriana, ativista boliviana que vive em Buenos Aires, comenta:

> Primeiramente, **o cuidado com nós mesmas**. Ser capaz de manter isso também, porque é realmente difícil. E a verdade é que é tipo... sermos capazes de **nos ouvirmos e nos encorajarmos**. E a possibilidade de também ser **diretas sobre as coisas que não gostamos**. (...) Acho que essas discussões são **possibilitadas pelo feminismo**. Mas, bem, para podermos construir isso, é muito importante **nos reunirmos**. E, acima de tudo, conversar, sabe? E **os espaços mistos não fazem isso**. Infelizmente, não fazem. Eles não fazem e **tem muitos espaços feministas que também não**. Porque não, **não adianta nada a gente ser militante feminista se a gente não pode chorar na nossa própria assembleia**. Ou dizer, não sei, **desabafar** sobre o que quer que esteja acontecendo em nossas vidas. Né?! É **para isso que servem os espaços feministas** (Adriana, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023, tradução nossa[114]. Grifos próprios).

Para Adriana, militar com os feminismos é também chorar nas próprias assembleias, desabafar sobre a vida, escutar umas às outras. É construir espaços seguros entre mulheres e formas de ação calcadas no apoio mútuo e na reciprocidade. Um exemplo disso são as mobilizações constantes, dentro dos próprios coletivos, para apoiar companheiras em demandas específicas, como no pós operatório de uma cirurgia, no cuidado com os filhos umas das outras, na arrecadação de roupas, alimentos ou utensílios quando alguém precisa. Como descreveu Concepción, ativista paraguaia residente em Buenos Aires, “algumas trazem histórias de violência de seus países, muitas delas desde a infância, como muitas de nós. Há dores ancestrais que não foram curadas. Se eu puder fazer minha parte para contribuir, para mim esse é o ponto” (Concepción, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires, Argentina, em novembro de 2023, tradução nossa[115]).

---

[114] Do original: “*En principio el cuidado hacia nosotras. Poder sostener eso también porque es re difícil. Y la verdad es que como… Poder escucharnos y alentarnos. Y la posibilidad de también poder ser directas con las cosas que no nos gustan. (…) Creo que estas discusiones las habilita mucho el feminismo. Pero bueno, para poder construir eso es muy importante juntarse. Y, sobre todo hablar, ¿viste? Y los espacios mixtos, eso no lo hacen. Lamentablemente. No lo hacen, hay muchos espacios feministas, que no lo hacen tampoco. Porque no, no nos sirve de nada como militar el feminismo, si no podemos llorar en nuestra propia asamblea. O contar, no sé, desahogarnos de lo que nos esté pasando en la vida. ¿No? Para eso están los espacios feministas*.” (Adriana, ativista migrante boliviana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023).

[115] Do original: “algunas traen historias de violencia de sus países, muchas desde su muy temprana infancia, como muchas de nosotras todas. Hay dolores ancestrales que no están sanadas. Si yo puedo

Para além das práticas de cuidado e apoio mútuo, os feminismos migrantes aportam ensinamentos em termos de articulação transnacional. Não se trata de um ativismo transnacional (Tarrow, 2005) em termos da ampliação do local para o global, tampouco o nomearia como ativismo *diásporico* (Bringel, 2011), já que, nos contextos analisados, a noção de diáspora não é tão representativa para essas lutas quanto a categoria de *migração*. Entendo, em contraponto, que as ativistas migrantes, desde as mais variadas localidades, desenvolvem ações que abarcam, simultaneamente, demandas de diferentes países, além de trazerem outras linguagens, ferramentas e estratégias levadas a cabo nesses distintos contextos.

> Me parece que esse **feminismo migrante** que a gente tenta construir tem muito forte uma questão de **trazer para o lugar onde a gente mora as pautas dos outros países**, se envolver em pautas de outros países, que às vezes nem é o meu país de origem, mas vou me envolver com a **pauta feminista da Bolívia**, **porque minha colega de coletivo é da Bolívia**, ou sei lá, do Chile, e elas com a pauta da Argentina, mesmo elas não sendo argentinas e morando no Brasil. Enfim, acho que tem essa questão da gente **ser de outro país e morar em outro país**, e **ter um militar, enfim, ter um ativismo com pessoas, mulheres de outros países**, traz **uma circulação mais ativa das pautas**. Então acho que esse é um ponto assim superlegal, e inclusive acho que **isso seria um ponto super legal para os movimentos locais**, tipo ficar de olho aberto, tipo "olha, que outras coisas a gente pode pensar, a gente pode construir." (Eva, ativista migrante argentina, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023. Grifos próprios).

Nesses movimentos, as mulheres compartilham as pautas que se desenvolvem nas suas comunidades de origem e nos países de outras companheiras, vinculando e ampliando as lutas desde uma posição *situada.* Por mais que estejam distantes fisicamente do local de onde partiram, muitas migrantes ainda se sentem parte dali de alguma forma, não só porque suas famílias e redes de afeto geralmente estão lá, mas porque aquele local também as constitui e as mobiliza como *mulheres*, como *migrantes* e como *ativistas*. Para Alzaldúa (2021), migrar é habitar um espaço entre mudanças, "onde você luta para encontrar um equilíbrio entre a expressão externa da mudança e seu relacionamento interno com ela".

Além disso, esse "saber-fazer militante" (Magliano, 2023) contribui não só para transformar os campos de ativismo em que essas mulheres migrantes estão inseridas, como pode alterar, também, outros ambientes em que elas circulam. Para Serafina, migrante paraguaia que vive em Buenos Aires, "ser migrante é traduzir-se o tempo todo". Ela conta como a experiência migratória e, mais ainda, as vivências de

---

aportar un granito de arena para contribuir, para mí ese es el sentido." (Concepción, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

militância em outro território, mudaram a maneira como ela enxerga e se relaciona com sua própria família que está no país de origem. Apesar de reconhecer os contrastes existentes entre esses "dois mundos", como ela mesma define, Serafina enxerga, em pessoas como sua avó, "os mesmos problemas, as mesmas emoções e o mesmo desejo de se entender e de recuperar sua vida". E para dialogar com esses dois mundos, ela faz inúmeras "traduções".

Defendendo uma "política feminista translocal de tradução", Sonia Alvarez (2009) olha para as experiências dos feminismos e seus constantes trânsitos, em termos de difusão e produção de conhecimento. Para a autora, as noções de gênero, raça, classe e outras "políticas locacionais" são transformadas quando as mulheres se deslocam por múltiplas fronteiras. Nesse processo, os ativismos também circulam, sendo os feminismos responsáveis pela tradução desses discursos, práticas e teorias construídas em movimento. Para a autora, as "remessas" que vem desses deslocamentos não são só materiais, "mas também socioculturais e políticas" (Alvarez, 2009, p. 749).

Os *feminismos migrantes*, portanto, traduzem, transformam e articulam diferenças. Compartilhando diferentes "bagagens" de ativismo e, em processos de "transnacionalização das lutas", como descreveu Eva[116], essas ativistas e coletivos também constroem e fortalecem vínculos com espaços migrantes localizados em outros países. Participam de atos, divulgam campanhas, se somam em mobilizações transnacionais, construindo "uma rede de apoio internacionalista, sempre tratando de fazê-la desde uma chave feminista", como apontou Adriana[117].

Em diferentes locais, as mulheres migrantes intercambiam experiências, difundem as reivindicações e contribuem para que as lutas feministas cruzem outras fronteiras. Mais ainda, nos ensinam sobre política, resistência, cuidado e coletividade. Como argumenta Dolores, ativista migrante equatoriana que reside em Buenos Aires, "os espaços de militância te devolvem, te entregam e te nutrem desse *saber viver em comunidade*. E isso me parece a coisa mais preciosa que nós, humanos, sabemos fazer"[118].

---

[116] Entrevista realizada em São Paulo, Brasil, em fevereiro de 2023.

117 Do original: "una red de apoyo internacionalista, siempre tratando de hacerlo en clave feminista" (Adriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

[118] Do original: "los espacios de la militancia te devuelven, te entregan y te nutren este saber vivir en comunidad. Y eso me parece lo más preciado que los humanos sabemos hacer." (Dolores, ativista migrante equatoriana, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em novembro de 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante uma entrevista para esta Tese, escutei de Serafina, uma ativista paraguaia que vive em Buenos Aires/Argentina, que “a *política é o que transforma*. É uma construção, para que futuras gerações não passem pelo que nós passamos”[119]. No contexto da conversa, ela falava sobre os quadros de violência e de ausência de direitos que ela presenciava enquanto mulher migrante. Paralelamente, ela também contava sobre um coletivo de artistas migrantes que estava construindo com outras amigas e amigos do Paraguai. Serafina falava de arte, da arte como política, e da potência criativa que há nos encontros entre diferentes culturas.

Marques e Mendonça (2018, p.43) defendem que a política é uma prática constante de (re)construção de agenciamentos, ações e sujeitos, em percursos marcados por tensões e conflitos. Nesses processos, as identidades das e dos indivíduos são um constante “tornar-se, de progressivas conexões ordenadas que se aprimoram sem cessar”. Esta Tese é sobre isso. Foi por presenciar a *política* sendo feita que me motivei a investigá-la. No convívio e diálogo com mulheres migrantes de diferentes países, observava como esses agenciamentos eram construídos no cotidiano, em práticas de cuidado umas com as outras, em estratégias de resistência que articulavam símbolos, significados e linguagens dos mais variados contextos. Talvez isso fosse a expressão prática da *Teoria Política Feminista*. Talvez essas práticas fossem “*feminismo”*. Mas será?

Ao longo desta Tese, tentei argumentar que *sim*. Com base em estudos de caso e partindo de abordagens interpretativas (Yanow, 2014), meu objetivo com a pesquisa era compreender como se configuram os ativismos de mulheres migrantes no contexto das migrações Sul-Sul. A proposta era investigar, com base nas percepções das próprias ativistas, quais são os sentidos, significados, valores e estratégias desenvolvidas transnacionalmente por essas mulheres, buscando entender se esses ativismos podem ser interpretados como *feminismos migrantes*.

À luz das teorias e, com base nos achados de campo, as análises que faço nesta tese giram em torno da defesa de que os ativismos de mulheres migrantes, nos contextos analisados, podem ser interpretados enquanto *feminismos migrantes*. E que

[119] Tradução nossa. Do original: “*La política es lo que transforma. Es una construcción, para que futuras generaciones no vuelvan a pasar en lo que nosotros pasamos*” (Serafina, ativista migrante paraguaia, entrevista realizada em Buenos Aires/Argentina, em dezembro de 2023).

esses feminismos podem ser definidos como um campo de teoria e práxis política desenvolvido por mulheres migrantes e dissidências. É um campo interseccional, em disputa, que é forjado nas diferenças e em lutas contra os racismos, a xenofobia, as desigualdades e violências diversas. Mais ainda, entendo que os feminismos migrantes envolvem ações, pautas e estratégias que se inscrevem em práticas transnacionais e desterritorializadas de ativismo, baseadas no cuidado e nos vínculos afetivos, culturais e políticos estabelecidos por mulheres migrantes.

Para responder às questões de pesquisa e construir minha argumentação, optei por investigar os campos associativistas migrantes no Brasil e na Argentina, olhando para as experiências de ativistas e de organizações de mulheres migrantes atuantes nesses dois países. No Brasil, eu já tinha uma inserção no campo, tendo em vista que atuo com a pauta migratória – como pesquisadora e ativista – há quase uma década. Olhar para a Argentina também me pareceu frutífero por algumas razões. Além de ser o país com a maior população imigrante na América do Sul (OIM, 2024), os coletivos de mulheres migrantes que atuam por lá são muito ativos e estabelecem relações com alguns grupos que eu também acompanhava aqui no Brasil. Ademais, os dois países possuem legislações migratórias que são reconhecidas – regional e internacionalmente – por adotarem uma abordagem voltada para os direitos humanos.

Como meu interesse era captar as percepções das próprias migrantes e entender os contextos nos quais os ativismos eram desenvolvidos, a observação participante e as entrevistas em profundidade se mostraram as técnicas de geração de dados mais apropriadas para a investigação. Entre 2022 e 2024, portanto, desenvolvi trabalhos de campo presenciais nas cidades de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, no Brasil, e na Cidade Autónoma de Buenos Aires (CABA), na Argentina. Acompanhei diferentes coletivos de migrantes e fui a eventos, marchas, assembleias, atos e reuniões nesses diferentes lugares, tentando compreender seus cenários de ativismo, ainda que soubesse que esses eventos eram só uma parte de um campo muito maior e mais complexo. Nesses percursos, fiz 30 entrevistas em profundidade, 24 delas com mulheres migrantes ativistas e 6 com pesquisadoras, integrantes de ONGs e gestoras públicas que atuam com a pauta migratória. Sistematizei e analisei quase 50 horas de entrevistas, que se tornaram, aproximadamente, 750 páginas transcritas, em português e espanhol.

Para analisar esse material, me voltei para a teoria, entendendo que a pesquisa se situava no marco de três campos de investigação: i) a literatura sobre migrações e

mobilidades; ii) os estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva e iii) as teorias feministas e de gênero. Nos três primeiros capítulos desta Tese, busquei dialogar com esses campos, articulando seus debates com as contribuições das mulheres migrantes interlocutoras desta pesquisa. Nesse processo, percebi que três categorias atravessavam esses campos teóricos e eram frutíferas para pensar os ativismos de mulheres migrantes, quais sejam: a noção de *fronteiras*, a ideia de *diásporas* e os debates em torno do *transnacional(ismo)*.

Busquei demonstrar que, no campo dos estudos migratórios, apesar de as pesquisas sobre os ativismos de migrantes estarem se fortalecendo nos últimos anos, a investigação sobre as formas de luta dessas populações ainda é embrionária (Varela Huerta, 2015), principalmente se consideramos as pesquisas voltadas para as lutas das mulheres migrantes. Vale dizer que os estudos que olham para as articulações entre gênero e migração têm ganhado destaque nas últimas décadas, fruto do investimento de muitas pesquisadoras que apontam, há anos, a importância dessa perspectiva para pensar os deslocamentos populacionais. As pesquisas se centram na análise de diferentes aspectos, tais como: os papeis de gênero para configurações familiares (Pedone, Romero y Gil Araujo, 2012; Herrera, 2012; Casas, 2008); as dinâmicas de cuidado (Mallimaci e Magliano, 2018; Magliano, 2017); a inserção laboral das mulheres (Hirata, 2013; Cacopardo, 2002; Oso e Parella, 2012); além dos estudos críticos sobre tráfico de pessoas (Piscitelli, 2008; 2016; 2022), entre outros. Levando esses aspectos em consideração, procurei expor que os debates sobre as formas de agência dessas mulheres, bem como os vínculos dessas práticas com os feminismos, contudo, ainda podem ser mais explorados, principalmente no Brasil.

Na esfera teórica e, especialmente na literatura mais "canônica" sobre movimentos sociais e ação coletiva, a pesquisa revelou que os ativismos de migrantes são pouco explorados sob a ótica das e dos próprios sujeitos. No geral, os movimentos de migrantes são lidos sob a chave do *ativismo transnacional* (Tarrow, 2011), das *redes transnacionais de advocacy* (Keck e Sikkink, 1998) ou de *ativismos diaspóricos* (Bringel, 2011), entre outras. Essas leituras envolvem, principalmente, a percepção de que nessas lutas há um transbordamento das ações do *local* para o *global*, por meio de articulações em rede. Entretanto, discutindo com essa literatura, procurei argumentar que a categoria "*migrante*" é mais representativa das ações políticas desenvolvidas por essas populações, não só por dialogar de maneira mais direta com

essas lutas, mas por expressar as demandas das próprias atrizes e atores, que reivindicam a noção de "*migrante"* como uma categoria política.

Em relação às teorias feministas e de gênero, busquei demonstrar que os ativismos de mulheres migrantes são comumente interpretados sob algumas chaves, quais sejam: pelos estudos sobre feminismos transnacionais (Baksh-Soodeen e Harcourt, 2015); na seara da pluralização dos feminismos de quarta onda (Matos, 2008; Alvarez, 2014); e inseridos nos debates sobre fronteiras, decolonialidade e feminismos do "Terceiro Mundo" (Anzaldúa, 1987; Brah, 1996; Mohanty, 2003; Lugones, 2014). Demonstrei, também, que as análises teóricas frequentemente situam as mobilizações migrantes nas lutas mais contemporâneas, a partir da globalização e da transnacionalização dos movimentos sociais. Argumentei, entretanto, que a presença das mulheres migrantes se deu em diversos momentos históricos, ainda que essa atuação seja, até os dias atuais, invisibilizada em muitos espaços.

Essa percepção foi compartilhada por muitas interlocutoras de pesquisa e trouxe elementos interessantes para pensar os ativismos. Entre as entrevistadas, foi quase consensual a avaliação de que, em muitos espaços feministas, a pauta migratória não assume centralidade. Mais ainda, a visão compartilhada entre as interlocutoras é a de que *são elas*, as próprias migrantes, as responsáveis por reivindicar seus lugares, apontar suas presenças e colocar suas pautas. Como argumentei ao longo da Tese, isso demonstra como as mulheres migrantes, apesar de possuírem entendimentos diversos sobre o que são os "feminismos", se inserem nesses círculos e exigem, desde dentro, que suas lutas sejam reconhecidas. Mais ainda, ao fazerem esse movimento, reivindicam seus lugares como feministas, mas não só. São *feministas* e *migrantes*, demonstrando que há particularidades em suas experiências que devem ser levadas em consideração.

Nesse sentido, no movimento de compreender como as mulheres enxergavam seus ativismos, percebi que muitas respostas à pergunta "você acredita que podemos dizer que existe um feminismo migrante?" envolviam a enunciação categórica do que ele *não é*. Nas respostas, ainda que muitas não confirmassem ou tampouco definissem esse feminismo, a constatação era a de que ele não era um feminismo "hegemônico", universalista ou alheio às diferenças. Pelo contrário, as mulheres migrantes diziam de diversidade, de feminismo**s** migrante**s**, no plural. Apontavam que os aportes desses ativismos se centravam, justamente, na pluralidade de experiências

que atravessam a migração; na articulação constante de diferentes práticas culturais; no modo como as mulheres migrantes acionam, simultaneamente, linguagens e bagagens de luta de distintas origens.

Olhando para esse campo e, no processo de interpretar esses agenciamentos à luz das teorias, portanto, percebi que os feminismos migrantes estão calcados em noções centrais para os estudos de gênero e feminismos. Argumento que, entre outros aspectos, são lutas interseccionais (Crenshaw, 1989; Gonzalez, 2020; Collins, 2021), forjadas na articulação de “diferenças comuns” (Brah, 1996; Lorde, 2021) e compartilhadas pela experiência de estar nas fronteiras (Mohanty, 2003; Piscitelli, 2013; Assis, 2007; Anzaldúa, 1987; Gonzalez, 1988; hooks, 2018).

Para além desses apontamentos, após observar que os ativismos das mulheres migrantes se situavam mais amplamente nos campos feministas e de gênero (Matos, 2008), busquei demonstrar quais eram, portanto, as singularidades dessas lutas. Argumentei, com base nos achados de campo, que a categoria “*migrante”* é um significante fundamental para esses ativismos. Essa categoria articula as experiências individuais das mulheres, a maneira como elas se posicionam politicamente e o modo como são lidas socialmente. Mais ainda, aglutina características, reivindicações e trajetórias distintas, tendo em vista que essas mulheres são diversas e constroem seus ativismos sob a articulação de “diferenças comuns” (Mohanty, 2033; Lorde, 2020) que se encontram, justamente, na experiência compartilhada de ser migrante.

Um dos meus argumentos, portanto, é que a migração emerge como um *acontecimento* (Deleuze, 1975; Queré, 2005; Mendonça, 2007) nas trajetórias dessas mulheres, transformando não só suas vivências individuais e familiares, mas a maneira como elas se enxergam e como constroem seus ativismos. Isso é evidenciado, por exemplo, quando olhamos para esses agenciamentos desde uma perspectiva longitudinal. Os trabalhos de campo demonstraram que muitas entrevistadas já tinham uma trajetória de ativismo nos seus países de origem, principalmente em movimentos estudantis ou em lutas contra regimes ditatoriais. A questão migratória, contudo, não era uma problemática vislumbrada como “pauta política” por essas ativistas, ainda que os movimentos migratórios fossem um fenômeno presente nos contextos nacionais ou até mesmo em suas famílias.

Isso passa a mudar a partir do momento em que elas migram. No novo país, as mulheres encontram dificuldades e desafios, tais como a barreira do idioma, a

burocracia documental, a xenofobia, a ausência de redes de apoio, os sentimentos de "não pertencimento", além de outros aspectos que as *posicionam* de uma maneira diferente nesse novo contexto. Nesses processos, observam que essas experiências estão relacionadas, entre outros aspectos, ao fato de elas serem migrantes. Mas essa percepção não é algo que está dado, é um processo construído. E, nesse aspecto, estar com outras pessoas que compartilham vivências semelhantes é fundamental. Como relataram as ativistas, a atuação em grupos e coletivos de mulheres migrantes é importante em vários aspectos, inclusive para o processo de *tornar-se* migrante.

Em coletivo, com mulheres de diferentes origens e histórias, a migração se fortalece como pauta, como uma "categoria política" a ser reivindicada. Nesse processo, ainda que o ativismo já fosse uma realidade para muitas delas, a migração *aconteceu*, emergindo, como uma bandeira "política, social, mas pessoal também" (Olga, ativista migrante colombiana, entrevista realizada em São Paulo/Brasil, em fevereiro de 2023). Forjadas, então, nessa *identidade individual* e *coletiva*, as mulheres desenvolvem ações diversas nos territórios em que estão situadas: atuam em demandas de documentação, auxiliam no aprendizado do idioma e organizam grupos de estudo e rodas de conversa, por exemplo. Além disso, acompanham umas às outras em atividades cotidianas, promovem eventos culturais, apoiam companheiras em situação de violência e lutam por políticas públicas, entre outras atividades.

Fazer parte de coletivos de migrantes demonstrou ser importante, ainda, para que muitas mulheres migrantes mudassem suas visões sobre os feminismos. Muitas entrevistadas relataram que "*descobriram-se*" ou "*tornaram-se feministas"* a partir da migração e da atuação nesses grupos, nas trocas e intercâmbios com outras mulheres de trajetórias diversas. Elas contam que, nesses movimentos, puderam desconstruir mitos e estereótipos comuns à imagem que os feminismos têm em muitos países, formando outras interpretações sobre as lutas. Nesses processos, as ativistas debatem, falam a partir de diferentes posicionalidades (Anthias, 2008) e constroem outras linguagens, conhecimentos e sentidos.

Além disso, como busquei demonstrar ao longo da Tese, esses ativismos construídos, fortalecidos e reivindicados a partir do acontecimento da migração alteram, ainda, a forma como essas mulheres vislumbram seus futuros e enxergam seus "passados". Afeta a forma como elas olham para suas relações familiares, como renegociam papeis de gênero transnacionalmente, e como enxergam e reivindicam

suas memórias, culturas, saberes e contribuições para a sociedade de destino. Nas palavras de Adriana, ativista boliviana residente em Buenos Aires/Argentina, a migração é "*uma potência de transformação*". Não só em termos das mudanças sociais, mas das transformações intersubjetivas que ocorrem em cada uma.

Para construir minha argumentação e situar os contextos de ativismo aos quais me refiro, baseei minhas análises em estudos de caso. Como mencionado, optei por acompanhar ativistas e coletivos de mulheres migrantes atuantes no Brasil e na Argentina. Meu intuito não era o de comparar esses lugares, não só porque isso não responderia às minhas perguntas de pesquisa, mas também por reconhecer que esses países são distintos em muitos aspectos, e eu não necessariamente conseguiria abordá-los em uma única investigação.

Entretanto, busquei demonstrar que Brasil e Argentina se inserem em um contexto mais amplo de endurecimento de fronteiras e de um regime global de controle das migrações (Feldman-Bianco, 2018; Sassen, 2014). Como apontou Domenech (2015), os deslocamentos populacionais *na* e *para* a América do Sul são, há séculos, marcados por práticas de contenção e criminalização da migração. Em diferentes momentos históricos, a figura do "imigrante indesejável" apareceu em legislações, decretos, políticas de Estado e no imaginário social coletivo. Como foi possível observar, essa imagem foi ganhando outras roupagens ao passar dos anos, como a associação automática das populações migrantes à ameaça, à criminalidade, ao tráfico de pessoas e à ilegalidade.

No caso da Argentina, as três legislações migratórias adotadas no país partiram de diferentes abordagens, que envolveram desde a visão da migração como "oportunidade", à sua leitura como "risco" e, atualmente, sob a perspectiva dos direitos humanos (Rosas, Gil Araujo e Jaramillo, 2020). Em relação à legislação vigente (Lei nº 25.871), a pesquisa demonstrou como as mobilizações políticas – encabeçadas pela sociedade civil organizada – foram fundamentais para sua construção e implementação. A normativa é considerada de vanguarda, mas ainda possui lacunas em sua aplicação e mantém alguns aspectos securitários.

Ao longo da Tese, busquei demonstrar como diferentes contextos políticos alteram a configuração, as estratégias e os posicionamentos dos ativismos de mulheres migrantes. No caso da Argentina, por exemplo, mudanças de governo influenciaram no surgimento e dinamização de coletivos de migrantes, em alguns momentos, como contribuíram para a desarticulação desses grupos, em outros.

Nesses processos, o campo associativista também é atravessado por acontecimentos que impactam, consideravelmente, suas dinâmicas organizativas. À guisa de exemplo, é possível mencionar o anúncio da construção de um centro de detenção para migrantes na cidade de Buenos Aires, em 2016, e a edição do Decreto de Necessidade de Urgência (DNU 70/2017), durante a presidência de Mauricio Macri (2015-2019). Essas medidas promoveram a detenção, expulsão e deportação sumária de centenas de migrantes, tendo representado uma estrutura de oportunidades políticas (Tarrow, 1994) para a deflagração de campanhas e mobilizações massivas, e para o surgimento de outros atores políticos, como coletivos de (mulheres) migrantes. Muitas das iniciativas adotadas nesse contexto marcaram fundamentalmente a história dos ativismos migrantes na Argentina, como a campanha *Migrar no es delito* e as mobilizações pelo retorno de Vanessa Gomez, mulher peruana que foi expulsa arbitrariamente com seu filho pequeno, em fevereiro de 2019.

Ainda sobre o cenário argentino, busquei demonstrar que as relações dos coletivos de mulheres migrantes com outros movimentos feministas são atravessadas por tensões e negociações. Com base nos relatos das interlocutoras de pesquisa, argumentei que suas percepções sobre os Encontros Nacionais de Mulheres, realizados no país desde 1986, refletem, ainda que figurativamente, essas dinâmicas. Apesar de serem reconhecidos como um marco para os feminismos na Argentina, muitas ativistas apontam que a pauta migrante ainda é invisibilizada nesses e em outros espaços. Nesses contextos, portanto, os feminismos migrantes reivindicam mais participação e visibilidade, mais acessos e direitos, bem como o reconhecimento de suas lutas como *mulheres* e como *migrantes*.

No caso do Brasil, também olhei para as diferentes posturas adotadas pelo Estado diante do tema migratório. Apontei que, assim como observado na Argentina, a figura do “migrante” assumiu diferentes imagens ao longo dos séculos. Entre estímulos a entrada e políticas securitárias, as legislações mudam, as linguagens se alteram, mas a migração continua a ser tratada como um tema “menor”, “emergencial” ou como um “problema”. E isso afeta, principalmente, as pessoas migrantes racializadas, vindas de países periféricos, as mulheres e as populações LGBTI+.

Expus também, nesse caminho investigativo, os diversos impactos da pandemia de Covid-19 para as comunidades migrantes. No cenário brasileiro, destaca-se, por exemplo, as posturas negacionistas do governo federal (Ventura, Perrone-Moisés e Marin-Chenut, 2021), aliadas às medidas arbitrárias de fechamento

de fronteiras (Dornelas e Quirino, 2023). Nesse período, houve também um incremento nos discursos de criminalização da migração, além de um aumento nos casos de violência contra migrantes (Moreira, 2020). Diante disso, expus que foi possível observar um cenário paradoxal em termos dos impactos da emergência sanitária para os ativismos migrantes. Enquanto muitos grupos se desarticularam nesse período, como relataram muitas interlocutoras, os coletivos de migrantes desempenharam um papel fundamental para denunciar os quadros de vulnerabilidade e para construir estratégias de resistência e apoio mútuo às comunidades migrantes.

Ainda no cenário brasileiro e em termos mais gerais, argumentei que as lutas migrantes (Varela Huerta, 2013) não são novas no país, mas que é possível observar uma consolidação dos ativismos (de mulheres) migrantes nas últimas décadas. Isso se deve à reconfiguração e intensificação dos fluxos migratórios Sul-sul na América Latina (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2023; Pedone, 2020), mas também a uma influência da pluralização e fortalecimento dos próprios movimentos feministas na região. Ao longo da pesquisa, procurei demonstrar que há um alinhamento prático e conceitual dos coletivos de mulheres migrantes às agendas feministas na América Latina, o que reforça o argumento de que esses ativismos podem ser interpretados pela chave dos feminismos migrantes. Isso não significa dizer que as relações são isentas de conflitos, mas que a alteridade é parte fundamental da própria dinamicidade dos feminismos enquanto campos discursivos de ação (Alvarez, 2014).

Como expus no início desta seção, a investigação demonstrou que os ativismos migrantes são comumente interpretados em chaves de leitura que envolvem noções como as de *fronteiras*, *diásporas* e *transnacionalismo*. Nos contextos analisados ao longo deste trabalho, entendo que esses elementos – e os significados que assumem nos diferentes campos teóricos em que são empregados – nos ajudam a pensar sobre os feminismos migrantes.

A ideia de *fronteiras*, nesse sentido, se mostra importante tanto para a reflexão sobre as barreiras enfrentadas nos deslocamentos, mas também para pensar, como defende Anzaldúa (1987), as diferenças, as ambiguidades e as distintas posicionalidades assumidas pelas mulheres migrantes. O “cruzamento das fronteiras” emerge como uma demanda e um marco referencial importante, aparecendo como dimensão heurística das lutas. As fronteiras, desse modo, se mostram polissêmicas: dizem dos limites geográficos, das diversas formas de opressão e violência, mas também dos espaços em que as diferenças se encontram (Anzaldúa, 1987).

A noção de *diáspora*, apesar de não ser partilhada por todas as comunidades como uma identidade política, também é interessante para pensar os feminismos migrantes. Como expus em outros momentos, ela remete à importância da memória, da história de luta, das tradições compartilhadas e da cultura como um elemento central para esses ativismos. Diz do desejo de que essas práticas sejam valorizadas e se mantenham apesar de distâncias físicas. Evidencia, como defende Hall (2003, p.35-36), como "as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos".

O *transnacionalismo*, por fim, nos ajuda a pensar sobre as estratégias de luta. Diz da capacidade de articulação desses ativismos, do modo como as mulheres, diversas em suas origens e trajetórias, conectam experiências que acontecem em diferentes localidades. Desenvolvem ações simultâneas em vários países, trazem demandas de outros contextos, constroem vínculos que não se restringem a um só território. Não negam o Estado Nação. Pelo contrário, reconhecem como ele se manifesta em práticas, políticas e discursos de controle. A partir disso, negociam e articulam-se, transnacionalmente, para transpassá-lo. Desse modo, se essas categorias são importantes para pensar os ativismos, por que interpretá-los, então, como feminismos *migrantes*?

Migrante é uma noção fundamental, mobilizada a todo momento por essas mulheres. Está na formação de suas identidades individuais e coletivas, nos nomes das organizações, na forma como elas se definem e se posicionam na esfera pública. A adoção dessa categoria é importante, pois é a partir do deslocamento que os desafios relacionados ao processo migratório passam a ser considerados, não só nas experiências cotidianas dessas mulheres, mas como pautas e demandas de luta, como *centro* dos ativismos. Nesse sentido, *nomear-se migrante* e lutar para que seus direitos sejam garantidos é fundamental. Como argumentou Claudia, ativista argentina residente em Belo Horizonte, "não é só ser migrante e se identificar assim, é '*vestir a camisa' da luta migrante* e levar isso como uma pauta".

Como expus ao longo deste trabalho, "*migrante"* emerge como uma categoria política, como defenderam várias interlocutoras de pesquisa. É importante pontuar que reconhecer isso não é ignorar que essa é uma palavra que, em muitos espaços, é acionada de maneira pejorativa para retratar as pessoas em deslocamento. Pelo contrário, a análise dos ativismos migrantes demonstra que essas mulheres reivindicam essa noção e a ressignificam.

Por fim, argumentei que há uma pedagogia nessas lutas, um “saber-fazer” militante (Magliano, 2023[120]; Brage, 2020) que nos ensina sobre diferença, diversidade, cuidado e pertencimento. Essas lógicas se baseiam, entre outros aspectos, no cuidado compartilhado, na construção de solidariedade a partir das diferenças, na valorização de distintas culturas e no questionamento de fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas.

Com esta Tese, não pretendo, portanto, esgotar o debate. Reconheço que há lacunas não preenchidas e temas não explorados, principalmente ao abordar trajetórias de vida e luta tão diversas. Me propus a encarar o desafio e espero que esta pesquisa seja apenas uma pequena contribuição para a compreensão de um campo tão plural como o dos *feminismos migrantes*.

[120] Em entrevista para esta Tese, em agosto de 2023.

REFERÊNCIAS

34º ENCUENTRO NACIONAL DE MUJERES. **Conclusiones de los talleres**. La Plata, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1vzCtHc8IeTVp0EHq1rW6HneQB4u8WMIv. Acesso em: 16 jul. 2024.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas**: repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 15-46, 2018.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Crise no Presidencialismo de Coalizão: apontamentos de campo 6.0:** fim do ciclo no presidencialismo de coalizão. Ensaios: Ecopolítica, p. 1-9, 2019.

ABREVAYA, Sebastian. **Una cárcel para extranjeros**. Página 12, 2016. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-307814-2016-08-26.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

ACNUR. **Brasil acolhe mais de 9,4 mil pessoas indígenas refugiadas e migrantes**. ACNUR – Agência da ONU para os Refugiados, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/04/25/brasil-acolhe-mais-de-94-mil-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes/> Acesso em: 28 jun. 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

AHMED, Sara *et al*. Introduction: Uprootings/regroundings: Questions of home and migration. In: **Uprootings/Regroundings Questions of Home and Migration**. Routledge, 2003.

AHMED, Sara. **Living a feminist life.** Duke University Press: 2017.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C**. Fronteiras Múltiplas e paradoxais**. Textos e Debates: Boa Vista, n.22, p. 71-87, jul./dez. 2012. Disponível em: https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/1605. Acesso em: 13 out. 2022.

ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade (Ed.). **Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures**. Routledge, 1997.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, v. 76, n. 49-86, 2009.

ALVAREZ, Sonia E. **Construindo uma política feminista translocal da tradução.** Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 3, p. 743, 2009.

ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.** Cadernos Pagu, n. 43, p. 13-56, 2014.

ALVAREZ, Sonia E. **Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos**. Revista Estudos Feministas, v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introduction: The cultural and the political in Latin American social movements. In: **Cultures of Politics Politics of Cultures.** Routledge, 2018. p. 1-30.

ALVAREZ, Sonia. et al. (Ed.). **Translocalities/translocalidades: Feminist politics of translation in the Latin/a Americas**. Duke University Press, 2014.

ALVES, Luana. **'Quero Justiça', diz mãe de jovem congolês morto em quiosque na Barra da Tijuca**. G1/Bom dia Rio: Rio de Janeiro. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/quero-justica-diz-mae-de-jovem-congoles-morto-na-barra-da-tijuca.ghtml. Acesso em 27.out.22.

AMUMRA. **Misión e Historia.** Disponível em: https://www.amumra.org.ar/mision-e-historia. Acesso em: 16 jul. 2024.

ANDERSON, Bridget. **Different roots in common ground**: Transnationalism and migrant domestic workers in London. Journal of Ethnic and Migration Studies, 27:4, 673-683, 2001. DOI: 10.1080/13691830120090449.

ANDRADE, Vitor Lopes. **Refúgio por motivos de orientação sexual:** um estudo antropológico na cidade de São Paulo. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

ANTHIAS, Floya. Thinking through the lens of translocational positionality: an intersectionality frame for understanding identity and belonging. **Translocations: Migration and social change**, v. 4, n. 1, p. 5-20, 2008.

ANTHIAS, Floya; KONTOS, Maria; MOROKVASIC-MÜLLER, Mirjana (Ed.). **Paradoxes of integration: Female migrants in Europe**. Springer Science & Business Media, 2012.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Tradução de Tatiana Nascimento. Prefácio de Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, p. 20, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: The new mestiza**. 1987.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.** Revista Estudos feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza**. Feminisms redux: An anthology of literary theory and criticism, v. 303, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. **Luz en lo oscuro**. 1ra edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Hekht Libros, 362p, 2021.

ARAUJO, Sandra Gil; ROSAS, Carolina. **La acción colectiva de las mujeres migrantes como práctica de ciudadanía**. Apuntes conceptuales y avances de investigación en el AMBA. 2019.

ARGENTINA. Boletín Oficial. **Aviso 158336**. Buenos Aires, 30 jan. 2017. Disponível em: https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/158336/20170130. Acesso em: 17 jul. 2024.

ARGENTINA. **Decreto 70/2017**. Buenos Aires, 2017. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-70-2017-271245. Acesso em: 17 jul. 2024.

ARGENTINA. **Ley 25.871 de 1992 - Actualización.** Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25871-92016/actualizacion. Acesso em: 16 jul. 2024.

ARGENTINA. **Ley nº 25.871, de 2004.** Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25871-92016/actualizacion. Acesso em: 16 jul. 2024.

ARNÉS, Laura *et al*. **Tomar las aulas, las clases de Teoría y Estudios Literarios Feministas**. Buenos Aires: Madre Selva, 2023.

ARTE E SORORIDADE. **O Cio da Terra.** Disponível em: https://arteesororidade.com.br/o-cio-da-terra/. Acesso em: 16 jul. 2024.

ASSIS, Gláucia de Oliveira**. A fronteira México-Estados Unidos**: entre o sonho e o pesadelo - as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global. Cadernos Pagu, Campinas, n. 31, p. 219-250, 2008.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente**: gênero, redes sociais e migração internacional. Revista Estudos Feministas, v. 15, p. 745-772, 2007.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero. 2004**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP.

ASSIS, Gláucia Oliveira; SIQUEIRA, Sueli**. Entre o Brasil e a Europa:** brasileiras negociando gênero e raça nas representações sobre “a mulher brasileira”. Cadernos Pagu, 2021.

AVRITZER, Leonardo et.al. **Pensando a democracia, a república e o estado de direito no Brasil**. Belo Horizonte: Projeto República, 2019.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia no Brasil:** Uma análise da crise 2013-2018. Novos estudos CEBRAP, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. **Teoria crítica, democracia e esfera pública:** concepções e usos na América Latina. Revista Dados, v. 47, p. 703-728, 2004.

BACRON, Rosana. **O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes: um estudo de caso sobre a construção da política pública municipal em São**

Paulo. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

BAENINGER, Rosana et al (org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAKSH-SOODEEN, Rawwida; HARCOURT, Wendy (Ed.). **The Oxford handbook of transnational feminist movements**. Oxford University Press, USA, 2015.

BALIBAR, Etienne. **World borders, political borders**. PMLA, v. 117, n. 1, p. 68-78, 2002.

BALLESTRIN, Luciana. **Associativismo transnacional**: uma propostaanalítico-conceitual. Revista de sociologia e política, v. 18, p. 41-54, 2010.

BASSETS, Marc; FAUS, Joan. **Nova política migratória é aprovada pelo Brasil**. El País, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/27/internacional/1485551816_434347.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

BAUDER, Harald. **Migration borders freedom**. CRC Press, 2016.

BBC NEWS. **Entenda a polêmica sobre a política que separava famílias de imigrantes ilegais nos EUA**. 2018. Disponível em: < https://bbc.in/2NMA4Gp> Acesso em 05 de ago. de 2022.

BBC. **Morte de Moïse Kabamgabe no Rio**: o que se sabe. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora:** a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. **Snowball sampling:** Problems and techniques of chain referral sampling. Sociological methods & research, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BIROLI, Flávia. The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. In: **Dossier: Las ofensivas antigénero em América Latina**. Lasa Forum, 2020. Disponível em: https://forum.lasaweb.org/files/vol51-issue2/Dossier1-3.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BLOQUE MIGRANTE. **Sobre.** Facebook, 2024. Disponível em: https://www.facebook.com/bloquemigrante/. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRAGE, Eugenia. **Espera e imobilidade:** agenciamentos cotidianos no espaço pandêmico transnacional. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 27, 2020.

BRAH, Avtar. **Cartografias desde la diáspora.** Identidades en Cuestion. Editorial, 2011.

BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora: Contesting identities**. Psychology Press, 1996.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade Brasileira no Exterior:** estimativas referentes ao ano de 2020. Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania: Departamento Consular. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/artigos-variados/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2020#:~:text=Nesse%20ano%2C%20de%20acordo%20com,referente%20ao%20ano%20de%202018. Acesso em: 10 out.2022.

BRASIL**. Decreto nº 19.482**, de 12 de Dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html. Acesso em: 16 jul.2024.

BRASIL. **Decreto nº 24.215**, de 9 de maio de 1934. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html. Acesso em 18 nov.2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.247**, de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html. Acesso em: 16 jul.2024.

BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 22 nov.2022.

BRASIL. **Lei nº 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9474. Acesso em: 22 nov.2022

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 120**, de 17 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt120-20-ccv.htm. Acesso em: 22 nov.2022.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113700>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 2699/2020**, de 15 de maio de 2020. Câmara dos Deputados. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1894354 > Acesso em: 05 fev.2023.

BRASIL. **Quadro de Portarias.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/quadro_portaria.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRINGEL, Breno**. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2011.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. **Movimentos sociais e democracia**: os dois lados das" fronteiras". Caderno CRH, v. 21, p. 457-475, 2008.

BRINGEL, Breno; TEIXEIRA, Marco Antônio. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. **Movimentos Sociais e Engajamento Político:** Trajetórias e Tendências Analíticas. Florianópolis, Editora UFSC, p. 43-76, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

CANELO, Brenda; GAVAZZO, Natalia; NEJAMKIS, Lucila. **Nuevas (viejas) políticas migratorias en la Argentina del cambio**. Si somos americanos, v. 18, n. 1, p. 150-182, 2018.

CANJANI, Elisa. **Resistências femininas:** redes de comunicação de mulheres migrantes latino-americanas na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2021.

CARDOSO, Ruth. **Movimentos sociais na américa latina.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

CAREF. Informes: **Apertura de sesiones: es urgente que el congresso rechace el DNU 70/2023**. CAREF - Comissão Argentina para Refugiados e Migrantes, 2024. Disponível em: https://caref.org.ar/apertura-de-sesiones-es-urgente-que-el-congreso-rechace-el-dnu-70-2023/. Acesso em: 16 jul. 2024.

CAREF. **Milei e a migração: leituras a 20 dias do início de seu mandato.** CAREF – Comisión Argentina para Refugiados y Migrantes, 2023. Disponível em: https://caref.org.ar/milei-y-la-migracion-lecturas-a-20-dias-del-inicio-de-su-mandato/. Acesso em: 16 jul. 2024.

CAREF. **Organizaciones sociales, activistas y legisladores/as rechazamos la criminalización de la población migrante en la Ciudad de Buenos Aires**. CAREF – Comisión Argentina para Refugiados y Migrantes, 2024. Disponível em: https://caref.org.ar/wp-content/uploads/2024/04/Documento-Acto-en-la-Legislatura-ultimo.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci**. Imigrantes Indesejáveis**: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Jornal da USP: São P aulo, 2014. Disponível em: https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/#:~:text=Entre%201930%20e%201945%2C%20o,%2C%20ciganos%2C%20negros%20e%20japoneses. Acesso em: 15 nov.2022.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARSTENSEN, Lisa. **Em São Paulo, imigrantes se mobilizam por políticas públicas e respeito**. Repórter Brasil, 2013. Disponível em: < https://reporterbrasil.org.br/2013/12/em-sao-paulo-imigrantes-se-mobilizam-por-politicas-publicas-e-respeito/> Acesso em: 24 jun. 2024.

CARVALHO, Priscila Delgado de. **A produção do transnacional:** compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

CARVALHO, Priscila Delgado de. **Há lugar para movimentos sociais na teoria decolonial?.** Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015, 2015.

CASAS, Laura. Migración, género y hogares transnacionales. In: **La inmigración en la sociedad espanyola. Una radiografía multidisciplinar**, p. 561-586, 2008.

CAVALCANTI, L. et al. **Os efeitos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho formal para imigrantes no Brasil**. Anais, p. 1-14, 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sarah Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos**: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relat%C3%B3rio%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. **PASO 2023: uma análise feminista do rugido do leão.** Tiempo Ar: 2023. Disponível em: https://www.tiempoar.com.ar/generos/paso-2023-un-analisis-feminista-del-rugido-del-leon/. Acesso em: 16 jul. 2024.

CELS. **Agenda migrante 2020**. CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales, 2019. Disponível em: https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2020/01/AGENDA-MIGRANTE-2020.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

CELS. **El DNU de migrantes fue declarado inconstitucional por el poder judicial**. CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales, 2019. Disponível em: https://www.cels.org.ar/web/2018/03/el-dnu-de-migrantes-fue-declarado-inconstitucional-por-el-poder-judicial/. Acesso em: 16 jul. 2024.

CELS**. Ley de bases y reforma fiscal: nuevo proyecto, mismo plan de cambio de régimen**. CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales, 2024. Disponível em: https://www.cels.org.ar/web/publicacoes/ley-de-bases-y-reforma-fiscal-nuevo-proyecto-mismo-plan-de-cambio-de-regimen/. Acesso em: 16 jul. 2024.

CENTENERA, Mar. EL PAIS. **Argentina, de exemplo regional a país encurralado pela covid-19.** El País, 2020**.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-15/argentina-de-exemplo-regional-a-pais-encurralado-pela-covid-19.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

CERNADAS, Pablo Ceriani. **Ampliación de derechos en tiempos de crisis: la política migratoria en Argentina desde 2003**. Red Universitaria sobre Derechos Humanos y Democratización para América Latina, v. 5, n. 8, p. 14-47, 2016. Disponível em: https://www.ciep.unsam.edu.ar//wp-content/uploads/2017/03/1-Pablo-Ceriani-Cernadas-La-ampliaci%c3%83%c2%b3n-de-derechos-en-tiempos-de-crisis.-La-pol%c3%83%c2%adtica-migratoria-en-Argentina-desde-2003.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

CIO DA TERRA – Coletivo de Mulheres Migrantes. **#JustiçaPorRoseline: queremos respostas sobre sua morte e medidas para um enterro digno.** In: CHANGE.ORG. Disponível em: https://www.change.org/p/justi%C3%A7aporroseline-queremos-respostas-sobre-sua-morte-e-medidas-para-um-enterro-digno. Acesso em: 16 jul. 2024.

CIO DA TERRA. **Folder informativo**. Cio da Terra – Coletivo de Mulheres Migrantes. Belo Horizonte, 2019.

CLIFFORD, James. **Diasporas.** Cultural anthropology, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994.

COHEN, R. Four Phases of Diaspora Studies. In: **Global Diasporas, an Introduction**, Routledge, New York, EUA, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought in the matrix of domination. **Black feminist thought:** Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment, v. 138, n. 1990, p. 221-238, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias:** a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, 2022.

CORDERO, Blanca; MEZZADRA, Sandro; VARELA, Amarela. América Latina en movimiento. **Migraciones, límites a la movilidad y sus desbordamientos**. México: Traficantes de Sueños, 2019.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. **Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o" feminismo da diferença".** Revista Estudos Feministas, v. 13, p. 691-703, 2005.

COSTA, Sérgio. **Redes sociais e integração transnacional:** problemas conceituais e um estudo de caso. Política & Sociedade, v. 2, n. 2, p. 151-174, 2003.

CRAVEIRO, Rodrigo. **Em 2021, ao menos 4,4 mil imigrantes morreram tentando chegar à Espanha.** Correio Braziliense: Brasília, 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/01/4974929-em-2021-ao-menos-44-mil-imigrantes-morreram-tentando-chegar-a-espanha.html. Acesso em 27 out. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex:** A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. u. Chi. Legal f., p. 139, 1989.

CTO – Centro de Teatro do Oprimido. **Quem somos**. 2023. Disponível em: https://www.ctorio.org.br/home/quemsomos/. Acesso em: 16 jul. 2024.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. 2004.

DE GENOVA, Nicholas; MEZZADRA, Sandro; PICKLES, John. **New keywords:** Migration and borders. Cultural studies, v. 29, n. 1, p. 55-87, 2015.

DE PAULA, Marcela. **Chandra Mohanty:** por um feminismo solidário e não sororidário. ANF: Agência de Notícias das Favelas, 2021. Disponível em: https://www.anf.org.br/chandra-mohanty-por-um-feminismo-solidario-e-nao-sororidario/ >. Acesso em 09 mar.2023.

DE SOUZA PINTO, J. R., Bernardes *et al*. **Discursos e Projetos de Mudança Social/ Discourses and Projects of Social Change**. E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, 10(24), 7-21, 2017.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva. 1975.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Associações e DPU reagem contra morte de angolano em SP e outros atos de xenofobia**. MigraMundo, 2021. Disponível em: https://migramundo.com/associacoes-e-dpu-reagem-contra-morte-de-angolano-em-sp-e-outros-atos-de-xenofobia/. Acesso em: 16 jul. 2024.

DELFIM, Rodrigo Borges**. Associações e imigrantes pedem inclusão de nacionalidade nos registros do Ministério da Saúde.** MigraMundo, 2020.

Disponível em: https://migramundo.com/associacoes-e-imigrantes-pedem-inclusao-de-nacionalidade-nos-registros-do-ministerio-da-saude/. Acesso em: 16 jul. 2024.

DELFIM, Rodrigo Borges. **CPF vira obstáculo para imigrante pedir auxílio emergencial; veja como regularizar documento.** MigraMundo, 2020. Disponível em: < https://migramundo.com/cpf-vira-obstaculo-para-imigrante-pedir-auxilio-emergencial-veja-como-regularizar-o-documento/ > Acesso em: 22 jan.2023.

DELFIM, Rodrigo Borges. **DPU entra com ação civil pública para inclusão de nacionalidade nos registros de saúde pública**. MigraMundo, 2021. Disponível em: https://migramundo.com/dpu-entra-com-acao-civil-publica-para-inclusao-de-nacionalidade-nos-registros-de-saude-publica/. Acesso em: 16 jul. 2024.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Marcha dos Imigrantes volta à rua em São Paulo e terá primeira edição pós-pandemia**. MigraMundo, 2023. Disponível em: https://migramundo.com/marcha-dos-imigrantes-volta-a-rua-em-sao-paulo-e-tera-primeira-edicao-pos-pandemia/. Acesso em: 16 jul. 2024.

DO NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado:** processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, 1978.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOMENECH, Eduardo. **O controle da imigração" indesejável":** expulsão e expulsabilidade na América do Sul. Ciência e Cultura, v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015.

DOMENECH, Eduardo. **The “politics of hostility” in Argentina**: detention, expulsion and border rejection. Estud. front, Mexicali, v. 21, e057, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-69612020000100115&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 16 jul.2024.

DORNELAS, Paula. **“Minha família é minha filha”:** cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 6, n. 2, 2022.

DORNELAS, Paula Dias; QUIRINO, Victor Bicalho. **Crise da democracia e políticas anti-imigração no Brasil:** Um olhar sobre o período de pandemia (2020–2021). Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, p. e023020-e023020, 2023. Disponível em: https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/876. Acesso em: 12 jul.2024.

DORNELAS, Paula Dias; RIBEIRO, Roberta Gabriela Nunes. **Mulheres migrantes:** invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. O social em questão, v. 21, n. 41, p. 247-264, 2018.

DORNELAS, Paula. **“Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira”:** lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35384 > Acesso em: 07 out. 2022.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31967/1/Tese_Tatiana%20Dourado.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024

EMICIDA. Principia. In: **AmarElo.** 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kjggvv0xM8Q&ab_channel=Emicida. Acesso em: 16 jul. 2024.

ENCUESTA MIGRANTE. **Anuário ENMA 2023.** Disponível em: https://encuestamigrante.ar/documentos/anuario_enma_2023_vf.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

EREL, Umut *et al.* **On the depoliticisation of intersectionality talk:** Conceptualising multiple oppressions in critical sexuality studies. Theorizing intersectionality and sexuality, p. 56-77, 2010.

ERIBON, Didier. **Returning to Reims**. Penguin UK, 2018.

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia (Orgs.). **The making of social movements in Latin America:** Identity, strategy, and democracy. Routledge, 2018.

ETCHEVERRY, Daniel. **"Vivo en un mundo y quiero otro":** um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre**.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

EUROPA PRESS. **El Congreso de Argentina aprueba la ley omnibus que permite la privatización de algunas empresas públicas**. Europa Press, 2024. Disponível em: https://www.europapress.es/economia/noticia-congreso-argentina-aprueba-ley-omnibus-permite-privatizacion-algunas-empresas-publicas-20240430205826.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

FARIA, Bárbara Mano; DORNELAS, Paula Dias. **Agência e Politização:** experiências do Coletivo de Mulheres Migrantes - Cio da Terra. Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras, v. 4, n. 2, p. e20220206-e20220206, 2022.

FASSIN, Didier. **Policing borders, producing boundaries. The governmentality of immigration in dark times.** Annual Review of anthropology, v. 40, n. 1, p. 213-226, 2011.

FASSIN, Didier. **The biopolitics of otherness:** Undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. Anthropology today, v. 17, n. 1, p. 3-7, 2001.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **O Brasil frente ao regime global de controle das migrações**. TRAVESSIA - Revista do Migrante, n. 83, p. 11-36, 2018.

FELDMAN-BIANCO, Bela; DOMENECH, Eduardo; SANJURJO, Liliana. **Desplazamientos, desposesión y violencias**. Historia y Sociedad, n. 39, p. 7-23, 2020.

FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Coord). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 686 p., 2020.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. **Para além dos feminismos**: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 24, p. 909-927, 2016.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Angolano morre esfaqueado na zona leste de SP e 2 ficam feridos;** imigrantes deixam suas casas em Itaquera por medo de xenofobia. G1, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/19/angolano-morre-esfaqueado-na-zona-leste-de-sp-e-2-ficam-feridos-imigrantes-deixam-suas-casas-em-itaquera-por-medo-de-xenofobia.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

FRANÇA, Isadora Lins. **“Refugiados LGBTI**”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. Cadernos Pagu, n. 50, p. e17506, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gzz9CBDpLFhVPQ9S9B6nwhn/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FRANÇA, Isadora; FONTGALAND, Arthur. **Gênero, sexualidades e deslocamentos:** notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, *[S. l.]*, v. 28, n. 59, p. 49–68, 2020. DOI: 10.1590/1980-85852503880005904. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1361 > Acesso em: 4 jul. 2024.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: Power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

G1. **Moïse Kabagambe: O que se sabe sobre a morte do congolês no Rio.** G1 Rio: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml. Acesso em 28 out.2022.

GARCÍA, Héctor Parra et al. (**Trans)Fronteriza: cuando los cuidados interpelan las fronteras:** estrategias por el sostenimiento de la vida de las personas migrantes ante las (in)movilidades en América Latina, 1a ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

GAVAZZO, Natalia. “**Ni una migrante menos**”: Generación y género entre las mujeres migrantes organizadas en Buenos Aires. 2018.

GAVAZZO, Natalia. **Jóvenes migrantes e hijos de inmigrantes latinoamericanos en Buenos Aires**: una generación en movimiento. 2018.

GILROY, Paul. Diaspora. **Paragraph**, v. 17, n. 3, p. 207-212, 1994.

GILROY, Paul. **The black Atlantic: Modernity and double consciousness**. Harvard University Press, 1993.

GLICK SCHILLER, N. A global perspective on transnational migration: theorizing migration without methodological nationalism. In Bauböck, R. and Faist, T. (eds) **Diaspora and Transnationalism:** Concepts, Theories and Methods. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, 109-29.

GLICK SCHILLER, N. SALAZAR, N.B. **Regimes of Mobility across the Globe**. In Journal of Ethnic and Migration Studies, 1-18, 2012.

GOHN, Maria da Gloria. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Caderno CRH, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em tempos de cólera. Vários autores. In: **Democracia em risco**, v. 22, p. 175-194, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GOODMAN, Leo A. **Snowball sampling.** The annals of mathematical statistics, p. 148-170, 1961.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Em tese, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

GIL ARAUJO, Sandra; ROSAS. De extranjeros y habitantes en tiempos de pandemia. Blog Pescado Fresco, 2020. Disponível em: https://pescadofrescoblog.wordpress.com/. Acesso em: 18 jul.2024.

GIL ARAUJO, Sandra; ROSAS, Carolina. **La acción colectiva de las mujeres migrantes como práctica de ciudadanía.** Apuntes conceptuales y avances de investigación en el AMBA. En: XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, 29 de julio – 1 de agosto, Universidad de Mar del Plata, Argentina, 2019.

GUIMARÃES, Ligia. **'Aqui não é sua casa':** os relatos dos brasileiros detidos e deportados dos Estados Unidos. BBC News: Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51431135. Acesso em: 17 out. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Towards a communication-concept of rational collective will-formation**. A thought-experiment. Ratio Juris, v. 2, n. 2, p. 144-154, 1989.

HALL, Stuart. **Da diáspora.** Belo horizonte: UFMG, p. 36, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Comunicação & Cultura, n. 1, p. 21-35, 2006.

HANDERSON, Joseph. As mulheres negras migrantes podem falar? Prefácio. In: DO ROSÁRIO, Lívia Verena Cunha. **Atravessando fronteiras: mulheres negras migrantes no Amapá**. Editora Dialética, 2021.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. **Sentidos sociais e mobilidades haitianas.** Horizontes Antropológicos, v. 21, p. 51-78, 2015.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. **"Strong objectivity":** A response to the new objectivity question. Synthese, v. 104, n. 3, p. 331-349, 1995.

HARDING, Sandra. **Is there a feminist method**. Feminism and science, p. 18-32, 1989.

HERRERA, Gioconda. Políticas migratorias y familias transnacionales: migración ecuatoriana en España y Estados Unidos. In: **América Latina migrante:** Estado, familias, identidades, p. 71-86, 2008.

HIRATA, Helena. **O trabalho de cuidado**. Sur Rev Int Direitos Human, v. 13, p. 53-64, 2016.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. **Feminism and migration.** The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 571, n. 1, p. 107-120, 2000.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. **Gender and migration scholarship**: an overview from a 21st century perspective. Migraciones internacionales, v. 6, n. 1, p. 219-233, 2011.

HONNETH, Axel**. Luta pelo reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

HORSTH, Gabriel. **Magdas Migram e OCA são homenageadas com Diploma Heloneida Studart de Cultura**. CTO, 2023. Disponível em: https://www.ctorio.org.br/home/magdas-migram-e-oca-sao-homenageadas-com-diploma-heloneida-studart-de-cultura/. Acesso em: 16 jul. 2024.

IDENTIDAD MARRÓN. **Marrones Escriben**: Perspectivas Antirracistas desde el Sur Global. 2021.

INDEC - Instituto Nacional de Estadistica y Censos. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022**. Resultados definitivos. Población indígena o descendiente de pueblos indígenas u originários. Buenos Aires, 2024. Disponível em: <https://censo.gob.ar/wp-content/uploads/2024/03/censo2022_poblacion_indigena.pdf> Acesso em: 27 jun. 2024.

INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022:** resultados definitivos: población afrodescendiente o con antepasados negros o africanos / 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires:

Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2024. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2022_poblacion_afrodescendiente.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

IOM - International Organization for Migration (IOM). **International Migration Law:** Thematic Guides**.** 2021. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

IOM - International Organization for Migration (IOM). **World Migration Report 2024.** Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

IOM, International Organization for Migration. **World Migration Report 2018**. Geneva**,** 2018.

JARAMILLO, Verónica; GIL ARAUJO, Sandra; ROSAS, Carolina. **Control migratorio y producción de irregularidad:** Normas, prácticas y discursos sobre la migración en Argentina (2016-2019). In: Forum. Revista Departamento de Ciencia Política. 2020. p. 64-90.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. **O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul.** REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 29, n. 63, p. 123-139, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYgLdQLhx/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 29 jun.2024.

JASPER, James. **Protesto:** uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JN - Jornal Nacional. **Número de brasileiros deportados dos EUA bate recorde em 2022.** Jornal Nacional, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/19/numero-de-brasileiros-deportados-dos-eua-em-2022-bate-recorde.ghtml. Acesso em: 26 out.2022.

JN – Jornal Nacional. **Voo com mais de 200 brasileiros deportados dos EUA, incluindo crianças, chega a BH**. Jornal Nacional, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/post/2022/01/26/voo-com-mais-de-200-brasileiros-deportados-dos-eua-incluindo-criancas-chega-a-bh.ghtml. Acesso em: 26 out. 2022.

KARAKOLA, Eskalera Karakola. **Prólogo: Diferentes diferencias y ciudadanías excluyentes:** Una revisión feminista In: HOOKS, bell et al. Otras inapropriables: Feminismos desde las fronteras. Traficantes de Sueños, 2004.

KEATING, Annelise. **The gloria anzaldúa reader**. Duke University Press, 2021.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders:** Advocacy networks in international politics. Cornell University Press, 2014.

LA NACIÓN. **Patricia Bullrich anunció que el Gobierno no permitirá cortes de calles ni piquetes y pidió que no usen a los niños**. La Nación, 2023. Disponível

em: https://www.lanacion.com.ar/politica/patricia-bullrich-brindo-detalles-del-nuevo-protocolo-de-orden-publico-se-va-a-actuar-hasta-liberar-nid14122023/. Acesso em: 16 jul. 2024.

LA NACIÓN. **Una por una, las 14 principales medidas del protocolo antipiquetes anunciado por Bullrich**. La Nación, 2023. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/politica/una-por-una-las-14-principales-medidas-del-protocolo-antipiquetes-anunciado-por-bullrich-nid14122023/. Acesso em: 16 jul. 2024.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, p. 41-47, 1986.

LAS TESIS. **O estuprador é você.** Performance. Valparaíso, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9sbcU0pmViM. Acesso em: 16 jul. 2024.

LEÃO, Augusto Veloso; FERNANDES, Duval. Políticas de imigração no contexto da pandemia de Covid-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (Coord). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 686 p., 2020.

LEÃO, Augusto Veloso; DEMANT, Peter Robert. **Mobilização política e integração de migrantes no Brasil: os casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 31, p. e319102, 2016.

LEE, Everett S. **A theory of migration**. Demography, v.3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LEVITT, P. e JAWORSKY, B. N. **Transnational Migration Studies:** past developments and future trends. In Annual Review of Sociology, 33: 129-156, 2007.

LOPES, Raquel. **EUA ignoram pedido do Brasil, e uso de algemas em deportados vira impasse.** Folha de S.Paulo: São Paulo, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/uso-de-algemas-em-deportados-brasileiros-cria-impasse-entre-governo-bolsonaro-e-eua.shtml. Acesso em: 28 out.2022.

LORDE, Audre. The uses of anger: Women responding to racism. **Sister outsider**, v. 127, p. 131, 1984.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Autêntica Editora, 2020.

LOREY, Isabell. **Estado de Inseguridad. Gobernar la precariedad.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia**. Anthropological perspectives on documents.** Ethnographic dialogues on the trail of police papers. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v. 11, p. 76-112, 2014.

LUGONES, María. **Radical multiculturalism and women of color feminisms**. Journal for Cultural and Religious Theory, v. 13, n. 1, p. 68-80, 2014.

LUPION, Bruno. **Argentinos vêm da Europa:** entenda de onde vem essa autoimagem citada em fala polêmica de Alberto Fernández. G1, 2021. 10 jun. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/10/argentinos-vem-da-europa-entenda-de-onde-vem-essa-autoimagem-citada-em-fala-polemica-de-alberto-fernandez.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

MAGLIANO, María José. **Interseccionalidad y migraciones:** potencialidades y desafíos. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3, p. 691-712, 2015.

MAGLIANO, María José. **Las migraciones de las mujeres bolivianas**: proyectos familiares, roles de género y trayectorias migratorias en Córdoba. 2017.

MAGLIANO, María José; DOMENECH, Eduardo E. **Género, política y migración en la agenda global:** transformaciones recientes en la región sudamericana. Migración y desarrollo, n. 12, p. 53-68, 2009.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório:** algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 23, n. 1), p. 135-175, 2019.

MAIA, Gustavo. **Bolsonaro critica lei de migração: 'certo tipo de gente' dentro de casa**. UOL notícias, 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

MAGLIANO, María José; ARRIETA, Sofía. **Los cuidados comunitarios en tiempos de pandemia**: Producción social del hábitat y sostenibilidad de la vida en Córdoba (Argentina). Revista de Ciencias Sociales, v. 36, n. 53, p. 175-198, 2023. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382023000200175&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jul. 2024.

MALLIMACI, Ana Inés. Cuidar y ser cuidadx: Desigualdades en el contexto de pandemia. En: GARCÍA, Héctor Parra et al. (**Trans)Fronteriza: cuando los cuidados interpelan las fronteras:** estrategias por el sostenimiento de la vida de las personas migrantes ante las (in)movilidades en América Latina, 1a ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

MALLIMACI, Ana Inés. **Revisitando la relación entre géneros y migraciones:** Resultados de una investigación en Argentina. Mora (Buenos Aires), v. 18, n. 2, p. 0-0, 2012.

MALLIMACI, Ana Inés; MAGLIANO, María José. **Esperas y cuidados:** Reflexiones en torno a la gestión del tiempo de mujeres migrantes en dos espacios urbanos de Argentina. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 28, n. 59, p. 161-176, 2020.

MALLIMACI, Ana Inés; MAGLIANO, María José. **Mujeres migrantes sudamericanas y trabajo de cuidado en dos ciudades argentinas**. 2018.

MARQUES, Angela; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **A política como (des) construção de sujeitos:** desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. **Galaxia**, 2018, n. 37, pp. 41-54.

MARQUES, Patrick. **Artista que viajava de bicicleta para a Venezuela some durante passagem pelo Amazonas**. G1, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/01/04/artista-que-viajava-de-bicicleta-para-a-venezuela-some-durante-passagem-pelo-amazonas.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva:** a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). Dados, v. 60, p. 239-279, 2017.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967

MATOS, Marlise. **A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil:** entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Anais... Caxambu, 2014.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista:** é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global**?** Revista de sociologia e política, v. 18, n. 36, 2010.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero?** Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 333-357, 2008.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Emergence of intersectional activist feminism in Brazil: the interplay of local and global contexts. In: **Global Currents in Gender and Feminisms**. Emerald Publishing Limited, 2017. p. 35-47.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais:** Uma Teoria Parcial. Revista Movimentos Sociais, v. 2, n. 02, p. 153-209, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial:** raça, travestismo e o culto da domesticidade. Cadernos Pagu, p. 7-85, 2003.

MELDE, Susanne *et al*. **Introduction:** The South–South migration and development nexus. A new perspective on human mobility in the South, p. 1-20, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-017-9023-9_1 Acesso em: 29 jun. 2024.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: Collective action in the information age. Cambridge University Press, 1996.

MENDES, Vinicius. **COVID-19 ainda é causa de apreensão no Brasil.** DW, 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/covid-19-ainda-%C3%A9-causa-de-apreens%C3%A3o-no-brasil/a-68380068. Acesso em: 16 jul. 2024.

MENDONÇA, Ricardo. **Movimentos sociais como acontecimentos:** linguagem e espaço público. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 115-142, 2007.

MENDONÇA, Ricardo. @MendoncaRF. Tweet **[Incomoda-me a forma como a discussão sobre o "identitarismo" circula no debate público contemporâneo. (...)].** Twitter, 5 jan. 2021. Disponível em: https://x.com/MendoncaRF/status/1345719871389249536. Acesso em: 16 jul. 2024.

MENDONÇA, Ricardo. **Singularidade e identidade nas manifestações de 2013.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 130-159, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/xKGMvWwqZVJZ49jjvFWBvmD/?format=pdf> Acesso em: 26 jun. de 2024.

MEZZADRA, Sandro. **Multidão e Migrações**: a autonomia dos migrantes. Revista ECO-Pós, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012.

MINARDI, Ines M. **Trajetória de luta:** mulheres imigrantes italianas anarquistas. Encontro Regional de História, v. 19, 2008.

MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. **O que é a imigração internacional? Uma análise do processo de elaboração da nova lei de migração brasileira.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

MJSP – Ministério de Justiça e Segurança Pública. **MJSP lança grupo de trabalho de política migratória**. Governo do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-lanca-grupo-de-trabalho-de-politica-migratoria. Acesso em: 16 jul. 2024.

MJSP – Ministério de Justiça e Segurança Pública. **Nota à imprensa**: 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá nova data. Governo do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/nota-a-imprensa-2013-2a-conferencia-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatridia-tera-nova-data-1. Acesso em: 16 jul. 2024.

MOGHADAM, Valentine M.; **Globalizing women:** Transnational feminist networks. JHU Press, 2005.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Dangerous Liaisons:** Gender, Nation, and Postcolonial Perspectives, 1997.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders**. Duke University Press, 2003.

MORALES, Diego et al. Migrantes: de la protección a la criminalización. In: **Derechos humanos en la Argentina**: Informe 2017. Centro de Estudios Legales y

Sociales (CELS).- 1ª ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

MOREIRA, Matheus. **Em meio a surto de coronavírus, orientais no Brasil relatam preconceito e desconforto**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/em-meio-a-surto-de-coronavirus-orientais-no-brasil-relatam-preconceito-e-desconforto.shtml. Acesso em: 30 maio 2024.

MOREIRA, Pedro. **Pobreza na Argentina atinge maior nível em 20 anos**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2024-02/pobreza-na-argentina-atinge-maior-nivel-em-20-anos#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Observat%C3%B3rio,%2C%20para%2015%25%20em%20janeiro. Acesso em: 16 jul. 2024.

MOROKVAŚIC, Mirjana. **Birds of passage are also women….** International migration review, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

MOULIN, Carolina. **A política internacional da mobilidade**: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos sociais. São Paulo: Hucitec/FAPEAM, p. 275-288, 2012.

MOULIN, Carolina. **Os direitos humanos dos humanos sem direitos:** refugiados e a política do protesto. Revista Brasileira De Ciências Sociais, v. 26, p. 145-155, 2011.

NEXO. **Congresso argentino aprova pacote de reformas econômicas.** Nexo Jornal, 2024. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/extra/2024/06/28/lei-onibus-de-milei-e-aprovada-na-argentina. Acesso em: 20 jul.2024.

NI UNA MENOS. **Sobre.** Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/niunamigrantemenos/. Acesso em: 16 jul. 2024.

NICHOLLS, Walter J.; UITERMARK, Justus; VAN HAPEREN, Sander. Going national: how the fight for immigrant rights became a national social movement. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 46, n. 4, p. 705-727, 2020.

NUEVA CUIDAD. **A 18 años del incendio en el taller textil clandestino "Luis Viale" exigieron que se declare sitio de memoria.** Nueva Ciudad, 2024. Disponível em: https://www.nueva-ciudad.com.ar/notas/202404/53640-a-18-anos-del-incendio-en-el-taller-textil-clandestino-luis-viale-exigieron-que-se-declare-sitio-de-memoria.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational relations and world politics:** An introduction**.** International organization, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971.

O ESTRANGEIRO. **SOS Colômbia:** A voz dos coletivos de migrantes no Brasil. Disponível em: https://oestrangeiro.org/2021/05/14/sos-colombia-a-voz-dos-coletivos-de-migrantes-no-

brasil/#:~:text=A%20Coletiva%20Mulheres%20em%20Migra%C3%A7%C3%A3o,de%20resist%C3%AAncia%20em%20abya%20yala. Acesso em: 16 jul. 2024.

OBMigra**. Imigração e Refúgio no Brasil.** 2020. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Brasília, Relatório Anual 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action** [1965]. Contemporary Sociological Theory, v. 124, 2012.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.** Apresentação de Maria Luiza Ribeiro Viotti. Pequim, 1995. Disponível em: < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf >. Acesso em 12 jan.2023.

OSO, Laura; PARELLA, Sònia. **Inmigración género y Mercado de trabajo**: una panorámica de la investigación sobre la inserción Laboral de las mujeres inmigrantes en España. Cuadernos de relaciones laborales, v. 30, n. 1, p. 11, 2012.

PAIS, Ana. **Migrantes no Brasil enfrentam xenofobia, diz relatório**. BBC Brasil, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095. Acesso em: 16 jul. 2024.

PAIXÃO, Fernanda. **200 mil mulheres e dissidências debatem realidade possível no 34º Encontro na Argentina.** Jornalistas Livres, 2019. Disponível em: https://jornalistaslivres.org/200-mil-mulheres-e-dissidencias-debatem-realidade-possivel-no-34o-encontro-na-argentina/. Acesso em: 16 jul. 2024.

PAIXÃO, Mayara. **Câmara argentina analisa lei ômnibus reduzida e Milei diz ter votos necessários.** Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/camara-argentina-analisa-lei-onibus-reduzida-e-milei-diz-ter-votos-necessarios.shtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

PAIXÃO, Mayara. **Deputados da Argentina aprovam lei ômnibus em vitória para Milei.** Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/deputados-da-argentina-aprovam-lei-onibus-em-vitoria-para-milei.shtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

PARREÑAS, Rachel Salazar. **Mothering from a distance**: Emotions, gender, and intergenerational relations in Filipino transnational families. Feminist studies, v. 27, n. 2, p. 361-390, 2001.

PEDONE, Claudia. **“Varones aventureros” vs.“madres que abandonan”:** reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 16, n. 30, p. 45-64, 2008.

PEDONE, Claudia. Reconfiguración de los flujos migratorios en América del Sur. Desafíos teóricos y metodológicos desde las perspectivas transnacional e

interseccional. In: **Migraciones trasnacionales:** inclusiones diferenciales y posibilidades de reconocimiento, p. 265-286, 2020.

PEDONE, Claudia; ARAUJO, Sandra Gil. **Los laberintos de la ciudadanía:** Políticas migratorias e inserción de las familias emigrantes latinoamericanas en España. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 16, n. 31, 2008.

PEDONE, Claudia; ROMERO, Belén; GIL ARAUJO, Sandra. **Políticas públicas, migración y familia. Una mirada desde el género.** Papers: revista de sociologia, v. 97, n. 3, p. 0541-568, 2012.

PERES, Roberta Guimarães. **Mulheres na fronteira:** a migração de bolivianas para Corumbá-MS. Revista Territórios e Fronteiras, v. 8, n. 2, p. 120-137, 2015.

PIAI, André. **O que é e como surgiu o "movimento dos sem papéis" na França**. MigraMundo, 2022. Disponível em: <https://migramundo.com/o-que-e-e-como-surgiu-o-movimento-dos-sem-papeis-na-franca/> Acesso em: 24 jun. 2024.

PIANETTO, Ofelia. **Mercado de trabajo y acción sindical en la Argentina, 1890-1922**. Desarrollo económico, p. 297-307, 1984.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, v. 18, p. 15-23, 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Atravessando fronteiras:** teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, n. 2, p. 377, 2013.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e cultura, v. 11, n. 2, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Looking for new worlds:** Brazilian women as international migrants. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 33, n. 4, p. 784-793, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos:** brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. EdUERJ, 2013.

PORTES, Alejandro**. Introduction:** the debates and significance of immigrant transnationalism. Global networks, v. 1, n. 3, p. 181-194, 2001.

PRAZERES, Leonardo. **Barrados por portaria, imigrantes se abrigam em ponte na fronteira entre Brasil e Peru enquanto tentam entrar no país.** O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/barrados-por-portaria-imigrantes-se-abrigam-em-ponte-na-fronteira-entre-brasil-peru-enquanto-tentam-entrar-no-pais-24570622> Acesso em: 09.ago.2020.

PREFEITURA RIO. **Prefeitura cria comitê para defender e promover os direitos humanos dos refugiados, imigrantes e apátridas na cidade**. Prefeitura Municipal o Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://prefeitura.rio/cidadania/prefeitura-cria-comite-para-defender-e-promover-os-direitos-humanos-dos-refugiados-imigrantes-e-apatridas-na-

cidade/#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20tem%20o%20objetivo,cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em: 16 jul. 2024.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido:** a dualidade do acontecimento. Trajectos, Lisboa, v. 6, n. 6, p. 59-76, 2005.

RAGO, Margareth. **Luce Fabri, o anarquismo e as mulheres**. TEXTOS DE HISTÓ.RIA Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**.** v. 8, n. 1-2, p. 219-244, 2000.

RAVENSTEIN, Ernest George. **The laws of migration.** Journal of The Royal Statistical Society**,** v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.

REDE MILBI. **Quem somos.** Site. Disponível em: https://redemilbi.com/. Acesso em: 16 jul. 2024.

RESENDE, Márcio. **Argentina anuncia oficialmente o fim da quarentena iniciada em 20 de março, a mais longa do mundo.** UOL Notícias, 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/11/28/argentina-anuncia-oficialmente-o-fim-da-quarentena-iniciada-em-20-de-marco-a-mais-longa-do-mundo.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

REUTERS. **World Coronavirus tracker and maps**. Reuters, 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/graphics/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/argentina/. Acesso em: 16 jul. 2024.

RHO, María Gabriela. **De las luchas por una nueva ley de migraciones al paro migrante**: Nuevas configuraciones de las luchas migrantes en Argentina. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 28, p. 127-145, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/remhu/a/qZcxJV8qnGb7NYZ8kkp7ycg/> Acesso em 08 jul. 2024.

RIANELLI, Erick; CARDOSO, Guilherme. **Justiça por Moïse:** ativistas protestam em memória do congolês morto no Rio. G1, 2022. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/05/justica-por-moise-ativistas-protestam-em-memoria-do-congoles-morto-no-rio.ghtml >. Acesso em 06 fev.de 2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cybercultural politics: Political activism at a distance in a transnational world. In: ALVAREZ, Sonia; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultures of Politics Politics of Cultures**. Routledge, 1998. p. 325-352.

RIBEIRO, Jullyane Carvalho. **Fazer-se refugiada: Fronteiras, crises e (Co) Produção de diferenças na gestão do refúgio.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2021.

RICH, Adrienne. **Notes toward a Politics of Location.** Women, Feminist Identity and Society in the 1980's: Selected Papers, p. 7-22, 1984.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. **Paradoxo da igualdade:** gênero, raça e democracia. Ciência e Cultura, v. 69, n. 1, p. 39-44, 2017.

ROCHA, Sabrina. **Julieta Hernandez:** quem é a artista venezuelana morta no AM enquanto viajava de bicicleta pelo Brasil. G1, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/01/08/julieta-hernandez-quem-e-a-artista-venezuelana-morta-no-am-enquanto-viajava-de-bicicleta-pelo-brasil.ghtml. Acesso em: 16 jul. 2024.

RODRIGUES, Cristiano. **Afro-latinos em movimento:** protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia. Editora Appris, 2020.

RODRIGUES, Daniela. **Nada sobre nós sem nós:** reflexões sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. UNB Notícias, 2020. Disponível em: https://noticias.unb.br/artigos-main/7015-nada-sobre-nos-sem-nos-reflexoes-sobre-o-dia-internacional-das-pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 16 jul. 2024.

RODRIGUEZ ROJAS, Daniela; FERNÁNDEZ, Daniela; PACECCA, María. **Expulsiones ordenadas y efectivizadas, 2019-2021**: entre el cambio de gobierno y el cambio normativo. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CAREF - Comisión Argentina para Refugiados y Migrantes, 2022. Disponível em: https://caref.org.ar/wp-content/uploads/2023/05/Informe-6.-Expulsiones-ordenadas-y-efectivizadas.-Entre-el-cambio-de-gobierno-y-el-cambio-normativo-2019-2021.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

ROSAS, Carolina; GIL ARAUJO, Sandra; JARAMILLO, Verónica. **Contrapuntos entre la política migratoria macrista y la acción colectiva migrante en la zona metropolitana de Buenos Aires** (2016-2019). Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas; 2020; 283-300.

ROSAS, Carolina; JARAMILLO, Verónica. **Migración internacional, cisnormatividad y legalidad excluyente:** migrantes trans en Argentina. Trabajo y Sociedad, v. 24, n. 41, p. 201-225, 2023.

ROSAS, Carolina. Migrantes en Argentina: Desigualdades, luchas y cuidados en el contexto de pandemia. In: GARCÍA, Héctor Parra et al. (**Trans)Fronteriza: cuando los cuidados interpelan las fronteras:** estrategias por el sostenimiento de la vida de las personas migrantes ante las (in)movilidades en América Latina, 1a ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SAFRAN, William. **Diasporas in modern societies:** Myths of homeland and return. Diaspora: A journal of transnational studies, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SALAZAR, Noel B. **The power of imagination in transnational mobilities**. Identities, v. 18, n. 6, p. 576-598, 2011.

SANCHES, Mariana. **Lula estuda anular medidas do governo Bolsonaro que facilitaram deportação de brasileiros dos EUA**. BBC News: Washington, 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63684694. Acesso em: 21 nov. 2022.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016.** Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16478-de-08-de-julho-de-2016/. Acesso em: 16 jul. 2024.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0:** feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SASSEN, S. **Expulsions:** Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade** [Immigration or the Paradoxes of Alterity]. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade E Estado, v. 21, p. 109-130, 2006.

SHELLER, Mimi; URRY, John. Introduction: Mobile cities, urban mobilities. In: **Mobile technologies of the city**. Routledge, 2006

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil** –Introdução. Política & Sociedade, v. 3, n. 5, p. 13-36, 2004.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. **De imigrante a transmigrante:** teorizando a migração transnacional. Cadernos CERU, v. 30, n. 1, p. 349-394, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** Editora Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance**. Yale university press, 1990.

SCOTT, Joan W. **Gender: A useful category of historical analysis**. The American historical review, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SEDESE. **1ª Comigrar-MG define pautas estratégicas para migrantes, refugiados, apátridas e retornados**. Governo de Minas, 2024. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/noticias-artigos/2293-1-comigrar-mg-define-pautas-estrategicas-para-migrantes-refugiados-apatridas-e-retornados> Acesso 28 jun. 2024.

SENADO FEDERAL. **Nova lei de migração é sancionada com vetos**. Senado Notícias, 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos#:~:text=Tamb%C3%A9m%20houve%20veto%20%C3%A0%20obriga%C3%A7%C3%A3o,de%20longa%20data%20no%20pa%C3%ADs. Acesso em: 16 jul. 2024.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros:** a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, v. 1, p. 01-20, 2008.

SHUVAL, Judith T. **Diaspora migration:** Definitional ambiguities and a theoretical paradigm. International Migration, v. 38, n. 5, p. 41-56, 2000.

SOLIS, Cristina Vega; GIL ARAÚJO, Sandra. Contrageografías: circuitos alternativos para una ciudadanía global. In: **Contrageografías de la globalización**. Traficantes de sueños, México, 2005.

SOUSA, Viviane; LEITE, Isabela. **Deportações de estrangeiros crescem 5.798% no Brasil em 2020**. G1, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/21/deportacoes-de-estrangeiros-crescem-5708percent-no-brasil-em-2020.ghtml. Acesso em: 14 out.2022.

SPRAGUE, Joey; KOBRYNOWICZ, Diane. **A Feminist Epistemology.** Handbook of the sociology of gender, p. 25-43, 2006.

TARROW, Sidney. **Global, conventional and warring movements and the suppression of contention**. Themes in contentious politics research. Política & Sociedade, v. 10, n. 18, p. 25, 2011.

TARROW, Sidney. **Social movements in Europe:** movement society or Europeanization of conflict?. 1994.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge University Press, 2005.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. In: FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato Monseff; SOUZA, Nelson Rosário (orgs.). **Democracia e participação:** os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: UFPR.2005.

TAYLOR, Charles. Multiculturalism. In: **Multiculturalism**. Princeton University Press, 1994.

TELE SISA. **[Sem título].** Buenos Aires,11 abr. 2024. Instagram: @telesisaoficial. Disponível em: https://www.instagram.com/telesisaoficial/reel/C5oMaOpO7xs/. Acesso em: 16 jul. 2024.

TERRA. **Número de mortes por COVID no mundo supera 7 milhões, diz OMS.** Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/numero-de-mortes-por-covid-no-mundo-supera-7-milhoes-diz-oms,0f8543ea0ead8a1235e3677ab6add089313ze8pn.html. Acesso em: 16 jul. 2024.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Random House: New York, 1978.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. **Contentious politics**. Oxford University Press, 2015.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu. A Decade of Growth in Migration in Brazil (2010–2020) and the Impact of the COVID-19 Pandemic. In: **Migration in South America: IMISCOE Regional Reader**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 99-120.

TRUTH, Sojourner. **Ain't I a Woman?.** 1851.

TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World***:* On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015.

VARELA HUERTA, Amarela. **Movimientos Sociales protagonizados por Migrantes:** Cuatro Postales desde México, España, Francia Y Estados Unidos. Journal of Transborder Studies, 2015.

VARELA HUERTA, Amarela. **Por el derecho a permanecer y a pertenecer:** una sociología de la lucha de migrantes. Traficantes de Sueños, 2013.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; MARTIN-CHENUT, Kathia. **Pandemia e crimes contra a humanidade:** o "caráter desumano" da gestão da catástrofe sanitária no Brasil. Revista Direito e Práxis, v. 12, p. 2206-2257, 2021.

VERTOVEC, S. Introduction: transnationalism, migrant transnationalism and transformation. In **Transnationalism**. Routledge, New York, EUA. 2009.

VILLALÓN, Corina Demarchi; MOYA, Jobana; BEJARANO, Lida Elena Tascón. **Colectivos de mujeres migrantes frente a la pandemia**: El Equipo de Base Warmis y la campaña de Regularización Migratoria "Regularización Ya!.TRAVESSIA: Revista Do Migrante, v. 2, n. 91, 2021.

WALIA, Harsha. **There is No "Migrant Crisis**". Boston Review: Boston, 2022. Disponível em: https://www.bostonreview.net/articles/there-is-no-migrant-crisis/. Acesso em: 16 nov. 2022.

WARMIS. **Regularização Já.** São Paulo, 2024. Disponível em: https://warmis.org/regularizacao-ja. Acesso em: 16 jul. 2024.

WASSER, Nicolas. **Nas rotas da vergonha**. Periódicus**,** Salvador BA, n. 12, p. 130-142, 2019.

WASSER, Nicolas; FRANÇA, Isadora Lins. **O medo de voltar para casa:** revisitando o nexo entre (homo) sexualidades e deslocamentos a partir do conceito de sexílio. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 37, p. e21217, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/F9WHMtRykRFdNHBCKFCffXb/?lang=pt> Acesso em: 29 jun.2024.

WEDEEN, Lisa. **Reflections on ethnographic work in political science**. Annual Review of Political Science, v. 13, p. 255-272, 2010.

WEISSMANN, Lisette. **Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade.** Construção Psicopedagógica, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018.

WILLERS, Susanne. Migración, trabajo y subjetividad: Las experiencias de mujeres centroamericanas en tránsito por México. **América Latina en movimiento:** Migraciones, límites a la movilidad y sus desbordamientos. Ciudad de México, Barcelona: UACM, Traficantes de Sueños, Tinta Limón, p. 125-156, 2019.

YANAPACUNA. **Sobre.** Facebook. Buenos Aires, 2024. Disponível em: https://www.facebook.com/people/Yanapacuna/100064373785030/. Acesso em: 16 jul. 2024.

YANOW, Dvora**. Interpretive analysis and comparative research**. In: Comparative policy studies. Palgrave Macmillan, London, p. 131-159, 2014.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. **Interpretation and method:** empirical research methods and the interpretive fun. Armonk (NY) : M.E. Sharpe, 2006. 472 p.

APÊNDICE A: Coletivos de migrantes pesquisados

- *Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra (Belo Horizonte/MG, Brasil*):

  O Cio da Terra é um coletivo de mulheres migrantes formado em abril de 2017, em Belo Horizonte/MG, fruto de um projeto para mulheres migrantes existente em outra organização. A proposta do grupo é "unir mulheres de várias nacionalidades na luta para a efetivação de direitos das migrantes, auxiliar no fortalecimento da autonomia e autoestima dessas mulheres e ser uma rede de apoio e troca de experiências" (Arte e Sororidade, 2024).

- *Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas (São Paulo/SP, Brasil):*

  Surgida em São Paulo no ano de 2013, a Equipe de Base Warmis é uma organização de mulheres migrantes oriundas de diferentes países. O coletivo faz parte do organismo internacional Convergência de Culturas, que integra o Movimento Humanista Internacional. Entre os objetivos do grupo, estão a "busca e garantia pelos direitos das mulheres imigrantes no Brasil, como o acesso à saúde pública e também questões de regularização de documentos, dentre outras" (Warmis, 2024).

- *Rede MILBi+ (São Paulo/SP, Brasil):*

  Fundada em 2018, na cidade de São Paulo, a Rede MILBi+ é um coletivo formado por mulheres cis lésbicas, bissexuais, pansexuais e pessoas transgêneras migrantes. A proposta do grupo é "contribuir com a criação de reflexões, espaços seguros, ações e caminhos de acolhida como estratégia para a garantia de direitos e de respeito à interculturalidade e à diversidade sexual, de gênero e de corporalidades" (Rede MILBi+, 2024).

- *Coletivo Magdas Migram – Teatro das Oprimidas (Rio de Janeiro/RJ, Brasil):*

  O Coletivo Magdas Migram surgiu em 2019, na cidade do Rio de Janeiro, e faz parte da rede de grupos do Centro de Teatro do Oprimido e a Rede Ma(g)dalena Internacional. Por meio do teatro, o coletivo busca evidenciar as opressões vividas pelas mulheres migrantes, abordando "a questão da imigração e o direito à cidade, na perspectiva de mulheres migrantes do sul global" (CTO, 2024).

- *Coletiva de Mulheres em Migração pela Paz (Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG, Brasil):*

  A Coletiva de Mulheres em Migração pela Paz é um grupo formado por mulheres migrantes colombianas, com atuação nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG. O grupo foi fundado com o objetivo de denunciar e visibilizar informações sobre o contexto colombiano, além de "criar um espaço de encontro

próprio, onde nossas experiências como mulheres colombianas são reconhecidas e nossas próprias trajetórias se fortalecem” (O Estrangeiro, 2021).

- *Ni Una Migrante Menos (Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA, Argentina):*

  Fundado em Buenos Aires, em 2017, o coletivo Ni Una Migrante Menos é formado por mulheres e dissidências migrantes. As atividades do grupo envolvem denúncias de violações de direitos, lutas por acesso à justiça, participação em atos feministas, além de organização de marchas, assembleias e campanhas. Segundo descrição do próprio coletivo: “estamos convencidas de que a luta feminista deve transcender fronteiras” (Ni Una Migrante Menos, 2024, tradução nossa).

- *AMUMRA - Asociación Civil de Derechos Humanos – Mujeres Unidas, Migrantes y Refugiadas en Argentina (Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA, Argentina):*

  Atuante em Buenos Aires desde 2001, a AMUMRA é uma organização que surgiu a partir da luta de um grupo de mulheres migrantes pelo acesso à educação superior de seus filhos. Entre os objetivos do grupo, estão “a integração social, econômica e cultural das mulheres migrantes, refugiadas e suas famílias, assim como o respeito irrestrito de sua cidadania global” (AMUMRA, 2024).

- *Bloque de Trabajadorxs Migrantes (Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA, Argentina):*

  O Bloque de Trabajadorxs Migrantes foi fundado em 2017, na cidade de Buenos Aires. Composto por migrantes de diferentes nacionalidades, o grupo desenvolve atividades como o apoio à regularização documental, a realização de eventos, atos e oficinas, além da difusão de informações para as populações migrantes, entre outras. Seus objetivos envolvem “a reivindicação de direitos como sujeitxs politicxs e culturais” (BTM, 2024).

- *Yanapacuna (Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA, Argentina:*

  A Associação Civil Yanapacuna é uma organização que presta assessoria jurídica, apoio e acompanhamento a pessoas migrantes residentes na cidade de Buenos Aires. O grupo é composto por migrantes de diferentes países e atua na denúncia de violações e violências, na luta por direitos e em ações voltadas para o acesso à justiça.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada

Dados de identificação

- Nome:

- Nacionalidade:

- Cidade de origem: Estado/Província:

- Idade:

- Cor/Raça: Branca: ( ) Preta: ( ) Parda: ( ) Amarela: ( ) Indígena: ( )
Sem informação: ( ) Outra. Qual? _____

- Identidade de Gênero: ( ) Cisgênero ( ) Transgênero ( ) Transexual ( )
Travesti ( ) Agênero ( ) Sem informação ( ) Outra. Qual? _____

- Orientação Sexual: ( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Bissexual
( ) Sem informação ( ) Outra. Qual? _____

- Escolaridade:

- Estuda atualmente? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, qual curso?

- Profissão:

Roteiro de entrevista

1. Experiências e trajetórias de vida das mulheres migrantes:

- Você poderia me contar um pouco sobre você, sobre sua vida no país de origem?
- Há quanto tempo você vive no país de destino? Porque e como decidiu migrar? Você poderia me contar um pouco sobre sua vida no país de destino?
- Quais são suas atividades, as pessoas com as quais você convive, experiências marcantes? Como é o relacionamento com sua família e amigos, tanto daqui quanto do seu país?
- Quais foram os principais desafios e dificuldades encontradas durante o trajeto e ao chegar ao país de destino? Essas dificuldades permanecem?
- Já passou por experiências de desrespeito e discriminação, como xenofobia, racismo, violência de gênero, entre outras?
    - Se você já vivenciou essas situações de discriminação (racismo, xenofobia, violência de gênero, LGBTfobia etc) e se sente à vontade para falar sobre, como você reagiu e lidou com isso?

2. Ativismo "pré-migração", no local de origem:

[Primeiras experiências de militância e "histórico" de ativismo no país de origem]:

- Você fazia parte de algum coletivo, grupo ou movimento social antes de migrar?
    - Em caso positivo: a militância se dava em quais movimentos? Como se deu a entrada nesses coletivos?
    - No geral, quais eram as pautas e objetivos desse grupo? Quais eram as estratégias adotadas e principais problemas enfrentados?
    - A migração era um tema mobilizado por esses movimentos?

[Continuidade no país de destino]:

- Mesmo estando em outro país, você segue participando desses grupos/coletivos/movimentos "à distância"? Se sim, como?

3. Ativismo "pós-migração", no país de destino: experiências individuais e coletivas

- No país de destino, você atua ou já atuou em algum movimento social/coletivo/organização da sociedade civil?
    - Em caso positivo: Como e porque você começou a atuar nessa organização?
- Qual é a centralidade do tema da migração para o seu ativismo, particularmente, e para o grupo em que você atua?

3.1 Sobre o coletivo/organização/movimento social em que é ativista:

- Você poderia me contar um pouco sobre a organização em que você atua? Como ela surgiu, porque?
- Quais são as principais ações que vocês desenvolvem nacional e transnacionalmente?
- Você poderia me contar um pouco sobre o contexto político/social em que vocês atuam, quais são as principais pautas e demandas do grupo?
- Quais são as principais dificuldades, desafios e possíveis retrocessos ou empecilhos que vocês encontram para o ativismo?
- Vocês têm relações, desenvolvem ou já desenvolveram alguma ação com outros movimentos sociais, organizações da sociedade civil e/ou outras instituições de apoio a migrantes?

3.2 Sobre a relação da organização com o Estado

- A organização em que você atua estabelece algum tipo de relação com o Estado (Ex.: comitês, órgãos/gestores públicos, atores políticos, conselhos, fóruns de políticas públicas etc)? Como é essa relação e mais especificamente com quais atores político-estatais?
- Você ou a organização em que você atua estabelece relações com atores estatais *de outros países* (ex.: instituições do país de origem)? Se há essa atuação que envolve diferentes países, como se dá essa relação?
- Há tensões, conflitos, receios? Quais seriam as principais dificuldades encontradas nesses processos e nessa relação com diferentes atores estatais?

[Direitos políticos e o voto migrante]

- No país em que você se encontra, é autorizado o voto para pessoas migrantes? Se sim, você já votou? Como se sentiu e como você enxerga a participação de migrantes nesses processos, em termos de potencialidades e desafios?
    - Se não, como você se sente diante da impossibilidade (em alguns contextos) de que migrantes votem e se candidatem em eleições?

4. Sentidos, significados e a importância do ativismo

- O que é ser mulher e ser mulher migrante no país em que você vive? Qual a importância e o significado, para você, de pertencer a um coletivo ou grupo de mulheres migrantes?

[Percepções e sentidos atribuídos aos feminismos]:

- O que é a luta feminista para você? Você se considera feminista? O coletivo/movimento que você integra se autodenomina feminista?
    - Você tem e/ou percebe algumas tensões, conflitos e críticas em relação aos feminismos?

[Feminismo Migrante]:

- Você acredita ser possível dizer que existe um Feminismo Migrante na América Latina? Se sim, como você o caracterizaria? Quais seriam suas pautas e estratégias principais?

5. Encerramento da entrevista

- Há algum ponto, informação ou questionamento que não foi abordado e você gostaria de comentar?
- Agradecimentos.

Anexo 2 – Mulheres migrantes entrevistadas para a pesquisa

Nome fictício	País de origem	Ano em que migrou	Idade no momento da entrevista	Cidade em que reside	Raça/cor (autodeclaração)	Orientação sexual/ Identidade de gênero	Filhos/as?	Escolaridade	Profissão e/ou cargo
Sanité	Haiti	2014	32	BH	Negra	Heterossexual/mulher cis	Sim	Superior completo	Assistente social
Judith	Colômbia	2005	43	RJ	Branca	Heterossexual/mulher cis	Sim	Doutorado	Psicóloga
Simone	México	2013	36	RJ	Prefere não responder	Bissexual/ mulher cis	Não	Mestrado	Tradutora
Eva	Argentina	2016	32	SP	Branca	Bissexual/ mulher cis	Não	Mestrado	Estudante
Claudia	Argentina	2013	33	BH	Branca	Lésbica/ mulher cis	Não	Superior incompleto	Artista e educadora
Léonie	República Democrática do Congo	2016	25	POA	Negra/Preta	Heterossexual/mulher cis	Não	Superior completo	Sanitarista
Julieta	Bolívia	2007	42	SP	Indígena quechua marrom	Heterossexual/mulher cis	Sim	Superior incompleto	Web designer
Juana	Venezuela	Não informado	42	RJ	Preta	Heterossexual/mulher cis	Não informado	Ensino médio incompleto	Cozinheira
Miguelina	Peru	2000	53	BH	Indígena	Heterossexual/mulher cis	Sim	Superior incompleto	Artesã
Olga	Colômbia	2016	33	SP	Branca	Lésbica/ mulher cis	Não	Mestrado	Psicóloga
Soledad	Colômbia	2017	34	RJ	Branca mestiza latino-americana	Bissexual/ mulher cis	Não	Superior completo	Professora
Lélia	Brasil	2009	39	CABA	Negra	Bissexual/Mulher cis	Não	Ensino técnico	Autônoma
Domitila	Bolívia	2005	41	CABA	Indígena Aymara	Heterossexual/Mulher cis	Sim	Superior completo	Autônoma
Concepción	Paraguai	1987	59	CABA	Mestiza - indígena e negra	Heterossexual/Mulher cis	Sim	Ensino Técnico	Psicóloga social

Ermelinda	Paraguai	Não informado	37	CABA	Afrodescendente	Heterossexual/Mulher cis	Não informado	Superior incompleto	Trabalhadora social
Manuela	Peru	2000	63	CABA	Mestiza	Heterossexual/Mulher cis	Sim	Ensino Técnico	Contadora
Dolores	Equador	2017	24	CABA	Mestiza	Bissexual/Mulher cis	Não	Superior incompleto	Estudante
Virginia	Peru	2002	39	CABA	Originaria	Bissexual/Mulher cis	Sim	Ensino Técnico	Professora
Lydia	Haiti	2015	38	CABA	Negra	Heterossexual/Mulher cis	Não	Superior completo	Médica
Francia	Colômbia	2011	74	CABA	Não informado	Heterossexual/Mulher cis	Sim	Ensino médio incompleto	Cozinheira
Serafina	Paraguai	2013	33	CABA	Mestiza	Lésbica/Mulher cis	Não	Superior completo	Jornalista/cineasta
Adriana	Bolívia	2001	34	CABA	Mestiza	Heterossexual/Mulher cis	Não	Superior incompleto	Estudante
Nicolasa	Bolívia	2001	62	CABA	Mestiza	Heterossexual/Mulher cis	Sim	Superior completo	Advogada